



PROJETO FINAL DE ARQUITETURA

Sara Caldeira Dantas

ORIENTADORES

VERTENTE PROJETUAL

Paulo Tormenta Pinto (coordenador) - Prof. Auxiliar do ISCTE-IUL

José Luís Saldanha— Prof. Auxiliar do ISCTE-IUL

VERTENTE TEÓRICA

Sandra Marques Pereira—Prof. Auxiliar do ISCTE-IUL

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA

ISCTE-IUL 2012/2013

AGRADECIMENTOS

Aos Professores, Paulo Tormenta Pinto e José Luís Saldanha, agradeço o apoio e os conhecimentos adquiridos no decorrer deste ano letivo.

Agradeço à Professora Sandra Marques Pereira pela sua disponibilidade e acompanhamento na minha descoberta de Caselas.

Às minhas colegas de grupo, Ana Mafalda Soudo, Cláudia Lopes, Joana Brazão e Tatiana Russo, agradeço por todo apoio prestado durante extensas horas de trabalho . Às meninas “açorianas” pela amizade e pela sua presença nos momentos difíceis . Dirijo uma palavra de agradecimento especial à minha família pela ajuda incondicional ao longo destes cinco anos de curso. E por fim, à minha avó pela fé e à minha irmã, Sofia, por sermos "nós".

ÍNDICE

Preâmbulo.....	8
Vertente Projetual.....	10
1.Marca Texto Espaço	12
2. Centro Interpretativo Amílcar Cabral: Cidade Guineense de Bafatá.....	34
3. Tema II. Reconhecimento do território da colina das Amoreiras.....	58
4. Tema III. Proposta geral de intervenção: Amoreiras 2032	87
5. Tema I. Quatro Habitações: Projeto individual.....	127
6. Tema IV. Tema Livre: Mobiliário urbano.....	165
Vertente teórica.....	185
Bibliografia.....	319
Anexos.....	325

PREÂMBULO

No presente caderno são expostos os trabalhos desenvolvidos na cadeira de Projeto Final de Arquitetura (PFA) durante o ano letivo de 2012/2013.

A nível estrutural, divide-se em dois segmentos: as vertentes projetual e s teórica, requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura no mestrado integrado em arquitetura do ISCTE-IUL.

Os Projetos realizados têm em comum o tema central de PFA proposto para este ano letivo. Assim, o conceito “ Mundo Novo”, inspirado no Admirável Mundo Novo, Aldous Huxley, 1932, apresenta-se como o fio condutor dos diversos trabalhos realizados. Este tema permite uma reflexão sobre as possibilidades e diversidade de propostas para o futuro, albergando uma nova visão crítica ao modelo de cidade associado à organização e transformação social.

Numa primeira fase, desenvolveram-se exercícios no âmbito de grupo, que contribuiram para a reflexão e discussão sobre os diferentes temas e territórios intervencionados.

O primeiro exercício, denominado Marca, Texto e Espaço, apresentou-se com um carácter abstrato, no qual se pretendia a conversão de uma marca, elaborada pelo grupo de forma aleatória, numa unidade espacial. Surge como ponto de partida e de aquisição de competências para os restantes trabalhos desenvolvidos no decorrer da unidade curricular. Esta fase, inicial, contribuiu para uma nova visão e perceção do espaço onde a subtração e o espaço residual / intersticial são valorizados em detrimento do construído, elemento que posteriormente se tornou significativo para o projeto individual.

O segundo exercício, referente a um *workshop* sobre a Cidade de Bafatá na Guiné-Bissau, propõe a concretização de um edifício que acomodará um Centro Interpretativo e de Estudos, no âmbito da proximidade da celebração dos 90 anos do nascimento de Amílcar Cabral (12 de Setembro de 1924). Este trabalho revelou-se estimulante na medida em que nos foi permitido trabalhar sobre um território pouco familiar e abordar questões específicas da arquitetura tropical, assim como a procura de um novo tipo de construção e intervenção num contexto territorial tão distinto como o da Guiné-Bissau, que evidencia reminiscências do urbanismo colonial Português.

Posteriormente é apresentado o tema II, caracterizado pela leitura e reconhecimento da área de estudo, definida pelo eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras, em Lisboa. Com este exercício há a intenção de definir um conceito que resuma a interpretação do grupo sobre a área de estudo possibilitando, ainda, uma primeira análise e reconhecimento do território que será explorado no capítulo posterior.

A área de estudo foi alvo várias intervenções que caracterizam diferentes períodos históricos, ainda hoje reconhecíveis. São os múltiplos momentos urbanos e a relação entre as diversas intervenções arquitetónicas, representativas das suas épocas, que tornam este território estimulante. É a procura de uma coexistência entre as diferentes *layers* temporais e intervenções arquitetónicas passadas e futuras, a relação entre a cidade tradicional e moderna que, resultando na criação de um ambiente e modelo de cidade novo, no meu entender sumariza todo o trabalho desenvolvido este ano.

O seguinte exercício, Tema III, tem como objetivo uma intervenção urbana planeada em grupo, existindo um maior foco no tratamento do espaço público de mediação entre as diversas propostas individuais realizadas por cada elemento do grupo. Assim sendo, foi projetado um percurso próximo das áreas de intervenção de cada elemento, havendo sempre uma relação entre a proposta urbana e os vários projetos individuais. Este trabalho abrangente e simultâneo, entre a macro e a micro escala, ou seja, entre o planeamento urbano/ territorial e intervenções arquitetónicas detalhadas, permitiu, não só uma visão e conhecimento mais profundos da área de intervenção, como também que todo o conjunto se complementasse, resultando numa proposta que, embora com diferentes escalas, se apresenta única.

Os projetos individuais, designados tema I e IV, partem da escolha de uma área de intervenção dentro do eixo proposto inicialmente. O Tema I pressupõe um projeto para quatro habitações, no qual as implantações, a relação com a envolvente, e ainda a organização e função do espaço doméstico deverão refletir as premissas da intervenção e o universo social futuro previamente definido em grupo.

O último exercício projetual, tema IV, prevê a concretização de um tema livre, que estabeleça uma relação ou enriqueça os pressupostos de base com que cada proposta foi realizada nos restantes exercícios elaborados / resolvidos no curso do ano letivo.

A vertente teórica do Projeto Final de Arquitetura, no âmbito do Laboratório de Sociologia, foi estruturada em duas fases distintas.

Iniciou-se com um trabalho de investigação em grupo, inserido no âmbito geral do ano letivo “Mundo Novo”, sob o tema “Tradição e Modernidade: (co) habitações em territórios metropolitanos.” Com este procurou-se uma aproximação à realidade de investigação, operando uma experimentação no contexto do grupo e a aquisição de competências que se revelaram significativas para a elaboração do trabalho final individual, realizado no segundo semestre.

Tendo sido eleito o Bairro de Caselas como território alvo de análise por parte do grupo, devido às transformações de que este foi objeto ao longo dos anos, procedeu-se a uma primeira aproximação ao local, contextualizado ideologicamente o programa de Casas Económicas. Este trabalho resultou na sistematização das alterações volumétricas nas diversas tipologias das moradias de Caselas.

No decorrer do primeiro semestre o interesse por este território aprofundou-se, constituindo-se como ponto de partida para o trabalho teórico individual. Originalmente implantado numa zona considerada “periférica”, com pressupostos ideológicos e destinatários exaustivamente definidos, Caselas atualmente encontra-se na proximidade de uma das áreas residenciais mais “elitistas” e procuradas da cidade de Lisboa, o Restelo. A vertente teórica nasce deste confronto entre o que aquele território outrora foi e como tem vindo adaptar-se às transformações sociais, políticas e também arquitetónicas, até aos dias de hoje. Assim, o trabalho de investigação tem como objetivo perceber as diversas intervenções operadas no bairro de Caselas, analisando e comparando as duas estruturas residenciais presentes, que se assumem como respostas opostas às carências habitacionais resultantes de épocas distintas. Analisou-se, portanto, como uma estrutura residencial e urbana consolidada, fruto de um determinado período histórico e político, destinada a uma população específica, com pressupostos ideológicos bem vinculados, se adapta e coexiste com a “modernidade” e as suas diferentes conceções sociais e arquitetónicas.

Ao longo do caderno serão, desta forma, apresentados os trabalhos elaborados ao longo do ano letivo de 2012/2013 no âmbito de PFA, dos quais se realçam os projetos finais e o trabalho teórico.



VERTENTE PROJETUAL



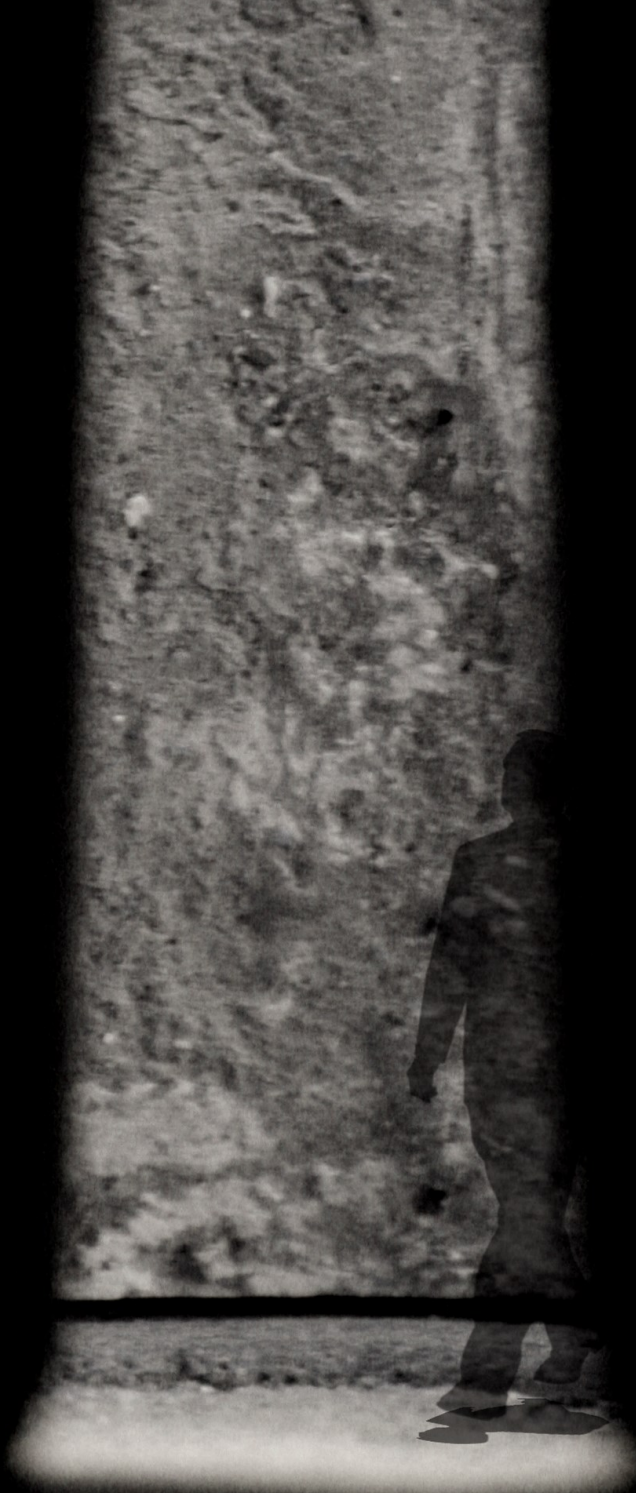


Imagem 1 | Fotomontagem realizada pelo Grupo

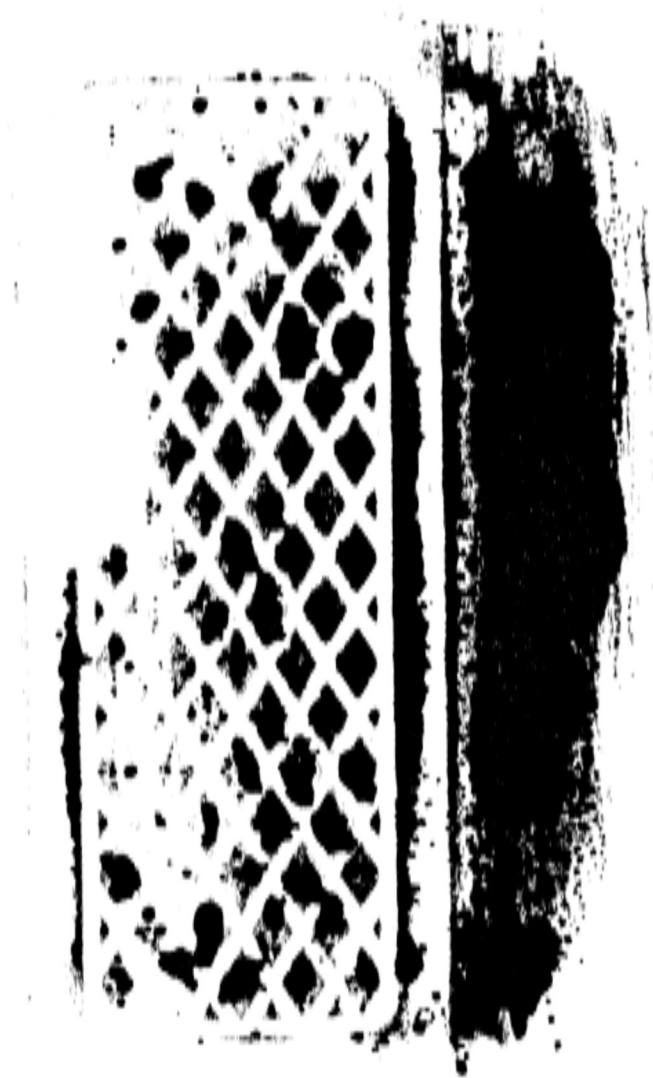
1

MARCA | TEXTO | ESPAÇO

“O olhar de hoje é um embate com uma superfície que não se deixa perpassar. Cidades sem janelas, um horizonte cada vez mais espesso e concreto. Superfície que enruga, fende, descasca. Sobreposição de inúmeras camadas de material, acúmulo de coisas que se recusam a partir. Tudo é textura: o skyline confunde-se com a calçada; olhar para cima equivale a voltar-se para o chão. A paisagem é um muro.

Cidades feitas de fluxos, em trânsito permanente, sistema de interfaces. Fraturas que esgarçam o tecido urbano, desprovido de rosto e história. Mas esses fragmentos criam analogias, produzem inusitados entrelaçamentos. Um campo vazado e permeável através do qual transitam coisas. Tudo se passa nessas franjas, nesses espaços intersticiais.”

In *Paisagens Urbanas*, Nelson
Brissac Peixoto



MARCA | TEXTO | ESPAÇO

Para a realização deste projeto, foi pedido uma seleção de um objeto de uso cotidiano e a produção de uma marca gráfica com tinta-da-china num suporte A2.

A marca produzida foi posteriormente digitalizada e alterada na tentativa de serem obtidas as diversas potencialidades da mesma. Após a elaboração de todos os estudos da marca gráfica, foi acompanhada com um excerto literário do livro de Nelson Brissac Peixoto “Paisagens Urbanas”.

Os dois elementos serviram de base para a produção de uma unidade espacial.

O desenvolvimento do projeto teve por base um percurso onde foi explorado o espaço intersticial, explorando qualidades visuais e espaciais.

Imagem 2 | Marca realizada pelo Grupo

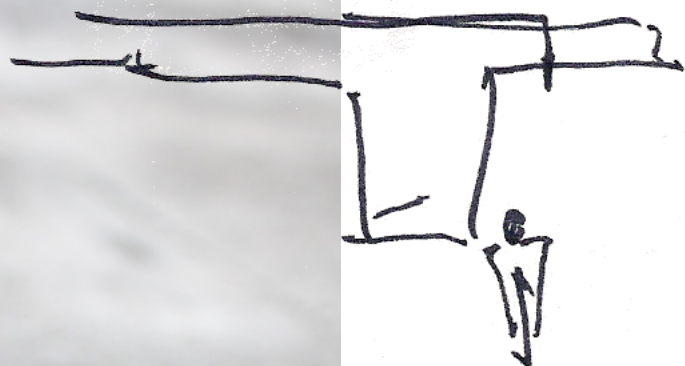
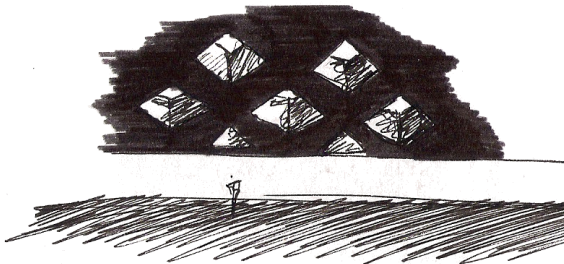
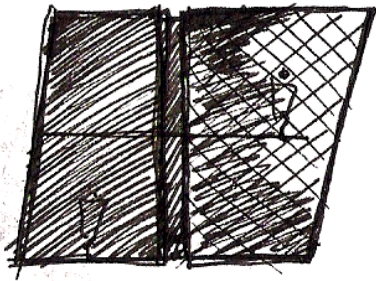
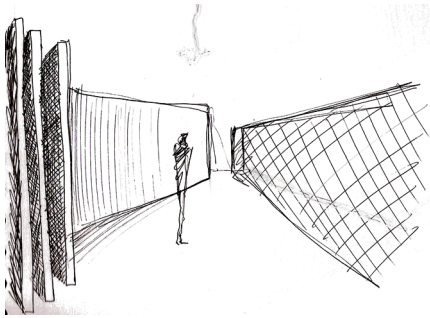


Imagem 3 | Fotografia da maqueta



MEMÓRIA DESCRITIVA

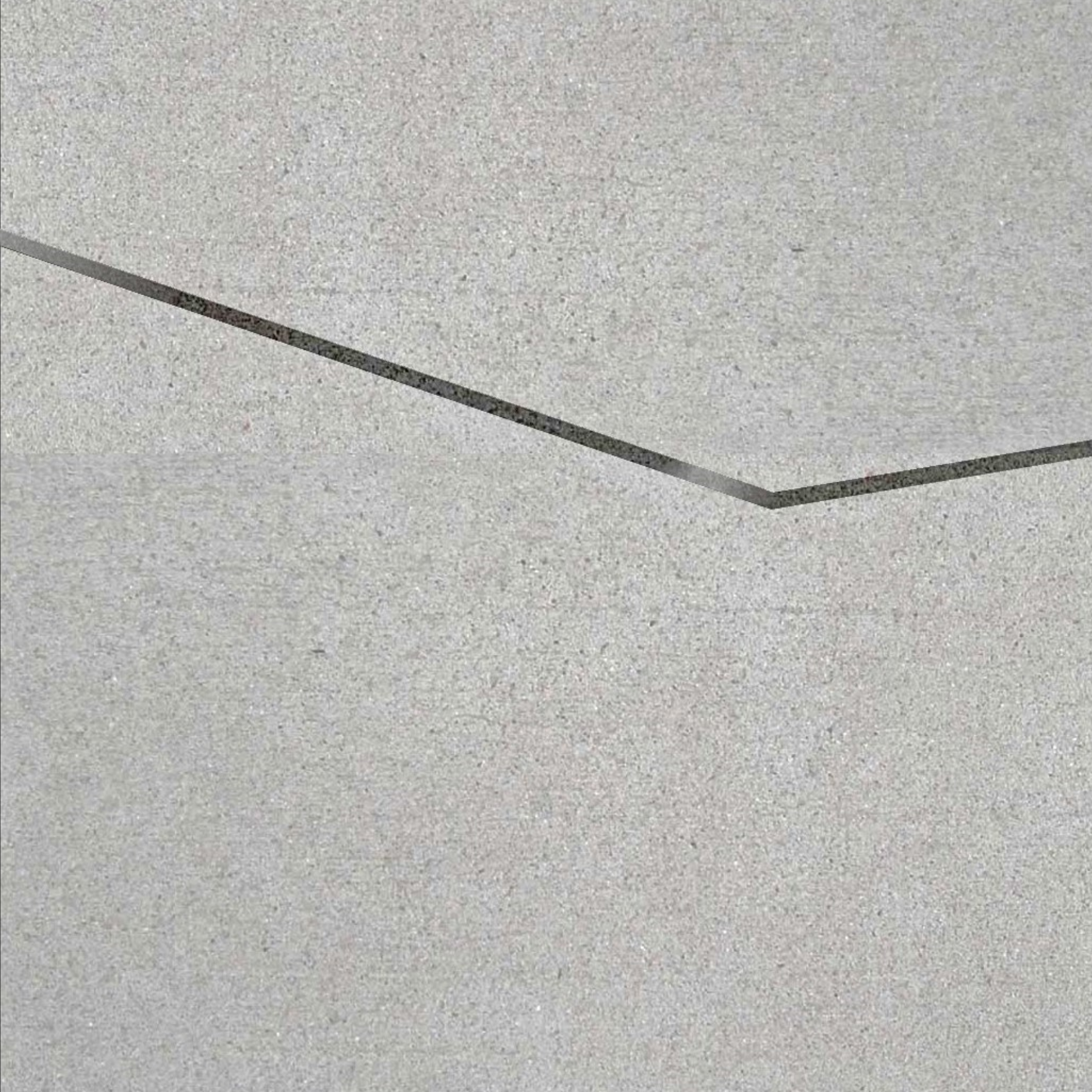
Quando a imagem de horizonte ganha características que lhe são opostas, levam a um jogo de contrastes entre o maciço e o “leve”, o que originou a interpretação da marca baseada na ideia de fronteira entre o cheio e o vazio.

O pensamento teve por base o conceito de subtração, que influenciado pela consolidação do texto e da marca eleita despertou o desejo de um percurso onde a tensão e a descompressão criam espaços caracterizados pela luz e sombra.

Num volume sólido que se fende naturalmente, procurou valorizar-se, espacialmente, o que por norma é denominado por espaço residual.

Igualmente, houve a intenção de diferenciar o exterior do interior, onde o percurso não se releva pela sua forma exterior, sendo apenas compreendido aquando percorrido.

A maquete ganha uma dupla escala, a do percurso e do espectador, quando é permitido que este “espreite” pelos rasgos deslumbrando o espaço permeável, ao mesmo tempo que joga com as outras entradas de luz.



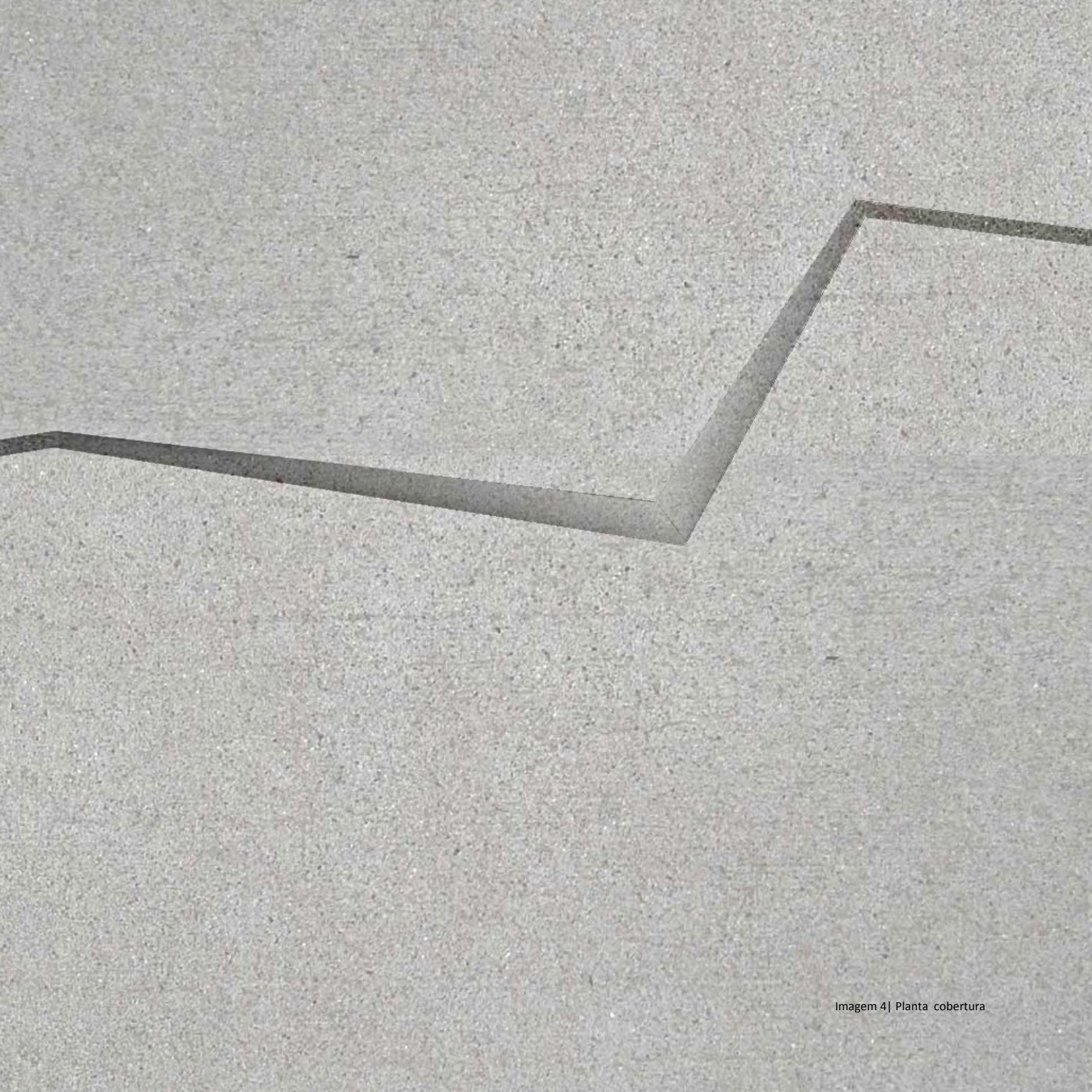
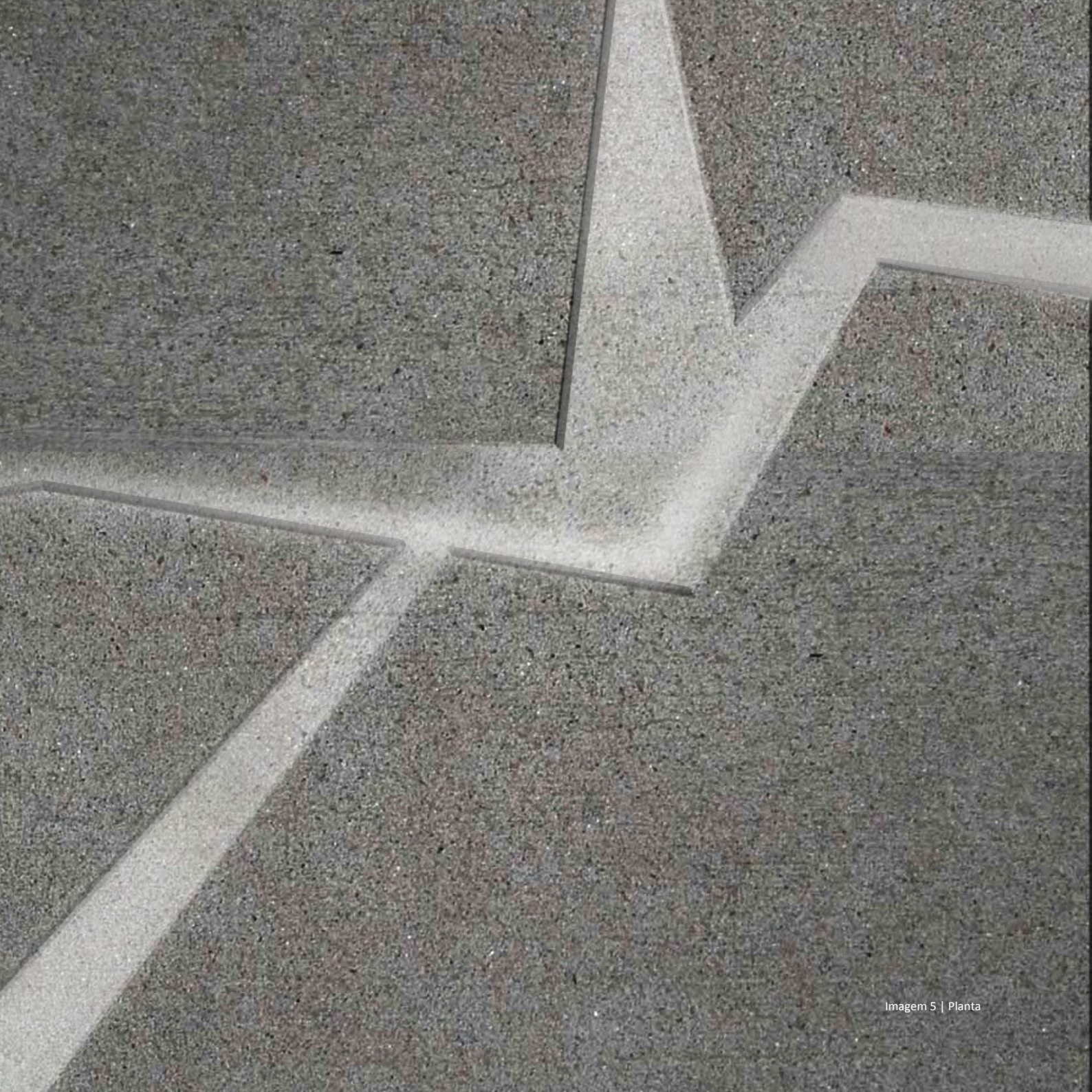
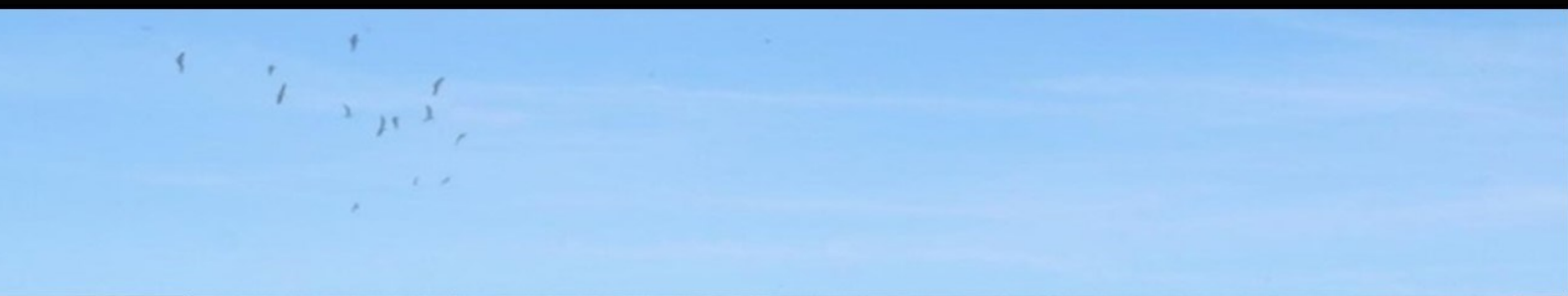
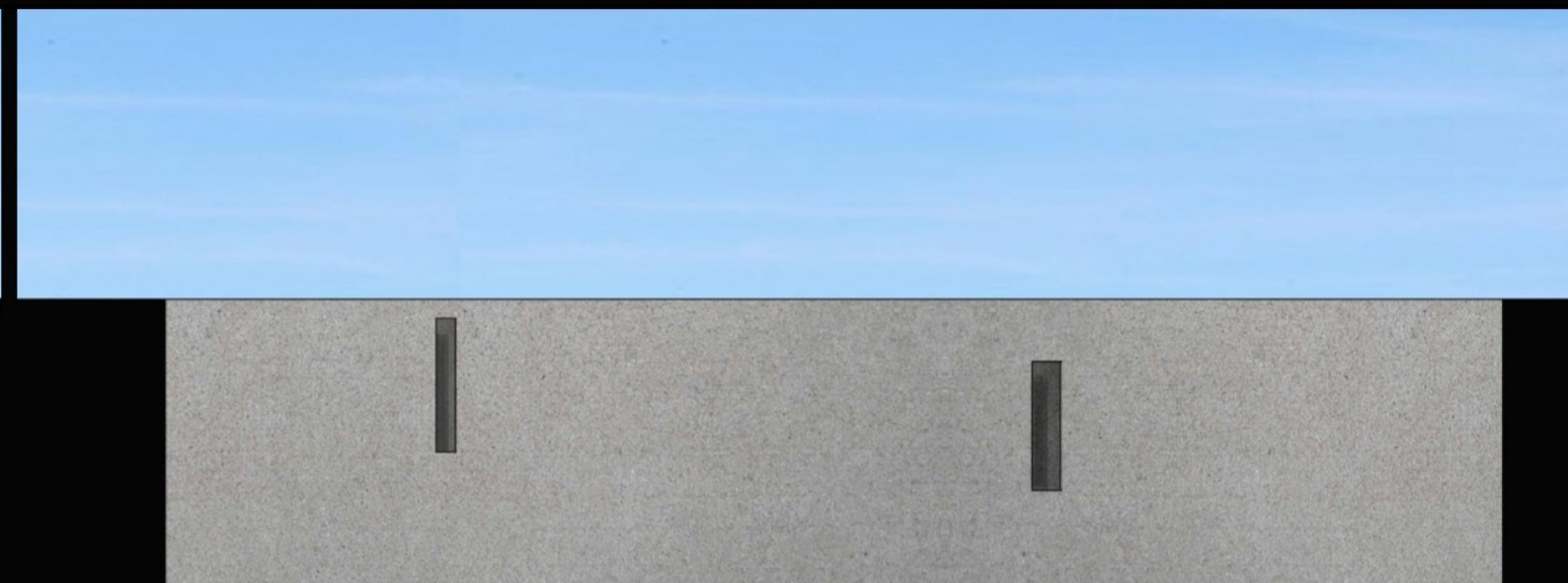


Imagem 4| Planta cobertura















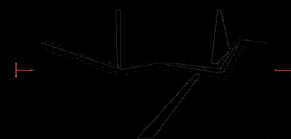
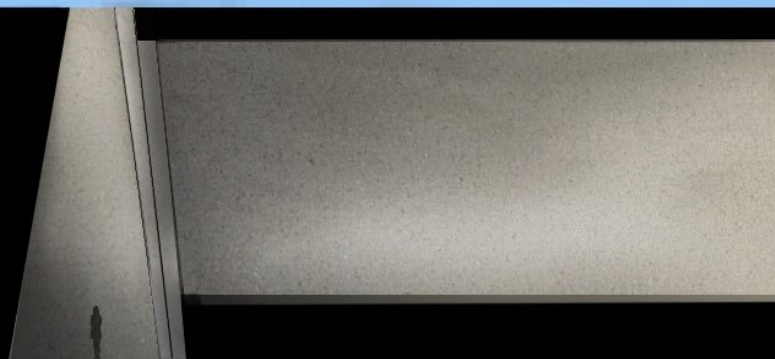
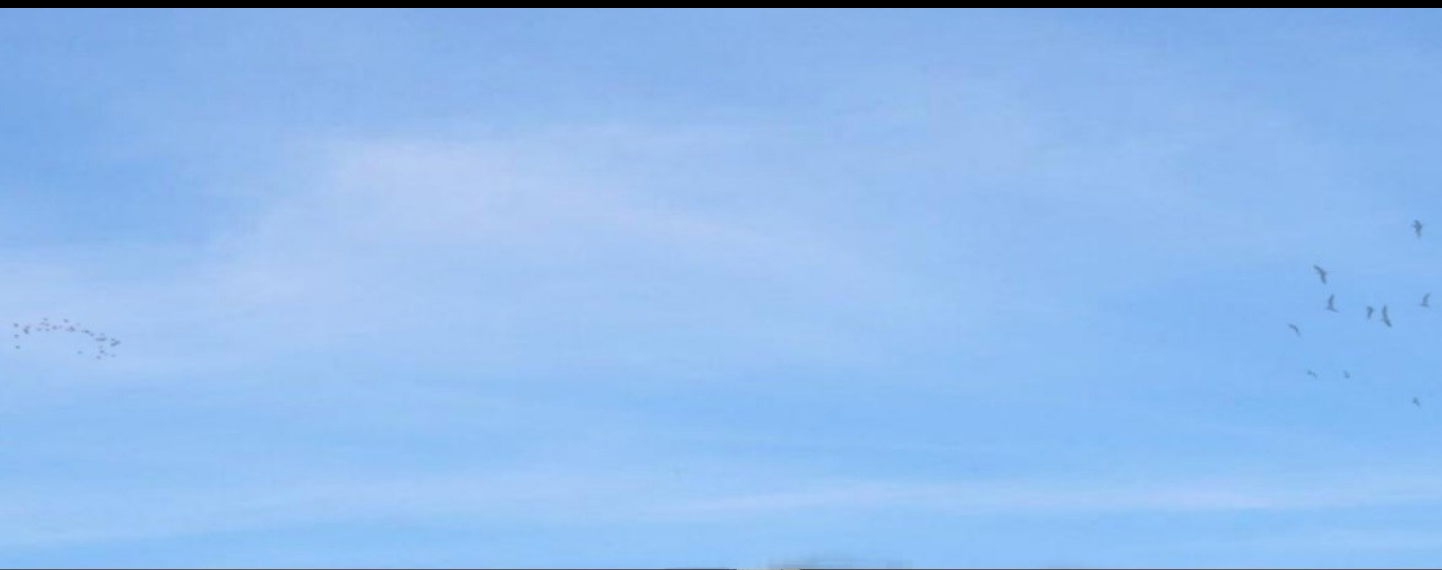


Imagem 8 | Corte



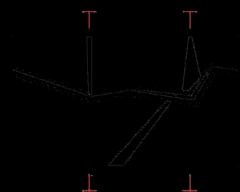
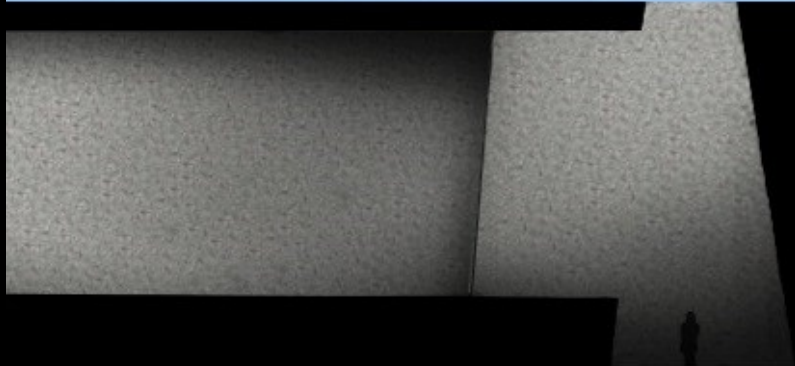


Imagem 9 | Corte



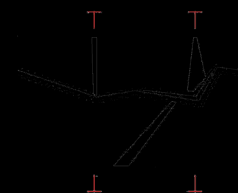
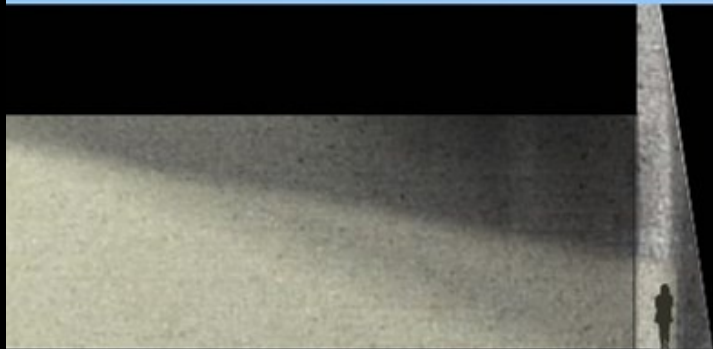


Imagem 10 | Corte

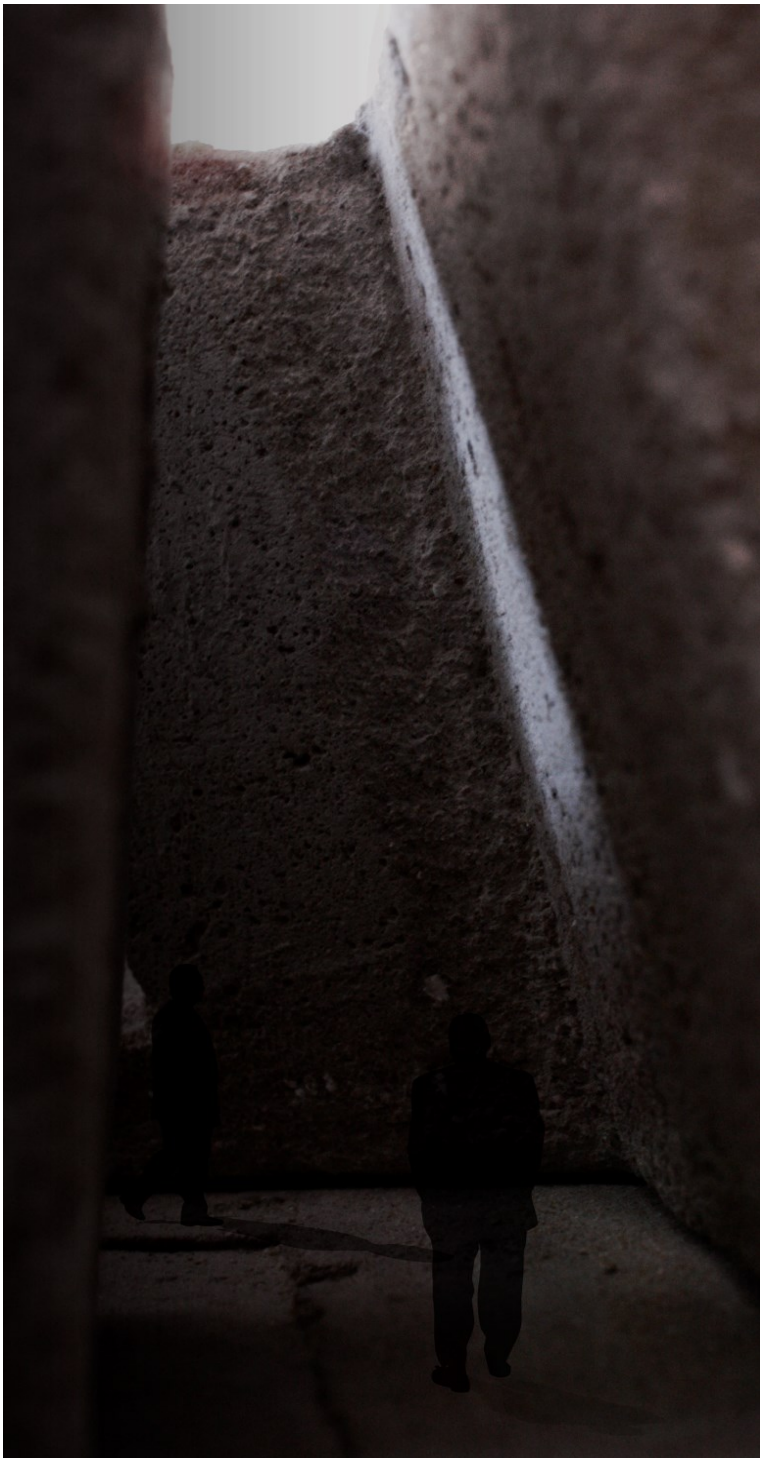




Imagem 11 | Fotomontagens de grupo



2 CENTRO INTERPRETATIVO AMÍLCAR CABRAL CIDADE GUINEENSE DE BAFATÁ



Imagem 13 | Fotografia de Bafatá | Fonte: <www.Googlemaps.com> acessado a 08.10.2012

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

GUINÉ-BISSAU

A República da Guiné-Bissau localiza-se na costa Ocidental de África e se estende desde o Cabo Roxo até à ponta Cagete. Para além do território continental compreende ainda cerca de oitenta ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagós. Este território é atravessado pelos canais do rio Geba, de Pedro Álvares, de Bolama e de Canhabaque.

O primeiro contacto dos Europeus com o território guineense foi feito pelo navegador português Nuno Tristão ¹ em 1446. Inicialmente foram apenas exploradas as margens dos rios e o litoral. De modo que só podemos falar de colonização em 1558 com a fundação da vila de Cacheu. Contudo a Guiné-Bissau continuava a ser vista apenas como um ponto importante de trocas comerciais, “ *para Portugal a Guiné não passava de um entreposto de comércio de escravos, um centro comercial e não uma colónia de assentamento.*” (SEMEDO, 2010, p. 19)².

A colonização do interior do país foi mais forte a partir do séc. XIX e marcada pela abolição da escravatura em Portugal e pela Conferência de Berlim a 12 de Maio de 1884, onde foi definida a divisão de África pelas potências coloniais. Passados dois anos, em Paris, foi assinada a convenção de delimitação das fronteiras de Guiné. Essas fronteiras, guiadas por interesses provenientes da metrópole, não respeitavam as divisões originais do território, o que originou confrontos entre os povos, uma vez que a população da Guiné-Bissau resultava de diversas culturas e de 27 diferentes grupos étnicos.

Em 1879, a Guiné tornou-se administrativamente independente de Cabo Verde, e em 1940 a capital da província foi transferida de Bolama para Bissau, sendo alvo de uma mudança, modernização e desenvolvimento a nível urbanístico. A colonização portuguesa foi sempre marcada pelos seus ideais, imagens e representações, sendo na época do Estado Novo que nasceu uma estratégia de urbanismo e de infraestruturização do território guineense.

O urbanismo presente na Guiné, assenta num modelo urbano com uma forte estrutura urbanística mas com diversas expressões arquitetónicas.

Numa primeira fase a arquitetura era muito inspirada na tradicional portuguesa e posteriormente, na tentativa de melhor adaptação ao local e ao clima, apareceram desenhos progressistas.

O urbanismo era visto como um programa iconográfico, uma matriz de celebração da presença colonial que teve como primeiro exemplo o caso de Bissau. As premissas aplicadas neste território influenciaram os territórios coloniais, como é o caso da cidade de Bafatá.

1 Nuno Tristão foi um navegador português do séc. XV. Em 1441, ordenado pelo infante D. Henrique, explorou a costa Africana, sendo o primeiro Português a chegar a Guiné-Bissau. Implantou-se a presença portuguesa na região, que se prolongaria por quase 500 anos. A sua morte, em data incerta, resultou de um confronto com os autóctones, num assalto destinado à captura de escravos, ocorrido na costa africana.

2 VALANDRO, Letícia (2011), **A difícil mistida Guineense: Nação e identidade da Guiné-Bissau através da trilogia de Abdulai Sila**, Tese de Mestrado, Porto Alegre.



Imagem 14 | Fotografias de Bafatá

Fonte: <www.Googlemaps.com> acessado a 08.10.2012

BAFATÁ

Bafatá é uma cidade no interior da Guiné-Bissau, e a segunda maior cidade do país. Localiza-se na margem do Rio Geba a 150 km de Bissau.

O plano urbanístico da cidade (formal) de Bafatá se desenvolveu através de uma avenida perpendicular à margem do Rio Geba que por sua vez é encimada por uma praça.

A avenida é um grande eixo de Nordeste para Sudoeste e marca a entrada na cidade. Este eixo incorpora os princípios da *City-beautiful*³: os ideais de uma avenida monumental traçada a partir de pontos radiais. É nesta avenida que se localizam os principais edifícios públicos, um conjunto de equipamentos básicos que se repetem nas diversas cidades Africanas.

A entrada na cidade formal é marcada por um largo que reunia o núcleo hospitalar, a bomba de gasolina e a sede da PIDE⁴. Ao longo da avenida situa-se a Igreja e a zona administrativa que integra a escola e a casa do governador. Na proximidade do rio Geba encontra-se um largo para o qual convergem as instalações desportivas, como o caso das piscinas de Bafatá (projeto dos anos 60), os correios (projeto de 1943 e que segue a matriz da arquitetura pública do Estado Novo) e o mercado municipal de influência moçárabe.

Os quarteirões se organizam perpendicularmente ao grande eixo sobre uma grelha institucional. As construções variam entre um e dois pisos, onde predominam as áreas alpendradas para sombreamento e ventilação das construções.

Atualmente na cidade de Bafatá existe uma dicotomia entre a cidade formal e a cidade informal (desenvolvida para Norte e Nordeste), a vida da cidade acontece nesta periferia enquanto que a cidade colonial está a ficar cada vez mais desertificada. Porém, existe uma preocupação por parte do poder local para revitalizar este núcleo, que passa por uma maior dinamização da grande avenida que liga os dois núcleos (a cidade pré-existente e a periferia) através da implementação de atividades turísticas e culturais.

3 O movimento "City Beautiful" surgiu nas décadas de 1890 e 1900 e veio reformar a arquitetura e o urbanismo americanos, nunca descurando os princípios do embelezamento e da grandeza monumental das cidades, que de acordo com os seus impulsionadores geraria uma ordem social harmoniosa. Contestou o crescimento e o congestionamento das zonas habitacionais e influenciou fortemente os planos urbanos de diversos conjuntos habitacionais ao longo do século XX.

4 A Polícia Internacional e de Defesa do Estado, criada em Portugal em 1945, era uma polícia política que teve como principal função reprimir a oposição do Estado Novo.



“Jurei a mim mesmo que tenho que dar a minha vida, toda minha energia, toda a minha coragem, toda a capacidade que posso ter como Homem, até ao dia em que morrer, ao serviço do meu povo na Guiné e Cabo Verde. Ao serviço da causa da humanidade, para dar a minha contribuição, na medida do possível, para a vida do Homem se tornar melhor no Mundo. Este é que é o meu trabalho”

Amílcar Cabral

AMÍLCAR CABRAL

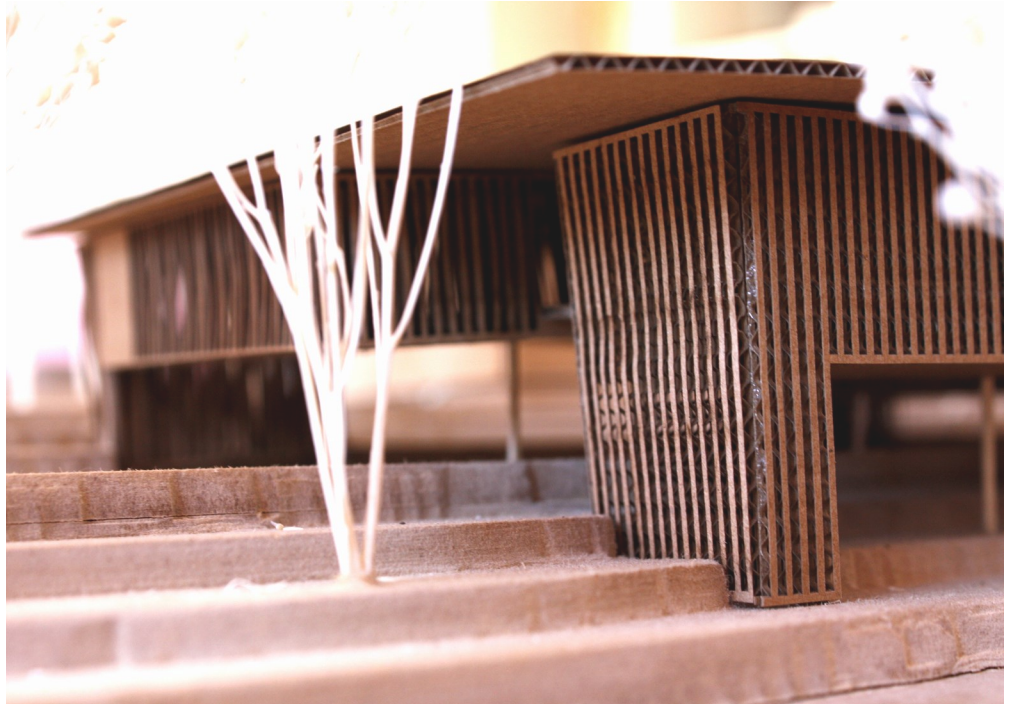
Amílcar Lopes Cabral nasceu a 12 de Setembro de 1924 em Bafatá, Guiné-Bissau, filho de Juvenal Cabral, cabo -verdiano e de Iva Pinhel Évora, guineense. A sua infância, a partir dos oito anos de idade, era entre Cabo Verde, Santa Catarina e São Vicente, foi nesta ilha que completou o ensino secundário em 1944. Desde esta altura era visível o seu interesse pelo país, que manifestava nos seus poemas e nas várias intervenções culturais. Foi com este espírito reivindicativo que se fixou na cidade da Praia, onde trabalhou na Imprensa Nacional.

Em 1945 chegou a Lisboa para se inscrever no Instituto Superior de Agronomia, licenciando-se em Engenharia Agrónoma em 1951 e mais tarde começou a trabalhar na Estação Agronómica de Santarém. Contudo a sua estadia em Lisboa não demoveu o seu interesse pelo país natal e iniciou o seu papel ativo no Movimento Nacionalista para a Libertação das Colónias portuguesas ao lado de um grupo de jovens intelectuais africanos, que formaram o Centro de Estudos Africanos. No ano de 1952 regressou finalmente a África, contratado pelo Ministério do Ultramar para adjunto dos Serviços Agrícolas e Florestas da Guiné. Durante esse cargo aprofundou o seu conhecimento sobre o país, através de pesquisas e viagens que fez por quase toda a Guiné, mas foi numa viagem até Angola que participou na fundação do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Juntamente com Aristides Pereira, Luís Cabral, Fernando Fortes, Júlio de Almeida e Elisée Turpin, em 1956 Amílcar Cabral fundou o PAIGC, Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. O partido político, definia-se como uma "união orgânica de todas as forças nacionalistas e patrióticas", com o objetivo de independência da Guiné e de Cabo Verde.

Cabral acabou por ser assassinado em Conacri a 20 de janeiro de 1973. Após a sua morte, em setembro do mesmo ano, Guiné-Bissau tornou-se independente, motivando outras colónias portuguesas para a libertação. A figura de Amílcar Cabral e as suas ideologias para a Guiné e para Cabo Verde continuam muito presentes, assim como os seus fundamentos políticos, sociais e culturais no contexto da luta da independência.



Imagem 16| Ortofoto-mapa de Bafatá | Imagem 17| Fotografia da maquete de grupo



MEMÓRIA DESCRITIVA

O presente exercício propõe a concretização de um edifício que acomodará um Centro de Estudos na cidade de Bafatá. A necessidade da elaboração do Centro surge na sequência da proximidade da celebração dos 90 anos do nascimento de Amílcar Cabral (12 de Setembro de 1924).

O exercício propõe a construção de um edifício assente na ambiguidade entre o efémero e o permanente, no confronto entre materiais locais e industriais e simultaneamente acolhesse a comunidade, oferecendo as suas funções à cidade.

O programa conta com um Arquivo e Centro de Documentação, um Centro de Estudos e Pesquisas e um Auditório que deverão apresentar uma área de 150m², um Centro de Formação com 75 m² e uma Loja com 50 m², assumindo um total de área bruta de 575 m².

Após a análise do território e assumindo que era pretendido revitalizar e evidenciar este eixo estruturante de Bafatá, consideramos pertinente a implantação do edifício numa cota mais elevada, de modo a tirar partido do desnível do terreno, da estrutura verde local, assim como da proximidade com os elementos emblemáticos da cidade, como o caso do Hospital.

A organização do edifício e a disposição dos módulos que o constituem, partiu de um trilho existente que atualmente não se encontra utilizado e encoberto por árvores. Deste modo, o caminho surge como um elemento estruturante na conceção e planeamento do edifício.

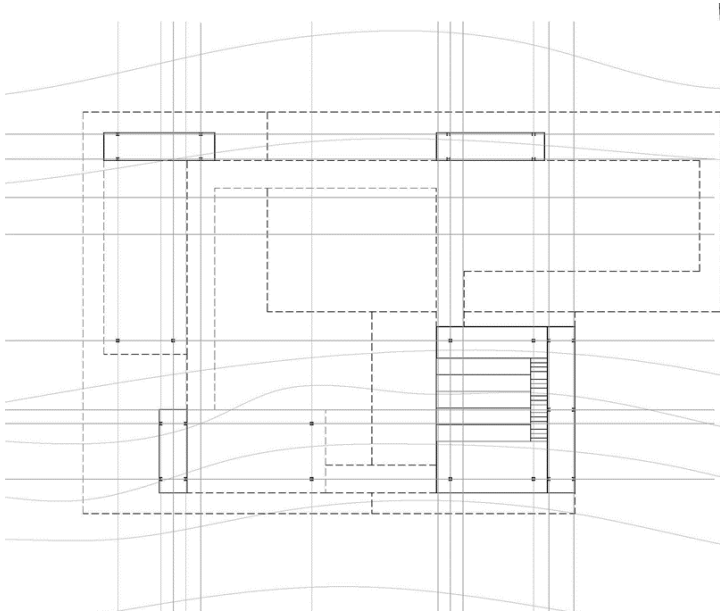


Imagem 18| Planta piso térreo

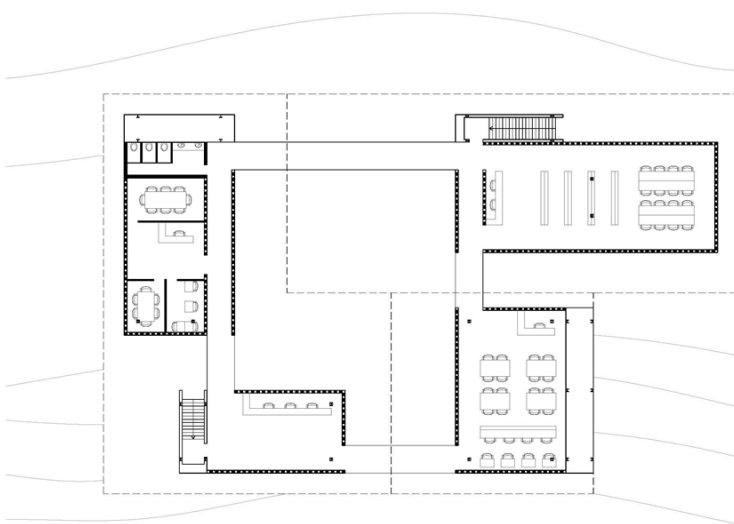
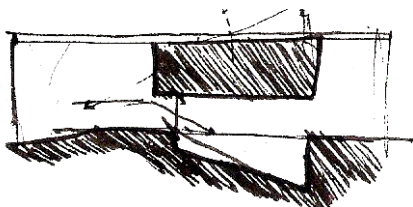
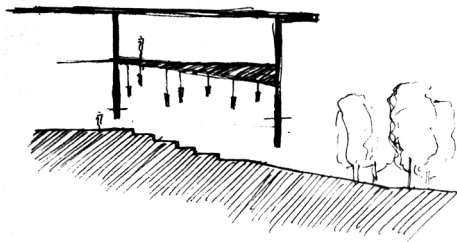
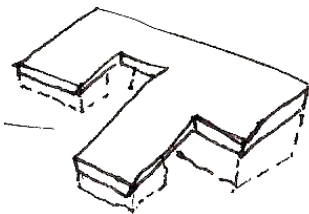


Imagem 19| Planta piso 1



Foi delineado a existência de uma componente efémera estruturadora do projeto, esse desejo de efemeridade foi aplicado na materialidade do edifício: uma estrutura metálica revestida a cana e chapa metálica nas zonas de circulação e na cobertura. Contudo diversos fatores acabaram por transmitir à construção um carácter mais permanente, a relação de objeto arquitetónico ao local de implantação, onde se ajusta às diferentes cotas moldando o terreno de forma a acolher o auditório.

O centro é constituído por quatro módulos suspensos organizados em torno de um pátio e unificados por um passadiço suspenso, protegidos por uma cobertura tripartida de cotas distintas, de estrutura autónoma à dos volumes. A distância que os quatro módulos se encontram do solo, varia intencionalmente, de modo a criar espaços de maior e menor compressão para quem percorre aquele espaço.

A ideia de unidade transmitida pela organização e constituição do edifício, vai de encontro a uma das medidas defendidas por Amílcar Cabral, quando este propõe o ensino da Língua Portuguesa nas escolas com o intuito de unificar o povo, composto por uma elevada diversidade de etnias. Assim nasceu o desejo de criar uma relação entre os diversos espaços com características individuais, que agregados criam um espaço central livre e que unifica todo o projeto. Por se inserir num clima tropical, foram privilegiadas as questões climáticas, nomeadamente a proteção da exposição solar direta na época quente e da violência da precipitação na época de chuvas. Tais questões foram ultrapassadas pela introdução de uma grande cobertura que permite o ensombreamento mas também a introdução de diversos pontos de recolha de águas pluviais. Na conceção do projeto avaliamos também a ventilação natural, como tal são utilizadas como revestimento paliçada de cana, de forma a permitir a passagem do ar, tonando assim os volumes física e visualmente permeáveis, possibilitando a entrada luz e criando um ambiente dinâmico e diferenciado entre os espaços interiores.

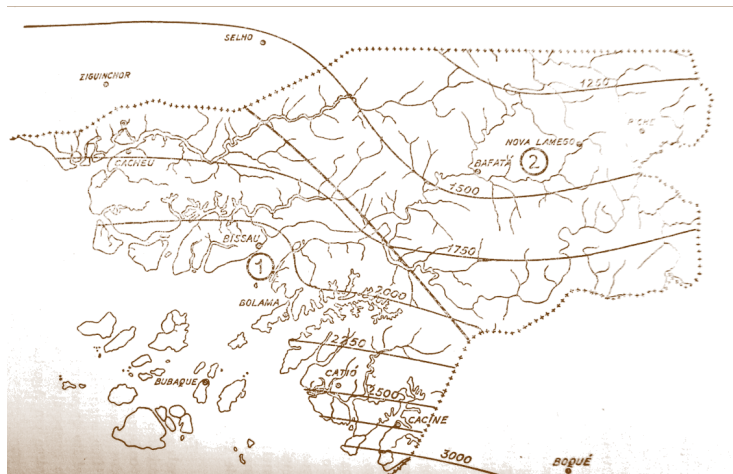


Imagem 20| Divisão climática da Guiné-Bissau: 1- clima subguineense; 2- clima sudanês

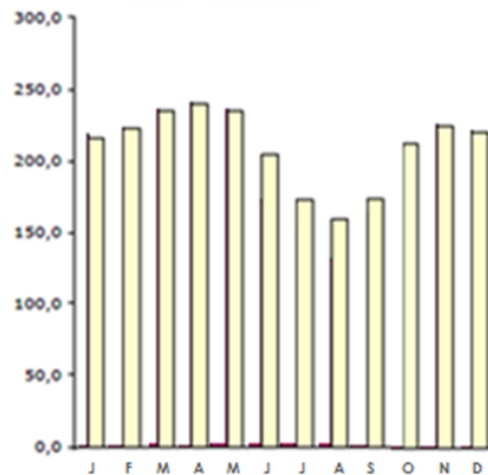


Imagem 21 | Variação da insolação ao longo do ano

CLIMATIZAÇÃO

O clima da Guiné-Bissau tem ação de dois agentes que são:

- Encontra-se a igual distância do Equador e do Trópico de Câncer;
- A sua proximidade com o oceano deixa-a sob influência de ventos alísios e continentais.

Estes fatores colocam Bafatá numa região de convergência intertropical, que recebe a influência da monção (ar quente e húmido do Oceano Atlântico) no período das chuvas, e do Harmattan (ar seco e quente vindo do Sahara) no período seco. As características meteorológicas mais relevantes, no que respeita às alterações climáticas são: temperatura, a precipitação, humidade relativa do ar, insolação e os ventos predominantes. A área continental onde se situa Bafatá apresenta um clima sudanês, ou seja, mais quente e menos húmido.

A cidade em estudo encontra-se num planalto, limitada pelos rios Geba e Corubal. O seu solo assenta numa couraça areno-ferruginosa, e se identifica pela cor vermelha e castanha-amarelada, visivelmente arenosos mas argilosos em profundidade. Bafatá, em certo sentido, faz a passagem entre o litoral e o interior.

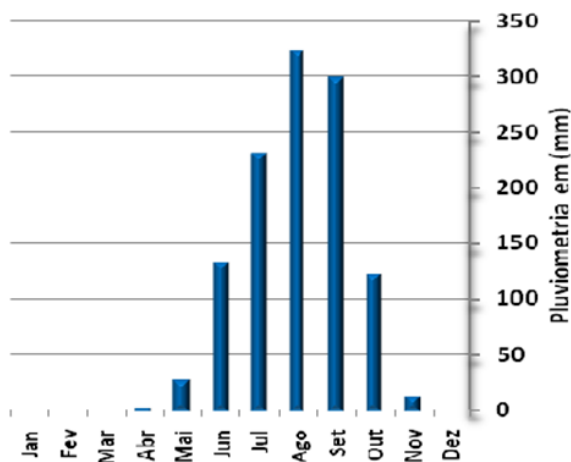


Imagem 22 | Gráfico referente à precipitação em Bafatá

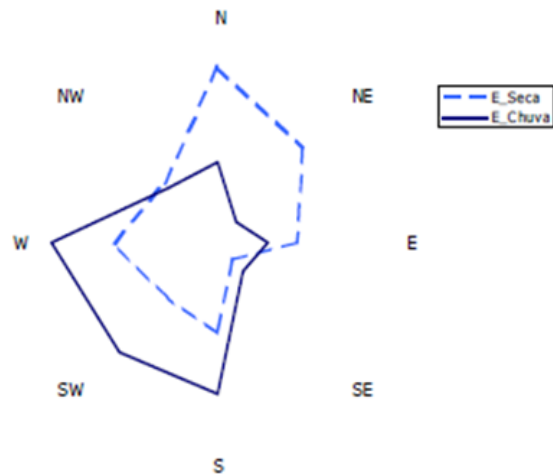


Imagem 23 | Frequência dos ventos

A | INSOLAÇÃO

Em média a variação do sol dura entre 8h/dia, sendo a temperatura média ao longo do ano elevada (principalmente entre abril e maio, antes das chuvas), assim como a humidade relativa do ar. Os meses que registam menor insolação durante o dia são julho, agosto e setembro, dado a alta nebulosidade.

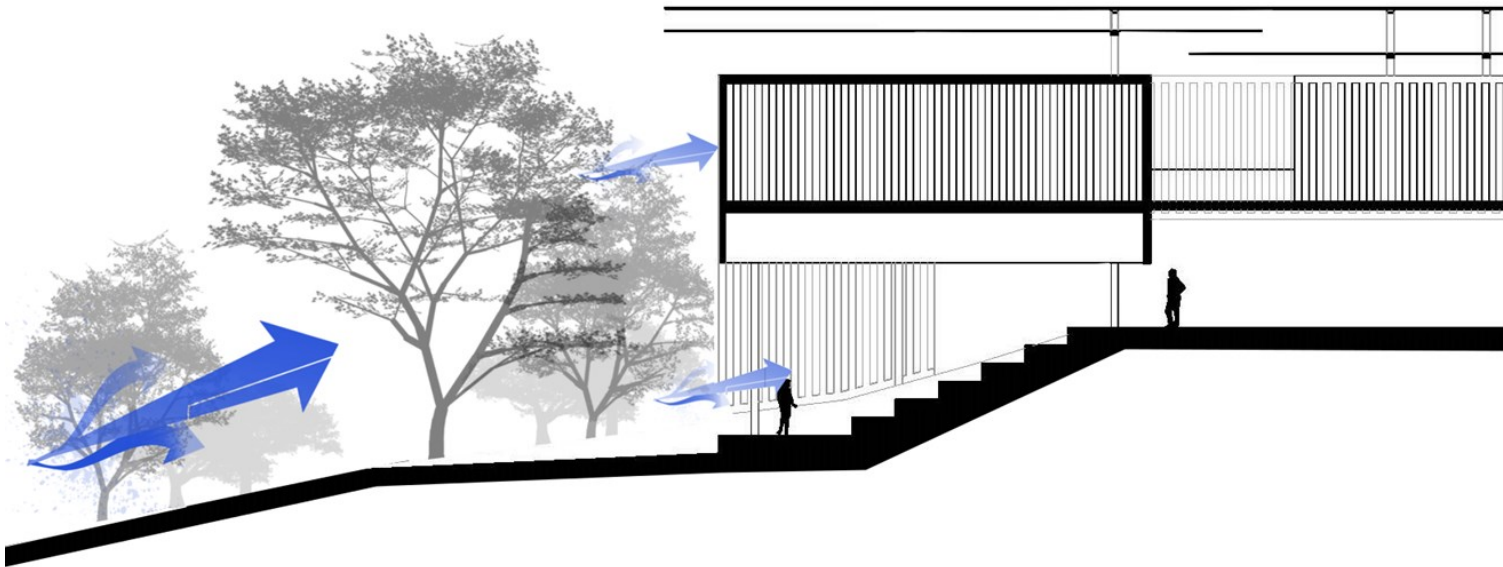
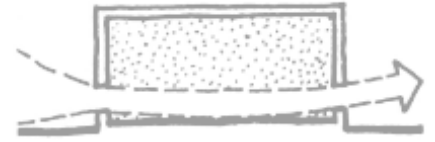
B | PLUVIOSIDADE

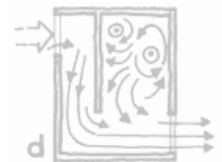
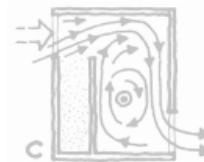
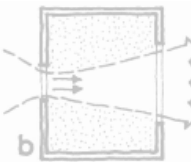
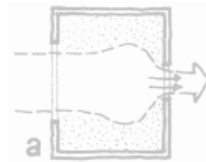
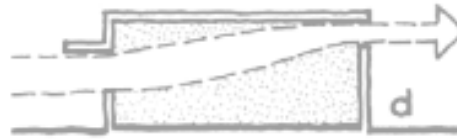
Entre julho e outubro se assinala um maior nível de chuva, sendo em Agosto que a precipitação média mensal é mais elevada provocando cheias na parte baixa de Bafatá, o que impede a comunicação com o sul da Guiné resultando num grande fluxo de ar quente.

Podemos concluir que a estação seca é a mais longa que o período das chuvas durante o ano, tendo diminuído ao longo dos anos, começando mais tarde e terminando mais cedo.

C | VENTOS PREDOMINANTES

A direção dos ventos está dependente da circulação geral da atmosfera. No período seco, entre novembro e abril, prevalecem os ventos de norte e nordeste, nominados de ventos alísios do hemisfério norte (Harmattan). Relativamente ao período chuvoso, de julho a outubro, os ventos chegam de sudeste e atravessam o Equador, dirigindo-se para sul e oeste (onde adquirem a força de Coriolis), definidos de ventos alísios do hemisfério sul.





ESTUDOS DE VENTILAÇÃO

Os movimentos favoráveis do ar devem ser utilizados para refrescar durante as épocas quentes e como alívio em períodos de humidade muito elevada.

O mais aconselhado é a colocação de vãos orientados no sentido do vento dominante, em que o fluxo de ar interior não depende do tamanho dos vãos, da localização e do desenho dos diferentes elementos dos mesmos, e fatores que sejam capazes de conduzir o vento no interior do edifício (por norma o vento segue o caminho mais fácil, sem obstáculos). Um fluxo direto assegura a rapidez do movimento do ar.

Breves noções sobre a ventilação que auxiliaram na elaboração da proposta:

- O ar quente deve ser guiado para o exterior, de modo a que não se acumule no teto;
- Vãos de entrada mais pequenos que os de saída funcionam melhor na sucção do ar fresco expulsando o ar quente;
- Nas coberturas inclinadas a abertura deve ser sempre na parede mais alta.
- Numa situação de dois pátios de tamanhos diferentes, o ar do de menores dimensões é mais fresco, pois tem mais sombra, comparativamente ao maior. O ar quente sobe enquanto que o mais fresco penetra mais facilmente nas divisões entre os pátios.

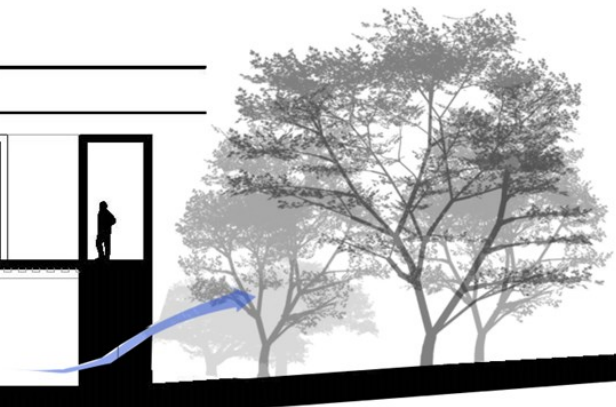
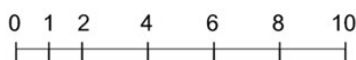


Imagem 24 | Esquemas de ventilação



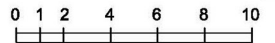
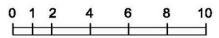


Imagem 25 | Alçado Nascente e Norte



Imagem 26 | Corte C e A

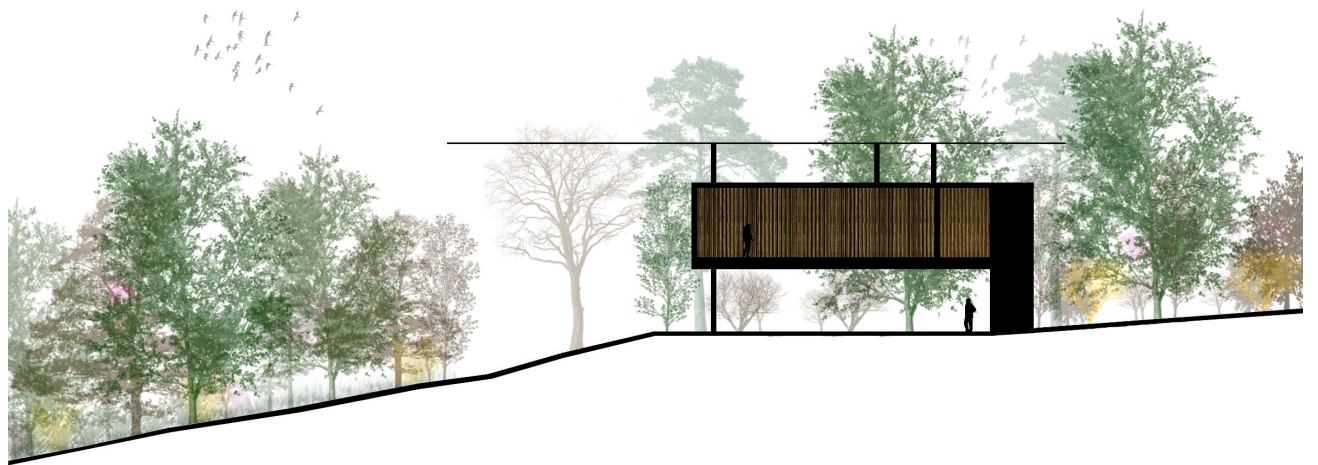
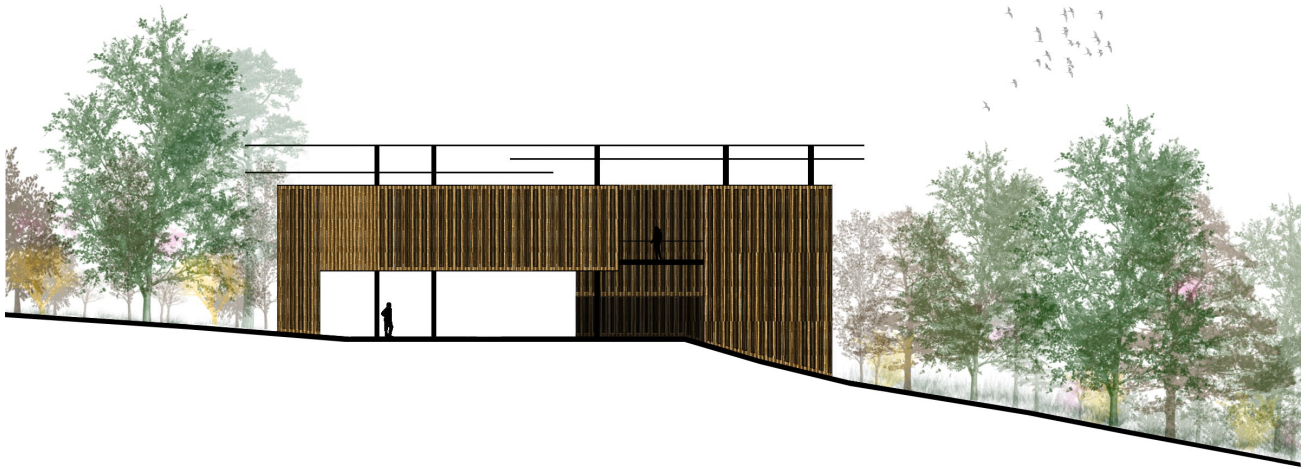


Imagem 27 | Alçado Poente e Corte E



Imagem 28 | Alçado Sul

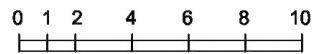




Imagem 29 | Fotomontagem de Grupo





Imagem 30 | Fotomontagem de Grupo





3

COLINA DAS AMOREIRAS

TEMA II | RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Imagem 31 | Pormenor do aqueduto das Águas Livres na rua das Amoreiras Fonte: Fotografia da autora

“ O território não é um dado: resulta de diversos processos. Por um lado, modifica-se espontaneamente.
(....) Por outro, é sujeito às intervenções humanas.”

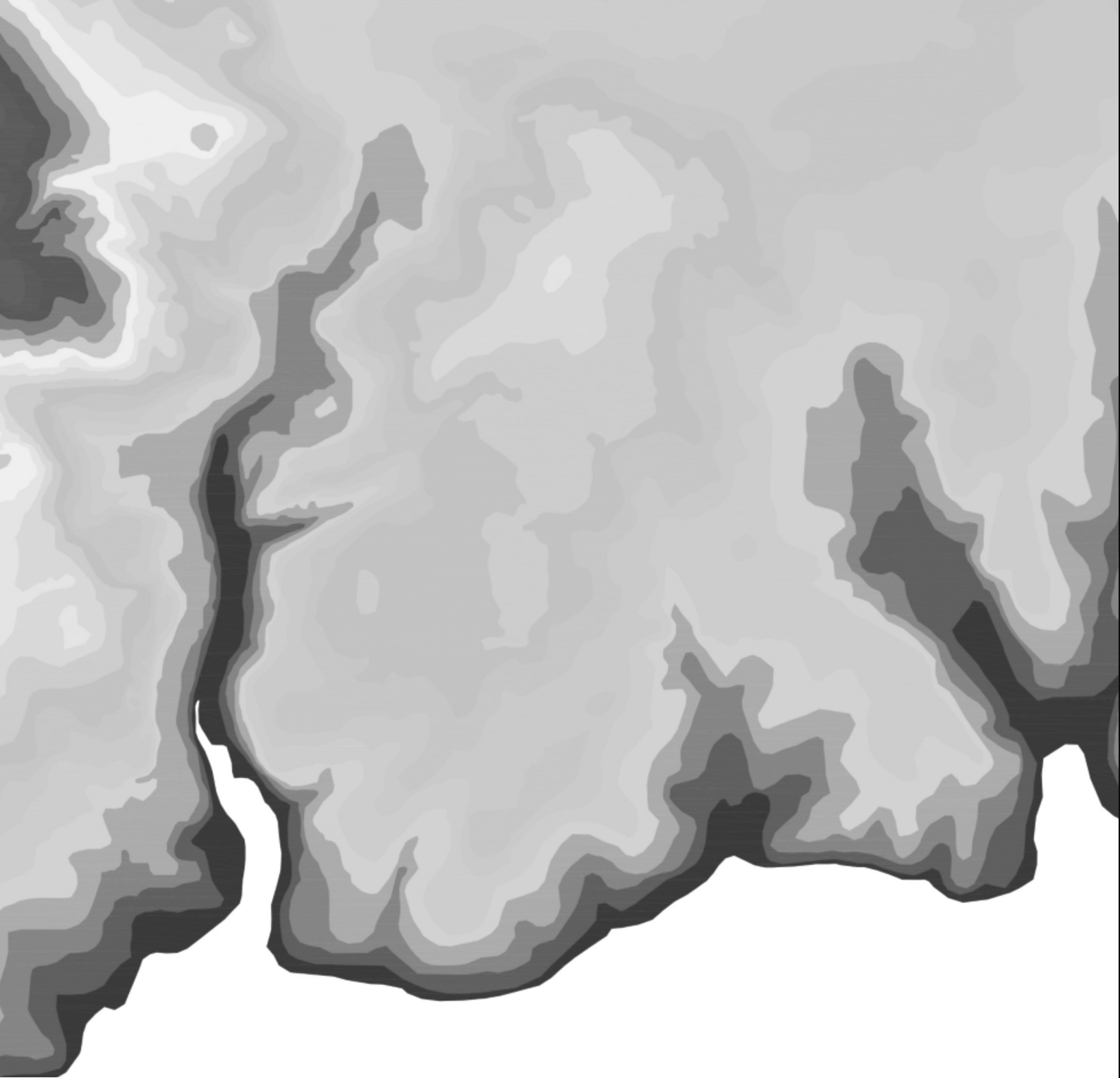
CORBOZ, André *Teoria e Crítica de Arquitectura—Século XX : O Território como Palimpsesto* (1983)

INTRODUÇÃO

Sendo um trabalho de análise, diagnóstico e caracterização, o seguinte conjunto de estudos baseia-se na observação do território e na deteção dos seus elementos significativos e estruturantes, de forma a estabelecer uma correta e fundamentada proposta de intervenção para o local. Para tal, recorreu-se a uma metodologia de trabalho que além da observação direta, assenta na recolha de elementos bibliográficos, documentais e na pesquisa de dados relevantes para a fundamentação da proposta.

Por ser um estudo de incidência física, onde é analisado o seu processo de transformação, a análise que se procedeu é objetiva e procura:

- Identificar os elementos determinantes da estrutura do território;
- Compreender e interligar fatores que influenciaram a evolução da estrutura física e urbana;
- Reconhecer os elementos que condicionam ou potenciam a proposta geral de intervenção.



CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

Lisboa em relação ao restante país é considerada uma área de relevo moderado, possuindo um conjunto de colinas, sendo a Colina da Amoreiras o caso de estudo.

Segundo a análise hipsométrica de uma área mais alargada na cidade de Lisboa, podemos concluir que a Colina das Amoreiras encontra-se numa cota intermédia em relação à cidade. A poente encontra-se a Serra do Monsanto separada pelo Vale de Alcântara e que criam importantes eixos de estruturação morfológica e viária.

No território de intervenção a amplitude altimétrica é de 50m, variando entre uma cota de 70m no Largo do Rato e de 120m acima da linha de água, onde se situam as Amoreiras. Ainda que esta variação altimétrica, à escala da cidade, não seja tão acentuada, no desenho urbano da zona de intervenção essa é uma condicionante.

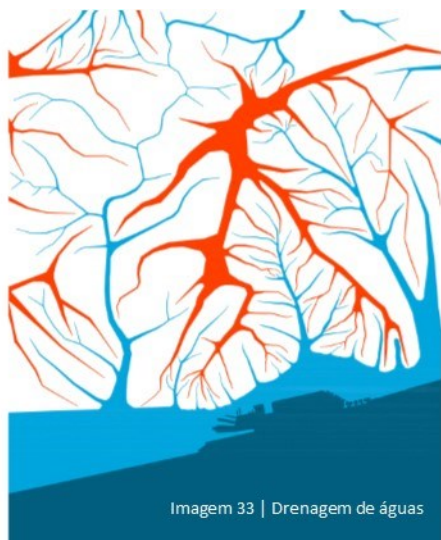


Imagem 33 | Drenagem de águas

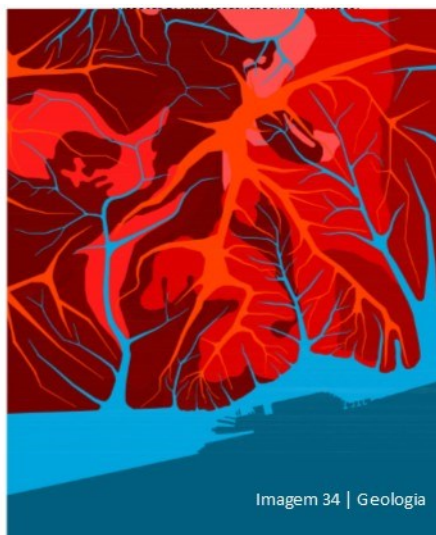


Imagem 34 | Geologia



Imagem 35 | Caracterização dos Solos

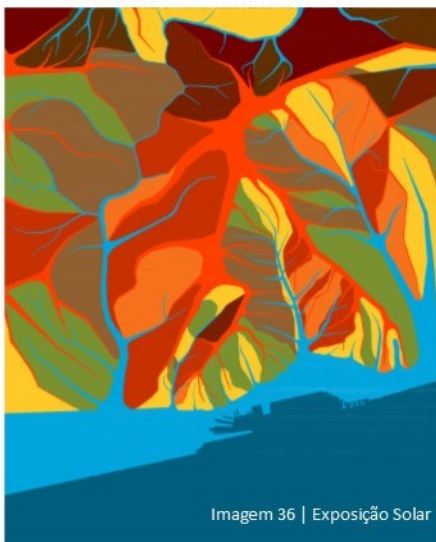


Imagem 36 | Exposição Solar

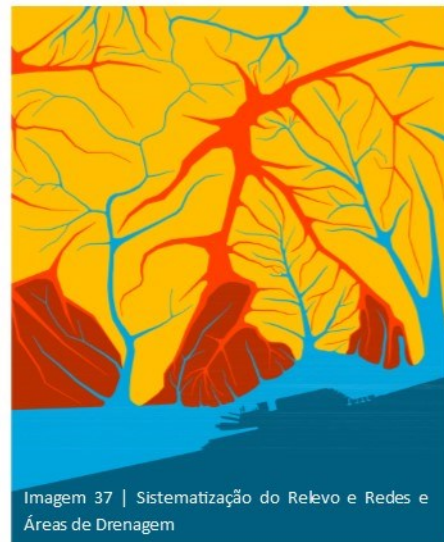


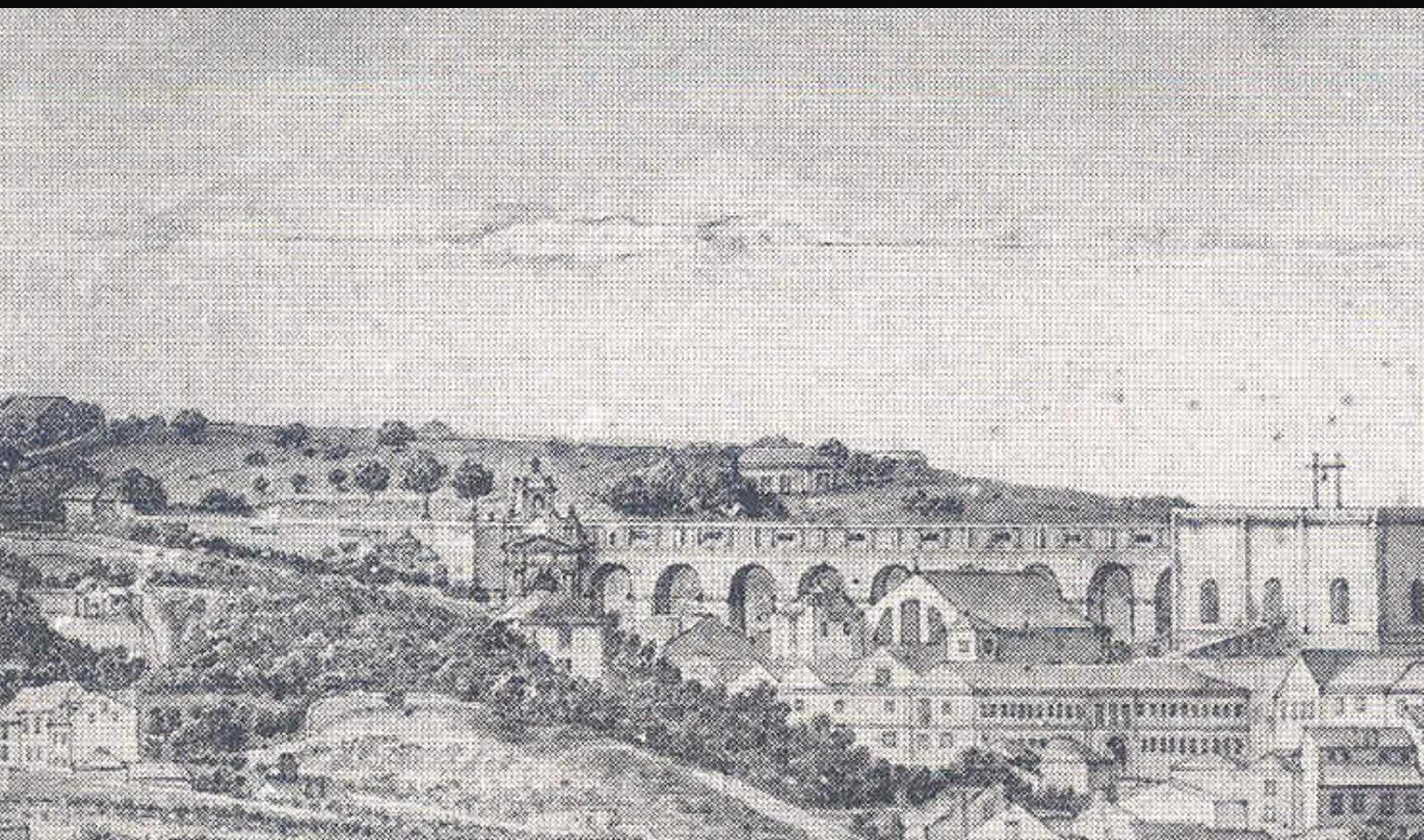
Imagem 37 | Sistematização do Relevo e Redes e Áreas de Drenagem

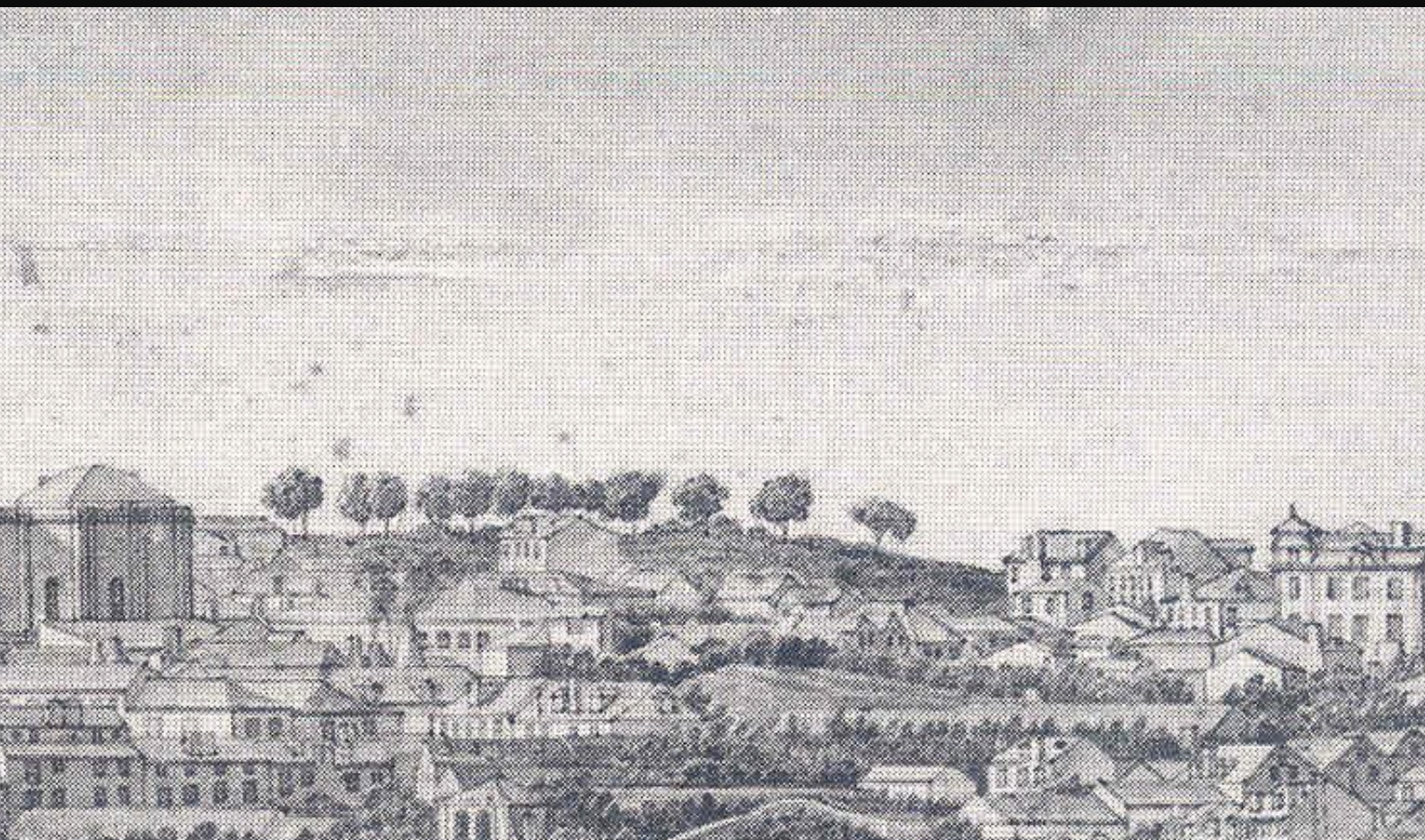


Na sua totalidade, Lisboa é rica em recurso hídricos. Composta por talvegues, festos e bacias hidrográficas. A área de intervenção localiza-se numa zona de festo. As bacias hidrográficas que recolhem a água proveniente desta zona são a Bacia Hidrográfica de Algés, a Bacia de Alcântara e a Bacia do Terreiro do Paço.

A par dos pequenos relevos, o clima da cidade torna-se seco, proporcionando uma boa insolação e aspetos favoráveis à agricultura e a quintas produtivas. A exposição solar predominante na área de intervenção provém do quadrante sul, apesar de também se verificar uma grande incidência de radiação solar oriunda de oeste e de sudeste.

Campolide é uma área da cidade bastante conhecida pela qualidade de solo fértil. Como tal a sua composição passa essencialmente pelo solo argiloso. É possível verificar também uma grande presença de solos basálticos e carbonatados no quadrante Oeste. Com menor presença, mas não menos importantes, identifica-se solos arenosos caracterizados pela difícil implantação de construção. A Argila de Prazeres e a Formação da Bica constituem a geologia predominante.





CRESCIMENTO DA COLINA DAS AMOREIRAS | ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Imagem 38 | Colina das Amoreiras. Fonte: Rossa, Walter (1998) "Além da Baixa : Indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista" Lisboa, IPPAR



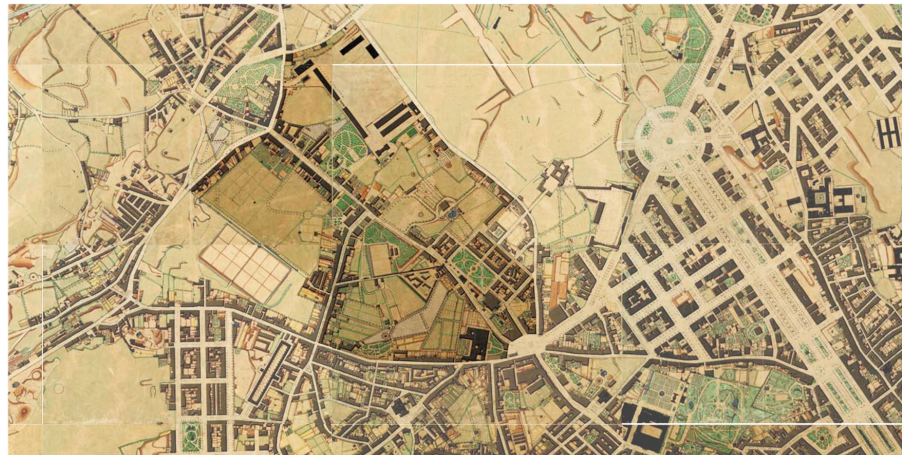
EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O território que hoje constitui Campolide apresenta ocupação humana desde os tempos da Pré-História. A partir do final do século passado que têm sido referenciadas várias estações arqueológicas, desde o Paleolítico (Alto da Serafina, Calçada dos Mestres, Casal do Sola, Terras do Pita, Santana e Rabicha) ao Neolítico e Calcolítico (Sete Moinhos e Vila Pouca). A maioria das estações referidas já não existem e o espólio foi distribuído por museus e pela cidade.

Atualmente Campolide é uma pequena parte do que era outrora. Englobava toda a zona que nos nossos dias é Campo de Ourique, Estrela, Lapa, S. Bento e Santos, e a norte estendia-se até à Ribeira de Alcântara. Esta era uma terra de bom cultivo, onde existiam várias quintas, onde em toda a encosta cresciam olivais, pomares e vinhedo.

As crónicas Afonsinas referem que Lisboa “bebia” dos bons vinhos de Palmela e de Campolide. Segundo informação cedida pela Junta de Freguesia de Campolide, D. Afonso II possuía “duas vinas in Campolide”. A qualidade do vinho e a economia de transportes fizeram com que Lisboa bebesse os seus vinhos durante séculos. Esta vitivinicultura estendeu-se até ao século XVI, assim como a fruta e o azeite produzidos nesta zona e que eram consumidos pela cidade.

Era uma zona pouco povoada, com características rústicas e aglomerados soltos, no entanto era considerado um local apazível e uma das saídas de Lisboa. A Freguesia de Campolide foi criada após a remodelação administrativa da cidade de Lisboa, em 1959, esta freguesia foi constituída com território destacado de S. Sebastião da Pedreira e de Santa Isabel. Deixando para trás uma história antiga de alguns séculos da qual restam elementos memoriais muito dispersos.

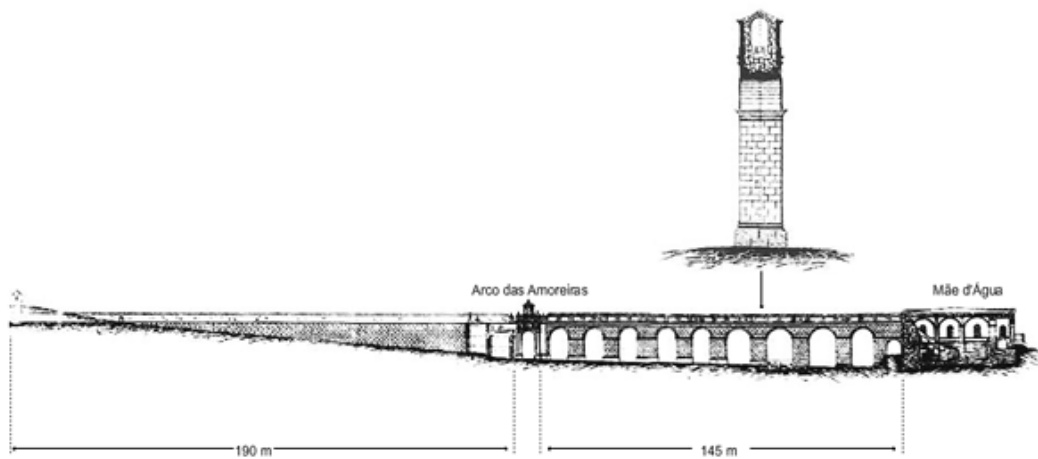
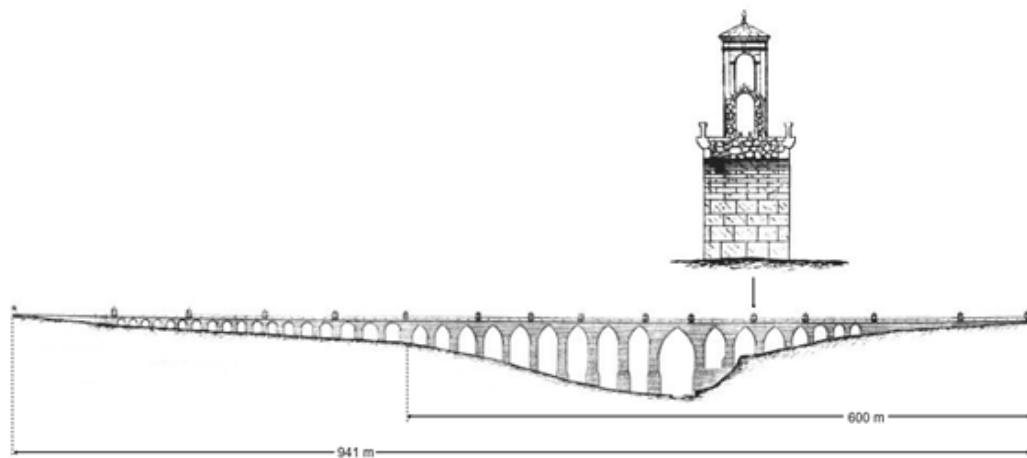
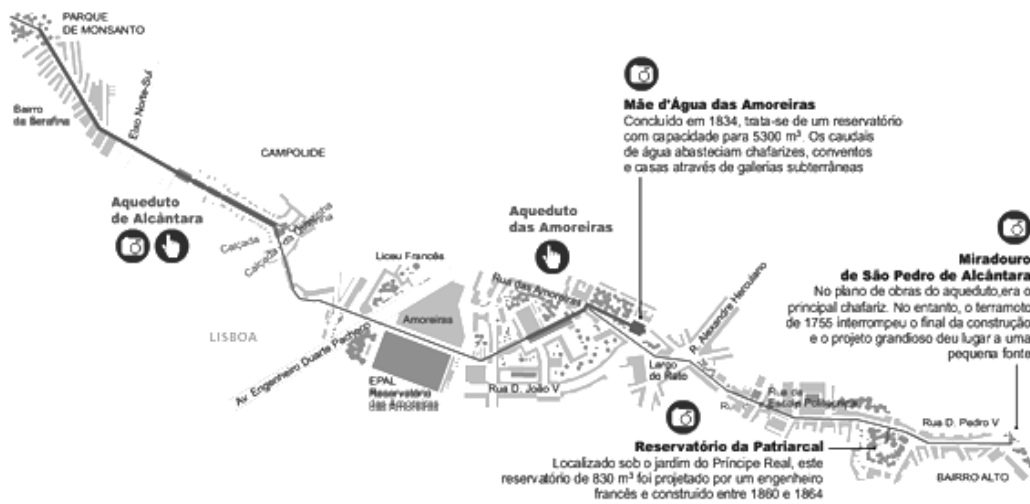


É de salientar as memórias históricas que são tão evidentes nesta freguesia, como o Marquês de Pombal (Alto e Arco do Carvalhão) e a Calçada dos Mestres, do mesmo modo se imortalizaram figuras políticas, escritores e jornalistas, artistas, nobres e militares, com monumentos, dando seus nomes às ruas, entre outras formas de homenagear.

O arabista David Lopes (Revista Lusitana, vol. XXIV, 1992) demonstrou que Campolide significa “campo de Olide”, sendo Olide nome árabe de homem, referenciado na documentação medieval desde o séc. IX, e que está presente noutros topónimos como Valhadolide (cidade de Olide).

A julgar pelas mais antigas referências conhecidas (séc. XII e XIII), a evolução do nome ocorreu da seguinte forma: Campoliti > Campolidi > Campolide .

Duarte Nunes de Leão (XVI) apresenta outras justificações para o nome, considerava ser o “campo em que os da lide estavam alojados” durante o cerco de Lisboa pelos castelhanos, em 1384. Júlio de Castilho (Lisboa Antiga, 1879) defendia que teria origem num campo dos “lites” (nome dado aos escravos libertos pelos Godos), e que estes teriam sido os colonizadores desta área.



Lisboa e o Aqueduto das Águas Livres

A falta de água na capital teve o seu problema resolvido com D. João V e as suas obras do Aqueduto das Águas Livre, de traçado semelhante ao antigo aqueduto romano.

O projeto ficou a cargo de Manuel da Maia, mas foi Custódio Vieira que em 1748 finalizou a construção, concluída na sua totalidade 51 anos depois.

Lisboa se encontrava dividida em duas partes: a mais recente mantinha uma dependência em relação à antiga para abastecimento de água. Em 1731 a água chegou ao resto da cidade por meio da gravidade, percorrendo caleiras abertas, onde a pedra calcária (comum na região) era o material eleito, uma vez que não modificava as características da água.

A paisagem lisboeta foi totalmente modificada. Os chafarizes e as galerias subterrâneas e aéreas distribuídas pela cidade possibilitaram o aparecimento de novos espaços públicos, como jardins, assim como tiravam proveito das praças existentes. Apesar da nova infraestrutura estar localizada entre Lisboa e Caneças a área de influência foi bem maior. Os locais por onde o Aqueduto passava, foram meticulosamente estudados. A parte que atravessa o Vale de Alcântara apontava para uma zona mais alta, onde a cidade crescia. Foi posta de lado a ideia da chegada das águas a S. Pedro de Alcântara, e foi eleito o Rato, pois possuía novos equipamentos urbanos numa cidade em evolução. Alguns estabelecimentos usufruíram da receção direta de água, como o caso da real fábrica de sedas, que foi fundamental para o desenvolvimento do bairro das Amoreiras.

O Aqueduto foi inaugurado no ano de 1744, facilitando a entrada de 3500m³ de água por dia em Lisboa.

Fazendo parte de um conjunto de quase 58km de extensão de aquedutos, congregando com sessenta nascentes, o Aqueduto das Águas Livres conta com aproximadamente 14km de comprimento, sendo oito no município de Amadora.

Imagem 41| Aqueduto das Águas Livres - Troço de Alcântara e Troço das Amoreiras

Fonte: <http://expresso.sapo.pt/aqueduto-das-aguas-livres-grafico-animado=f645413>

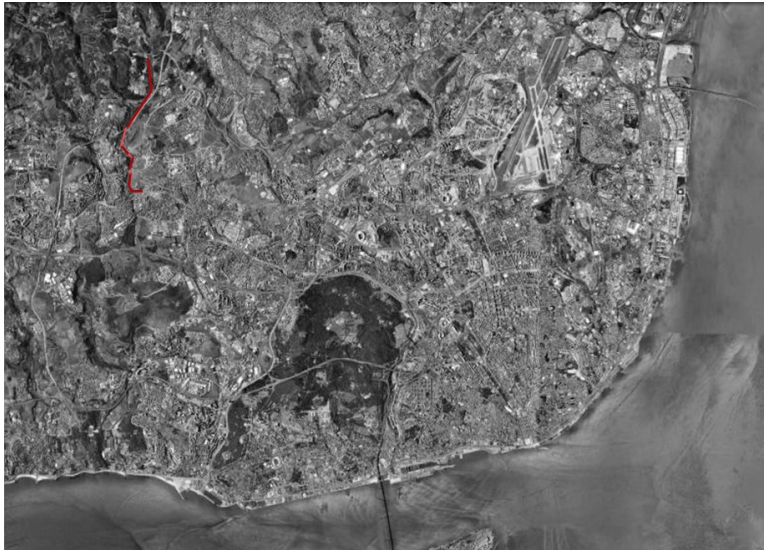


Imagem 42 | Troço de Sintra



Imagem 43 | Troço entre São Brás e a Buraca

Possuidor de uma arquitetura barroca e neoclássica, o Aqueduto exibe três Mães de Água: Mãe de Água Velha e Mãe da Água Nova, em Sintra, e o Reservatório da Mãe de Águas nas Amoreiras. Grande parte da distribuição de água é feita subterraneamente, sendo as partes visíveis ornamentadas de elementos arquitetónicos, das quais se distinguem mães de água, arcarias, respiradouros e chafarizes.

O percurso das águas nasce na Quinta das Águas Livres, em Carenque e na Mãe de Água Velha. Mais tarde foi erguida a Mãe de Água Nova, de frente para antiga, seguindo a mesma linha de cantaria e a forma octogonal, desenvolvendo-se até ao Reservatório da Mãe de Água das Amoreiras - 1746 a 1834, desenhado por Carlos Mardel. Até chegar ao destino a água passa por aquedutos secundários de menores dimensões, que prolongam caudal de água.

Um dos troços mais conhecidos é da autoria de Custódio Vieira, sob o Vale de Alcântara, com 35 arcos, - vinte e um de volta perfeita e catorze em ogiva— e na sua cota mais elevada atinge os 65 metros relativamente ao solo.

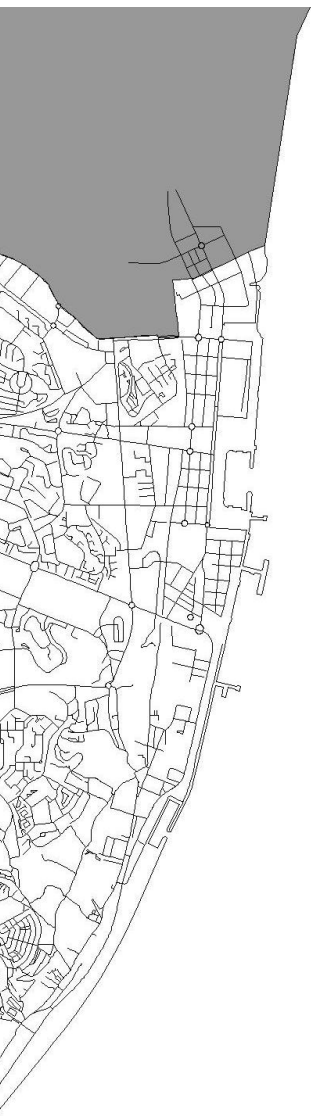


Imagem 44 | Troço de Carnaxide



Imagem 45 | Troço entre Buraca e as Amoreiras





A ESTRADA DE CIRCUNVALAÇÃO

A área em estudo integra três freguesias da cidade de Lisboa: Campolide, Santa Isabel e São Mamede. Com base nos Censos de 2011 verificamos que a freguesia de Campolide tem cerca de 2,79 km² de área para 15 460 habitantes. Tanto a freguesia de Santa Isabel como a de São Mamede foram extintas a 8 de Novembro de 2012, aquando da reorganização administrativa da cidade de Lisboa. Santa Isabel juntou-se à freguesia de Santo Condestável criando a nova freguesia de Campo de Ourique. São Mamede fundiu o seu território com a nova freguesia de Santo António.

Definida pelo decreto de 11 de Setembro de 1852, a Estrada de Circunvalação representava o perímetro da área urbana com cerca de 1208 hectares (superior a 25% da área definida anteriormente). A área em questão era protegida por um muro com portas com efeito de cobrar direitos alfandegários. Em 1886 foi definida uma nova circunvalação, o que possibilitou o crescimento dos limites da cidade.

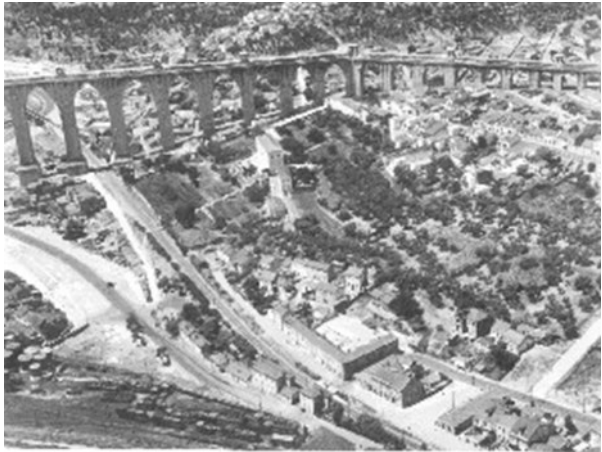


Imagem 47 | Rua B, fotografia tira a 24 Julho de 1934

Fonte: <<http://bairrodaliberdade.com/>> acedido a 12.11.2012.

Imagem 48 | Vista Aérea do Bairro da Liberdade (1950)

Fonte: <<http://bairrodaliberdade.com/>> acedido a 12.11.2012.

Imagem 49 | Bairro da Serafina

Fonte: <<http://aguarelast.blogspot.pt/2008/03/um-sbado-com-o-aqueduto-das-guas-livres.html>> acedido a 12.11.2012.

Imagem 50 | Vista sobre o Bairro da Calçada dos Mestres

Fonte: <http://diasquevoam.blogspot.pt/2008_12_20_diasquevoam_archive.html> acedido a 12.11.2012.

Imagem 51 | Vista para o Bairro da Serafina

Fonte: <<http://aguarelast.blogspot.pt/2008/03/um-sbado-com-o-aqueduto-das-guas-livres.html>> acedido a 12.11.2012.

BAIROS | EDIFICADO

Bairro da Liberdade | A sua construção data do primeiro quartel do séc. XX, com a expansão da cidade de Lisboa. Formado por casebres pegados a Monsanto e espreitando o Aqueduto, ao longo do século o bairro foi continuamente adulterado para além do seu núcleo original. O Bairro da Liberdade (ou das Minhocas, como também era conhecido), nasceu da industrialização de Alcântara, uma vez que as fábricas trouxeram operários vindos de todo o país.

Bairro do Alto da Serafina | Junto de Monsanto e próximo dos parques do Alto da Serafina e da Pedra e do bairro da Liberdade, o Alto da Serafina (anos 30) foi construído dar resposta ao problema de crescimento anárquico do Bairro da Liberdade. Embora diferentes na génese social e urbana, os bairros converteram-se num único, limitados a norte, sul e poente pelo Parque Florestal do Monsanto e a nascente pelo Vale de Alcântara. Os Bairros da Liberdade e Serafina transformaram-se em guetos isolados da restante malha urbana.

Bairro da Bela Flor | O bairro foi construído por uma cooperativa de habitação que tinha em conta o controlo de custos de obra, com arquitetura simples do desenho de blocos de habitação. O bairro distingue-se dos referidos pelos espaços verdes e equipamentos desportivos.

Bairro da Calçada dos Mestres | É um bairro económico do Estado Novo de moradias são geminadas com um pequeno logradouro. Foi construído no final da década de 1950 pelo Plano de Fomento à Habitação para alojar trabalhadores do Estado distribuídos pelo número de filhos.



Imagem 52 | Percursos Clicáveis



Imagem 53 | Metropolitano Lisboa

- Estações de comboio existentes ●
- Linhas de comboio existentes —
- Estações de metro existentes ●
- Linhas de metro existentes —
- Estações de metro planeadas ○
- Linhas de metro planeadas - - -
- Existente —
- Previsto - - -



Imagem 54 | Linhas Ferroviárias de Lisboa

MOBILIDADE URBANA—CIDADE DE LISBOA

Por tão paradoxal como fatal consequência do pensamento contemporâneo, apesar de todos os meios de comunicação que servem o homem e da mobilidade que hoje o anima, nunca ele se encontrou, (...), tão longe de si próprio e tão longe do seu semelhante.”

TÁVORA, Fernando. Da Organização do Espaço. Faup. Publicações, Porto 2006. p. 67-68

As infraestruturas de transportes contribuem para reduzir distâncias, permitindo ultrapassar barreiras físicas naturais, condicionando a acessibilidade das regiões e o seu desenvolvimento económico e social.

A evolução dos transportes e das comunicações tem sido tão rápida podendo afirmar-se que o ser humano vence distâncias, dando a sensação de que a distância diminuiu, “encolhendo” o Mundo.

Um dos aspetos mais notáveis é o congestionamento rodoviário e a saturação de transportes na área metropolitana de Lisboa.

Por isso, no que diz respeito ao conceito de acessibilidade (individual), é preferida a mobilidade coletiva. “A Cidade tem de propor a mobilidade”¹, o transporte coletivo deve prevalecer ao transporte privado, de modo que o uso de transporte individual seja completamente injustificado.



Imagem 55 | Distribuição das Vias na Área de Interv



- Distribuidora principal —
- Distribuidora secundária —
- Distribuidora local —
- Eixo Norte-Sul —
- Túnel do Marquês do Pombal às Amoreiras —
- Rotunda do Marquês \ Congestionamento do trânsito ●
- Estrangulamentos ●
- 709 \ Restauradores — Campo de Ourique —
- 711 \ Terreiro do Paço — Alto Damaia —
- 702 \ Marquês do Pombal — Serafina —
- 732 \ Marquês do Pombal — Caselas —
- 744 \ Marquês do Pombal — Moscavide —
- 746 \ Marquês do Pombal — Alto Damaia —
- 748 \ Marquês do Pombal — Linda-a-Velha —
- 783 \ Amoreiras — Portela —
- 773 \ Rato — Alcântara —

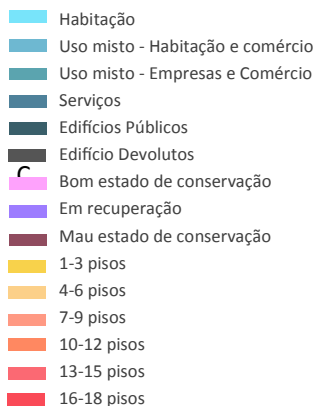


ESTRUTURA URBANA— EDIFICADO

Usos | Junto ao Largo do Rato para além de edifícios de carácter comercial, encontramos, maioritariamente, edifícios públicos e de serviços. Ao longo do Aqueduto das Águas Livres localizam-se edifícios de serviços com relevância para a estrutura urbana da cidade, nomeadamente a Mãe de Água e a EPAL. Mais a norte do Largo do Rato, a zona envolvente ao Jardim das Amoreiras é marcada pela presença da habitação e do pequeno comércio. Junto à Avenida Eng^o Duarte Pacheco existe uma divisão entre a zona este, de habitação e comércio, e a zona oeste, de serviços, entre elas pontuam centros comerciais, dinamizadores da zona.

Estado de Conservação | A maior parte dos edifícios encontra-se em bom estado de conservação. As áreas com maior número de edifícios em mau estado situam-se tangentes ao Jardim das Amoreiras e no quarteirão entre a Avenida Eng^o Duarte Pacheco e a Rua do Arco Carvalhão.

Pisos | A norte a volumetria é muito heterogénea, variando entre os quatro e os dezoito metros de altura, enquanto a sudoeste da zona da intervenção as construções são de uma forma geral mais baixas, constituídas por um a seis pisos.



C

Imagem 57 Planta de Usos | Planta Número de Pisos | Planta de Estado de Conservação





4

TEMA III | AMOREIRAS 2032

PROPOSTA GERAL DE INTERVENÇÃO

MEDIAÇÃO ENTRE AS DIVERSAS PROPOSTAS INDIVIDUAIS.

Imagem 57 | Perfil esquemático das áreas verdes e pontos de interesse da cidade de Lisboa

PERFIL DA SOCIEDADE DE 2032

A partir da análise realizada pelo grupo de trabalho é perceptível que a sociedade de 2032 será na sua maioria uma sociedade envelhecida, com índices de natalidade/mortalidade baixos e com número de famílias monoparentais mais elevado.

A atual crise financeira e a instabilidade profissional irá ter repercussões no mercado imobiliário do futuro. O arrendamento temporário será cada vez mais a opção eleita.

Relativamente à área de Campolide e especificamente à colina das Amoreiras, compreendemos que irá perder o caráter de núcleo empresarial e tornar-se-á num **espaço para viver**. Desta forma, a proposta de grupo vai **contra a densificação massiva da cidade**.

Concluimos ainda que a sociedade de 2032 vivará o espaço público e/ou o espaço verde, dando privilégio aos espaços de lazer ao ar livre que promovem ocupações efémeras. As áreas de lazer exteriores incitam a procura de habitação nas suas proximidades, e os habitantes usufruirão destes espaços como zonas coletivas e de encontro. Deste modo, o espaço contíguo às residências tornar-se-á num espaço exterior partilhado, onde a barreira entre público e privado é a habitação.

A preocupação tida em conta pelo grupo foi a abertura dos interiores de quarteirão à cidade, permitindo uma maior permeabilidade e fruição dos mesmos, onde é possível “viver um pouco mais de espaço livre”.

As transformações da sociedade acompanharão a versatilidade das habitações e dos espaços exteriores, refletindo novas inquietações e respondendo a novas necessidades.



AMOREIRAS | HÁ 20 ANOS

Através de entrevistas realizadas grupo foi possível perceber como é que os ex-habitantes viam Campolide e o que os motivou a mudarem de residência, pondo “sobre a mesa” questões importantes na vida urbana.

Nos dias que correm, famílias com crianças procuram “sossego, tranquilidade e segurança”, e Campolide com o protagonismo urbano que foi ganhando com implantação de centros de negócios, não conseguia proporcionar essas características. Uma das famílias entrevistadas e que atualmente mora na margem sul, confessou que apesar da distância ao centro da cidade e ao trabalho, ganharam “espaço respirável e livre para as crianças crescerem”. O afastamento do centro e a procura pela periferia assentou também na procura de um mercado imobiliário com outras tipologias a preços muito inferiores.

Verificamos que há duas décadas, a existência de pequeno comércio era bastante considerável e gradualmente foi-se extinguindo devido à forte presença do Centro Comercial das Amoreiras.

AMOREIRAS | ATUALMENTE

Com o testemunho de atuais moradores, conseguimos perceber como as famílias vivem nesta zona da cidade, e como se relacionam com as condicionantes naturalmente impostas pelo que foi considerado um centro de capital. Com a baixa natalidade e mortalidade a realidade constatada é de uma população envelhecida.

As famílias compostas por um só individuo têm aumentado consideravelmente nesta zona da cidade, pelo que passam menos tempo em casa, imposto pelo ritmo mais acelerado da vida cidade. Fatores como a facilidade de mobilidade, a fraca dependência do veículo próprio e o uso de transporte públicos coletivos, levam à escolha desta zona, em contra partida o tráfego rodoviário, nas horas de ponta é bastante intenso, sendo um ponto desfavorável.

Imagem 58 | Panorâmica do Alto de Campolide tirada do Aqueduto das Águas Livres (1939) e da rua das Amoreiras.

Fonte: Arquivo fotográfico da C.M.Lisboa. Imagem 59 | Fotografias atuais, da autoria do grupo sobre a zona de intervenção.



Imagem 60 | Fotografias da área de intervenção
Fonte: Fotografias da autoria do Grupo

ANÁLISE SWOT

Pontos Fortes

- Proximidade com o Largo do Rato e complexo das Amoreiras
- Aqueduto das Águas Livres
- Carácter heterogéneo
- Proximidade entre trabalho – habitação
- Rede viária principal bem identificada
- Envolvente bem servida de equipamentos, comércio e serviços
- Bons níveis de acessibilidade rodoviária ao nível metropolitano

Fraquezas

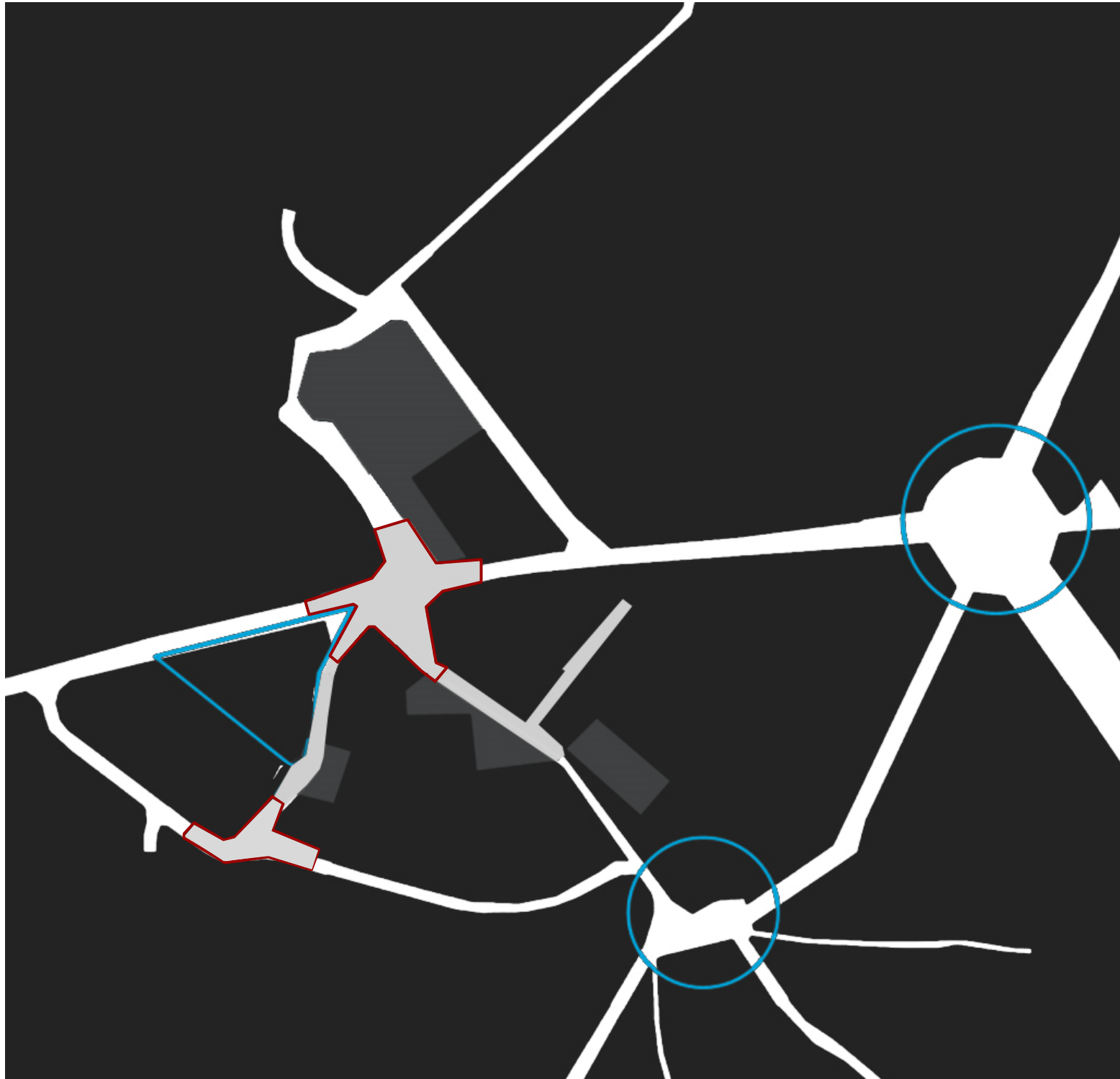
- Poucos espaços verdes públicos de permanência
- Passeios muito estreitos
- Poucas áreas pedonais
- Elevada densidade de ocupação e construção em alguns quarteirões
- Desajustamento entre a população que usa a cidade e que nela habita
- Desadequação das tipologias e áreas dos fogos às necessidades e estilos de vida da população na área central

Potencialidades

- Espaços expectantes
- Proximidade com o Largo do Rato e com o complexo das Amoreiras
- Percurso contínuos
- Interstícios de quarteirões
- Policentrismo
- Expansão metropolitana

Ameaças

- Muitos Centros-Comerciais
- Cidade bastante consolidada
- Congestionamento urbano
- Saída da população para áreas suburbanas
- Forte dependência de transporte individual







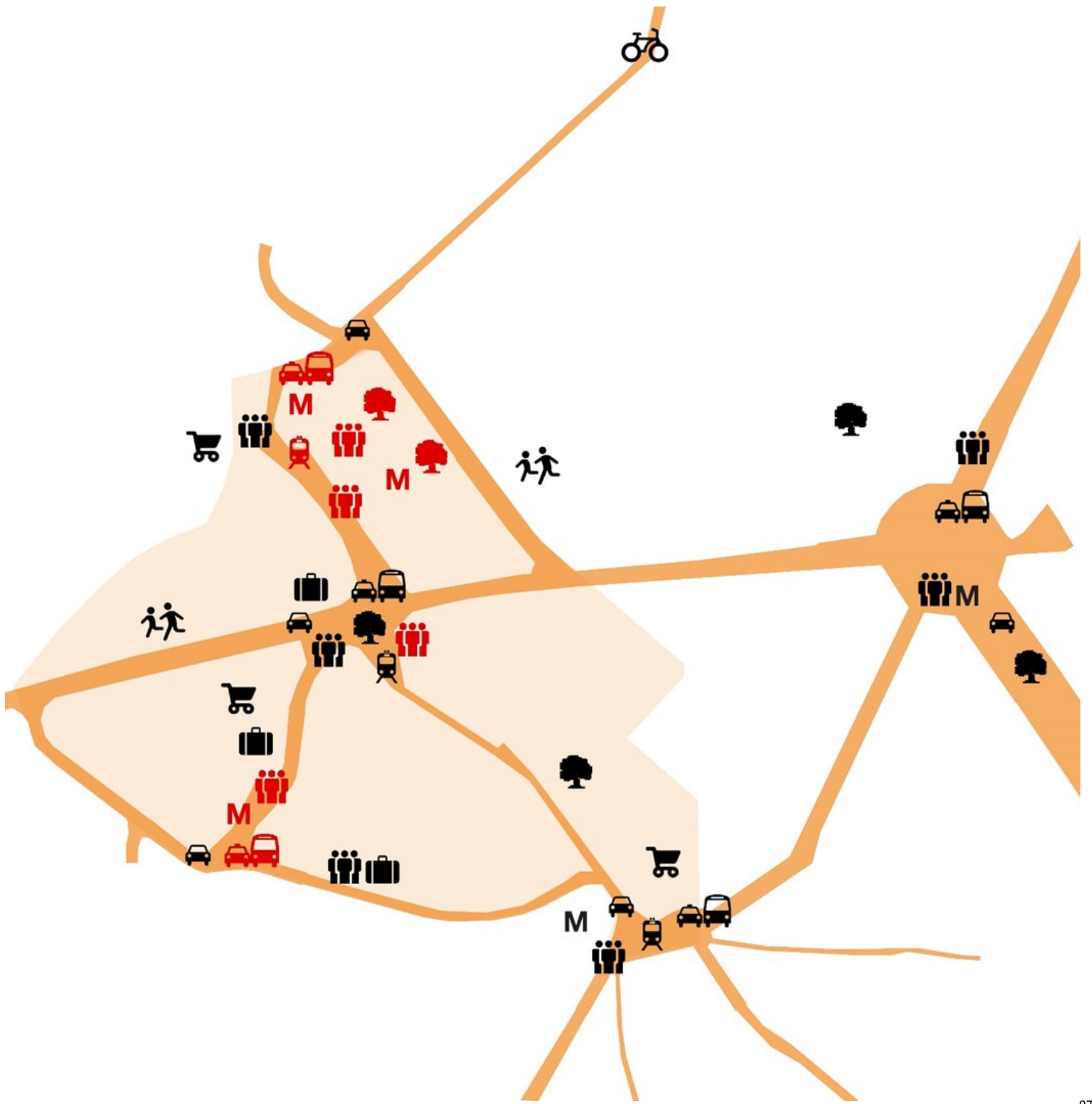
IDENTIFICAÇÃO LOCAL

Para uma análise mais profunda do local, foram identificadas as centralidades existentes na área de intervenção e os locais de grande concentração de veículos automóveis.

Do mesmo modo foram apontadas as áreas expectantes, que pela função desadequada e pelo abandono, não são utilizadas. No mesmo registo traçamos as áreas que apresentam problemas ao nível da circulação pedonal e viária, concluindo que há mais deslocação automóvel do que pedestre.

Por se tratar de uma área heterogénea, começamos por reconhecer o carácter associado a determinados locais, para numa fase seguinte identificar as fragilidades desses espaços. Desta forma, são propostas novas utilizações que resolvam os problemas das áreas reconhecidas como expectantes, criando novas potencialidades.

-  Centralidades
-  Áreas de Confluência Viária
-  Áreas Problemáticas
-  Áreas Expectantes





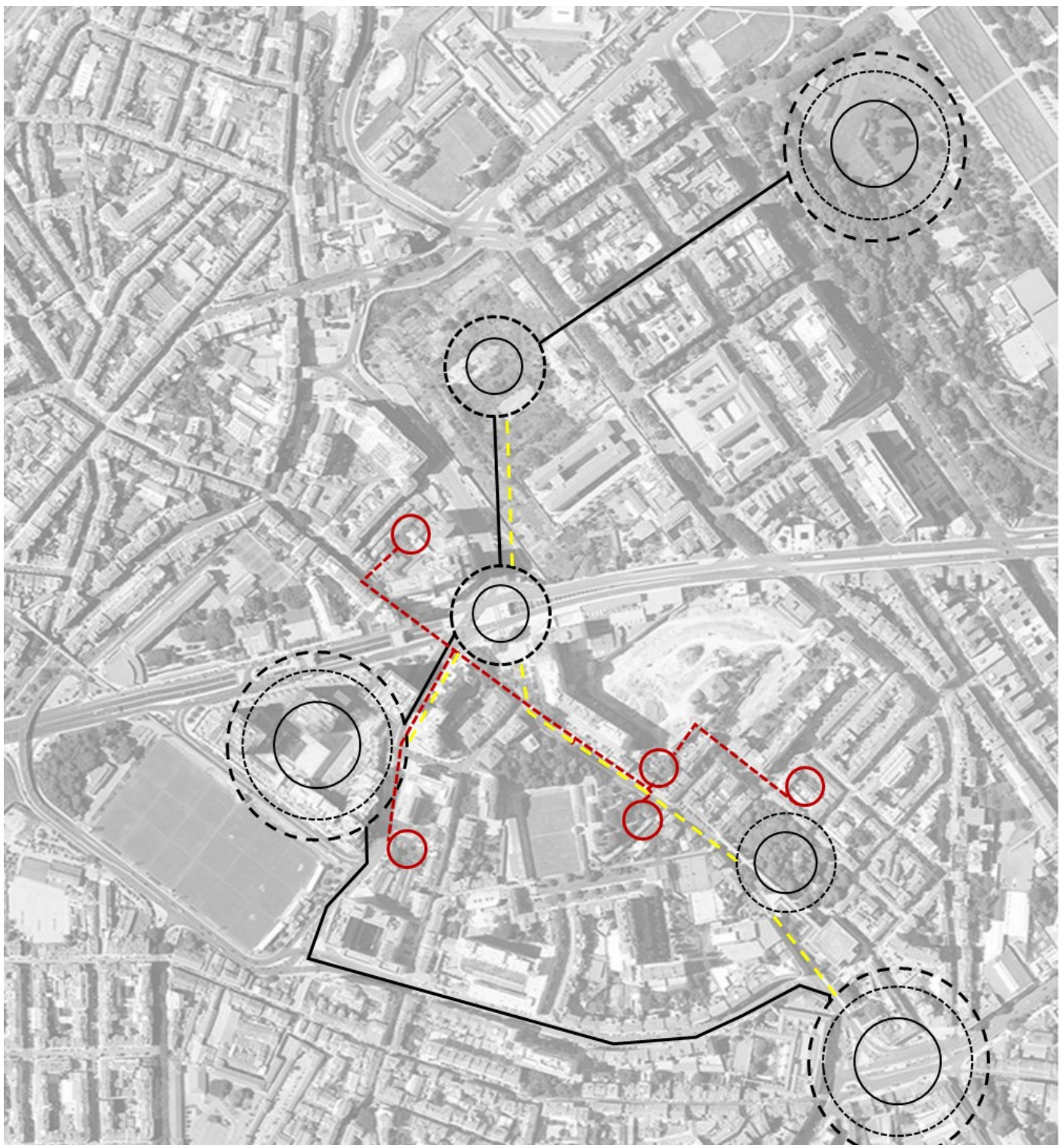
Consideramos importante assinalar os locais com maior concentração de pessoas, tal como os principais percursos pedonais que realizam, compreendendo que a permanência das pessoas está diretamente associada aos locais de paragem de transportes públicos.

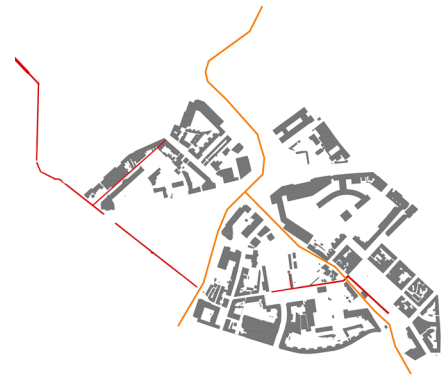
Num segundo momento, e compreendida a zona de intervenção na sua globalidade, foram eleitas, pelo grupo de trabalho, as zonas passíveis de intervenção pormenorizada e possíveis percursos pedonais, cruzando-as com as áreas de intervenção individual, que se encontram ao longo de uma estrutura verde, e relacionando-as diretamente com as centralidades existentes e com aquelas que se podem tornar as novas centralidades.

- Eixos viários
- Pontos de atração propostos
- Pontos de atração existentes

Imagem 62 | Esquema dos pontos de atração locais.

Fonte: Esquema e fotografia produzidos pelo grupo. Fotografia Marquês de Pombal disponível em <Googlemaps.pt>








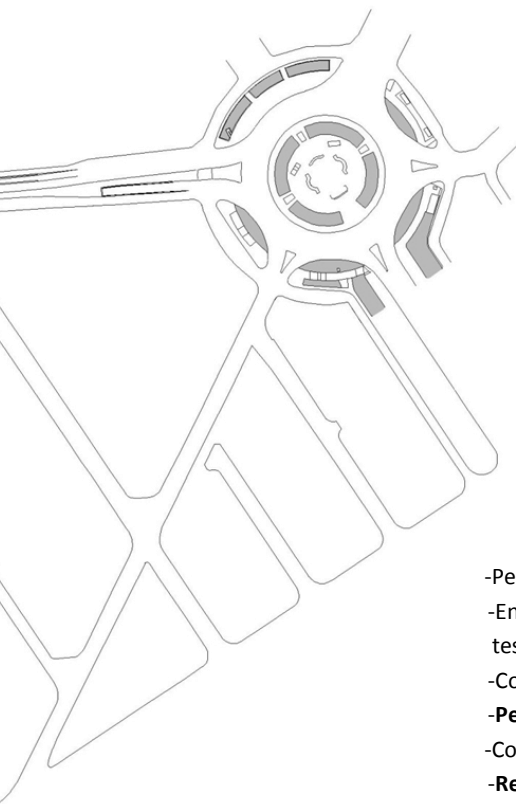
CENTRALIDADES: MACRO/ MICROCENTROS

Para se classificar os espaços como macrocentros e microcentros começou-se por esclarecer os dois conceitos. Um macrocentro é um local de grande importância, ao qual afluem muitas pessoas que podem apenas passar por lá ou permanecer por diversos motivos. Um microcentro é um local, que independentemente das dimensões, pode ter algum afluxo de pessoas mas sempre inferior aos macrocentros, e que ocorre devido a uma atração esporádica que possa existir na zona.

A estratégia de intervenção proposta representa um filtro entre os dois tipos de escala, o macro e o micro, e pretende resolver o espaço intersticial.

-  Eixos de intervenção
-  Projetos individuais
-  Centralidades e áreas de influência





ESTRATÉGIA GERAL | DIRETRIZES DA PROPOSTA DE GRUPO

- Pensar nas **habitações** e na cidade de modo a permitir a vinda de famílias com filhos;
- Encerramento de algumas vias de circulação ao transporte privado, incentivando o uso de transportes públicos;
- Condicionar o estacionamento dos automóveis;
- Percurso pedonal** que liga todas as áreas de intervenção;
- Conectar os núcleos principais com praças, promovendo a permanência e a circulação das pessoas;
- Revitalização** da cidade pelos jardins/parques, considerados para os moderadores;
- Valorização dos espaços livres e do percurso pedonal;
- Identificação dos principais problemas dos jardins locais.


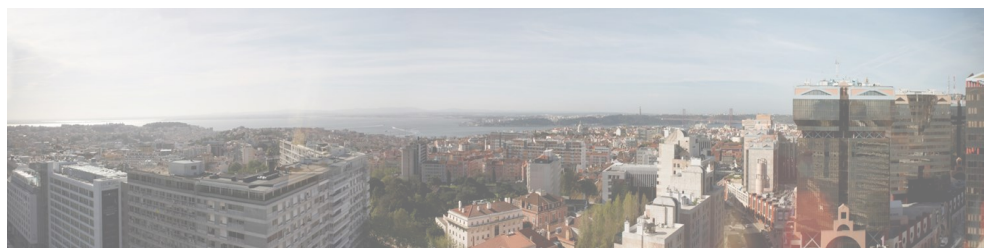
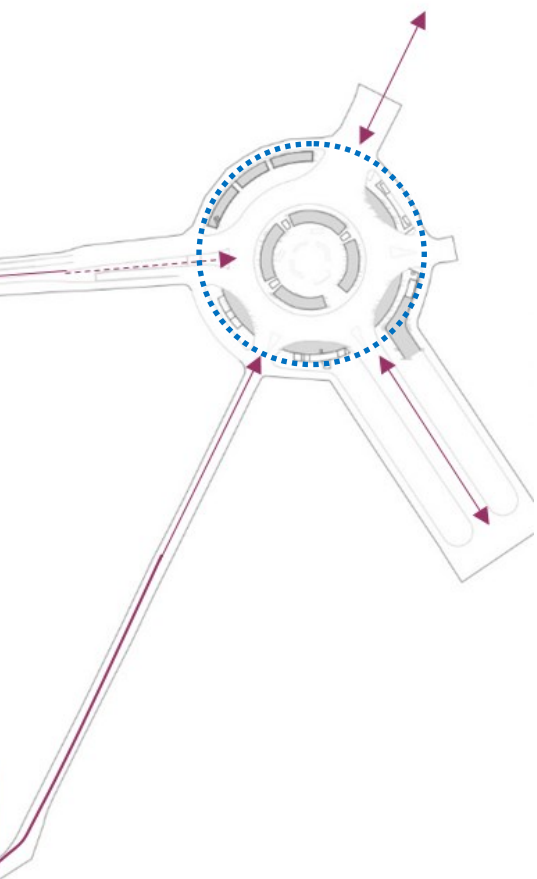
 Área abrangida pela proposta urbana

Imagem 64 | Delimitação das Áreas de Intervenção





Deste modo, procuramos oferecer a este “pedaço” características policêntricas, através de uma iniciativa de promoção de espaços públicos e da mobilidade pedonal.

A estratégia geral proposta pelo grupo partiu da análise das seguintes características locais:

- Áreas de Intervenção individuais;
- Policentrismo;
- Estrutura Viária;
- Estrutura Verde;

••••• Estações de metro existentes

— Estações de metro propostas

— Principais eixos viários

Imagem 65 | Vista sobre a área de intervenção. Fonte: Fotografia tirada pelo grupo.

Imagem 66 | Esquema de mobilidade, principais estações de metro e eixos viários



O VERDE DA CIDADE

Através do trabalho de campo realizado nas diversas visitas ao local, conseguimos perceber a relação estabelecida entre a área em estudo e o resto da cidade, em particular as estruturas verdes que representam uma parte significativa na cidade de Lisboa. Esta eleição do espaço público, nasce em concordância com o perfil social definido, onde é valorizado o espaço exterior como área de convívio por excelência. Deste modo consideramos essencial a presença de áreas verdes como a Serra de Monsanto e o Parque Eduardo VII.

A importância da estrutura verde e dos espaços “ vazios” na área urbana, é sustentada pela ideia de maior permeabilidade em detrimento da densificação, contribuindo para a melhor qualidade de vida dos habitantes.

Com base na análise e na percepção da “massa” arborizada, houve a necessidade de expandir a área de influência, de forma a alargar a análise ao resto da cidade. Foi elaborado um mapeamento e levantamento de estruturas verdes representativas na cidade, onde através do estudo comparativo compreendemos as características e especificidades de cada um desses espaços, as diversas escalas, como as características espaciais e geográficas, de modo a definir o que cada um deles proporcionava à cidade e aos seus habitantes.

Assim, nasceu o desejo de associar a proposta geral ao conceito de “Cidade-Jardim”, onde todas as intervenções se relacionam de forma direta e indireta com o espaço público, valorizando os espaços livres, verdes e pedonais. Os projetos realizados, tanto o de grupo como os individuais, propõem a revitalização da cidade através dos jardins e parques, onde o espaço público se assume como protagonista.

LEGENDA:

1. Parque do Monsanto
2. Tapada das Necessidades;
3. Jardim da Estrela;
4. Jardim Público na Rua Imprensa à Estrela;
5. Jardim Público na Rua de S. Bento;
6. Clube de Golfe das Amoreiras;
7. Jardim pertencente a EPAL;
8. Área verde degradada / Não acessível;
9. Jardim pertencente a EPAL;
10. Jardim das Amoreiras;
11. Parque Eduardo VII;

Imagem 67 | Planta de Mapeamento de Zonas Verdes, Lisboa





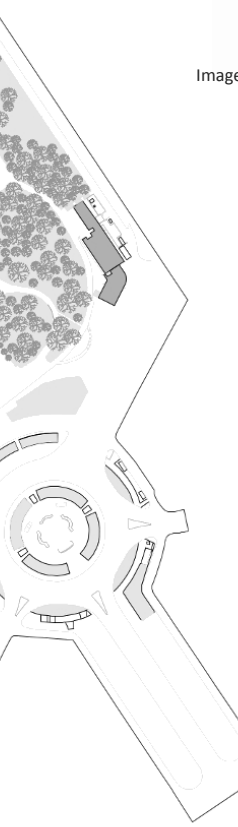
Imagem 69 | Áreas influentes ao projeto.



Imagem 70 | Marcação do Percurso



Imagem 71 | Marcação da Zona central.



MASTERPLAN

Para a proposta de grupo, como já foi referido consideramos alargar a área envolvente, não restringindo-a às áreas de intervenção individuais, estudando os diferentes centros existentes. A frase que está por detrás do pensamento da proposta é “**libertar o chão**”, de acordo com o que o próprio espaço permite.

De seguida são mencionadas as principais propostas do grupo:

Intervir na zona central, de modo a que o peão seja privilegiado. Assim, o trânsito à superfície será cortado, permitindo apenas a circulação de autocarros, *minibus* e *ecobus*;

- A norte, na zona de Campolide, o muro que encerra o Instituto Geográfico é arrasado, abrindo este espaço para os cidadãos e um novo parque nascerá da compreensão dos outros parques e jardins da cidade;

- Este espaço atualmente expectante será um parque mediador das diferentes malhas urbanas: uma mais consolidada, de avenidas e quarteirões organizados e outra mais livre e sem regras.

Decifrados os centros apontados, compreendemos que a praça Marquês de Pombal, uma vasta área, é mais usada/vivida pelos automóveis e marcada pela presença do parque Eduardo VII, enquanto no Largo do Rato, entendido a uma escala mais humanizada, há um grande movimento de pessoas.

As Amoreiras (anteriormente considerado um antigo centro e bastante emblemático na data da sua construção) nos dias de hoje perdeu a força e impacto de outrora, uma vez que o centro de negócios de Lisboa se dissipou e o centro comercial foi ladeado por edifícios tão altos quanto ele. No entanto, acreditamos que a zona em questão volte a ganhar expressão com a nova estação do metro, que trará mais pessoas, e por sua vez, mais movimento. Consideramos ainda a zona norte, de Campolide e a sua futura estação de metro e o atual túnel do comboio.

O que temos em comum nestes centros?

As pessoas e os transportes públicos, as suas circulações, movimentações e permanências que geram. Conseguimos deste modo “*coser*” todas as centralidades referidas num percurso que une estes pontos e que ao mesmo tempo liga as áreas verdes e as propostas individuais.

Imagem 68 | Proposta de intervenção.

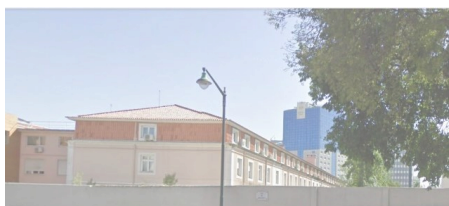


Imagem 72 | Fotografia sobre o terreno envolvente do Instituto Hidrográfico.

Fonte: Fotografia elaboradas pelo Grupo







PARQUE

A norte de Campolide identificamos uma grande área que atualmente está ao abandono. De modo a transformar este local a estratégia de intervenção passou por oferecer aos cidadãos um novo fragmento de cidade que apresenta muito potencial.

Começamos por redefinir um novo limite para o Instituto Geográfico, desenhando um novo muro que se destina a arte urbana, à semelhança do que já acontece ao longo do muro existente e uma vez que a intenção não é remover esta “galeria pública”.

O parque proposto não pretende criar um ponto de rutura. Funciona como elo de ligação entre duas zonas da cidade com malhas urbanas distintas. A ligação para poente foi privilegiada, refletindo-se na nova organização de escadas e rampa, permitindo a ligação à praça na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco e ao Parque Eduardo VIII.

É também proposta uma saída de metro no parque, junto ao muro a sul do Instituto Geográfico. O acesso ao metro está “voltado” para a Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, e tem igualmente ligação ao comboio, pois por estudos e levantamentos realizados é sabido que o comboio se encontra a 62,5 m de profundidade. É ainda construída uma outra saída do metropolitano na Rua Marquês da Fronteira, junto a paragens de autocarros.

A opção de rebaixar a praça resulta da vontade de a resguardar dos carros que circulam nas vias rodoviárias envolventes, proporcionando maior conforto e comodidade aos peões e utilizadores do parque.

A mancha verde proposta é dada pela copa das árvores para que as pessoas possam usufruir o “chão” na sua totalidade. Este facto procura resolver o problema que se verifica quando o verde é dado por um relvado, na nossa cidade o espaço não é vivido tão livremente como noutras culturas europeias.

O desenho do mobiliário urbano foi tido em conta, e os bancos dispõem-se sempre em zonas cujas copas das árvores são mais baixas, permitindo algum recolhimento e sombra. As zonas de estar encontram-se nas laterais, fora do eixo central, uma vez que este é uma zona mais de passagem. Junto à Avenida Conselheiro Fernando de Sousa, localizam-se as árvores de copa mais elevada permitindo deste modo um fluxo mais rápido de pessoas.

A vegetação eleita para o parque incidiu na Olaiã, Freixo e Espinheiro-da-Virgínia, para além de alguma vegetação já existente no local que se manteve.

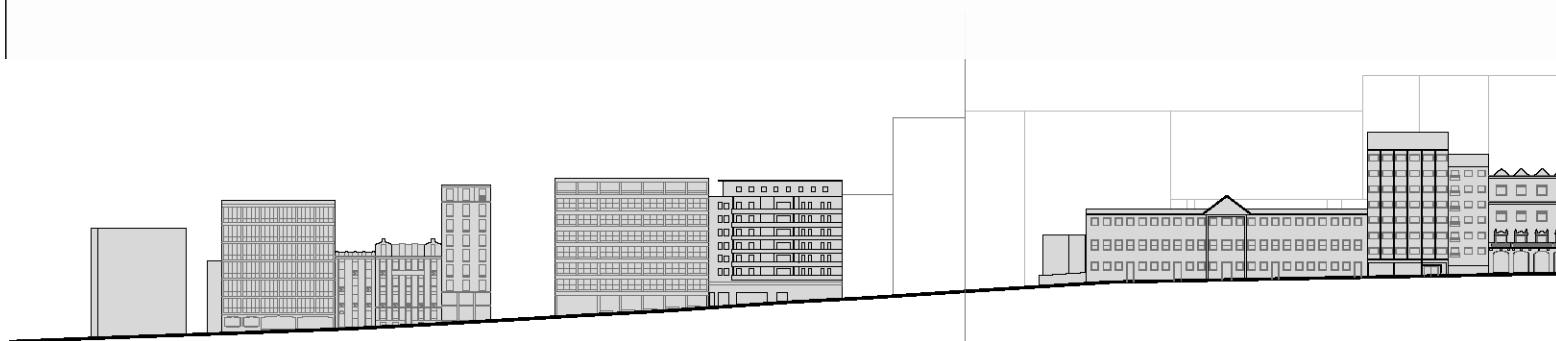
Imagem 73 | Planta na zona do Parque.

Imagem 74 | Fotografias atuais do local .

Fotografias produzidas pelo grupo e disponíveis em <Googlemaps.com> acedidas a 10.09.2013



0m 5m 20m 30m 50m



0m 5m 20m 30m 50m

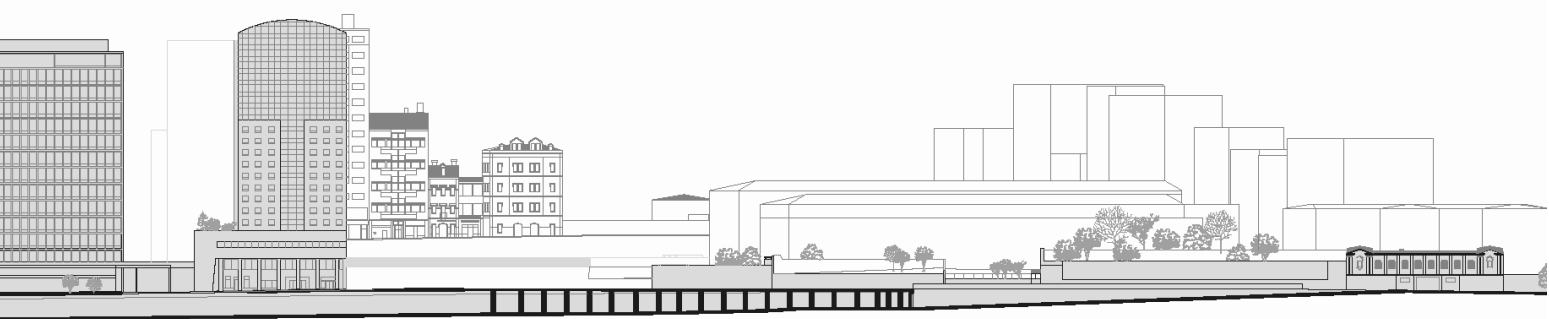




Imagem 76 | Fotografia sobre o terreno envolvente à Av. Duarte Pacheco.
Fonte: Fotografia elaborada pelo Grupo







Imagem 77 | Zoom na zona do Parque.

Imagem 78 | Fotografias atuais do local.

Fonte: Planta elaborada pelo grupo.

Fotografias disponíveis em :

<<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=233043> >accedidas a 10.09.2013



PRAÇA

Continuando a descer o percurso desenhado encontramos-nos na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, onde grupo de trabalho elegeu um desenho de praça, uma vez que existe uma forte confluência de trânsito e uma quebra acentuada no fluxo dos peões, que deparam-se com uma dificuldade no atravessamento.

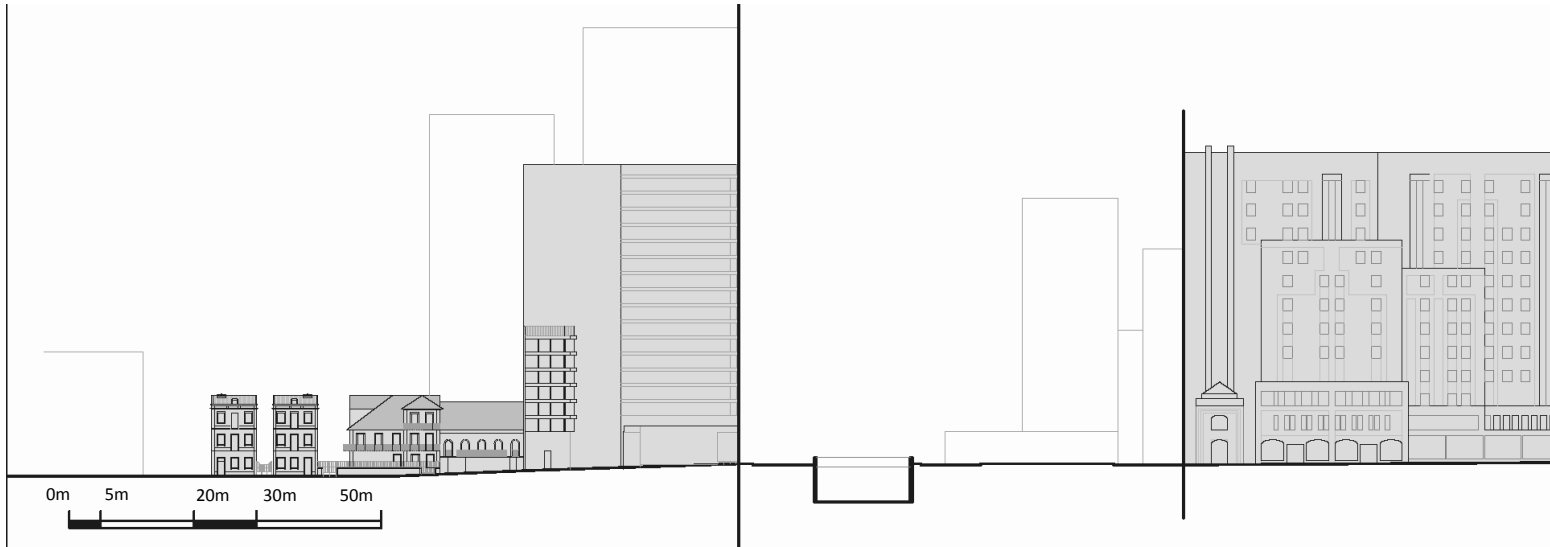
A estratégia de intervenção para esta zona da cidade passou também pela revitalização do eléctrico, como forma de recuperar uma característica local. Este meio de transporte passa por entre as árvores existentes (plátanos), contribuindo para um ambiente agradável.

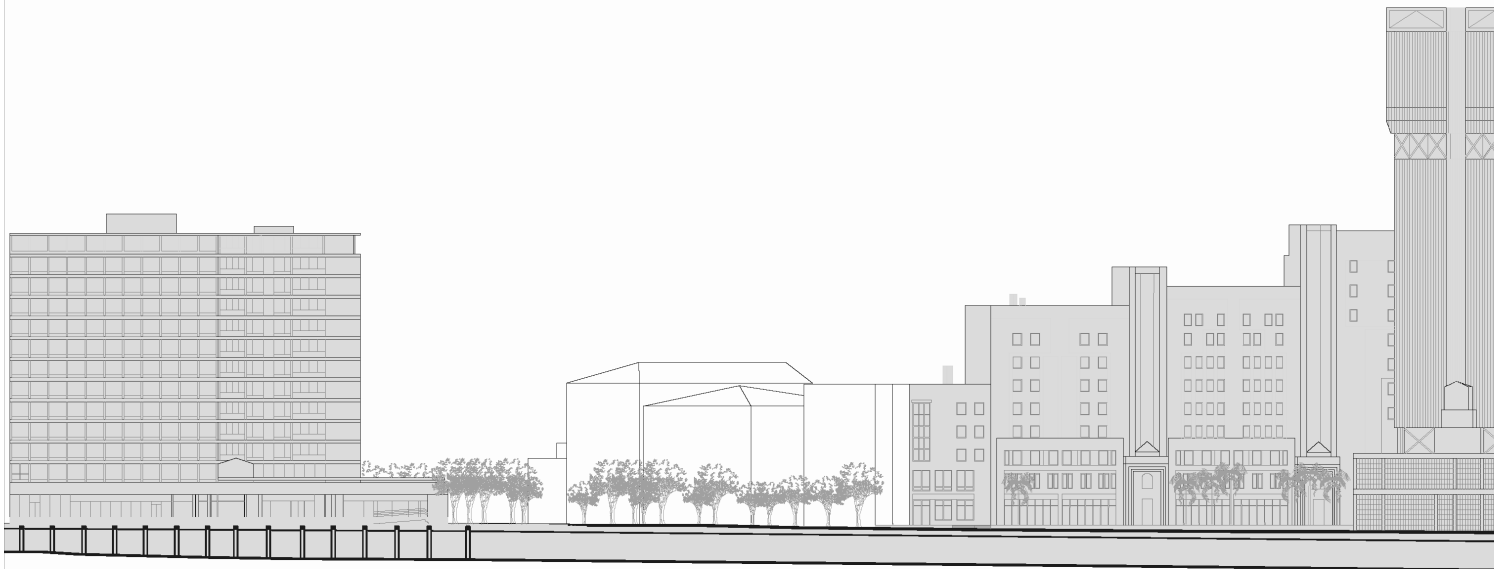
Relativamente ao pavimento, concordamos por manter o existente, a calçada portuguesa (pedra calcária branca alternada com pedra basáltica preta) e estender o seu desenho de pavimento às vias de trânsito, admitindo que o atrito deste material obriga os veículos a reduzir a velocidade, condicionando o trânsito à superfície, de modo a resolver os problemas referidos.

Na praça em questão, a circulação automóvel é controlada. O trânsito à superfície é fechado aos automóveis privados, excetuando os veículos que vêm da direção da rotunda do Marquês de Pombal para virar na Avenida Conselheiro Fernando de Sousa e transportes públicos. Todas as outras direções e sentidos circulam pelo túnel existente da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco.

O percurso estabelecido termina no Largo do Rato. Até este destino é possível verificar passeios para os peões muito estreitos, onde grande parte das vezes o pouco espaço é ocupado por um carro estacionado. Deste modo achamos importante o alargamento dos passeios e em lugares próprios e organizados para estacionamento. No Largo do Rato alargamos a faixa central destinada aos transeuntes eliminando o troço de via de passagem de transportes públicos e promovendo mais espaços de estar e zonas dedicadas à espera dos diversos autocarros que por lá passam.

A última intervenção diz respeito à rua que une o Largo do Rato ao Jardim das Amoreiras. Por ser uma ligação direta ao jardim consideramos que a solução indicada seria o encerramento da Calçada Bento da Rocha Cabral aos carros, permitindo um passeio amplo que culmina num agradável jardim.





0m 5m 20m 30m 50m



Imagem 79 | Perfis de rua referentes à Avenida Eng. Duarte Pacheco



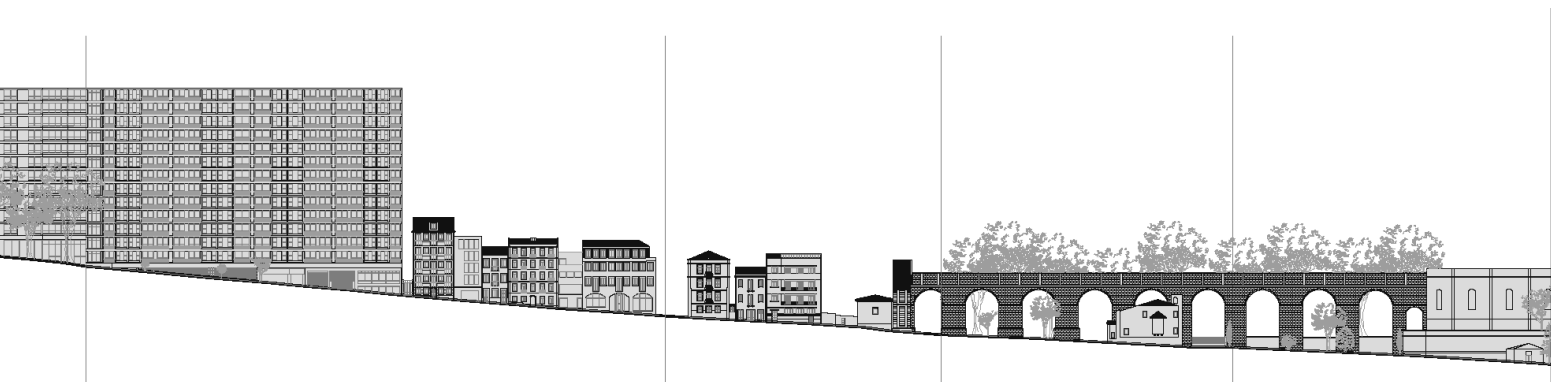


Imagem 80 | Perfil da proposta de intervenção para a rua das Amoreiras



Imagem 82 | Olaia | Imagem 83 | Freixo | Imagem 84 | Tília-prateada | Imagem 85 | Plátano

FREIXO:

Copa: estreita e alta, sem forma regular e com ramos erguidos

Tronco: Alto e direito, casca acinzentada com gretas pouco profundas.

Folhas: Compostas, verde-escuras, em forma de lança e com margens finamente serradas.

Flores: Cachos pequenos, amarelo-esverdeados, com pétalas estreitas e longas, muito afastadas. Abril—Maio, antes das folhas.

Altura: 25 metros.

Localização na cidade de Lisboa: Campo Grande, jardim da Estrela e Avenida das Forças Armadas.

OLAIA:

Copa: Redonda e aberta, em forma de guarda-sol, com ramos erguidos.

Tronco: Fino, baixo, casca castanho-escuro e lisa.

Folhas: Grandes, simples, verde-claras em forma de coração.

Flores: Pequenas cor-de-rosa inseridas nos ramos e também no tronco. Março—Abril.

Altura: 10 metros.

Localização na cidade de Lisboa: Rua Mouzinho da Silveira, na Quinta das Conchas, Sé de Lisboa e no Parque Eduardo VII.

TÍLIA-PRATEADA:

Copa: Larga e volumosa, fazendo lembrar ligeiramente uma pirâmide

Tronco: Largo e pouco alto, casca cinzento-esverdeada, inicialmente lisa e, mais tarde, gretada.

Folhas: Simples, estreitas e arredondadas, verde-escuras, bastante rugosas.

Flores: Pequenas, muito aromáticas, pálidas. Maio- Junho.

Altura: 20 metros

Localização na cidade de Lisboa: Na Praça da Alegria, no Jardim do Príncipe Real, no Jardim da Estrela e no Jardim das Amoreiras. Na Avenida Infante Santo existe em alinhamento.

PLÁTANO:

Copa: Alta, esférica, irregular e ampla.

Tronco: Largo com casca lisa, geralmente castanho-claro, cheia de manchas esbranquiçadas e arredondadas

Folhas: Simples, largas, verde-amareladas, com entradas profundas e saliências pontiagudas.

Flores: Muito pequenas, verdes. Abril—Junho.

Altura: 30 a 40 metros

Localização na cidade de Lisboa: Está presente no Jardim do Campo Grande, no Campo Pequeno, ou na Quinta das Conchas, quer em Avenidas, como na Avenida da República.

MATERIALIDADE

Em termos de materialidade utilizada nos pavimentos optámos por novos materiais como também por tirar partido e reusar materiais já existentes:

Calçada Portuguesa, que para além de permitir uma leitura de continuidade da praça a sul em frente ao Centro Comercial das Amoreiras, permite também a integração do parque com a envolvente.

Pedra de Lioz, sendo um material nobre e caro é apenas utilizado nas escadas, na rampa e no revestimento dos bancos que se encontram no parque .

Lajetas de Betão Branco pré-fabricado, surgiram pela procura de uma relação cromática com os restantes materiais, pelas versatilidades das proporções e também pelo seu custo.

ESPÉCIES VEGETAIS

As árvores eleitas para pontuar os novos espaços e todo o percurso foram: O Freixo, Olaias e a Tília plateada, por apresentarem características que potenciam o desejo do grupo para cada ambiente proposto. Ao mesmo tempo o grupo concordou por manter algumas das arvores já existentes, como os plátanos na praça central da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, visto que proporcionam um ambiente agradável que favorece a praça desenhada pelo grupo.



Imagem 81 | Corte B/B'



Corte Transversal C/C'

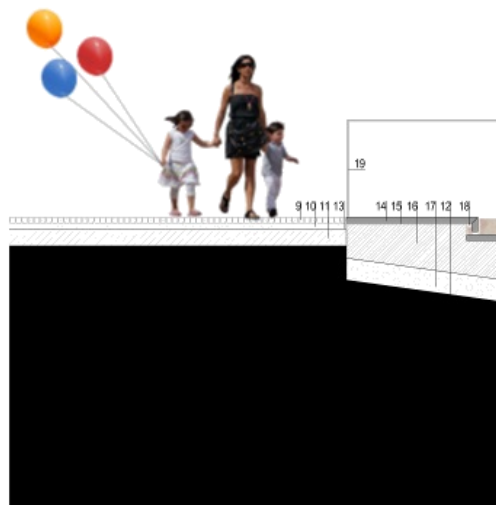
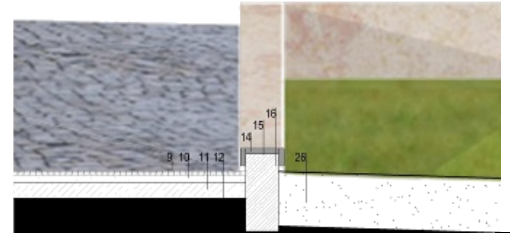
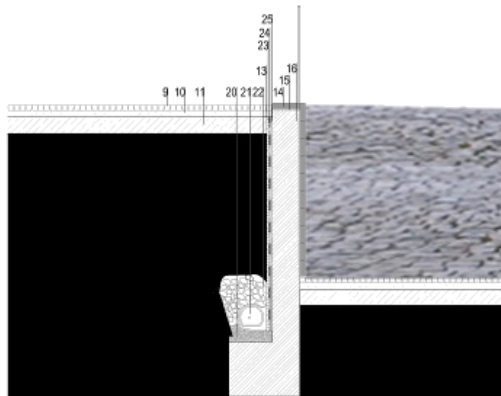
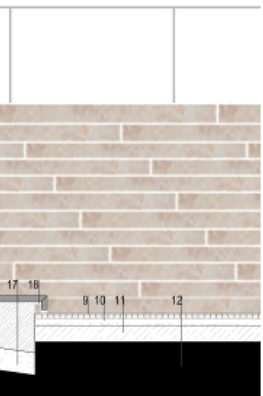
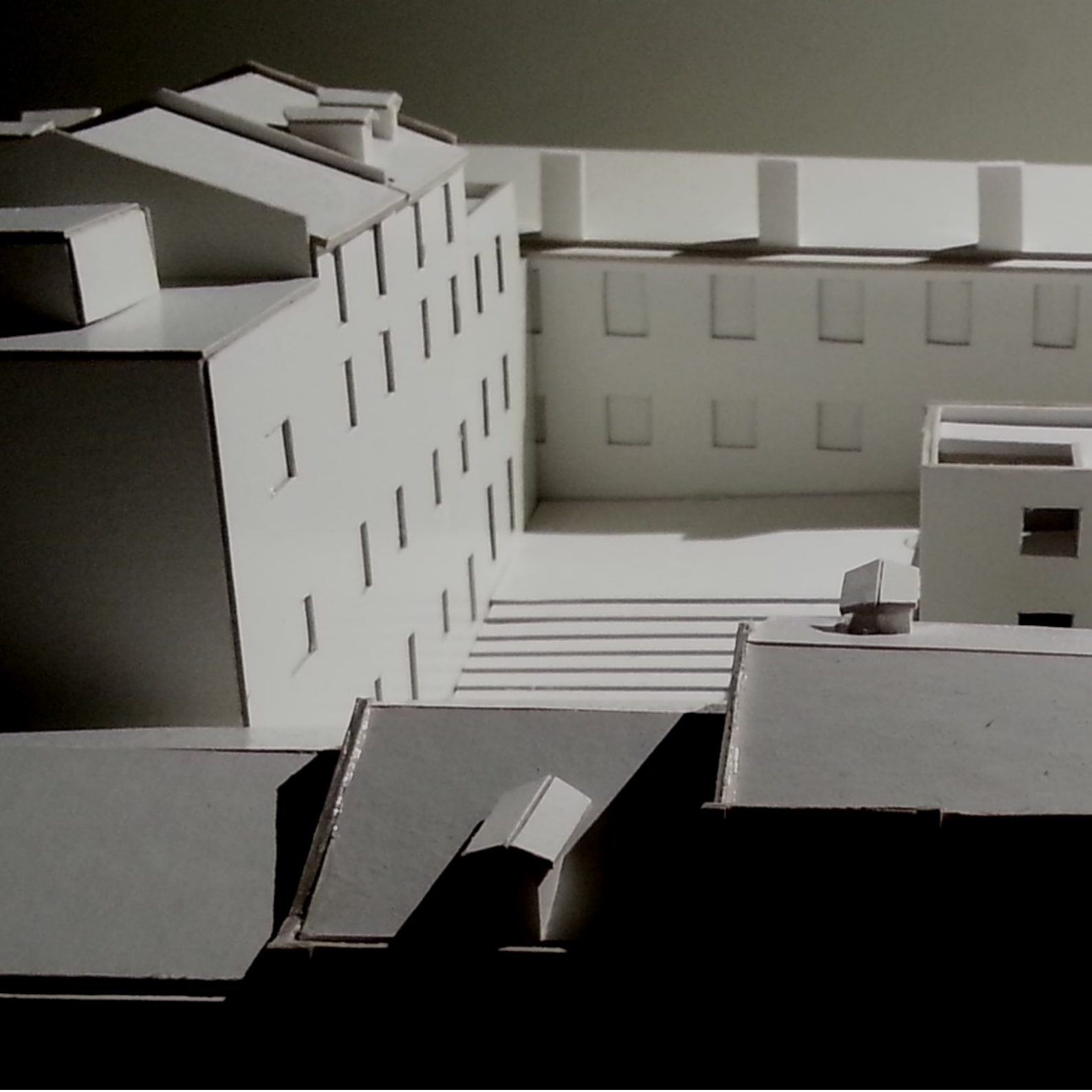
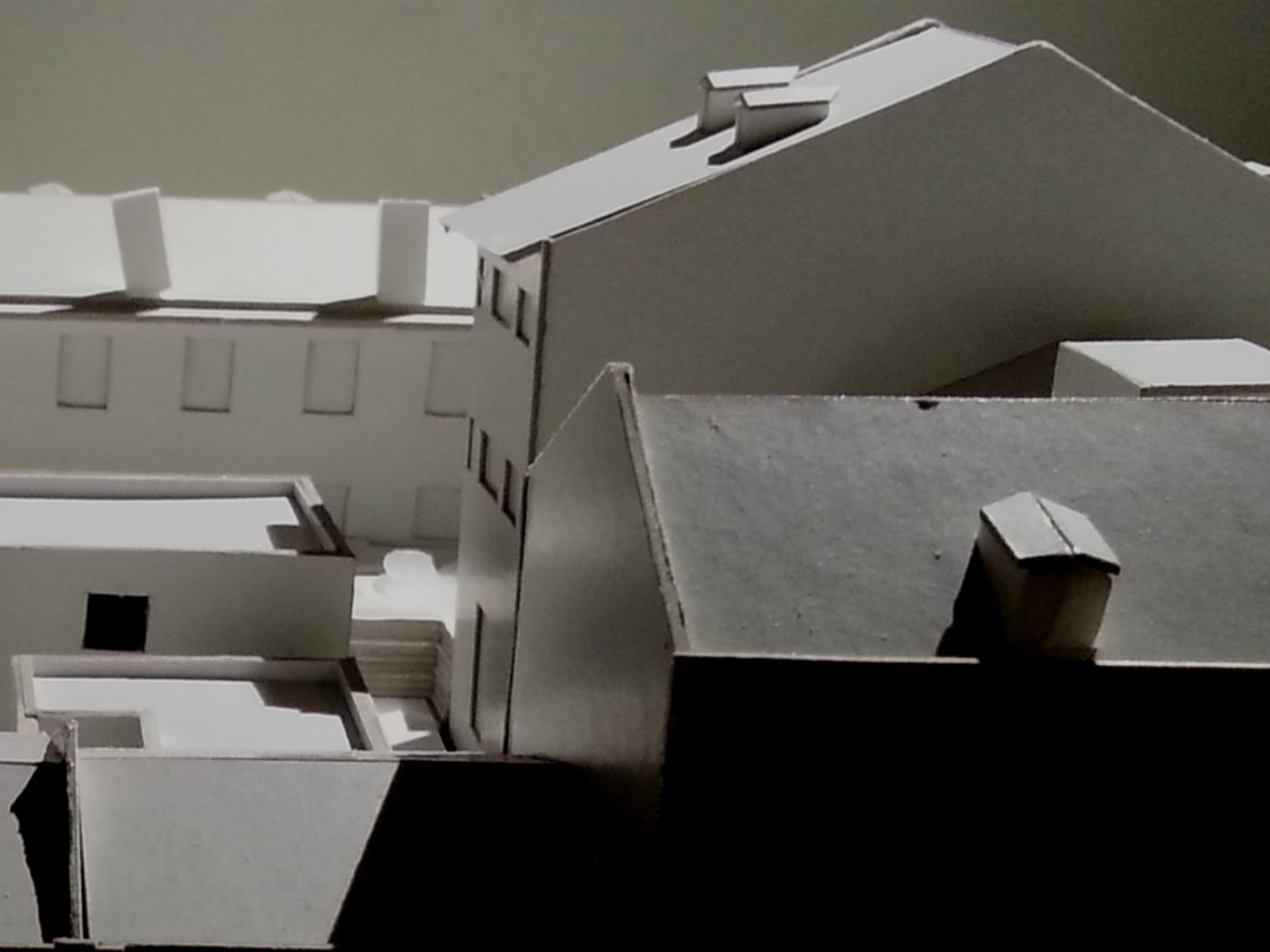


Imagem 86 | Pormenor construtivo da proposta

1- Camada betuminosa de desgaste e regularização 2- Camada granular de base (0.20m) 3- Camada de Fundação (0.20m) 4- tubo coletor em pvc
 5- Lancil de pedra basáltica 6- Grelha de sargeta em ferro fundido 8- Fundação em betão de lancil 9- Calçada Portuguesa de pedra calcária assente com traço de cimento 10- Camada de cimento e areia 11- Camada de base Tout-venant 12- Terreno natural compactado 13- Cantoneira em "L" 14- Lajetas de pedra lioz (1.20mx 2mx 0.05) 15- Cimento cola 16- Estrutura em betão armado 17- Camada de enrocamento (0.20m) 18- Iluminação 19- Guarda metálica 20- Camada de forma 21- Tubo geodreno 23- Manta geotêxtil drenante 24- Sistema de impermeabilização com membranas betuminosas 25- Reboco areado 26- Terra vegetal .







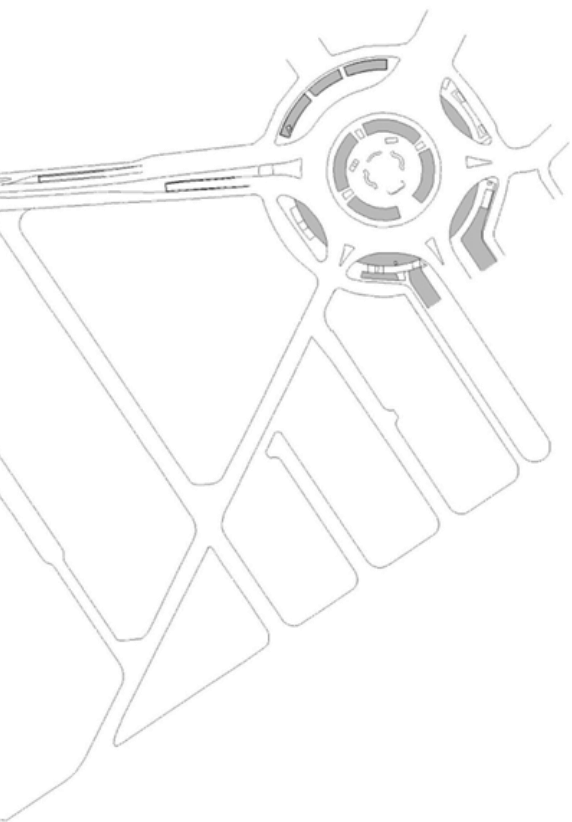
5

QUATRO HABITAÇÕES

TEMA I | PROJECTO INDIVÍDUAL—2032

Imagem 87 | Fotografia da autora relativas à área de intervenção





ÁREA DE INTERVENÇÃO

A presença de elementos importantes na zona 8, como o Aqueduto das Águas Livres, a Mãe de Água, o Jardim das Amoreiras com o seu desenho romântico e a Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, motivaram a eleição deste espaço como área de intervenção.

O desenho dos quarteirões, destacados da malha urbana envolvente e recuados em relação ao eixo da estrutura pedonal proposta em grupo, fazem desta zona uma área particular e de elevado interesse.

A zona determinada como 8, é uma área fortemente consolidada, apresentando quarteirões com um desenho regular, pontualmente desvendados, abrindo-se esporadicamente revelando o seu interior.

A estratégia individual passa pela abertura de um dos quarteirões e a criação de um novo espaço privado mas partilhado, tentando que este complemente o espaço público do Jardim das Amoreiras, mas também uma nova forma de intervir no miolo dos quarteirões consolidados.

A escolha em intervir neste quarteirão, surge através da sua localização, visto que se implanta no limite do jardim e contíguo ao cruzamento de várias ruas, o que proporciona, quer uma relação com a área verde e toda a zona do jardim mas também permite ligações a outros eixos, como o criado na área 5 com relação direta à rua da Artilharia 1, possibilitando desta forma o uso do interior do quarteirão por parte do público, proporcionando atravessamentos, vivências e ambientes diversificados.



Imagem 89 | Planta de Lisboa de 1834, planta Filipe Folque e planta Silva Pinto

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Nesta proposta pretendeu-se retomar a relação existente, até 1834, entre os quarteirões da praça das Amoreiras e o Jardim .

O Jardim Marcelino Mesquita mais conhecido por jardim das Amoreiras, foi inaugurado em 1759 pelo Marquês de Pombal. Complementarmente ao jardim, foi proposto um bairro (operário), que visava a instalação de equipamentos necessários à indústria da seda presente nesta zona da cidade.

A relação inicial, onde os quarteirões se desenvolviam em forma de U, abrindo-se e criando espaços direcionados para o jardim, foi quebrada com a introdução de volumes que conferiam a estes quarteirões um traçado ortogonal e rígido, fechados sobre eles próprios. Contudo em alguns casos, é possível a utilização do seu interior, através de acesso direto pelo exterior.

Percebeu-se de igual modo que o espaço desocupado no interior, era tendencialmente dividido, criando duas zonas distintas, uma área ajardinada e outra de logradouro das habitações.

Desta forma, o projeto procura devolver o interior do quarteirão à cidade, de forma a que este se relacione e complemente o espaço público pré-existente.

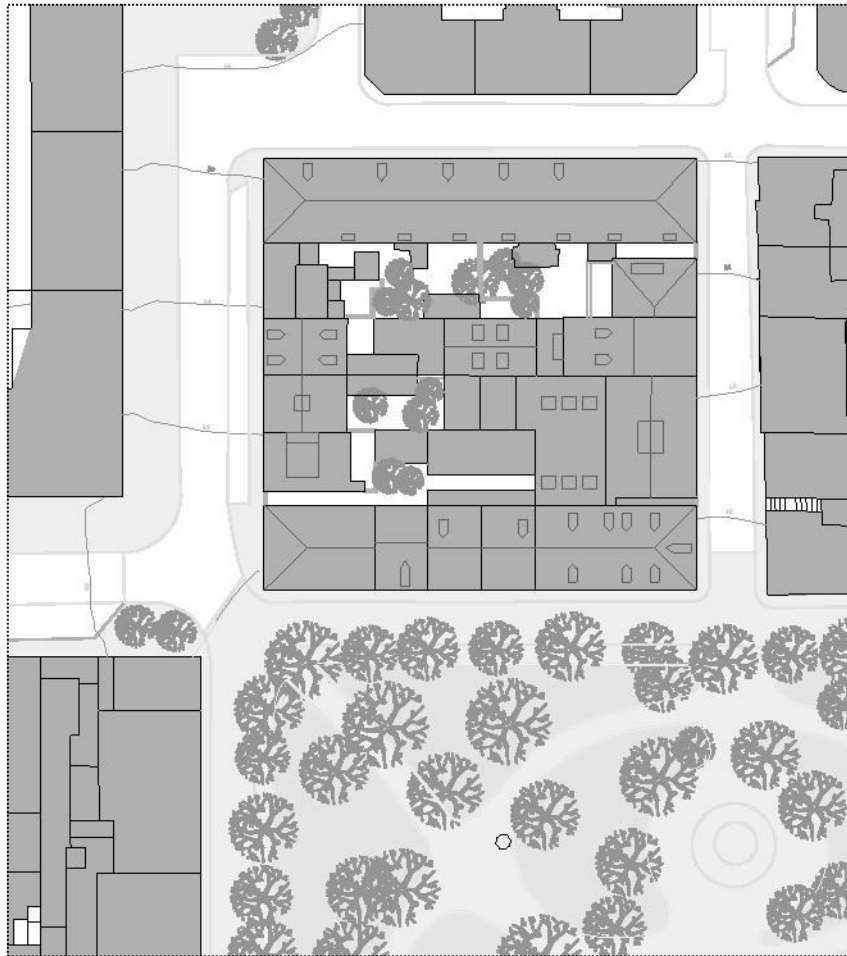
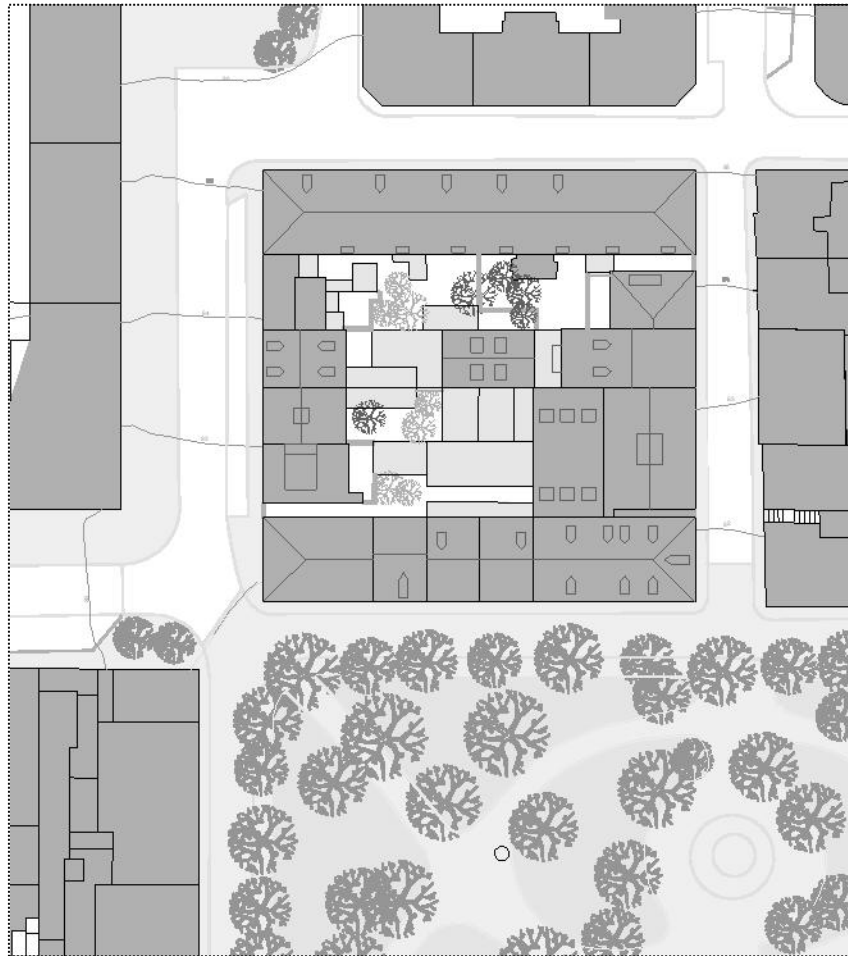


Imagem 90 | Levantamento do interior do quarteirão | escala: 1/1000



Levantamento dos edifícios mantidos no interior do quarteirão | escala: 1/1000

- Edificado mantido
- Edificado eliminado



Imagem 91 | Fotografia da autora relativas à área de intervenção

RECONHECIMENTO DO LUGAR

Na área de intervenção escolhida, são visíveis os sintomas de degradação dos edifícios, resultado de uma população residente envelhecida e do abandono da habitação no centro da cidade de Lisboa. Deste modo a proposta, passa pelo aproveitamento dos vazios urbanos no interior de um dos quarteirões do século XVIII., localizado junto ao Jardim das Amoreiras. Pretende-se desta forma a regeneração urbana, através dos espaços intersticiais existentes, quer para a criação de novas estruturas habitacionais e comerciais, mas também para a criação de um novo tipo de espaço público.

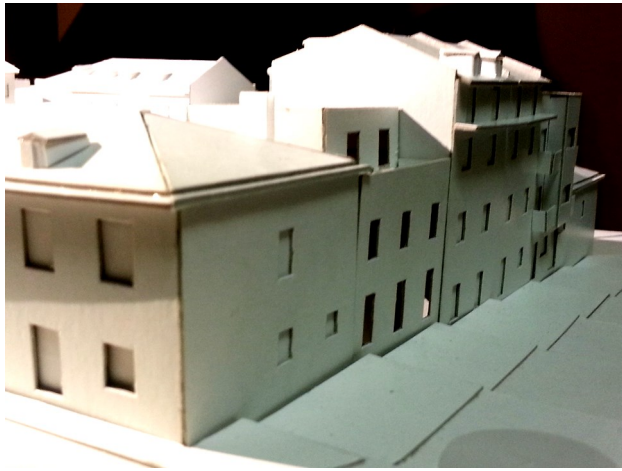
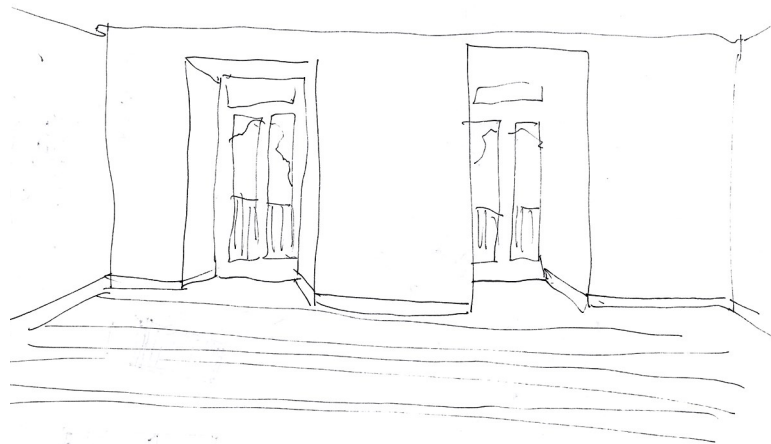
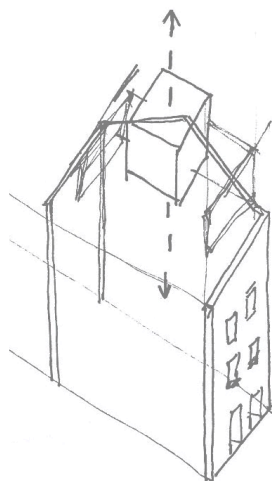


Imagem 92 | Pormenor da maquete do quarteirão intervenido



MEMÓRIA DESCRITIVA

A proposta assenta no conceito anteriormente definido na estratégia de intervenção urbana, onde o espaço público é valorizado e interligado através da mancha arbórea. Pretende-se assim, a criação de relações espaciais entre diversos pontos da cidade.

Deste modo propôs-se a requalificação de três edifícios devolutos, do mesmo quarteirão e a criação de um novo elemento, onde a habitação se desenvolve nos pisos superiores, libertando o piso térreo para serviços e para atravessamentos para interior do quarteirão.

A malha urbana por ser densa e definida, fez com que tirássemos partido dos espaços intersticiais, que atualmente apresentam sinais de degradação, para fazer a ligação entre o interior e o exterior.

O interior das habitações pré-existentes é projetado de forma a criar um equilíbrio entre a geometria original e a nova organização interior, mais livre, dotando os edifícios com qualidades espaciais e funcionais necessárias ao perfil social definido previamente pelo grupo. Desta forma o miolo das habitações (I, III e IV) é substituído por um novo volume autónomo , que resolve os acessos verticais, as sobrecargas estruturais e as áreas de serviço, em falta nos projetos originais .

Os volumes mantêm as suas fachadas, sendo substituídos os elementos degradados como as caixilharias, pavimentos e guardas metálicas. O interior é resolvido pela nova estrutura , metálica e de madeira, influenciada pelo sistema “gaioleiro”, mas promovendo uma maior fluidez e flexibilidade do espaço interior. As fachadas posteriores e adquirem maior liberdade com a abertura de vãos de maiores dimensões, promovendo a relação com o espaço exterior criado no miolo do quarteirão.

A Habitação denominada de II, é a única que é projetada de raiz, e implanta-se num dos eixos de entrada para o quarteirão. Esta confronta-se volumetricamente com a envolvente pela dimensão dos vãos.

Sempre que possível são criados pátios interiores de forma a haver maiores ganhos solares e promovendo uma relação mais próxima com o exterior.

Com este projeto pretende-se privilegiar o espaço vazio dentro do quarteirão que anteriormente se encontravam isolados e encerrados ao domínio público. A valorização dos espaços intersticiais, unificados pelo espaço exterior que lhes é contíguo, pretende ser uma outra forma de pensar e intervir na cidade consolidada.

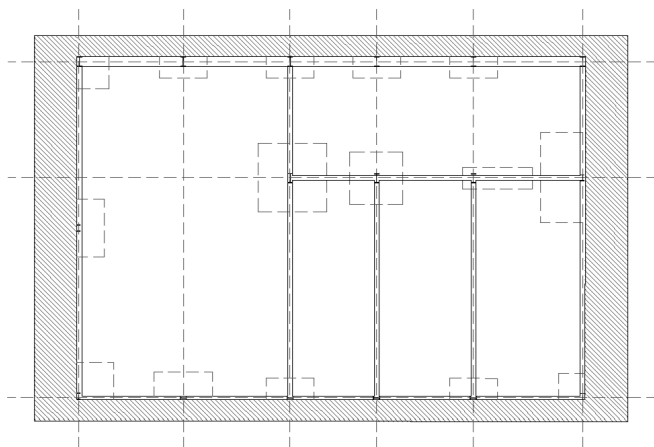


Imagem 93 | Planta de Fundações

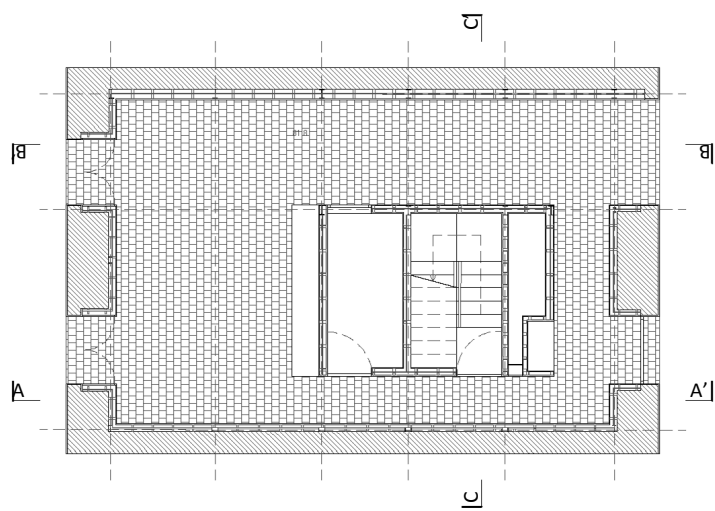


Imagem 94 | Planta piso térreo



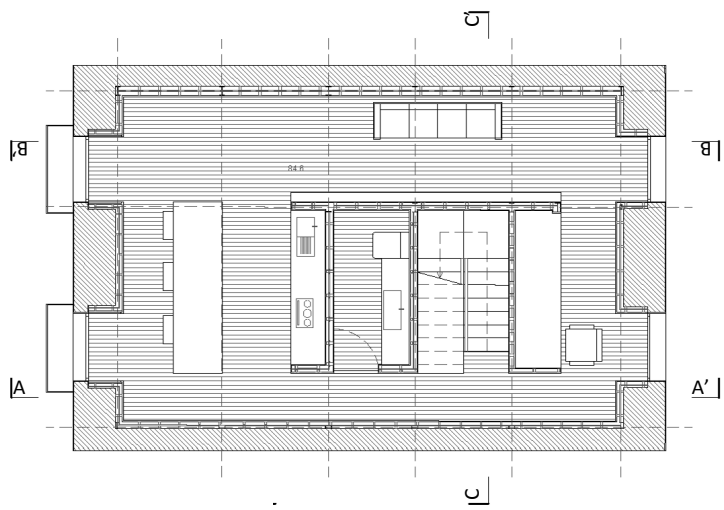


Imagem 95 | Planta segundo piso

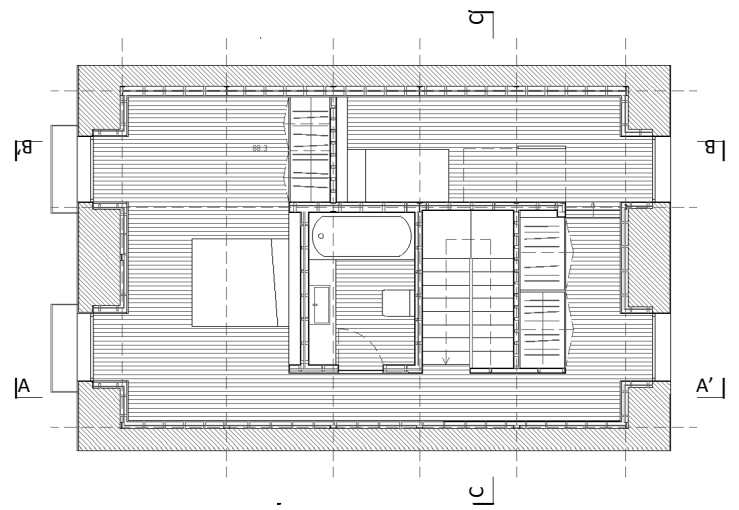


Imagem 96 | Planta terceiro piso



Imagem 97 | Alçado Frontal | 1/200



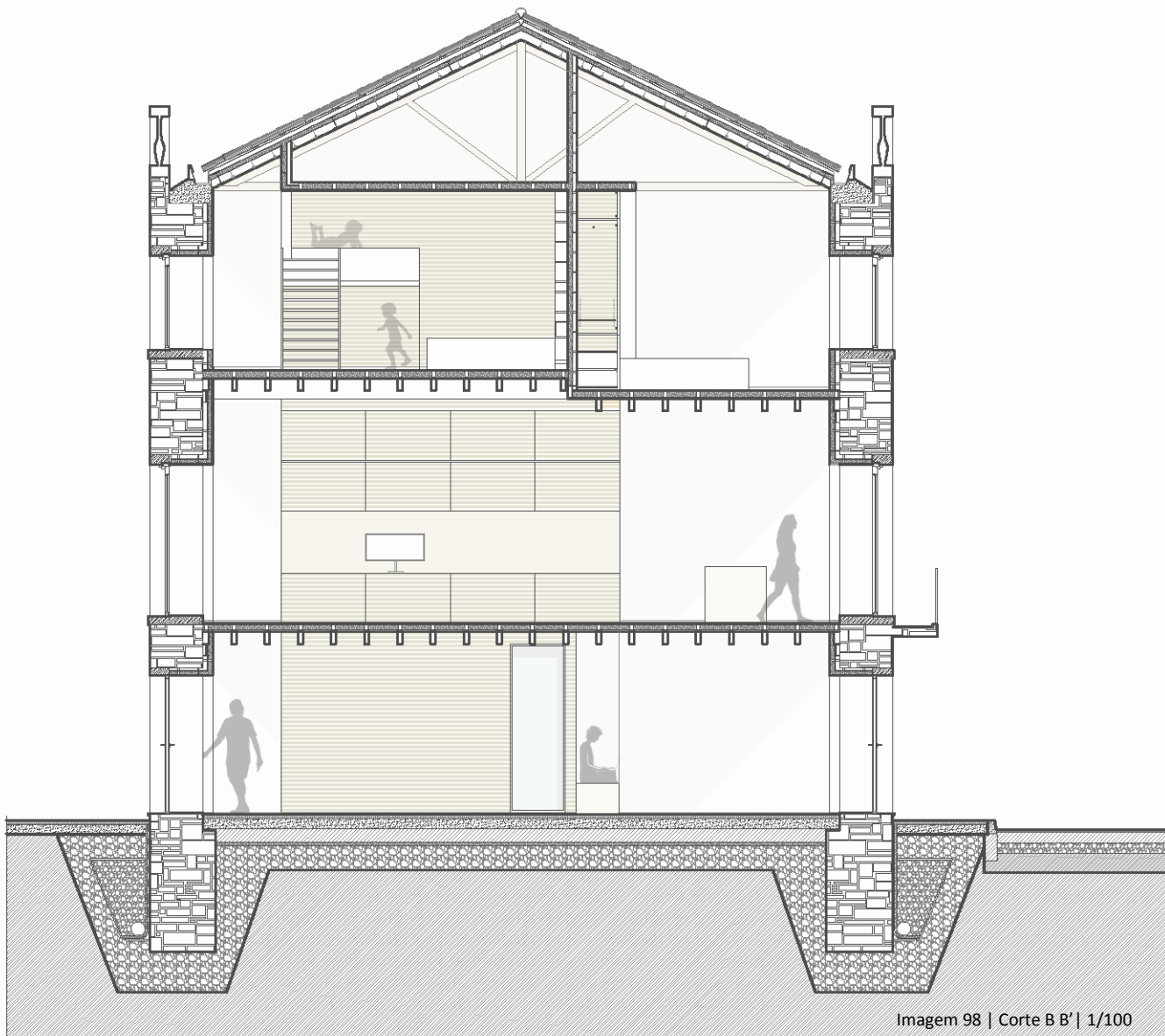


Imagem 98 | Corte B B' | 1/100

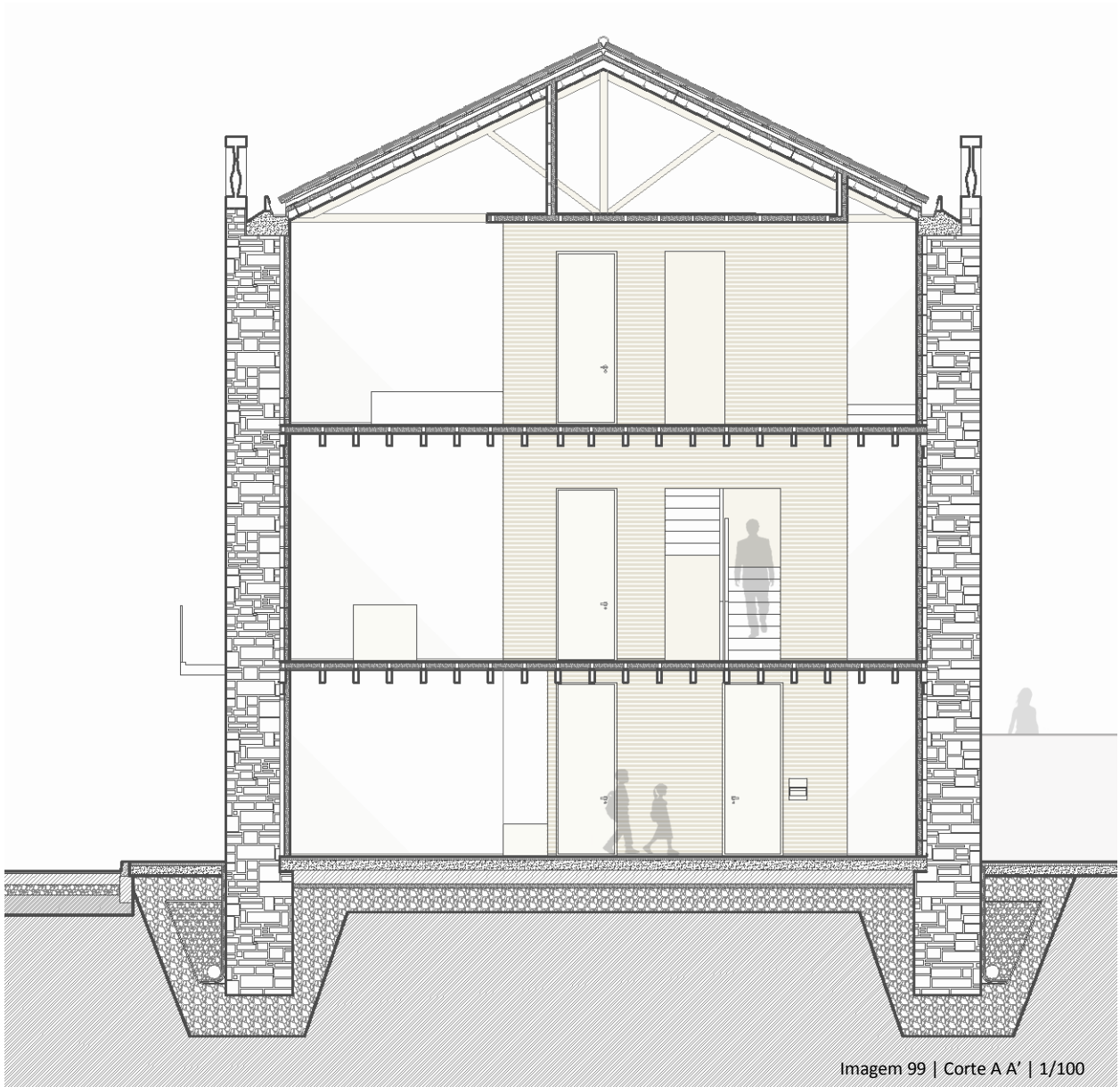


Imagem 99 | Corte A A' | 1/100



Imagem 100 | Alçado Tardoz | 1/200

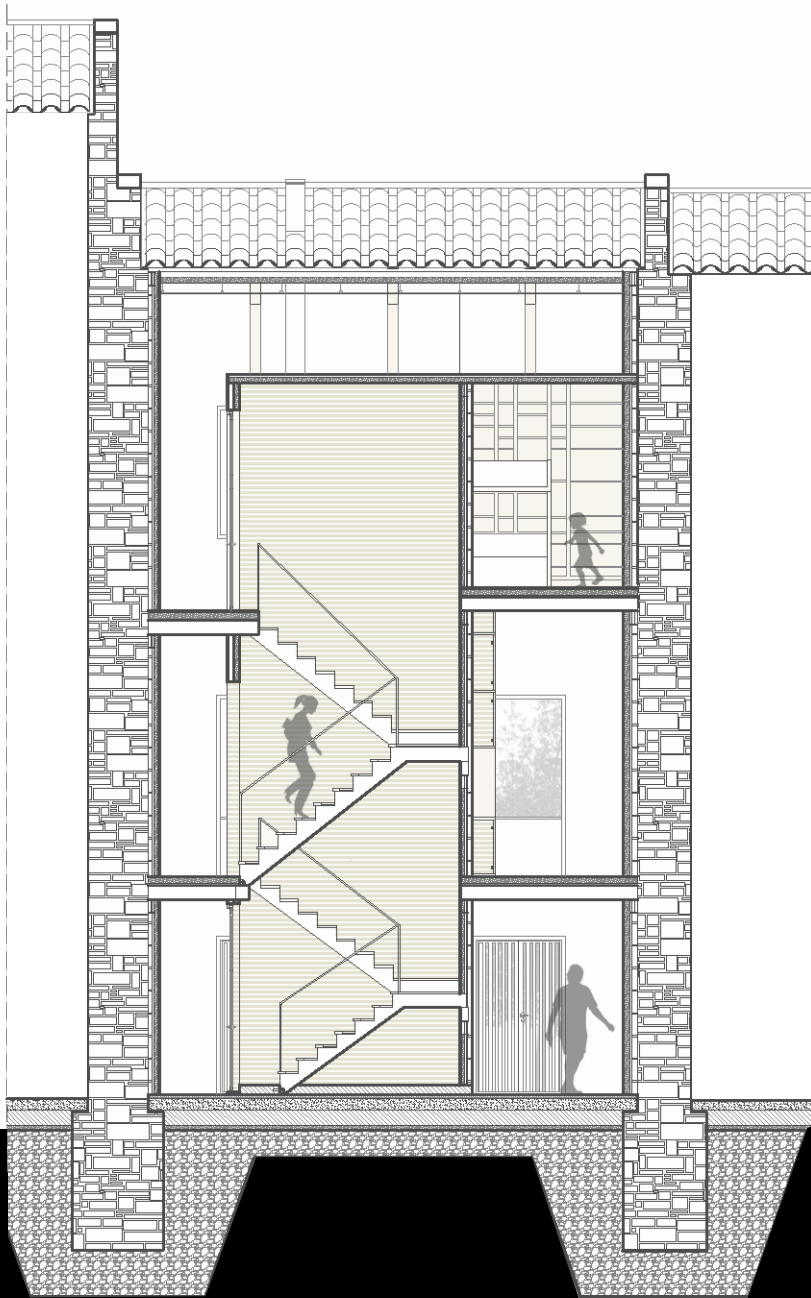


Imagem 101 | Corte C C' | 1/100

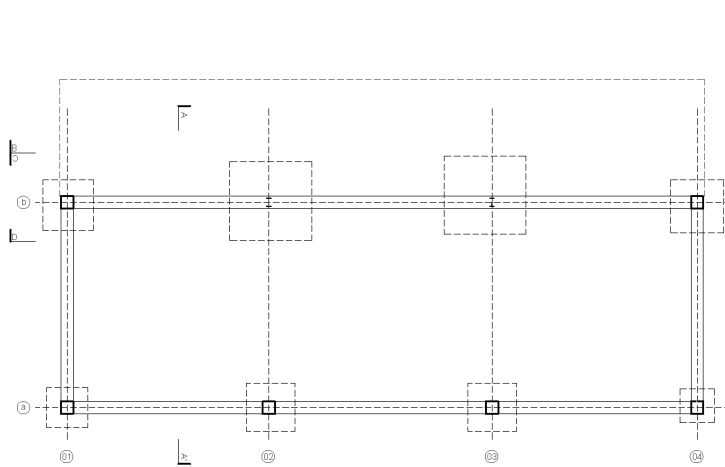


Imagem 102 | Planta de Fundações

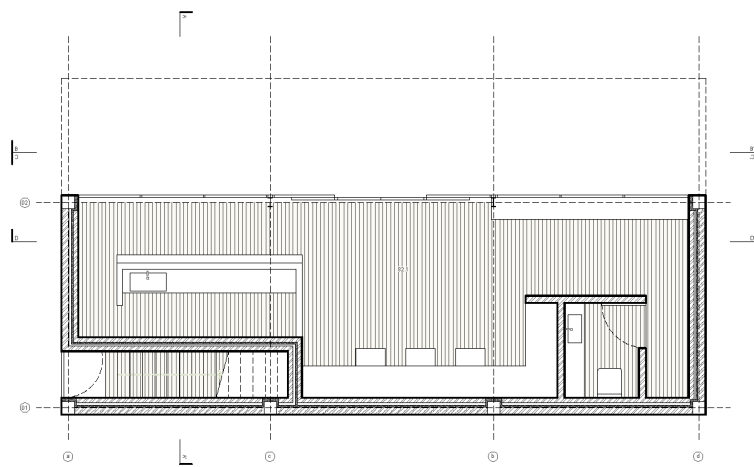
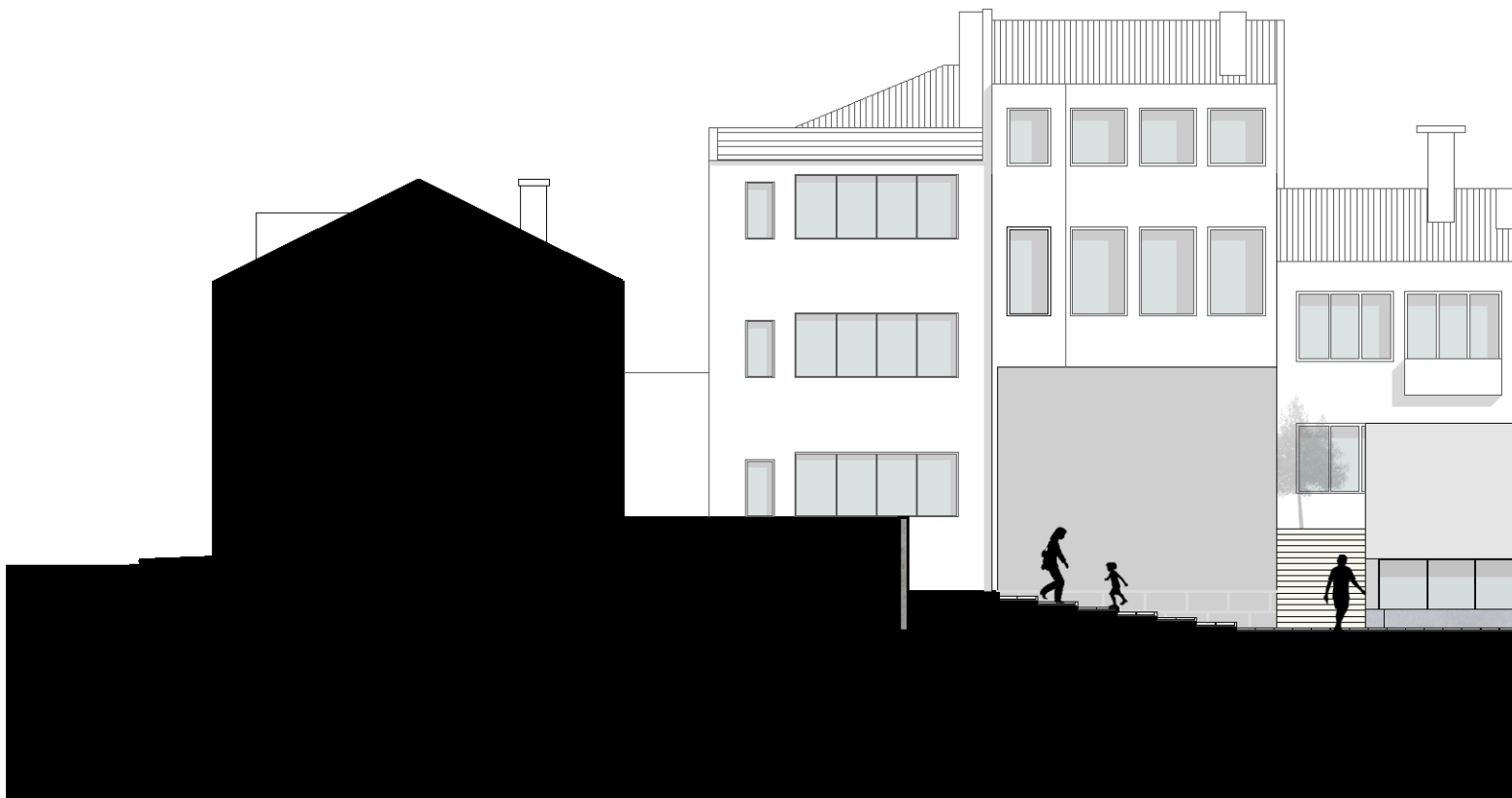


Imagem 103 | Planta do piso térreo



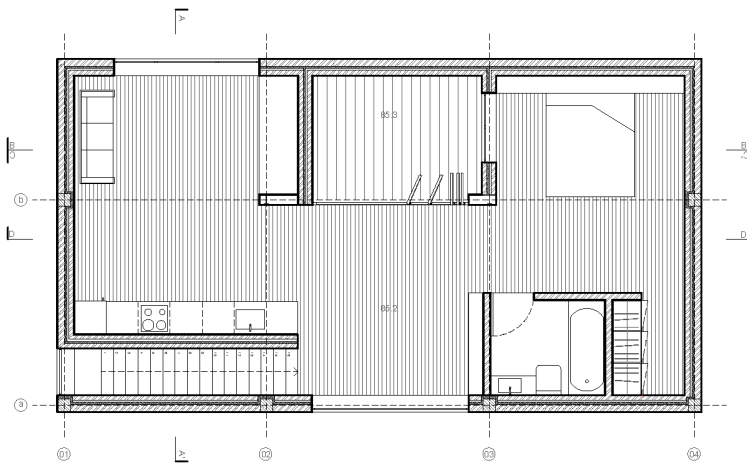


Imagem 104 | Planta do primeiro piso

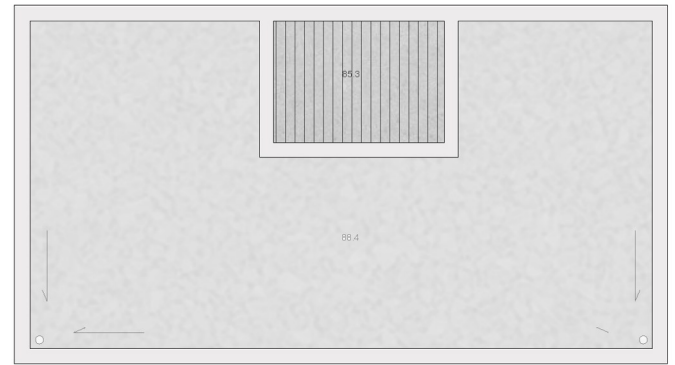


Imagem 105 | Planta de Cobertura

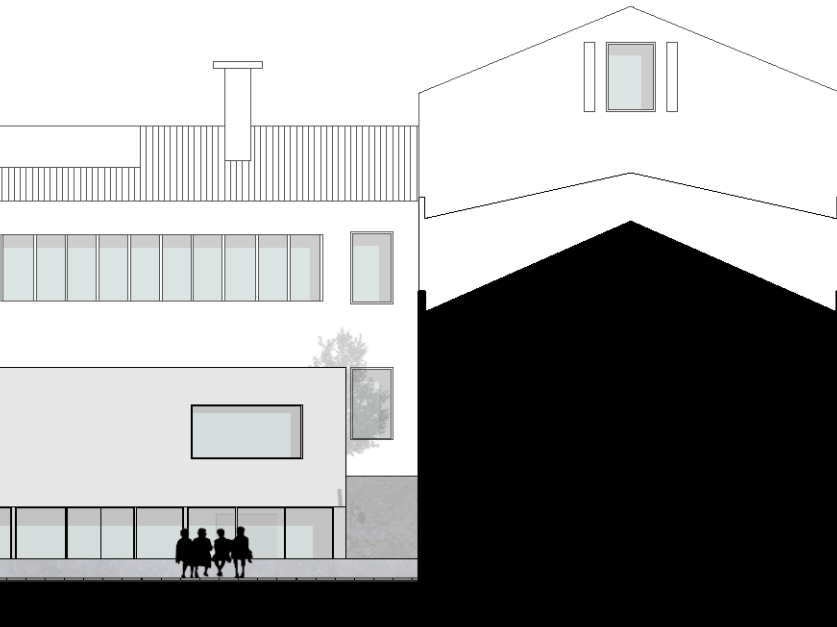


Imagem 106 | Alçado Frontal | 1/200





Imagem 107 | Corte D D' | 1/100

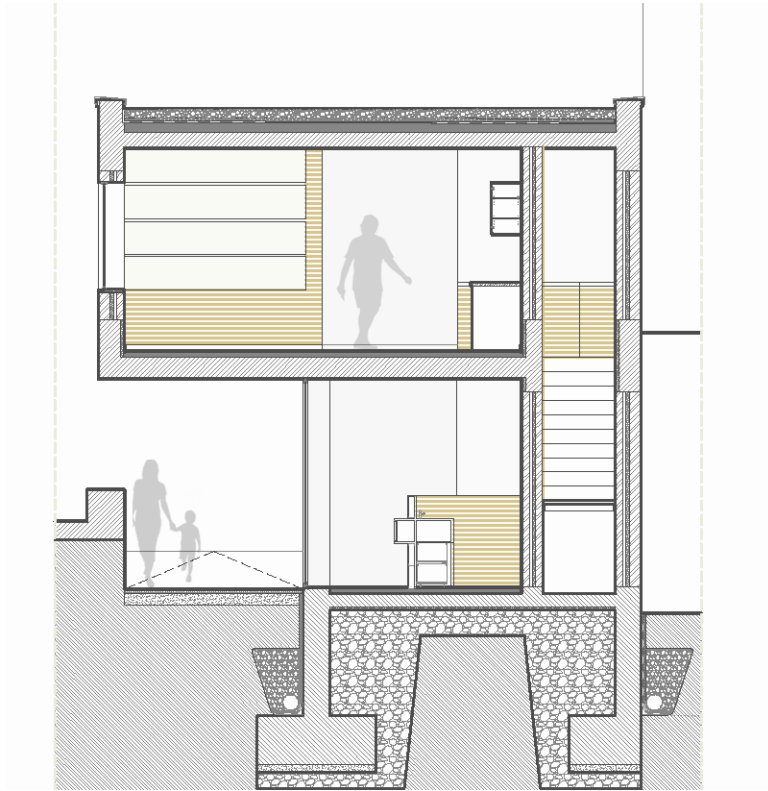


Imagem 108 | Corte A A' | 1/100



Imagem 110 | Alçado Tardoz | 1/200

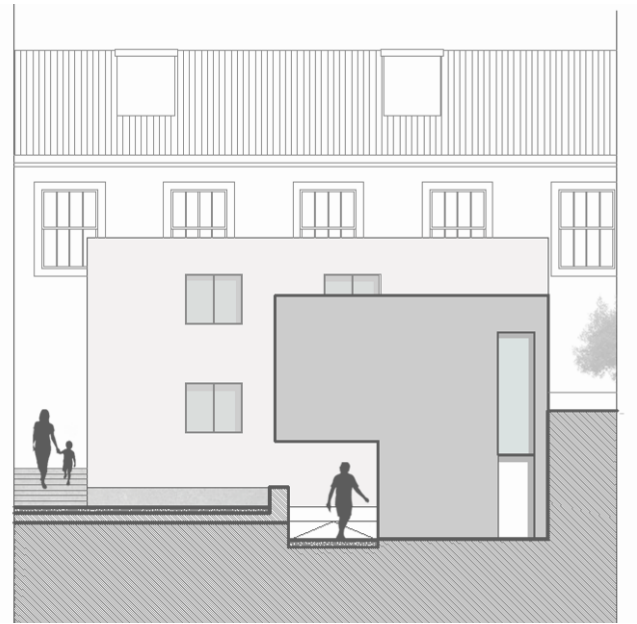


Imagem 109 | Alçado Lateral | 1/200



Imagem 111 | Corte C C' | 1/100



Imagem 112 | Corte B B' | 1/100

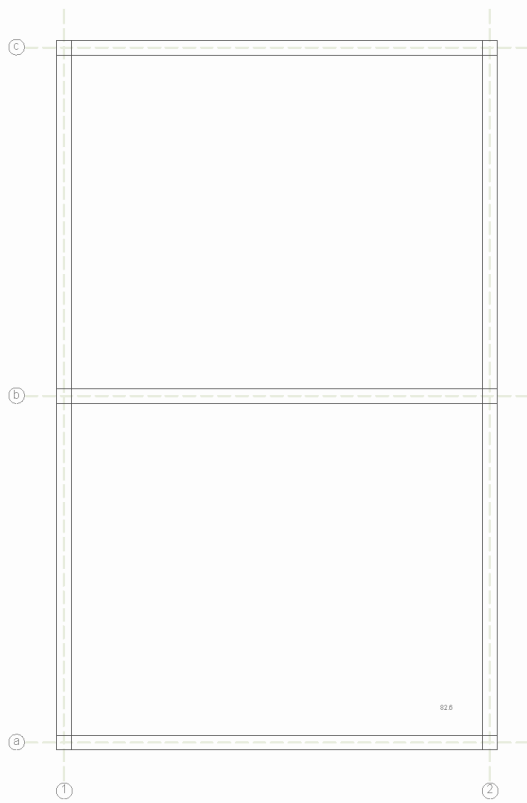


Imagem 113 | Planta de fundações

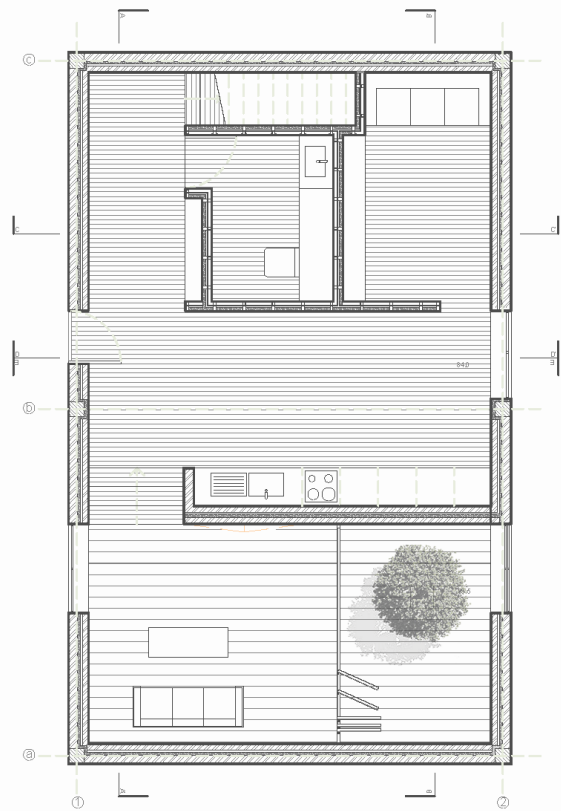


Imagem 114 | Planta do primeiro piso



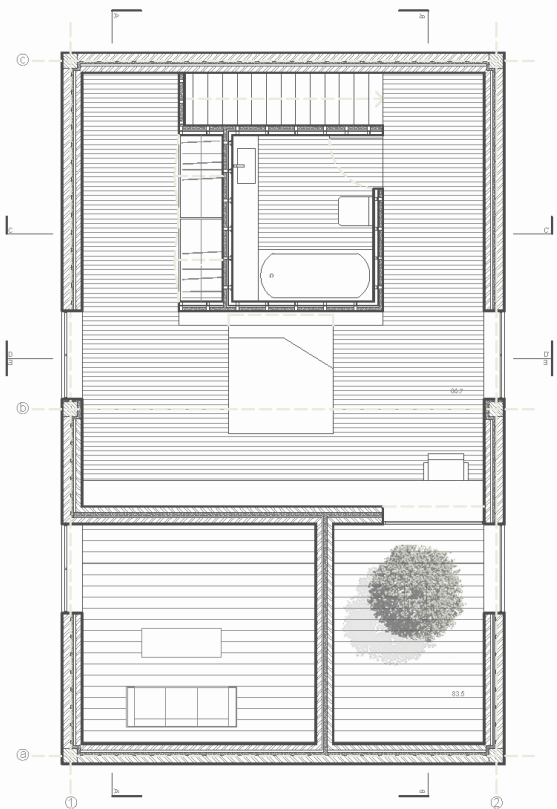


Imagem 115 | Planta do segundo piso

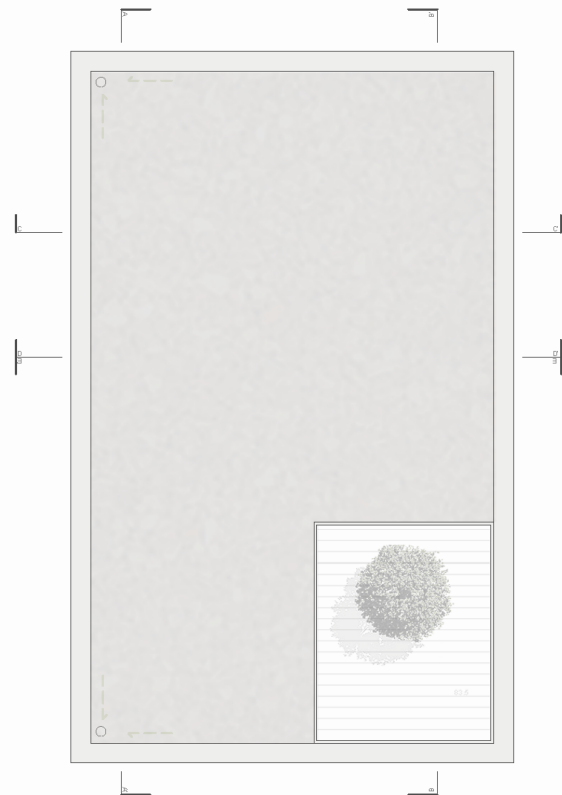
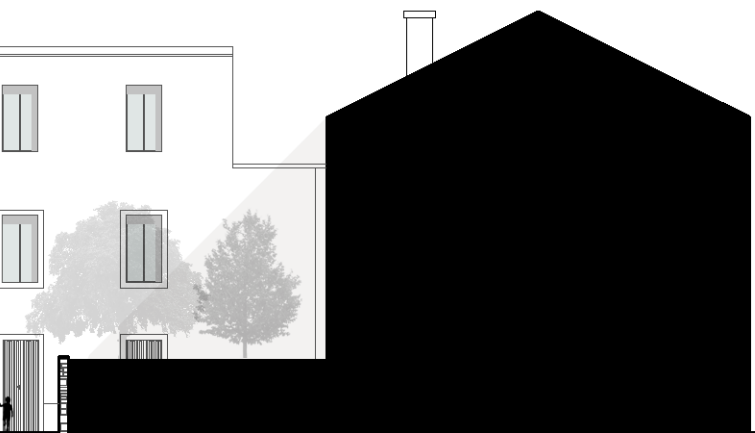


Imagem 116 | Planta do cobertura



HABITAÇÃO III



Imagem 117 | Alçado tardoz | 1/200

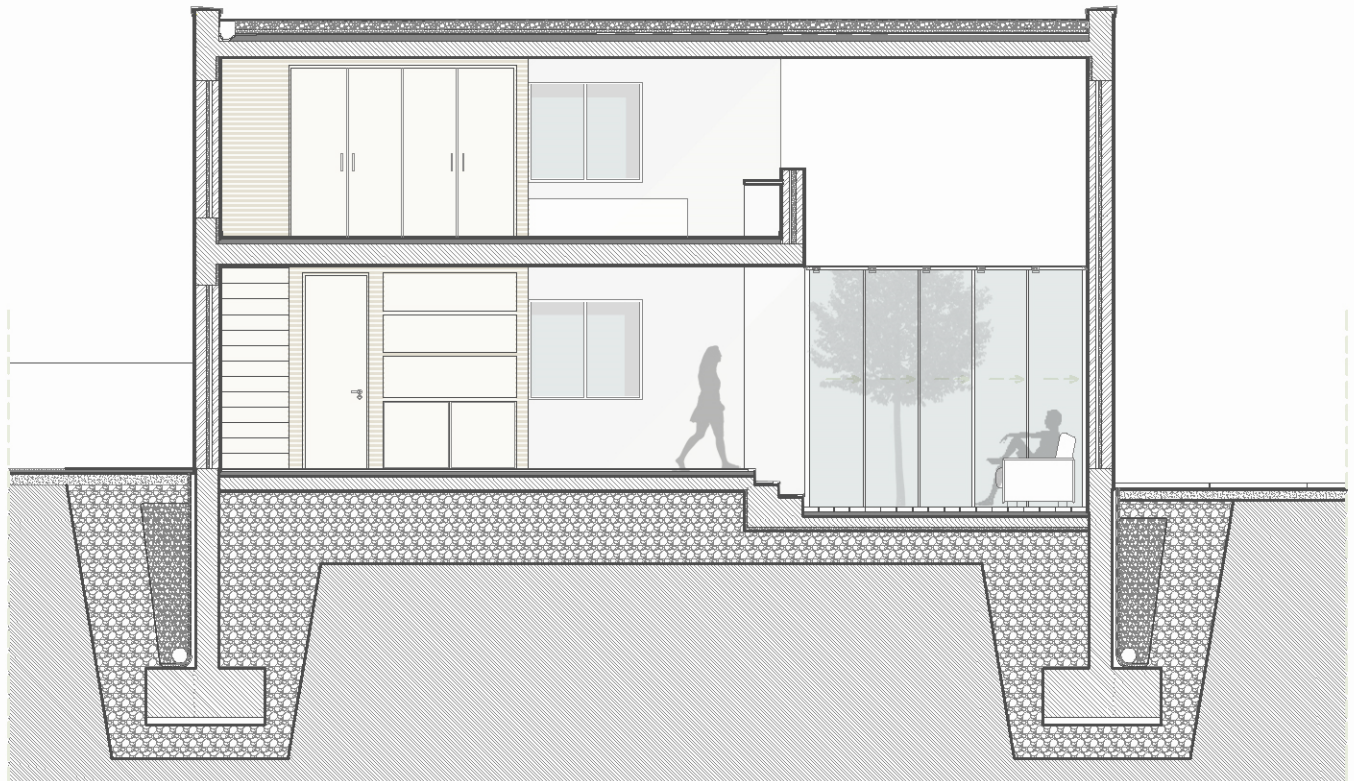
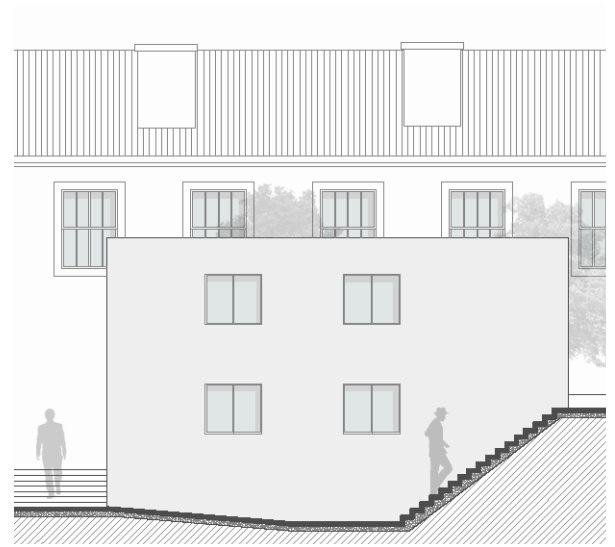


Imagem 118 | Alçado Oeste e Este | Escala
1/200

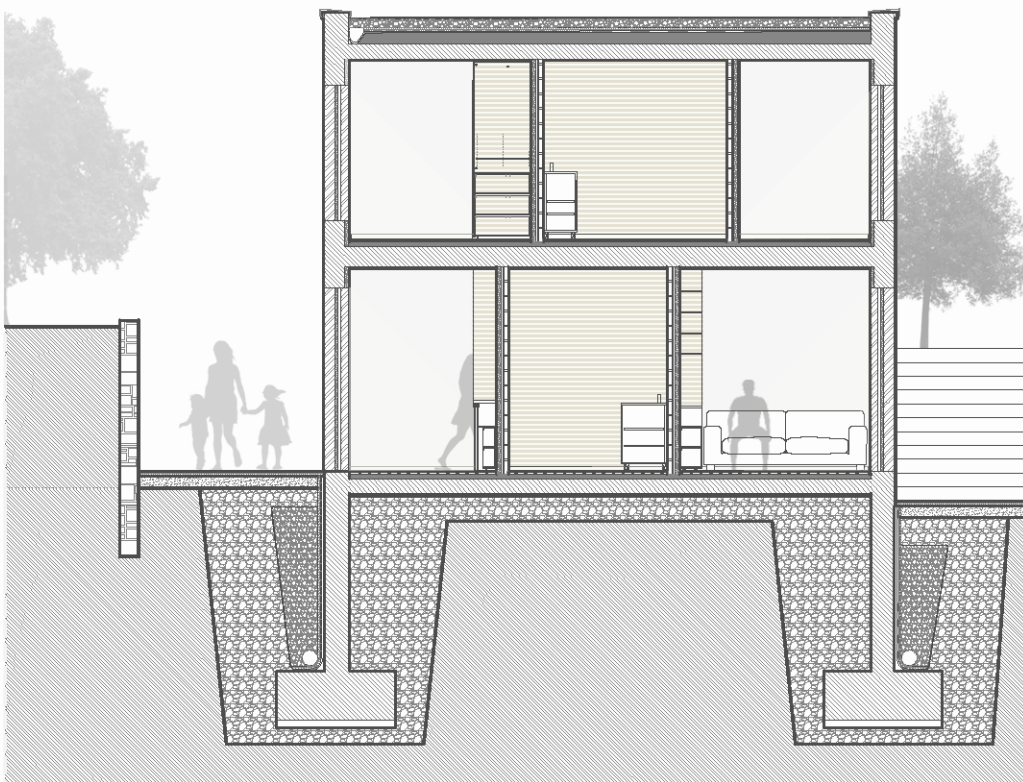


Imagem 120 | Corte D D' | Escala 1/100

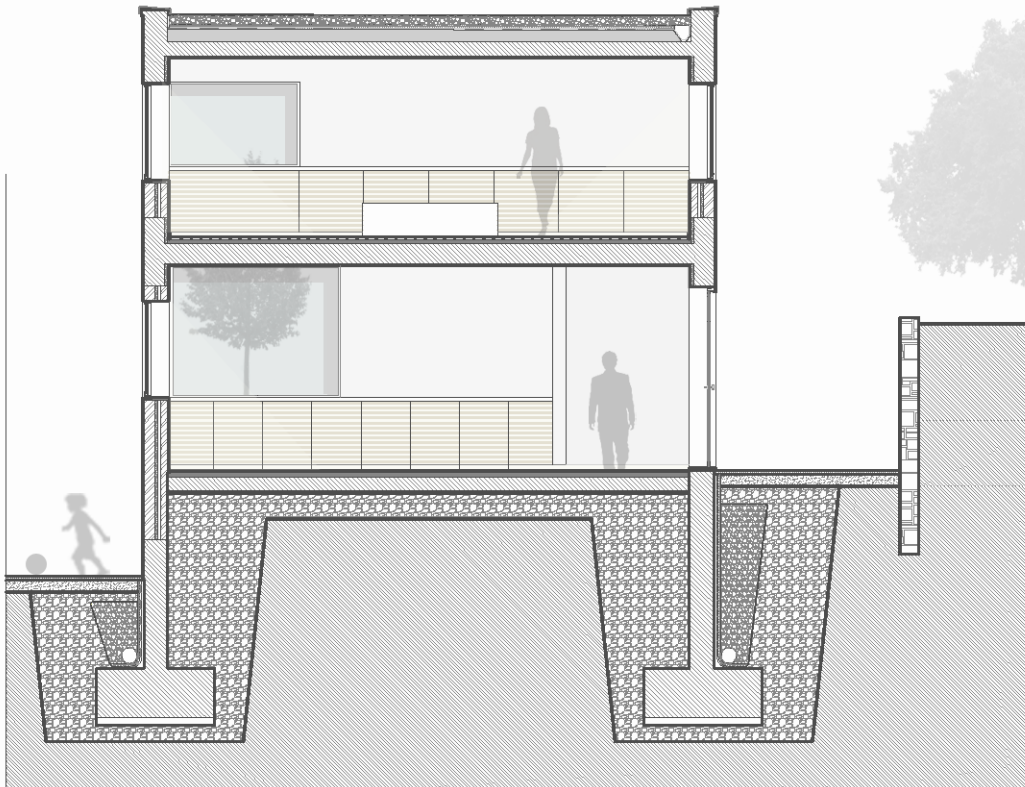


Imagem 121 | Corte E E' | Escala 1/100

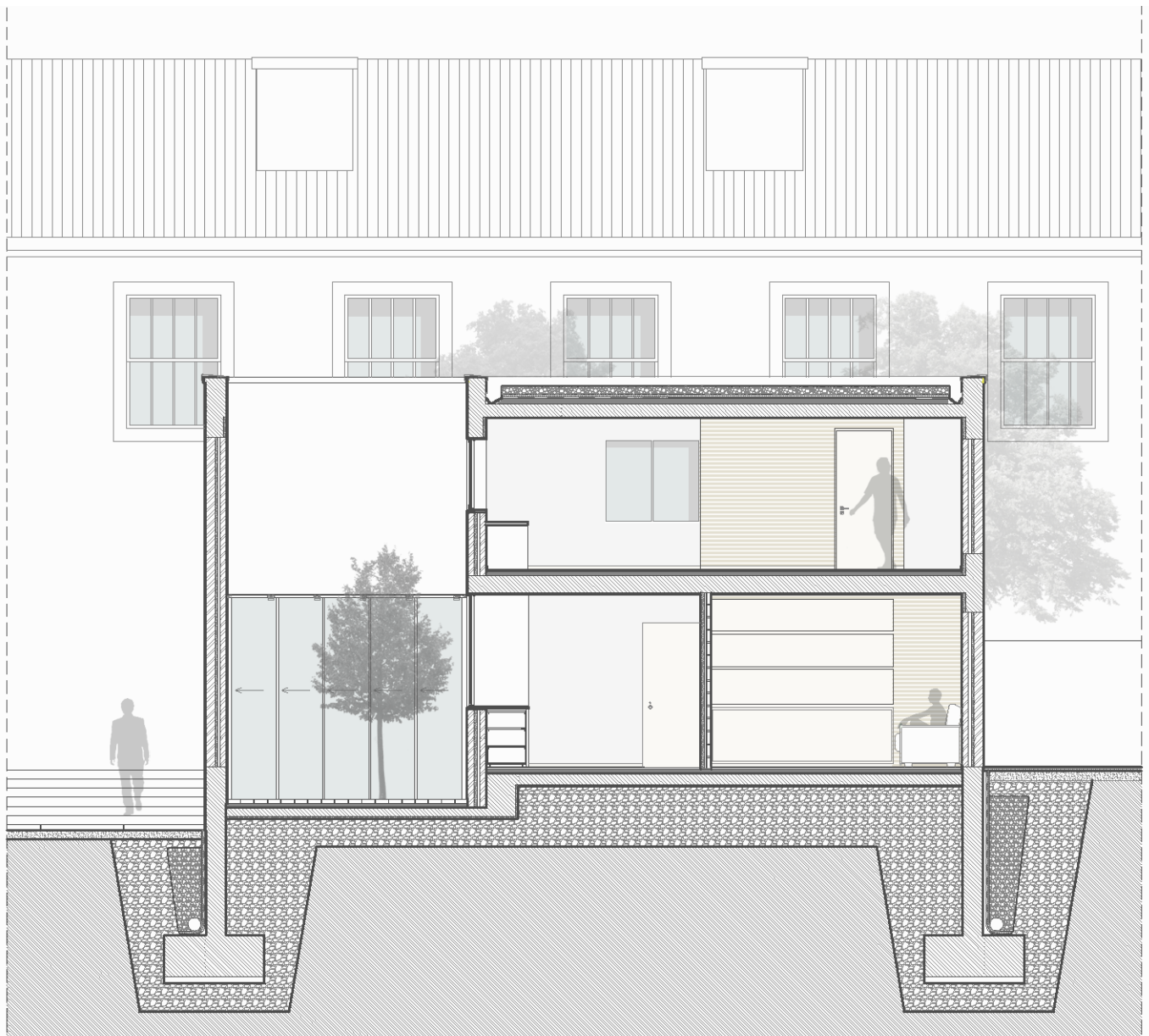


Imagem 122 | Corte B B' | Escala 1/100

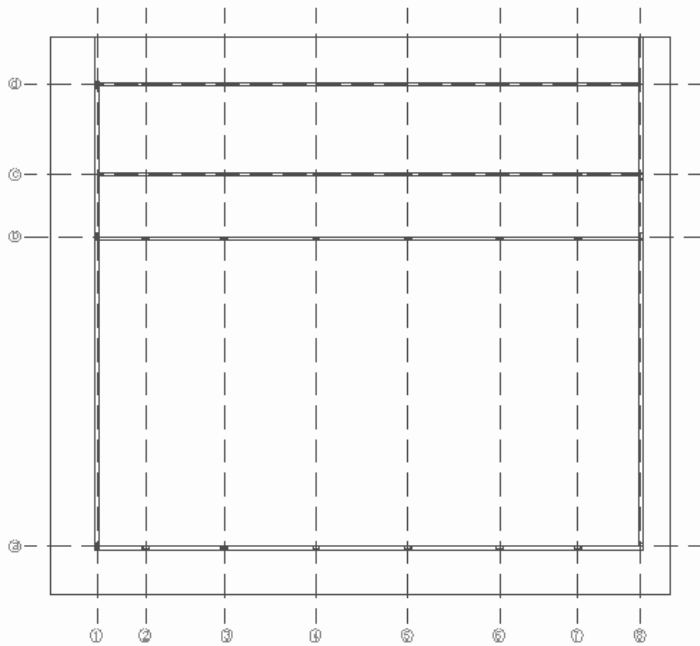


Imagem 123 | Planta fundações Escala

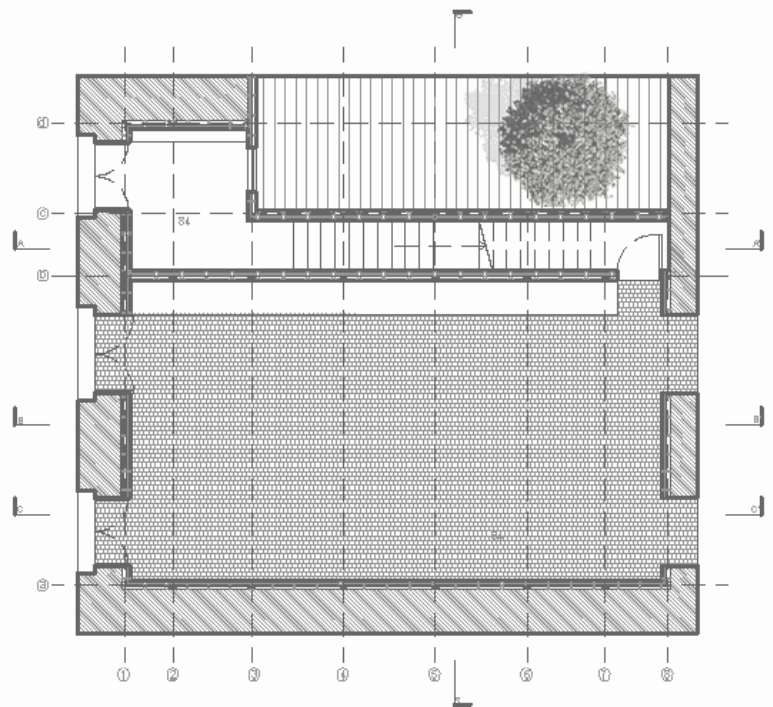


Imagem 124 | Planta piso térreo



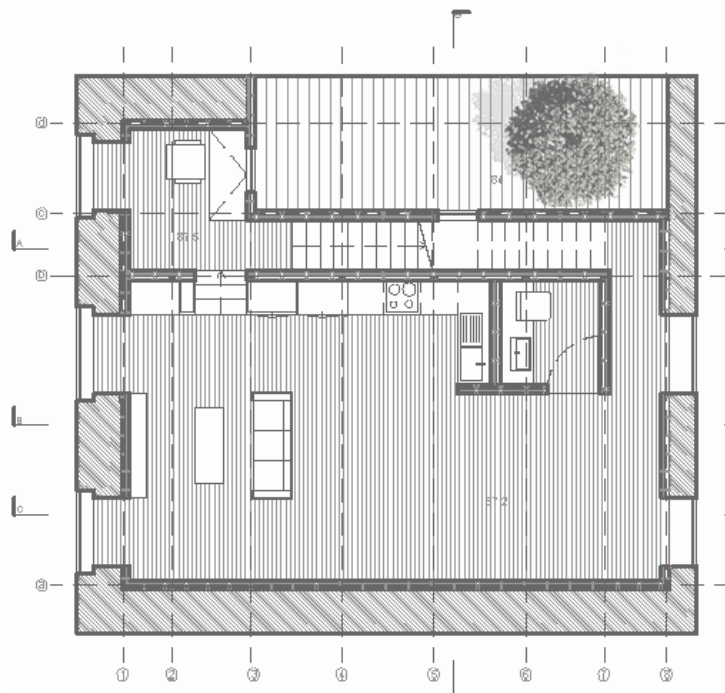


Imagem 125 | Planta primeiro piso

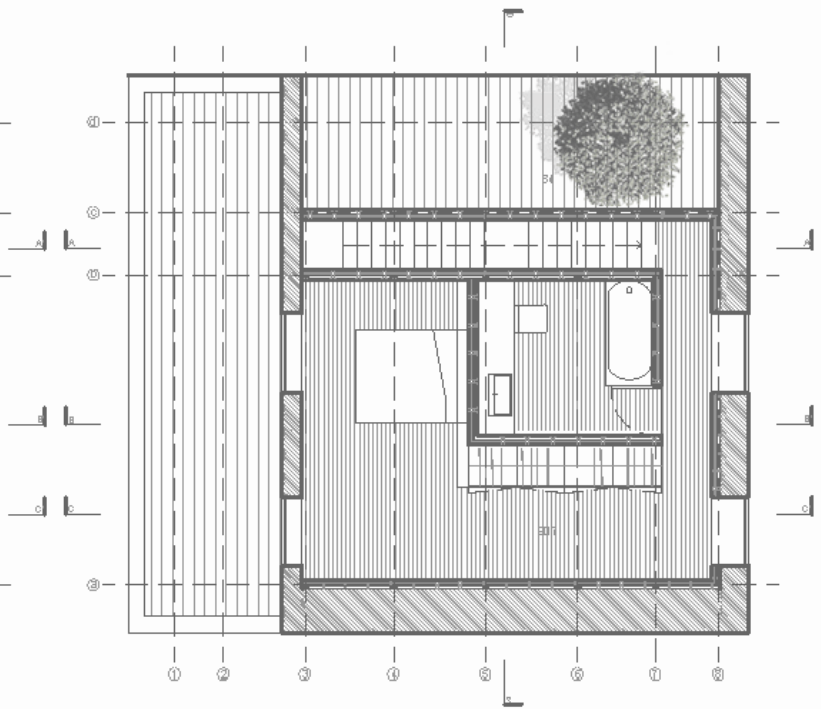


Imagem 126 | Planta segundo piso



HABITAÇÃO IV



Imagem 127 | Alçado Principal | 1/200

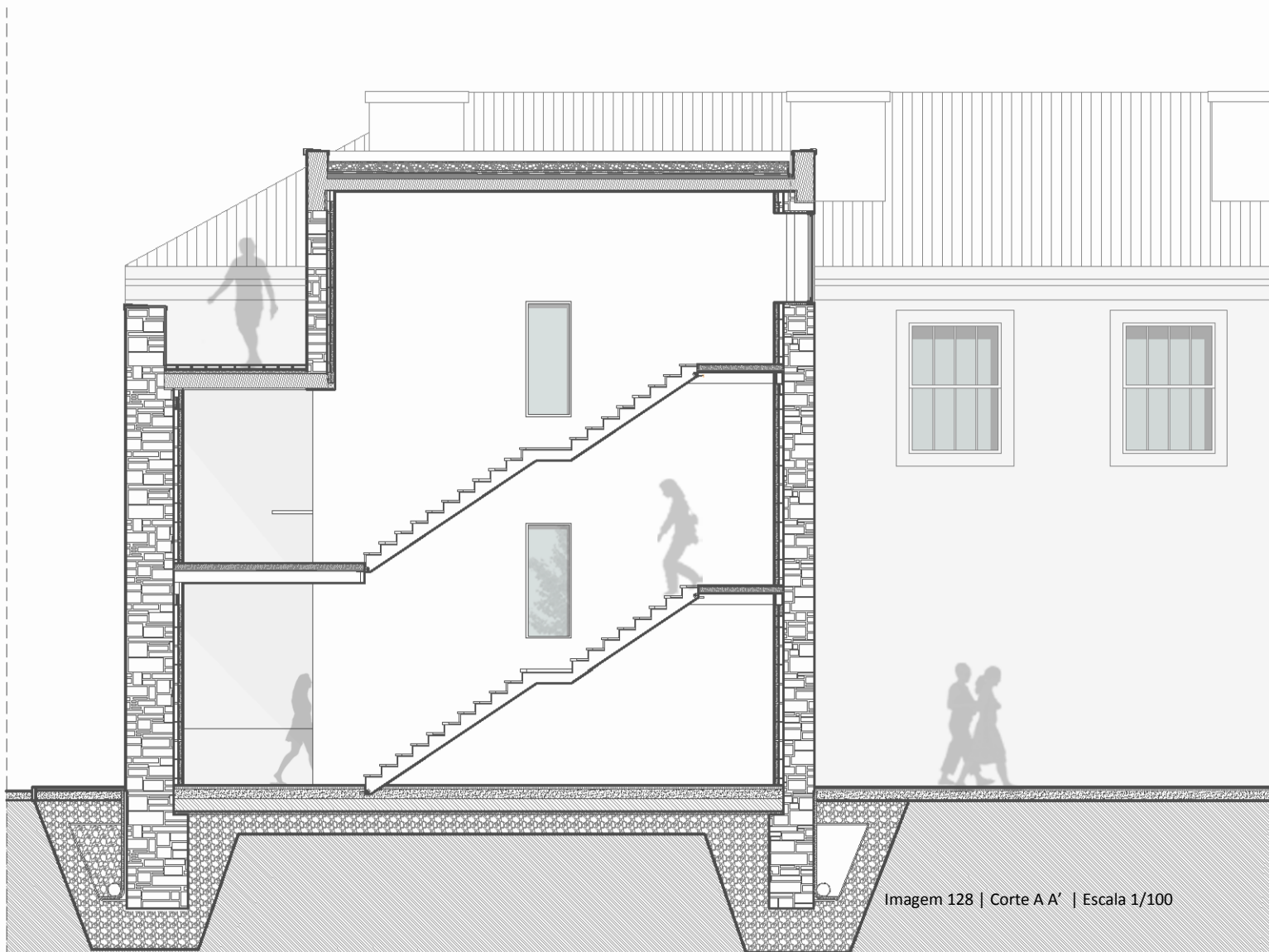
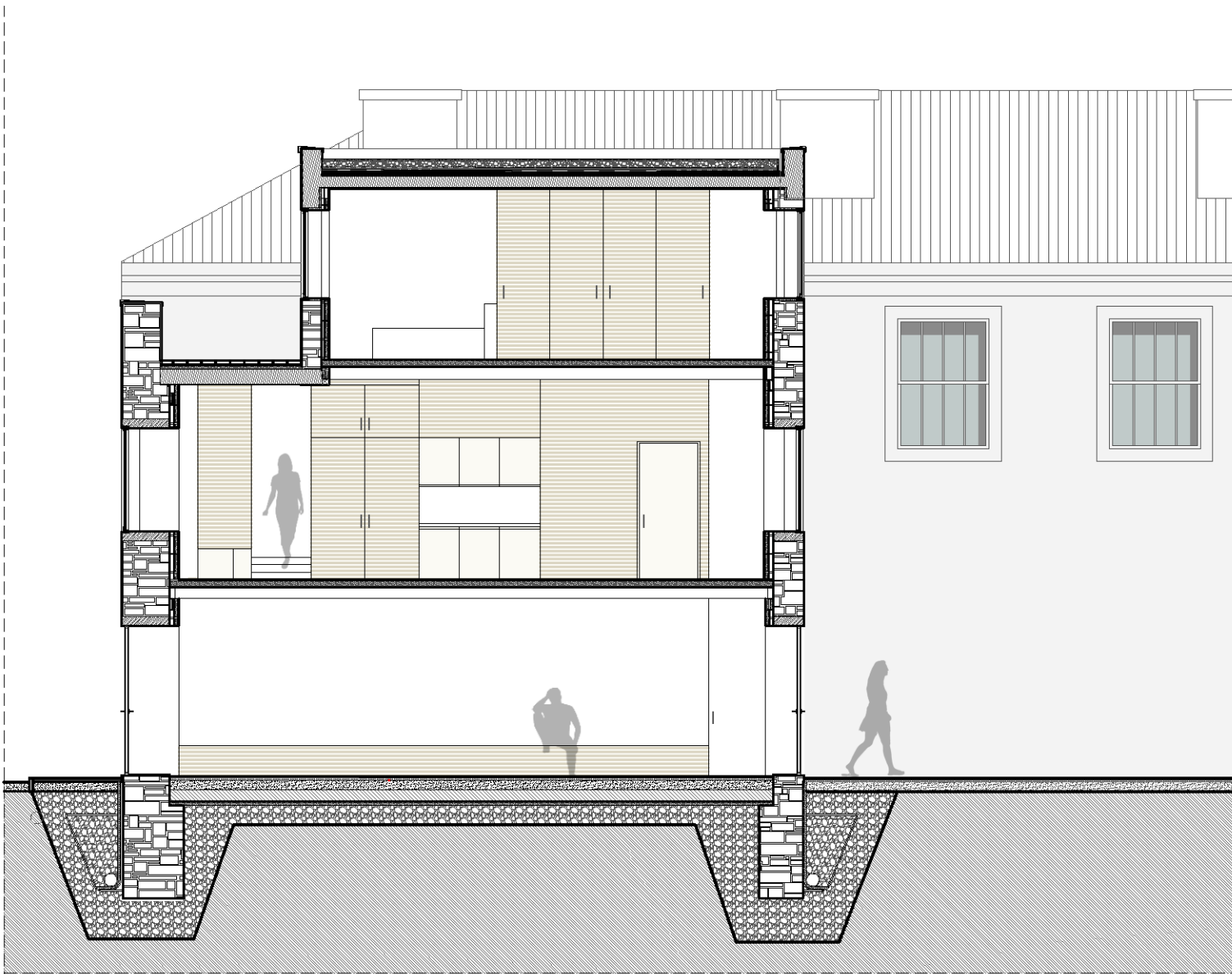


Imagem 128 | Corte A A' | Escala 1/100





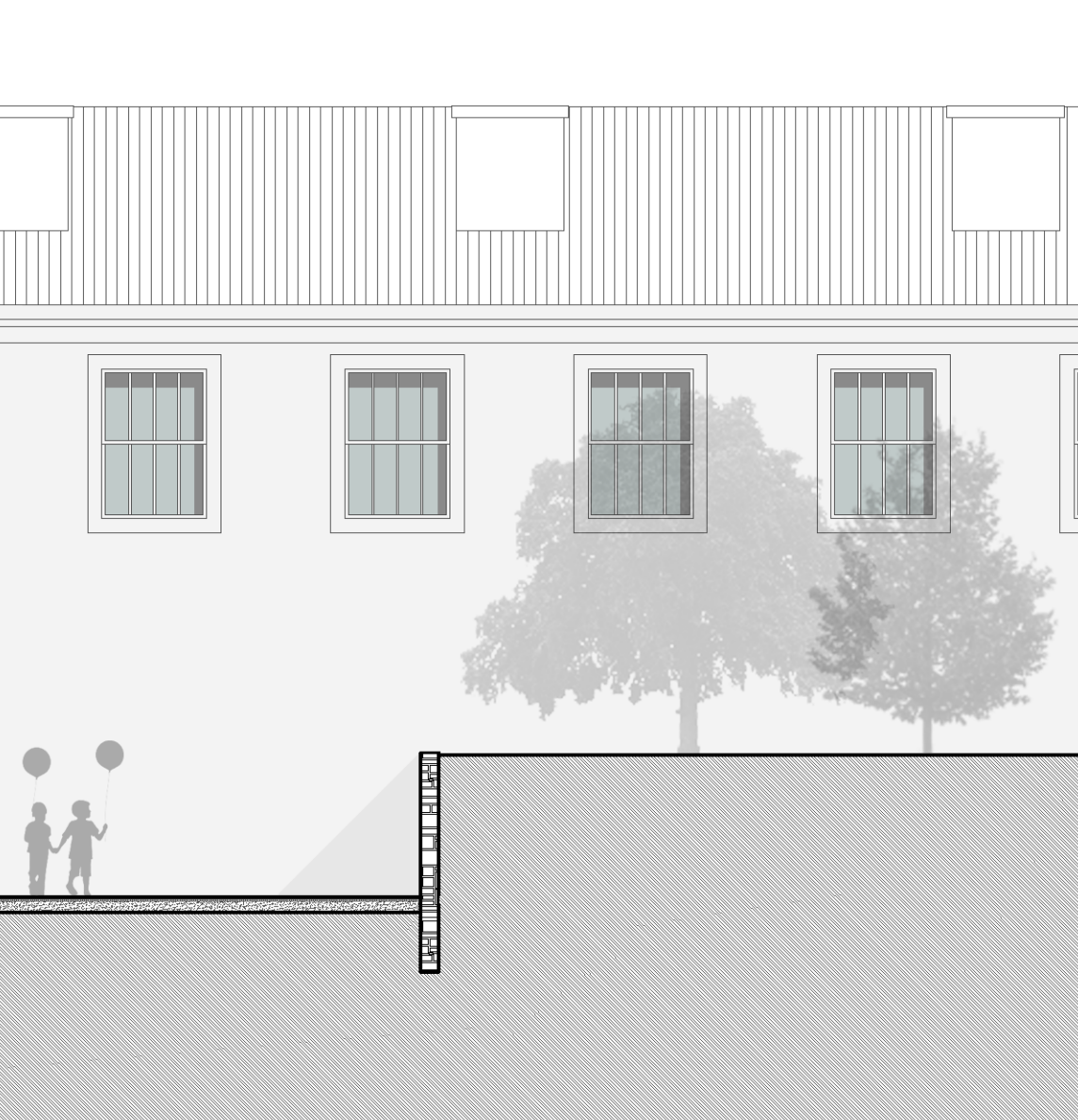


Imagem 130 | Corte C C' | Escala 1/100

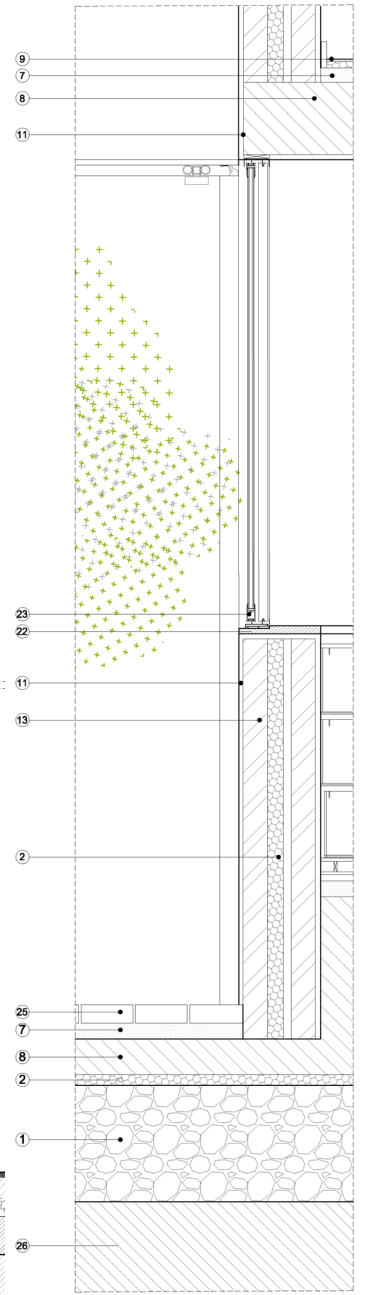
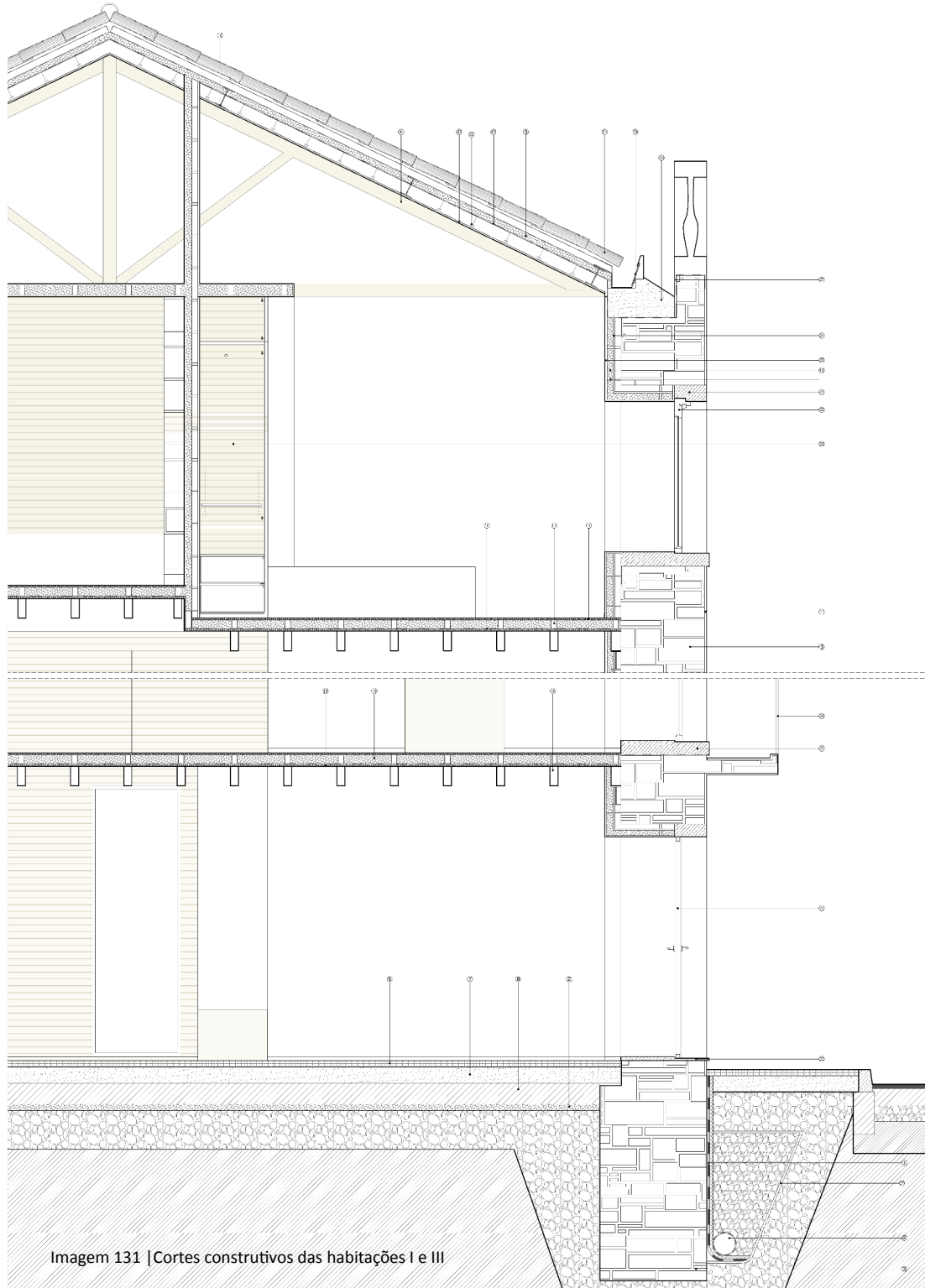


Imagem 131 | Cortes construtivos das habitações I e III



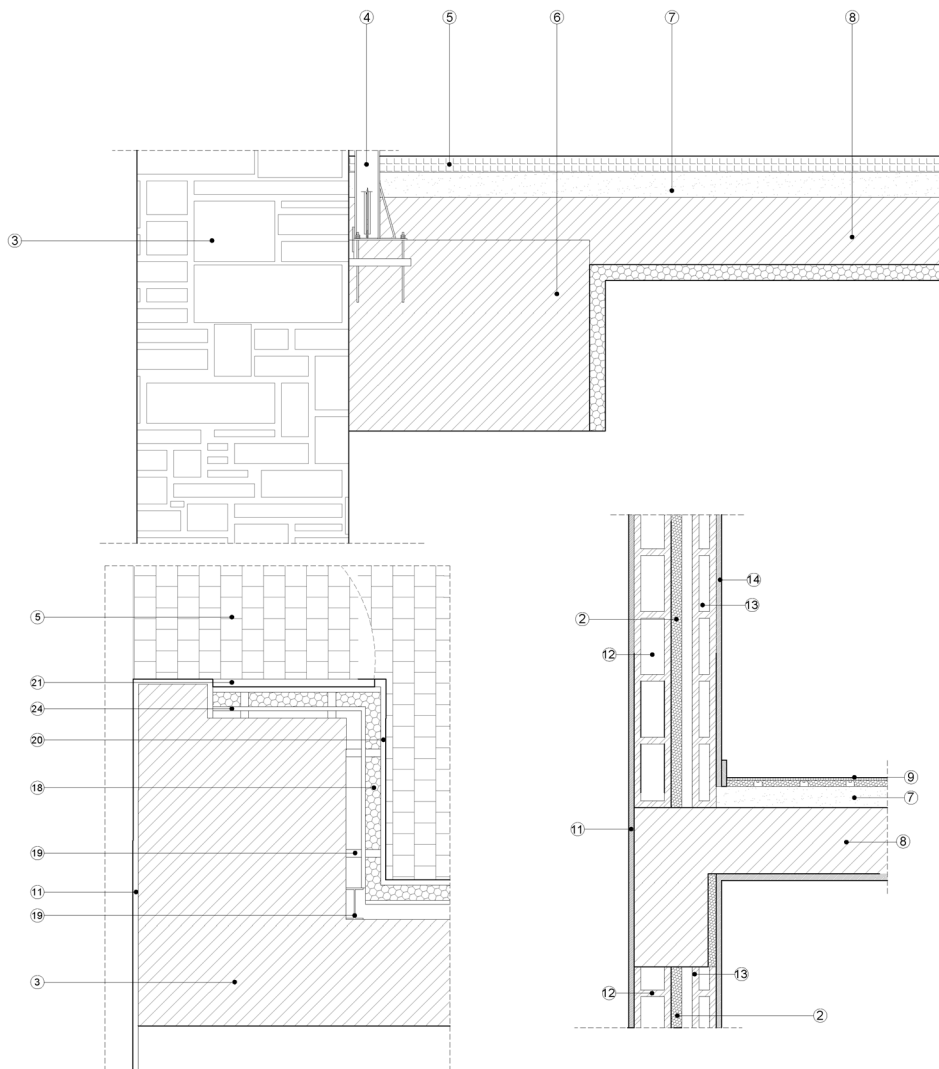


Imagem 132 | Pormenores construtivos: Fundações e solução estrutural das paredes.

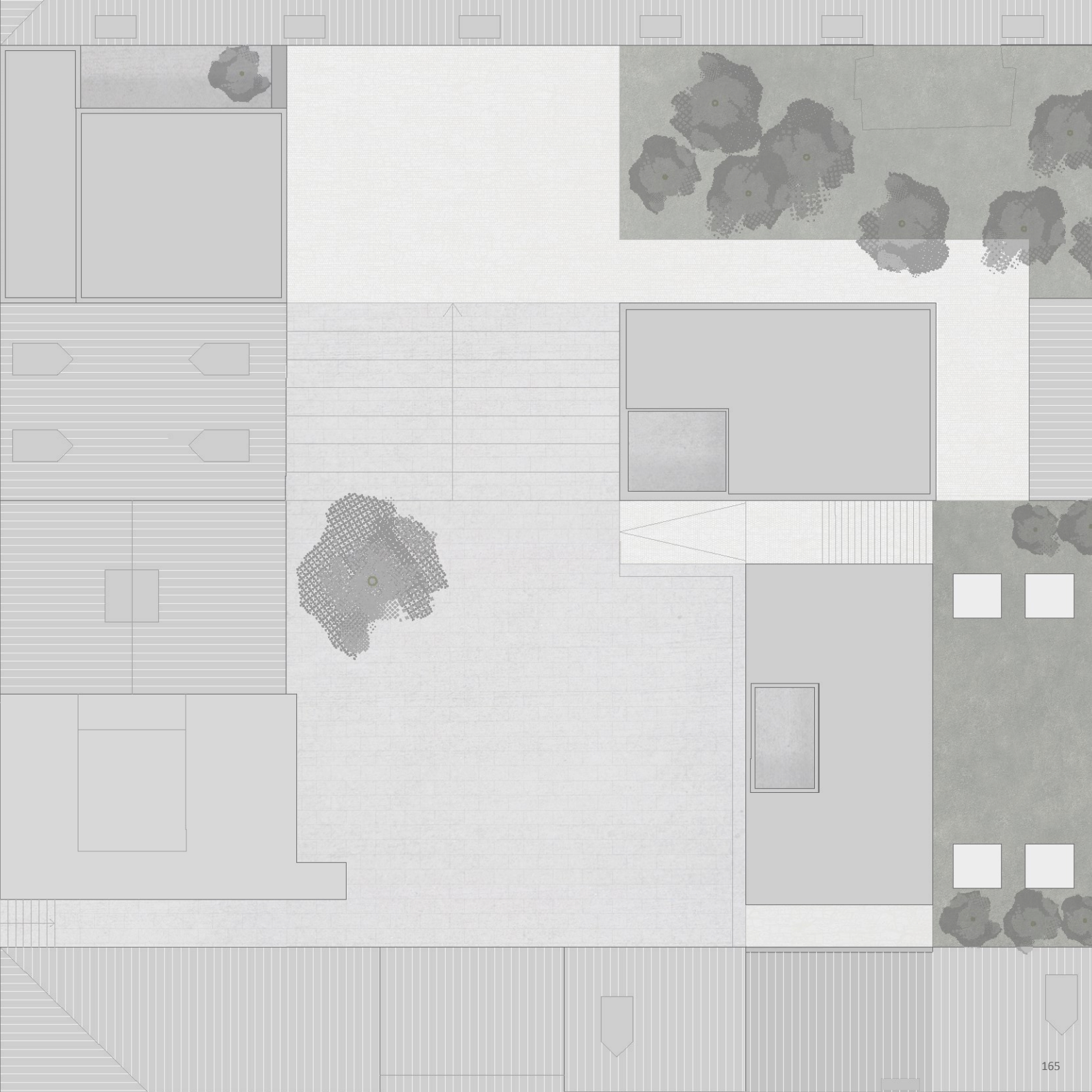
Legenda de materiais:

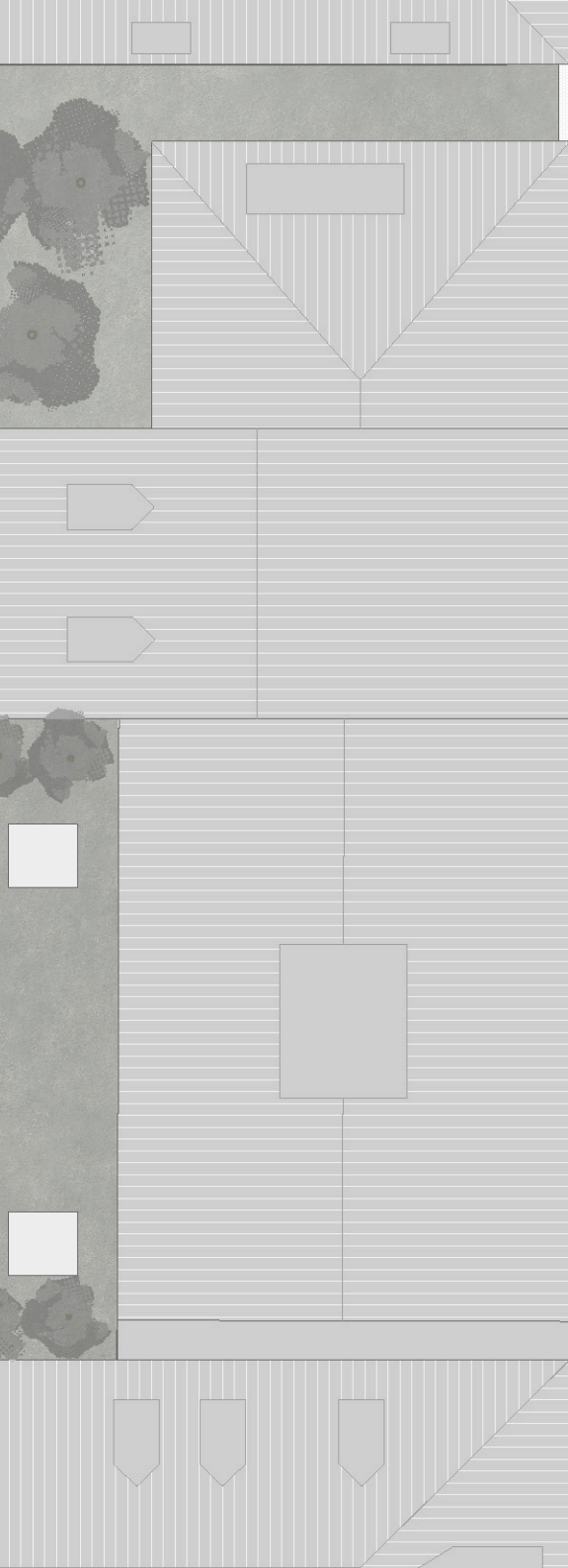
- 1– Enrocamento
- 2– Isolamento térmico XPS (0,04/0,06m)
- 3– Alvenaria de pedra existente
- 4– Pilar metálico
- 5– Calçada Portuguesa de Pedra Calcária assente com traço de cimento
- 6– Sapata de betão
- 7– Camada de betonilha
- 8– Laje maciça de betão
- 9– Soalho com ripas de madeira
- 10– Filme de politireno
- 11– Reboco hidrófugo com acabamento a tinta de cor branca

- 12– Pano de alvenaria de blocos (0,14m)
- 13– Pano de alvenaria de blocos (0,09m)
- 14– Reboco interior com tinta de cor branca
- 15– Vigas de contraplacado de madeira lacadas a branco
- 16– Forro de madeira “Tricapa” lacado a branco
- 17– Sarrafos de Madeira
- 18– Isolamento de lã de rocha (0.04m)
- 19– Perfil metálico
- 20– Pannel contraplacado de madeira “Tricapa”
- 21– Aros e portadas em madeira “Tricapa”
- 22– Cantaria de pedra
- 23– Caixilharia em alumínio
- 24– Pannel OSB (0,015m)

PORMENORES CONSTRUTIVOS

- 25– Lajetas de betão pré-fabricadas
- 26– Terreno natural
- 27– Manta geotêxtil
- 28– Dreno
- 29– Guarda metálica
- 30– Viga cinto de betão armado
- 31– Onduline e telha
- 32– suspensão do teto falso
- 33– Teto falso em pladur
- 34– Barrote decorativo em madeira
- 35– Caleira metálica.

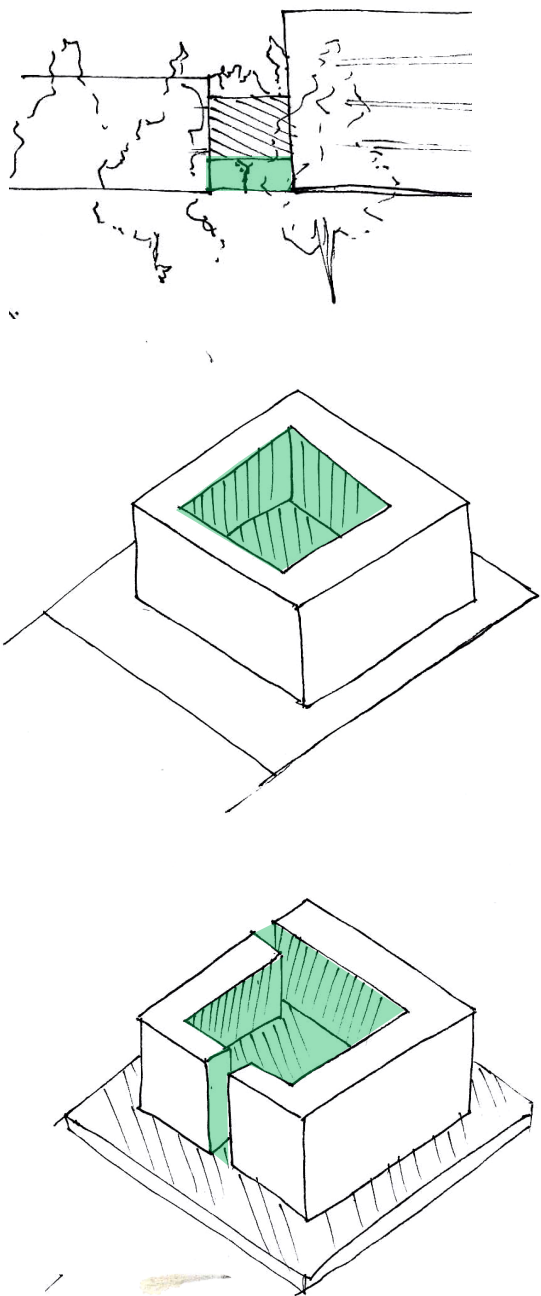




CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Imagem 133 | Planta de cobertura | Escala 1/200





Relativamente ao espaço público, procedeu-se ao levantamento dos diversas áreas para que, através de pequenas intervenções, (reabilitação ou construção) seja possível potencializar cada espaço, promovendo um novo ambiente e apropriação daquele lugar.

O sistema de circulação convergente, no interior do quarteirão, pela introdução de um sistema de pátios e percursos (escadas e rampas), promove a utilização do espaço interior, de partilha e convívio, numa área que anteriormente era interdita quer aos habitantes quer ao público.

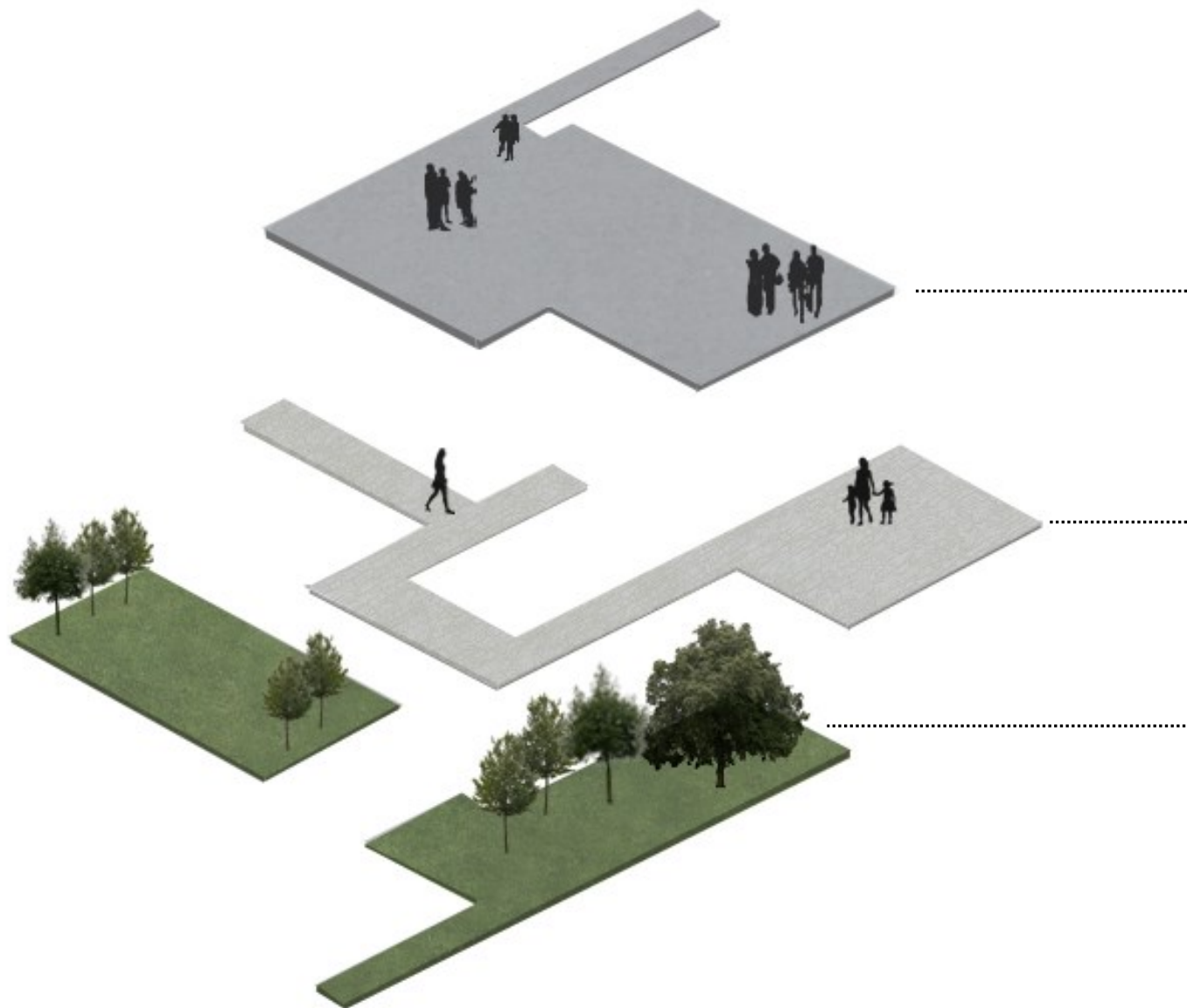


Imagem 135 | Esquema da materialidade do espaço público

MATERIALIDADE E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

Área de permanência | Convívio e partilha

- Pavimento em lajetas de betão. A diferenciação da materialidade do pavimento e a sua articulação com as restantes áreas, permite uma apropriação diversificada neste espaço. Esta área assume-se como uma zona de exceção no interior do quarteirão.

Área de circulação | Continuidade do espaço

- A utilização da calçada em pedra calcária na demarcação dos espaços de circulação, evidencia a continuidade, desejada, entre os limites do quarteirão e o seu interior.

Área ajardinada | Sombra e privacidade

- No projeto houve o cuidado de manter o maior número de vegetação existente, sendo ainda criado um novo espaço ajardinado. Estas áreas para além da sombra também contribuem para a gradação de privacidade, pretendida, entre o privado e o espaço partilhado .

- Fortalece a relação com a envolvente próxima, existindo uma continuidade entre o Jardim das Amoreiras e novo ambiente criado.

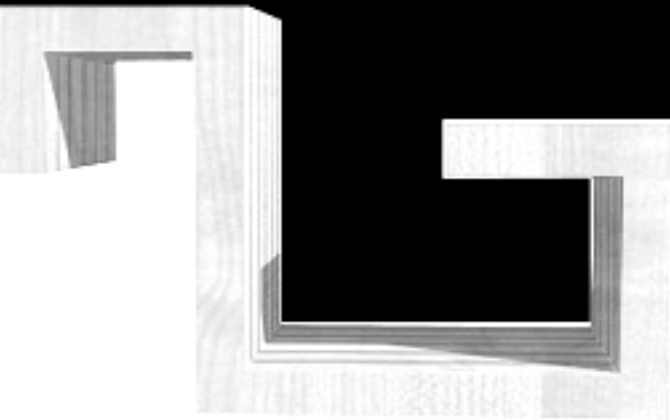






Imagem 137 | Fotomontagens do espaço público





6 MOBILIÁRIO URBANO

TEMA IV | TEMA LIVRE

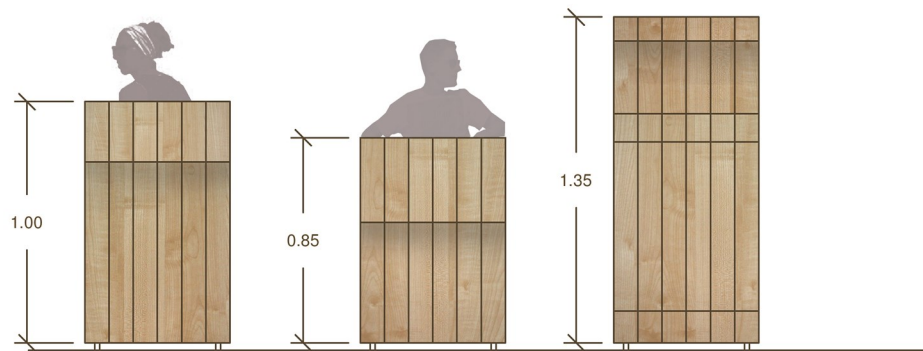
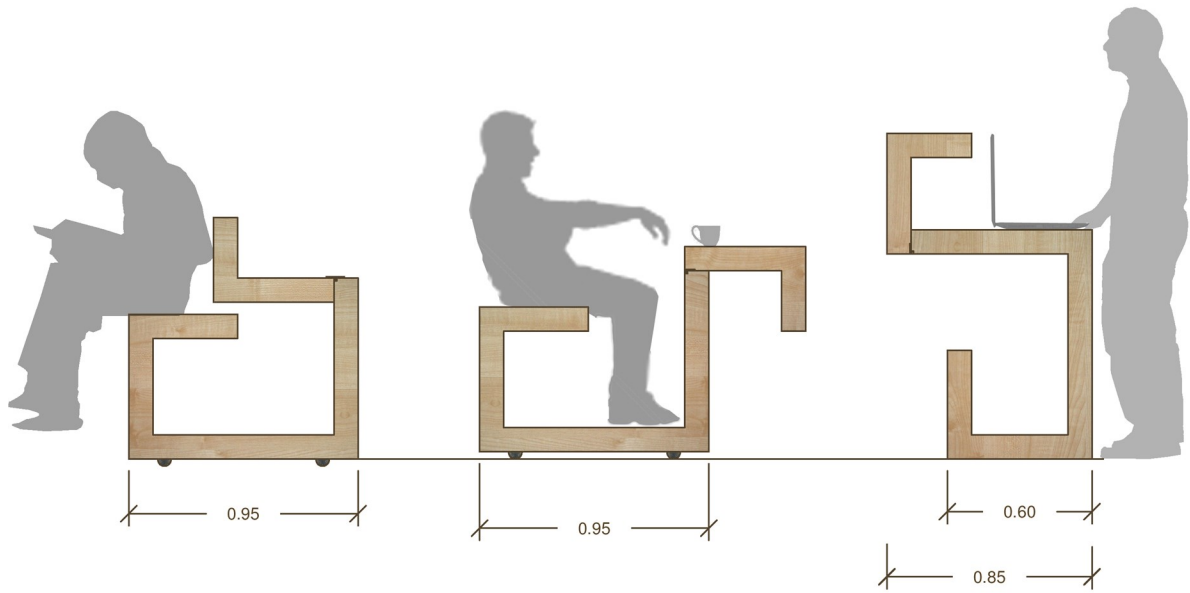


Imagem 138 | Fotomontagem do ambiente pretendido

Este exercício surge de forma complementar ao tema anteriormente apresentado, incidindo-se no desenho de mobiliário urbano .

O interior do quarteirão projetado vive da relação entre o espaço público e o espaço privado, na medida em que, apesar da sua abertura e da criação de percursos que o intercetam, este território torna-se num espaço partilhado mas não totalmente público. Este apresenta-se como uma área de “descompressão” da malha urbana, um refúgio na cidade. Ainda assim este permite uma nova apropriação e utilização do espaço exterior.

É neste contexto que abordou-se o desenho do mobiliário urbano, visto que se considerou importante pensar, não só na construção e requalificação das novas frentes no miolo do quarteirão, mas também dotá-lo de estruturas que possibilitem o seu usufruto.





O mobiliário modular proposto, assume diversos tipos de utilização que respondem às necessidades e apropriações por parte da população e dos residentes. Este adquire características semelhantes ao meio que o envolve, desde a sua materialidade à versatilidade.

No decorrer do exercício, foi essencial o contributo da vertente teórica, visto que após o estudo do Bairro de Caselas e da apropriação dos diferentes espaços públicos, considerou-se relevante o cuidado no desenho do mobiliário urbano, uma vez que este, simultaneamente com a qualidade espacial e arquitetónica, poderão determinar, não só o uso e o conforto do espaço público, como também a perceção que a população tem sobre um determinado território. Podendo ainda, contribuir para a criação de um espaço partilhado e de uso social nos centros urbanos.

Imagem 139| Esquema de utilização do módulo

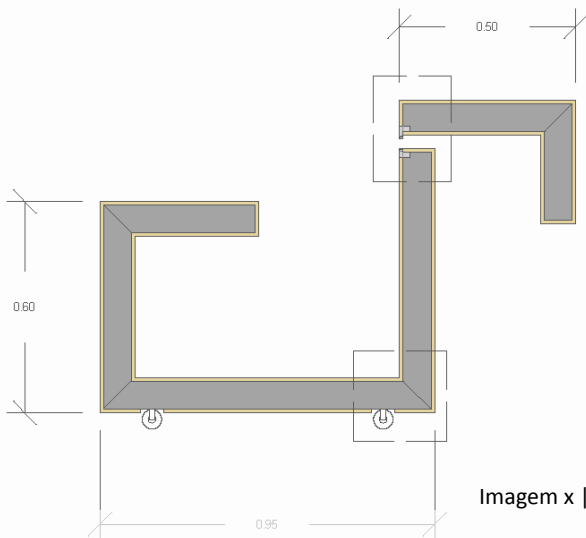


Imagem x | Corte do módulo escala

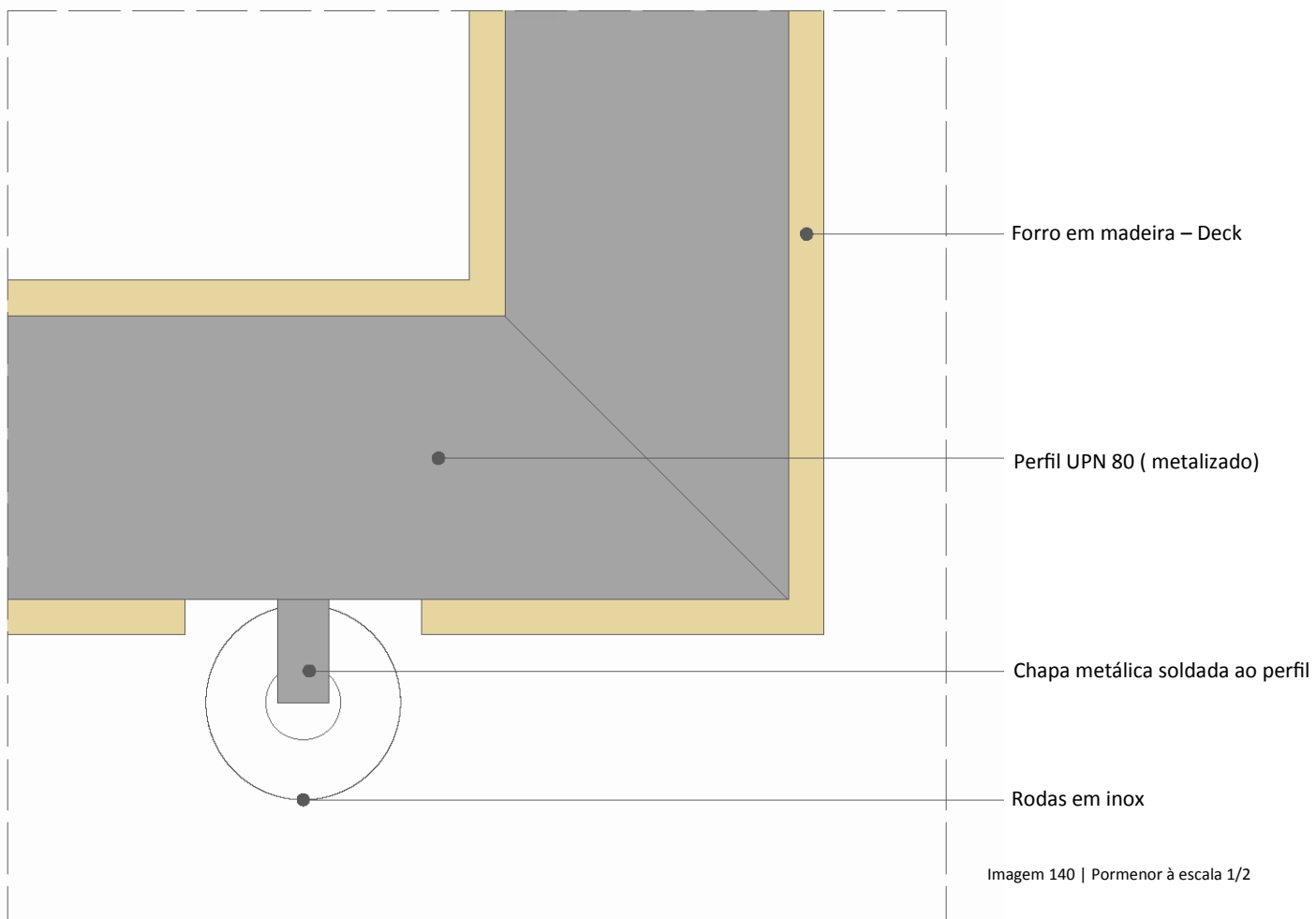


Imagem 140 | Pormenor à escala 1/2

PORMENORES CONSTRUTIVOS

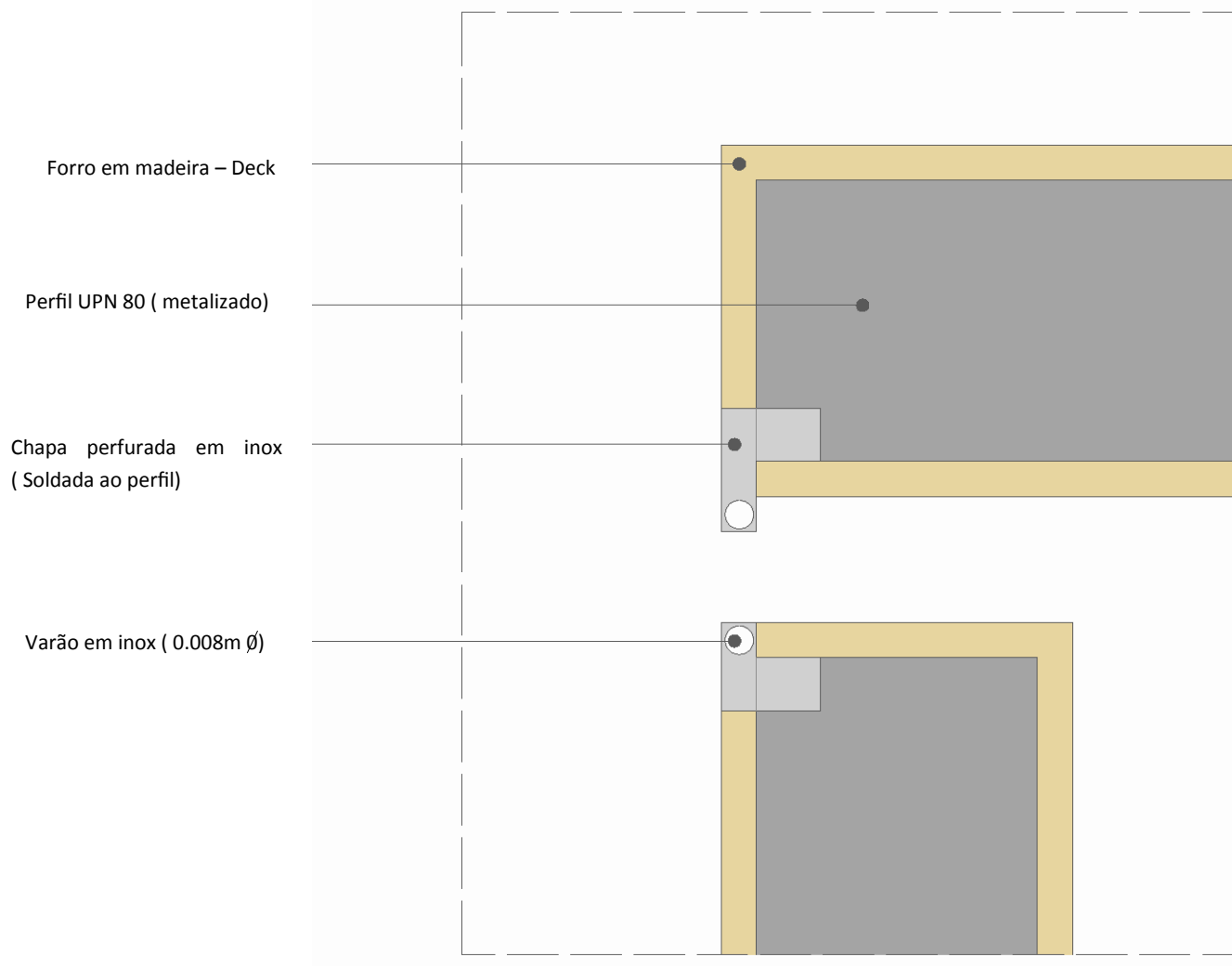
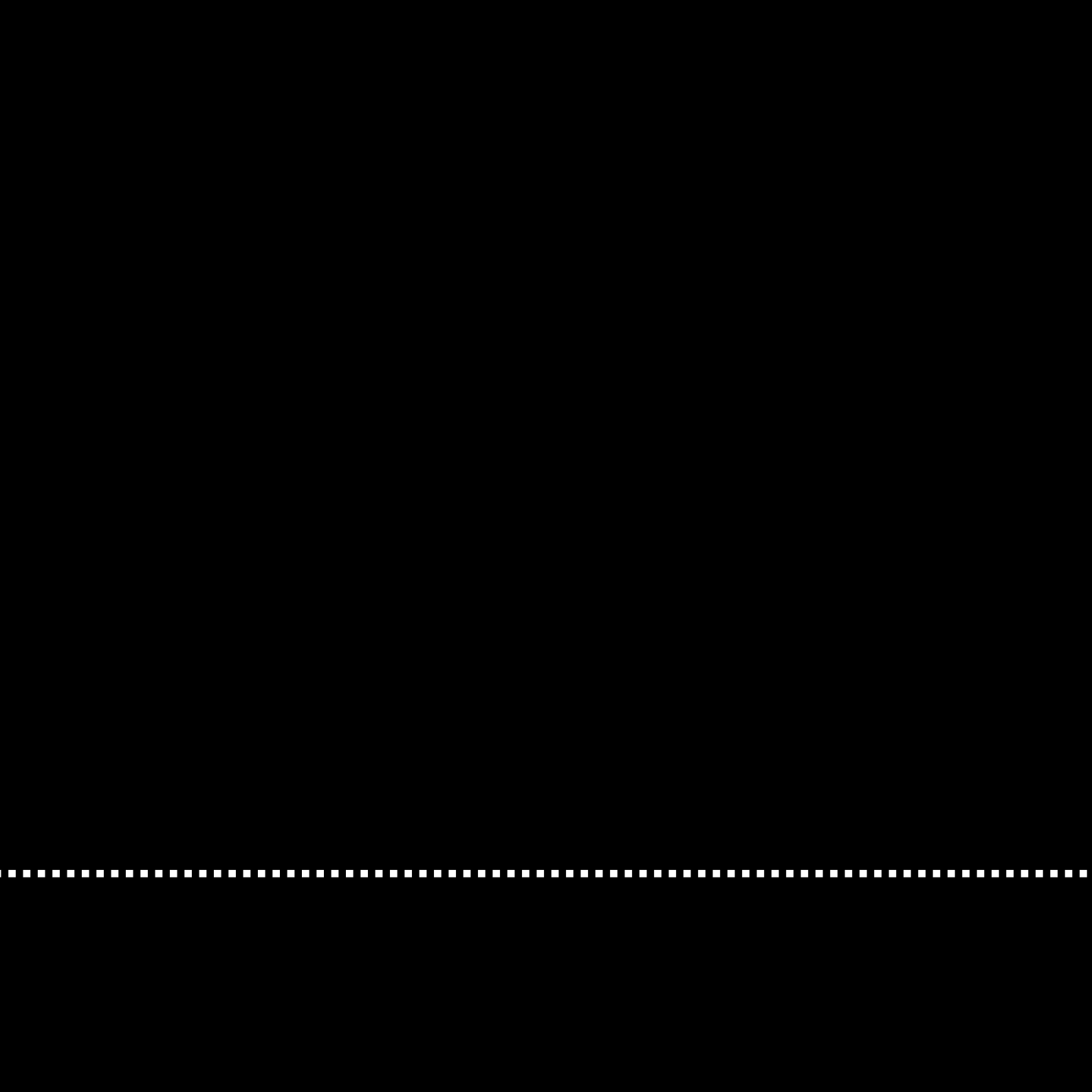


Imagem 141| Pormenor à escala 1/2





VERTENTE TEÓRICA





7 UM BAIRRO LISBOETA ENTRE DOIS REGIMES

ANÁLISE COMPARADA DOS MODELOS HABITACIONAIS COEXISTENTES EM CASELAS– RESTELO

Moinho da estrada de Caselas, Rua da Igreja (Moradias de Casas Económicas), Edifício da Cooperativa Caselcoop. Fonte: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1015129>>. Arquivo municipal de Lisboa, e Dias (2001), Freguesia de São Francisco Xavier: Entre o Monte e o Rio, Lisboa, Edição da Junta de Freguesia de São Francisco Xavier

ÍNDICE

I. Resumo.....	192
II.Introdução.....	194
Capítulo I.: Pressupostos Ideológicos das Políticas de Habitação.....	198
1. O programa de Casas Económicas de 1933	201
2. Isolamento planeado: Urbanismo dos Bairros do Estado Novo.....	202
3. Sociedade de proprietários: a moradia individual.....	204
4. À procura da “Casa Portuguesa”: arquitetura do Estado Novo e Ideais de Raúl Lino.....	208
5. Controlo e Hierarquia Social: Sistema de acesso à propriedade.....	212
6. Habitação cooperativa no final do século XX: Origem do Movimento cooperativo.....	218
7. Movimento cooperativo em Portugal.....	222
8. Cooperativismo, habitação e o Estado.....	224
- O desenvolvimento tímido na Primeira República.....	224
- A censura do setor no Estado Novo	225
- A expressividade no regime democrático.....	226
9. Abertura e igualdade no sistema de acesso à propriedade.....	228
10. Habitação e o agregado familiar: mobilidade dos cooperantes.....	230
11. Mudança de paradigma no regime democrático.....	231
Capítulo II. : Ideologias do espaço construído no bairro de Caselas.....	236
1. Ruralidade: Génese do bairro.....	238
2. Urbanidade: Bairro económico de 1949.....	240
- Representatividade dos espaços e equipamentos públicos.....	244
- Estratificação social: destinatários do programa habitacional.....	248
-Hierarquias formais: o edificado	250

- A morfologia do espaço doméstico.....	256
Tipologia A2.....	256
Tipologia A3.....	258
Tipologia B1.....	260
Tipologia B2.....	262
Tipologia B3.....	264
3. Rutura: o conjunto cooperativo Caselcoop.....	266
- Urbanismo: da cidade tradicional ao planeamento moderno	268
- Habitação coletiva: o contraste volumétrico	274
- Do enclausuramento à apropriação do espaço público.....	280
- A valorização do espaço comum.....	282
- A “rua interior”	286
- A morfologia do espaço doméstico	290
Tipologia T1	290
Tipologia T2.....	292
Tipologia T3.....	294
Tipologia T3 duplex.....	296
- Materialidade.....	300
Capítulo III. : Caracterização da população: análise dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).....	308
Capítulo IV.: Considerações finais.....	314

I.RESUMO

O Bairro de Caselas surge, com uma ocupação residencial de carácter urbano, na sequência do Programa de Casas Económicas promovido pelo Estado Novo em 1949. Localizado originalmente numa zona considerada “periférica”, ao longo do tempo, este bairro tornou-se heterogéneo, na proximidade de uma das áreas residenciais mais “elitistas” e procuradas da cidade de Lisboa, o Restelo.

Este território foi alvo de diversas intervenções, apresentando várias estruturas residenciais, desde as moradias económicas do Estado Novo, até às habitações coletivas promovidas pela cooperativa Caselcoop. O bairro caracteriza-se por duas respostas opostas, às carências habitacionais presentes nas épocas em estudo. Estas intervenções são resultado de distintos contextos históricos, políticos e sociais.

Tornou-se assim necessária a compreensão dos pressupostos ideológicos por detrás de cada programa habitacional: O programa de casas económicas de 1933 e a habitação cooperativa no final do século XX.

A presente dissertação tem como objetivo a análise e sistematização do modo como as duas morfologias arquitetónicas e as diferentes opções residenciais presentes no bairro de Caselas, coabitam nesse mesmo território. Pretende-se compreender de que forma estas alteram a identidade do local, os comportamentos e a apropriação do bairro por parte da população residente.

Procedeu-se a um estudo sobre a configuração e evolução de Caselas, a partir da análise arquitetónica e urbanística, sendo extremamente importante o contributo das ciências sociais nomeadamente na caracterização da população residente.

Conclui-se que apesar do bairro ter uma génese corporativista, com uma carga simbólica e política extremamente hierarquizada, atualmente Caselas caracteriza-se por uma diversidade e heterogeneidade, quer arquitetónica como social, onde as diferentes intervenções se articulam de forma harmoniosa, contribuindo para novos modos de vida e apropriações do espaço.

O estudo de um território ainda pouco explorado, mas cada vez mais procurado, como o bairro de Caselas, permite pela primeira vez, compreender e sistematizar as alterações sociais e transformações arquitetónicas à qual foi alvo. A análise da dinâmica e evolução do bairro torna-se importante para futuras intervenções, na medida em que este estudo comparativo visa uma reflexão sobre a evolução do espaço construído e o modo de intervenção de novas expressões arquitetónicas, num território consolidado.

A presente dissertação torna-se significativa na medida em que demonstra como o desenho urbano e arquitetónico, pode traduzir e formalizar ideologias que caracterizam um determinado momento histórico e temporal. Da mesma forma que realça o diálogo entre as diferentes intervenções e o modo como estas se adaptam e articulam ao longo do tempo.

Palavras-chave: Caselas, Lisboa, Casas Económicas, Cooperativa.

II. INTRODUÇÃO

Esta dissertação surge como prolongamento do trabalho de investigação de grupo, realizado no âmbito do Laboratório de Sociologia, sobre o bairro de casas económicas de Caselas. Esta primeira investigação e aproximação ao bairro suscitou o interesse sobre todo aquele território.

Inserido inicialmente no programa de casas económicas do Estado Novo, o bairro encontra-se atualmente pautado por diversas transformações a nível arquitetónico e social.

O território, assim como a sua ocupação, foi sempre alvo de alterações e mutações, devido a mudanças sociais, ideológicas, económicas e políticas. Foi a coexistência entre as diversas expressões arquitetónicas que conduziu ao aprofundamento do estudo sobre o Bairro de Caselas. Procura-se com esta dissertação, responder à seguinte questão: *de que forma as duas morfologias arquitetónicas e diferentes opções residenciais presentes no bairro, coabitam nesse mesmo território, “segregado” em Lisboa?*

Partiu-se inicialmente do estudo das ideologias opostas que regem ambos os programas habitacionais: Programa de Casas Económicas e o Movimento Cooperativo. Assim tentou-se perceber como estas influenciaram, quer o espaço doméstico quer o próprio espaço urbano de Caselas.

Interessou-nos entender de que forma estes ideais se formalizam e quais as suas expressões arquitetónicas e urbanísticas. Por outro lado, se as alterações sociais verificadas ao longo dos tempos no bairro, apresentam repercussões no desenho arquitetónico.

Considerou-se necessário o estudo dos espaços e equipamentos públicos. Ao analisar a relação do edificado com estas áreas, como a sua apropriação por parte dos moradores, percebeu-se em que medida as edificações colaboram para o usufruto do espaço público e para um novo modo de vida da população em Caselas.

O trabalho de investigação organiza-se em torno de quatro momentos distintos. No primeiro capítulo, intitulado de *Pressupostos ideológicos das políticas de habitação*, é feita uma análise sobre o contexto histórico e político dos programas habitacionais do bairro em estudo. Deste modo, estudou-se o Programa de Casas Económicas de 1933 (influências, passando pela importância de Raúl Lino e a “casa portuguesa”, até aos ideais defendidos pelo

regime do Estado Novo) e o movimento cooperativo (desde as suas origens, os seus princípios a nível internacional e nacional até à habitação cooperativa a partir do final do século XX). Através das ideologias que orientam estes movimentos, procurou-se entender quais os pressupostos que irão influenciar as diferentes expressões arquitetónicas.

A compreensão da evolução do bairro e transformações espaciais apenas é conseguida através deste entendimento e confronto entre as ideologias presentes em cada programa, resultado de época em que estão inseridas.

No segundo capítulo, *Ideologias do espaço construído no bairro de Caselas*, realizou-se a análise morfológica dos dois programas habitacionais. Numa primeira fase procedeu-se ao estudo das moradias de génese económica e posteriormente das habitações coletivas da Cooperativa de Habitação e Construção Económica Caselcoop. Numa leitura que parte do geral para o particular, o capítulo estrutura-se a partir da análise dos seguintes pontos:

- Plano: estudo do crescimento urbano do bairro;
- Espaços e equipamentos públicos;
- Edificado: análise das diferenças formais presentes nos alçados das diversas tipologias e a sua relação com o exterior;
- Organização do espaço doméstico através da análise das plantas de cada tipologia habitacional.

Neste capítulo procurou-se entender de que forma as habitações de tipologias distintas expressam e formalizam valores políticos, arquitetónicos e sociais.

O território tem vindo a ser apropriado por diversos grupos sociais, díspares da população original, alterando a sua estrutura, modos de intervenção e imagem ao longo dos tempos. As mudanças no bairro não se restringem ao nível arquitetónico e urbano mas também se verificam no âmbito social. Assim, no terceiro capítulo, *Caracterização da População – Análise dos dados do Instituto Nacional de Estatística*, achou-se essencial a caracterização da população inicial dos moradores do bairro contrapondo os dados com os da população residente atual.

Por fim, o quarto capítulo compreende as considerações finais de todo o trabalho realizado, respondendo às questões de partida colocadas na fase inicial desta investigação.

Foi essencial o trabalho realizado em grupo no âmbito do Laboratório de Sociologia, no primeiro semestre do ano letivo corrente, na medida em que, para além de proporcionar uma

primeira aproximação ao bairro em estudo, levou à adoção da metodologia aplicada para o presente estudo.

Nesse primeiro trabalho, intitulado *Caselas - Os dias de hoje num Bairro Económico do Estado Novo*, para além da recolha bibliográfica, com destaque para a obra de Luís V. Baptista (1999), *Cidade e Habitação Social*, as diversas visitas ao local tornaram-se um elemento essencial, como ponto de partida para todo o desenvolvimento. Assim, realizou-se inicialmente o levantamento fotográfico de todas as moradias do bairro económico que, juntamente com as fontes documentais (Projeto Inicial de Construção do Bairro de Casas económicas de Caselas) fornecidas pelo Arquivo Intermédio de Lisboa, viabilizaram a elaboração do diagnóstico “impressionista” do nível de alterações das moradias do bairro.

Foram posteriormente realizadas entrevistas exploratórias a residentes das moradias e ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco Xavier, Dr. Luís Branco Silva, na tentativa de compreender a génese e as transformações ocorridas em Caselas. Por fim procedeu-se à análise dos dados do Censos 2011 do Instituto Nacional de Estatística para perceber a evolução e transformação social da população residente no bairro económico.

Neste trabalho adotou-se a mesma estrutura metodológica. Para a sua realização foram utilizados diversos instrumentos, partindo da pesquisa de fontes literárias, da qual se destacam as obras Baptista (1999) e Pereira (2012), revistas e monografias dedicadas ao tema em estudo. Estas tiveram relevância particularmente no primeiro capítulo do trabalho.

Numa segunda fase, na sequência do trabalho anterior, revelaram-se indispensáveis as visitas ao bairro, das quais resultou o levantamento fotográfico de todo o bairro. Com recurso aos elementos previamente reunidos (fotografias das moradias) fotografaram-se todos os edifícios que compõem o conjunto habitacional Caselcoop, bem como todos os espaços e equipamentos públicos ¹ presentes em Caselas.

A recolha de fontes documentais e elementos gráficos, como plantas dos fogos, dos planos urbanísticos, os alçados e cortes dos projetos originais, apresentaram-se como fundamentais na análise do universo arquitetónico e da organização do espaço doméstico,

¹ As fotografias recolhidas correspondem a visitas realizadas ao Bairro de Caselas em diferentes horários e dias semanais, de modo a compreender de que forma os espaços são apropriados e utilizados pelos residentes nos diversos momentos.

uma vez que não foi permitida a visita às habitações². Desta forma, para a análise formal e espacial, foram indispensáveis as obras cedidas pelo Arquivo Intermédio de Lisboa, quer do programa produzido pelo Estado Novo, referentes ao projeto inicial das duas classes A e B, quer das tipologias construídas no Bairro de Caselas³, referentes ao conjunto habitacional Caselcoop⁴.

Realizaram-se posteriormente onze entrevistas exploratórias aos habitantes de Caselas e uma ao Presidente da Cooperativa de Habitação e Construção Económica Caselcoop, Dr. Mário Figueiredo de Almeida, pretendendo entender as transformações urbanas e sociais de maior evidência no bairro, como também a imagem que os residentes têm das construções coletivas, o que estas representam e de que forma alteraram as suas vivências.

Analisaram-se os dados do Censos de 2011 disponibilizados pelo INE, referentes à faixa etária, instrução e estrutura dos agregados familiares residentes em Caselas, com o intuito de compreender a realidade social do bairro.

² Devido ao número de fogos apresentados no trabalho e às restrições por parte de alguns moradores, foram visitados um fogo e os espaços comuns do conjunto habitacional Caselcoop.

³ Obras analisadas referentes às casas económicas de Caselas: 564; 1004;2337;3006;3281;36880;37445;1711

⁴ Obras analisadas referentes ao conjunto de habitação coletiva Caselcoop: 61552; 61538; 61729; 61539;65249;65250;65262;65772;61553;61547

Capítulo I

PRESSUPOSTOS IDEOLÓGICOS DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

No presente capítulo procedeu-se à abordagem dos pressupostos ideológicos das políticas de habitação em Portugal, destacando o Programa de Casas Económicas de 1933 e o Movimento Cooperativo emergente do 25 de abril de 1974.

Pode-se afirmar que a problemática da habitação, e principalmente a consciência social sobre esta temática, surge em Portugal ainda no séc. XIX. Esta preocupação, também presente noutros Países Europeus, aparece como resultado da industrialização das principais cidades. Foi para responder às carências da habitação operária, que surgiram as vilas operárias como tentativa de resposta da burguesia à falta de alojamento e de salubridade dos seus trabalhadores.

“Os contributos partiam da iniciativa privada: ou das próprias empresas industriais ou de construtores- promotores, que tiravam os bons rendimentos de pátios ou vilas” (Pereira, 1994:522).

Em Portugal, devido ao êxodo rural na época industrial, assistiu-se a um grande crescimento demográfico nas principais cidades, Lisboa e Porto, resultando no aparecimento das primeiras medidas Estatais no campo da habitação.

Numa primeira fase, as medidas incidiram sobre a lei das rendas, na qual era incentivado o arrendamento de fogos nas cidades

“(…) a Lei do Inquilinato de 1910, que procura dificultar as ações de despejo e limitar a atualização de rendas, mesmo no caso de novos contratos, medida que em 1919 ganharia maior amplitude com o congelamento das rendas através da renovação obrigatória dos respetivos contratos (...)” (Gonçalves, 1978 e Silva, 1994 citado por Serra, 2002:169).

Considera-se relevante referir, o Decreto nº 4137, de 24 de abril de 1918 que define a promoção, já nesta altura, das casas económicas. Segundo o Artigo 1º, as casas económicas são definidas como casas que se destinam ao alojamento das classes menos abastadas, contruídas nos centros de povoação, arrabaldes ou praias, e que satisfaçam às condições de salubridade.

Porém, é através das medidas de Sidónio Bernardino da Silva Pais, com a construção de bairros sociais por parte do Estado, que se dá início a um programa de habitação “social” em Portugal (Pereira,1993:68 citado por Baptista, 1999:30). Exemplos desta medida são os dois bairros em Lisboa Arco do Cego e Ajuda, que foram terminados já no regime do Estado Novo.

É em 1933, com a implementação do Estado Novo, que se inicia um programa de intervenção Estatal, de forma sistemática na área da habitação social.

1.O PROGRAMA DE CASAS ECONÓMICAS DE 1933

De facto é a partir da década de 30 que se assiste a uma ação direta por parte do Estado, criando-se vários programas de habitação, assim como um grande investimento público em infraestruturas. Estes programas nascem da necessidade de proporcionar um alojamento condigno à população que, nesta época, chegava aos meios urbanos, principalmente Lisboa.

Na época havia a “necessidade de uma intervenção decidida dos órgãos estatais, tendo em vista a imediata melhoria das condições de vida, sem pôr em causa uma ordem social preestabelecida (...)” (Baptista,1999:84).

Como foi referido, durante o Regime Salazarista são desenvolvidos vários programas habitacionais:

- Programa de Casas Económicas em Propriedade Resolúvel de 1933;
- Casas para Famílias Pobres;
- Casas de Renda Económica, em 1945;
- Programa de Casas de Renda Limitada, em 1947.

Este trabalho explora principalmente o plano de Casas Económicas, os seus pressupostos e ideologias políticas e sociais que, evidentemente, se traduzem no modelo morfológico e arquitetónico dos bairros. O interesse deste programa deve-se à sua relevância enquanto génese do programa habitacional do Regime e as suas repercussões para políticas futuras, mas também pela sua importância na análise do caso de estudo.

O programa de casas económicas foi criado em 1933⁵ com o objetivo de possibilitar, através de sistema de renda resolúvel, o direito à propriedade a classes sociais mais desfavorecidas.

Os bairros económicos deram corpo às ideologias do Estado, aplicando conceitos como eficácia, resolução do problema social e conservação da ordem social existente, (Baptista, 1999:205,84). Servindo como veículo de divulgação de tais princípios, são traduzidas formalmente as aspirações do regime sobre a família, o direito à propriedade privada, o ideal de nação e ordem, a afiliação institucional e corporativismo e, sobretudo, a hierarquização social (Pereira,2012: 52).

2. ISOLAMENTO PLANEADO: URBANISMO DOS BAIRROS DO ESTADO NOVO

A nível urbano, esta iniciativa baseava-se no ideal rural, onde se estruturavam aldeias na cidade, com moradias individuais segregadas da malha urbana. Surgem no seguimento das experiências dos bairros operários europeus, como pelos princípios de Frédéric le Play (1806-1882)⁶ (Pereira, 2012: 52), na tentativa de “ordenar ruralizando” os grupos sociais das classes trabalhadoras. Deste modo, e inspirado também no modelo britânico da cidade-jardim, nasce um “mecanismo de fixação das populações quer a nível social quer geográfico, que vai inspirar a própria arquitetura, (...)” (Baptista, 1999: 172).

Estes bairros funcionavam com uma lógica de planeamento global do território. Por um lado apresentavam espaços com uma arquitetura racional e de baixos custos, por outro a criação de equipamentos e espaços públicos para a população. Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas, afirmava que a forma e localização destes bairros, bem como as suas características, poderiam ser um fator socialmente positivo no sentido de harmonizar as desigualdades reconhecidas face à habitação” (Baptista, 1999: 85).

⁵Programa habitacional estabelecido pelo Decreto-Lei 23 052 de 1993.

⁶ Pierre Guillaume Frédéric le Play foi engenheiro, economista e sociólogo. Os seus trabalhos de investigação sobre a vida familiar, (unidade social fundamental), focavam-se nas condições da vida doméstica e económicas das classes operárias, influenciada pelo católico e conservador.

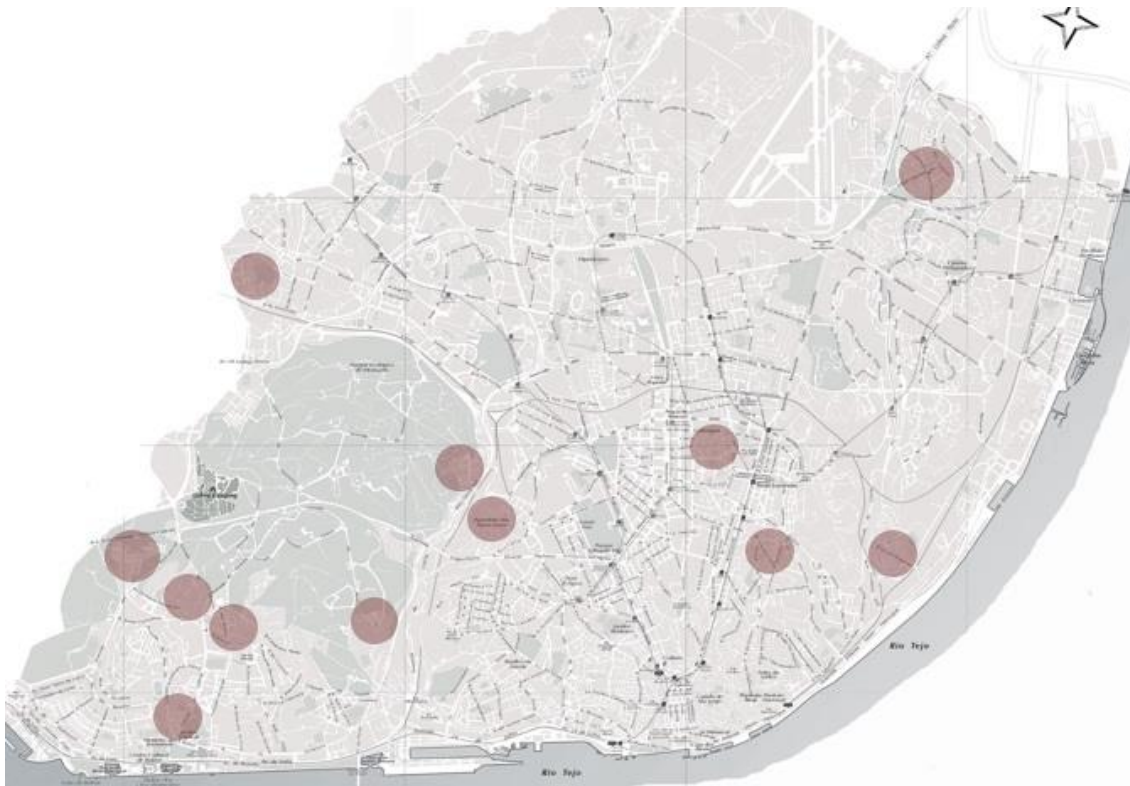


Imagem 1 | **Planta de Implantação dos diversos Bairros Económicos de Lisboa.** Fonte: (Baptista,1999:98).

Os bairros localizavam-se em terrenos da periferia, áreas de expansão da cidade. Este facto deve-se principalmente à disponibilidade de terreno para uma construção pouco densificada e à facilidade de aquisição devido ao seu baixo preço, mas muito contribuíram as políticas de expropriação levadas a cabo por Duarte Pacheco. Contudo, não deixam de ter uma carga simbólica, visto que prevalecia a ideia de isolamento e segregação daquelas áreas residenciais.

Existia também uma componente higienista e hierárquica na deslocação destes bairros para uma zona periférica da cidade. Eram procurados pontos saudáveis, higiénicos e de fácil acesso, promovendo deste modo a qualidade de vida nas novas construções.

Por outro lado a opção de isolamento recaía sobre o poder social e político atribuído às classes destinatárias deste programa, onde os terrenos mais procurados no centro da cidade eram reservados às classes mais favorecidas (Pereira, 2012:55).

3.SOCIEDADE DE PROPRIETÁRIOS: A MORADIA INDIVIDUAL

A nível arquitetónico, os bairros de casas económicas caracterizavam-se por homogeneidade e racionalidade, transmitidas pelas moradias geminadas com acesso a um quintal privado. Este espaço exterior possibilitava “por um lado (...) recriar práticas tipicamente rurais e por outro de configurar a um nível micro os pressupostos nacionalistas da auto-suficiência (...)” (Pereira,2012:53).

É no seguimento do pensamento ruralista, de enclausuramento e autossuficiência que são projetados, simultaneamente com as moradias, um conjunto de equipamentos como a Igreja, a escola primária e desportivos.

“No Bairro o adquirente da moradia tem assistência médica gratuita (...). Os seus filhos não precisam de sair do bairro para frequentar a escola primária porque nestes a *teem*, grande, arejada, cheia de luz e flores (...). Nos bairros em construção vai ser erguida uma capela e *quasi todos teem um jardim*” (Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, Ano II, nº8, 1935: 189 citado por Mesquita,2006:100).⁷

⁷Acedido 09 de Junho 2013. Disponível em
<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1787/1/FAUTL_13_A_MMesquita.pdf>.



Imagem | 2 Bairros económicos de Lisboa: B.º Caramão Ajuda; Cartaz de Propaganda da Alemanha nazi – “*Após o trabalho diário o operário alemão encontra sossego e recreio na casa própria e no seu jardim*”.

Fonte: Fotografias cedidas pelo Arquivo Fotográfico de Lisboa e disponível:

< <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html> > acedido a :16.05.2013

Quando analisamos os elementos escolhidos para responder às necessidades da população, não conseguimos dissociar os equipamentos à filosofia do regime Salazarista assente em Deus, Pátria e o seu prestígio, a família e a glória do trabalho. Ou seja, toda a lógica de formação do bairro, desde o seu perfil urbanístico, aos equipamentos tidos como essenciais até à morfologia das habitações escolhida, reforçam os valores nacionalistas da época.

É no Estado Novo que as questões sobre os modelos habitacionais e o debate sobre a arquitetura representativa do País ganham maior dimensão. Neste contexto os bairros de casas económicas assumem-se como moradias isoladas, claramente influenciadas pelos estudos da arquitetura tradicional portuguesa iniciados no século XIX e desenvolvidos nos anos 20 (Pereira, 2012: 53).

“Nisto como em tudo, não houve a pretensão de copiar o molde estrangeiro. Preferiu-se o da casa. Assim os grandes blocos de edifícios com muitos andares e muitas habitações (...), optamos nós pela " casinha" isolada, com o seu quintal e seu jardim. Em vez da propriedade arrendada a casa que ao fim de um certo tempo é propriedade da família (...)”⁸ (Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, Ano II, nº8, 1935: 189 citado por Mesquita,2006:100).⁹

Elegeu-se, assim, o modelo de habitação unifamiliar, recusando a habitação coletiva e a conduta moral a esta associada, promovendo o ideal de casa modesta e independente inspirada na arquitetura tradicional e vernacular Portuguesa. Adotou-se a implantação em quarteirões, e elementos formais “rurais” como o quintal ajardinado, alpendre e beirado. Através deste modelo arquitetónico pretendia-se a implementação de um modo de vida tradicional numa primeira fase da família e, posteriormente, como modelo social, uma sociedade de proprietários.

⁸ Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, Ano II, nº8, 1935, p. 189.

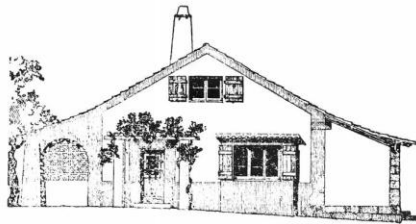
⁹ Acedido 09 de Junho 2013. Disponível em https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1787/1/FAUTL_13_A_MMesquita.pdf.

Ilust. 1.



Três ilustrações publicadas em Casas Portuguesas de Raul Lino.

Ilust. 2.



Ilust. 3.

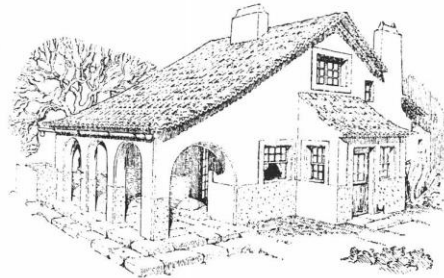


Imagem 3 | Ilustrações publicadas na obra de Raúl Lino “Casas Portuguesas”. Fonte: (Leal, 2000: 129)

“(…)Seria possivelmente mais fácil resolver o problema da habitação no sentido vertical, no bloco imenso. Mas a casa pequena, independente, é o sossego, a tranquilidade, o amor, o sentimento justo da propriedade, a família. A colmeia é a promiscuidade, a revolução, o ódio, simultaneamente o indivíduo e a multidão(…)” (Entrevista a Salazar de A. Ferro em 1938)¹⁰.

4. À PROCURA DA “CASA PORTUGUESA”: ARQUITETURA DO ESTADO NOVO E OS IDEAIS DE RAÚL LINO

Após o estudo dos princípios urbanos e volumétricos presentes no programa de casas de casas económicas, considerou-se necessária a referencia à “casa portuguesa”, problemática que dominou a cultura arquitetónica desde os finais do século XIX à década de 50 do século seguinte.

São perceptíveis algumas similitudes entre a ideologia por detrás da “casa portuguesa”, principalmente em torno da figura de Raul Lino (1879-1974), e os princípios defendidos por Salazar. Era procurada uma estética nacionalista e representativa do regime; nesta perspetiva abordaremos este movimento ao longo dos tempos e a sua relação e influência nos bairros de casas económicas do Estado Novo.

Segundo João Leal (2000), a questão da “casa portuguesa” formaliza-se em quatro fases distintas. O primeiro período entre 1893 e 1909, o segundo até 1920, a terceira fase compreende o final das décadas de 30 e 40 e, por fim, a quarta fase que se estende até 1950. Assim sendo, a procura de um estilo arquitetónico nacionalista nasce com Henrique das Neves (1841-1915). É através da publicação em 1893 da sua investigação sobre a Cava do Viriato, mais especificamente com uma nota de rodapé, que o autor defende a existência de uma tipologia habitacional da Beira que seria característica de todo o Norte de Portugal. Este texto ganhou uma amplitude não esperada pelo autor, sendo posteriormente transcrito em

¹⁰Acedido em 09 de Junho de 2013. Disponível em <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html>.

diversos artigos (Leal, 2000:110). Henrique das Neves é também o autor de um artigo posterior, 1905, denominado de “A casa Portuguesa”. É então lançada a reflexão sobre a temática acerca de uma tipologia habitacional portuguesa, numa época onde a preocupação com a habitação começa a ganhar peso na cultura nacional (*idem.*).

Esta primeira fase torna-se relevante não só pela iniciativa do debate sobre o tema, como também pela procura da relação entre uma tipologia nacional e as características morfológicas próprias em cada zona do território português.

Contudo, é a partir da segunda fase que o movimento da “casa portuguesa” ganha maior protagonismo, sendo indispensável a figura de Raúl Lino e o contributo das suas obras no panorama nacional. São exemplos, tanto obras arquitetónicas como a casa do Cipreste de 1912-14 ou a casa dos Penedos de 1922 ambas construídas em Sintra, como também as literárias, como “ A nossa casa” de 1918, que tiveram grande influência na divulgação da problemática em questão.

Deste modo, o arquiteto formaliza o seu ideal de casa portuguesa, defendendo a construção de um estilo regional em harmonia com a envolvente e com o território onde se insere, revelando preocupação com um retorno à tradição. Defendia a utilização do telhado inclinado com beirais revirados (à portuguesa), o alpendre, a caiação e os lancis de cantaria, assim como a utilização do azulejo. Mas um dos aspetos mais relevantes da obra de Raúl Lino é a organização do espaço doméstico, que ganha importância, sendo o projeto definido a partir do espaço interior para o exterior.

Na organização do espaço interior, aparecem os espaços sociais anexos à fachada principal com a introdução de um *hall* de entrada, sendo os serviços dispostos nas traseiras. A sala de estar era utilizada por este arquiteto como zona intermédia entre as duas áreas anteriormente referidas. Já as zonas privadas encontravam-se nos pisos superiores, transmitindo uma maior privacidade à vida quotidiana. Esta organização tripartida, muito próxima da casa burguesa, será um dos elementos adotados no bairro económico do Estado Novo em Caselas.

É nas décadas de 30 e 40, com o Estado Novo, que se verifica um novo interesse neste movimento e na obra de Raúl Lino. Embora numa primeira fase do regime ditatorial a arquitetura moderna fosse experimentada e apoiada, rapidamente, a partir de 1933, o Estado

passou a controlar a ação arquitetónica, numa procura pelo estilo representativo do Regime. Nesse mesmo ano é publicada a obra “ Casas Portuguesas” de Raúl Lino que vai, como referido, influenciar a produção arquitetónica da época e, por sua vez, os bairros económicos do Estado Novo.

A referência a este arquiteto era lógica, visto que se encontram semelhanças entre o imaginário de Lino e as ideologias salazaristas. Ambos encontravam na “ família” a base de toda a sociedade, valorizando a privacidade, modéstia e simplicidade dos seus elementos. A habitação deveria caracterizar-se por um espaço íntimo e separado do espaço exterior e público, promovendo o isolamento. Porém desejava-se um espaço interior arejado, iluminado, sólido mas cómodo. Pretendia-se uma arquitetura tradicional que refletisse uma identidade nacional, que se apoiava na arquitetura popular e rural, numa tentativa de construir campo na cidade.

Nesta época, “a casa portuguesa” e igualmente o Estado Novo, apresentavam-se como meios de resistência à implementação em Portugal da arquitetura moderna e dos ideais internacionais.

É este contexto que envolve todo o quarto período no qual, a partir dos anos 40, surgem movimentos contra as políticas ditatoriais e, por sua vez, contra a questão da casa portuguesa, particularmente contra a linguagem historicista e a tentativa de criação de uma imagem nacionalista da arquitetura portuguesa. Muitos arquitetos defendem agora a implementação dos princípios modernistas e uma maior liberdade de expressão arquitetónica em Portugal.

O documento publicado em 1961, *o Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa*, resultado do *Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa* entre 1955 e 1960, de iniciativa de Keil do Amaral, veio liquidar o imaginário da “ casa portuguesa” como estilo nacional¹¹, visto que este documento expôs a diversificação das morfologias arquitetónicas nas diferentes regiões, deitando por terra a ideia de uma tipologia nacional defendida pelo Estado Novo e por Raúl Lino.

¹¹ O inquérito à arquitetura popular portuguesa, levou a que, os arquitetos e equipas, integrantes neste estudo, se aproximassem do contexto rural e histórico da arquitetura popular. Este fator será importante na arquitetura moderna que será realizada em Portugal, onde se contrapõe princípios claramente modernos, com elementos tradicionais, havendo a preocupação e contextualização com o território onde esta se insere.

5. CONTROLO E HIERARQUIA SOCIAL: SISTEMA DE ACESSO À PROPRIEDADE

A atribuição das casas aos moradores-requerentes era feita através de mecanismos de seleção, tendo em conta os salários, a composição e idade do agregado familiar e o seu comportamento moral e profissional. Esta medida criava um efeito socialmente diferenciador da população destinatária das casas económicas. Efetivamente, um dos meios utilizados para evidenciar a hierarquização dos estatutos sociais, era a diferenciação das habitações por classes. Da mesma forma, este princípio refletia-se no planeamento urbano, onde legalmente apenas era permitida a construção de um bairro que albergasse no máximo três classes consecutivas (Gros, 1994:86 citado por Pereira, 2012: 53).

As moradias caracterizavam-se por classes que se subdividiam em diversos tipos. A sua atribuição dependia do salário e constituição do agregado familiar do morador – adquirente, sustentada na ideia basilar desta política habitacional “a cada um consoante as suas posses” (Baptista: 1999:48), apoiado nos pressupostos do “merecimento dos alinhados” (Pereira, 2012: 73).

Numa primeira fase, assiste-se à construção das classes de áreas mais reduzidas, as categorias A e B¹². Em 1943, simultaneamente com o lançamento do programa de Casas de Renda Económica, são criadas as classes C e D¹³, que disponham de maiores área e número de divisões, tendo surgido para responder às necessidades de um outro grupo social que até então não tinha conseguido ser abrangido pelo programa, as famílias numerosas.

As habitações económicas não se distinguiam somente pela classe, mas também pelo seu tipo. Assim cada classe era subdividida em quatro tipos (1, 2, 3 e 4), definido segundo a estrutura familiar, número e sexo dos elementos (filhos) do agregado.

¹² Decreto-Lei 23 052 de 23 de setembro de 1933

¹³ Decreto-Lei 33 278 de 24 de novembro de 1943

Fundamentalmente através de princípios de controlo ao acesso à propriedade, é defendido o conceito de família, marcada pela figura do “chefe de família”.

Nesta época, a figura de “chefe de família” determinava as condições da aquisição de uma habitação e servia de meio à perpetuação da ideia de família tradicional, de propriedade e também do Regime.

Tipo	Constituição Agregado Familiar
1	Destinado a jovens casais sem filhos ou com um filho,
2	Serve as famílias de pequenas dimensões com filhos todos do mesmo,
3	Alberga as famílias numerosas com filhos de um ou ambos os sexos,
4	Criada posteriormente em 1943 ¹ , reservada às famílias numerosas.

Tabela 1 : Constituição do agregado familiar referente a cada tipologia habitacional.

“A nova unidade política e social — a família — há-de possuir, além do braço ou do cérebro que lhe dá o pão, a casa própria que a abrigue, que a defenda, que lhe dê o bem-estar e com ele o sentido da conservação e da responsabilidade social de contribuir para o bem comum” (Discurso de Duarte Pacheco de 27 de Janeiro de 1934¹⁴).

Deste modo a instituição da família nuclear relaciona-se com o imaginário social defendido pelo Estado Novo, promovendo conceitos como a “privatização” e “hierarquização”. A privatização em relação ao exterior, numa lógica de enclausuramento da família, mas sobretudo um agregado hierarquicamente estruturado, quer nos níveis de poder, como o caso

¹⁴ Acedido a 02 de Julho de 2013. Disponível em <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html>.

do “chefe de família” e do papel da mulher no seio familiar, quer nos níveis de privacidade extremamente marcados no espaço doméstico (Pereira,2012: 100).

Assim sendo, revelou-se a preferência pela atribuição das moradias aos “ chefes de família” membros dos sindicatos nacionais ou funcionários públicos e militares. Ou seja, os grupos que mais evidentemente se regiam pelos valores de referência moral e política do regime. (Almeida, 2010: 550). Esta seria uma estratégia da parte do regime, de forma a assegurar a filiação de um maior número de pessoas.

As casas ao serem atribuídas aos chefes-de-família, obrigavam a que os destinatários do programa constituíssem com a casa, um “casal de família”¹⁵. Este conceito tinha como objetivo a preservação da pequena e média propriedade. O casal de família sem propriedade agrícola assegurava a transmissão da moradia, que forçava o herdeiro a seguir as obrigações do contrato inicial (Baptista, 1999: 56).

“As casas serão distribuídas, dentro das preferências fixadas e em regime de propriedade resolúvel, aos chefes de família, empregados, operários ou outros assalariados, membros dos sindicatos nacionais, funcionários públicos, civis e militares e operários de quadros permanentes de serviços do estado e das câmaras municipais, que se responsabilizem pelo pagamento de determinado número de prestações mensais nas condições estabelecidas neste decreto” (Artigo 2º do Decreto-lei nº 23 052 de 1993).

As medidas de seleção também regulavam a organização e distribuição das moradias de diferentes classes. A classe A destinava-se a membros de sindicatos nacionais, representando a maioria com 75% das habitações, ou a empregados do Estado e Câmaras Municipais que correspondiam a 25% do total das habitações. Por outro lado a classe B era distribuída igualmente pelos restantes candidatos. A percentagem de cada tipologia a ser construída, também era decretada: a classe A representava uma média de 40%, a classe B de 30%, a classe C de 20% e finalmente a classe D com 10% (Baptista,1999:127).

O programa de Casas Económicas marcou e determinou uma nova forma de intervenção no campo da habitação, visto que a partir de 1933 coube ao Estado investir no setor,

¹⁵ Definido no artigo 2º nº 3 do Decreto-Lei nº 23 052 de 23 de Setembro de 1933.

participando na construção, aquisição e gestão de terrenos e no financiamento, mas também possibilitando e definindo a intervenção no setor privado do mercado imobiliário¹⁶ (*idem.*).

O acesso à propriedade para os mais desfavorecidos era um dos pressupostos principais na política de habitação do Estado Novo, visto que era realizado de acordo com o rendimento do morador-adquirente que, após uma fase de “ empréstimo”, no máximo de 25 anos, se tornava proprietário, através do sistema de propriedade resolúvel.

“...Entramos numa das casinhas do bairro novo ainda desocupada: dois ou três quartos arejados, brancos, cozinha ampla e clara, casa de banho, propriedade plena do seu habitante ao fim de alguns anos de renda mensal, mínima, que lhe garante igualmente o seguro contra o desemprego e contra a invalidez (...)” (Entrevista a Salazar de A. Ferro em 1938¹⁷).

Duarte Pacheco teve um papel fundamental nesta questão de acesso à propriedade, tendo implementado um sistema de seguros, destinado aos beneficiários do Programa de Casas Económicas. De forma a “ (...) garantir o pagamento das 240 prestações mensais que após a sua liquidação dão ao morador adquirente da casa económica a propriedade plena da moradia, reconheceu-se a necessidade de proteger a família contra a morte do seu chefe, a sua invalidez permanente, a impossibilidade absoluta de trabalho por doença e desemprego e ainda contra o incêndio da moradia. Foram assim instituídos o seguro de vida, o seguro complementar de invalidez para o trabalho, o seguro contra o desemprego e contra doença do morador adquirente e o seguro contra incêndio” (Baptista, 1999: 110).

Os seguros garantiam não só o pagamento do valor do investimento e a subsistência do agregado familiar em situações de incapacidade do “ chefe de família”, mas também

¹⁶ O Estado definia e regulamentava também a iniciativa imobiliária privada. Este determinava qual a identidade estética que deveria ser usada, a forma do espaço interior assente num estudo funcional pré-estabelecido e qual o preço de arrendamento e venda que seria adequado para determinado imóvel. (Pereira, 2012: 51)

¹⁷ Acedido a 02 de Julho de 2013. Disponível em <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html>.

facilitavam a realização do imaginário nacionalista de uma sociedade de proprietários, mesmo nas camadas sociais mais baixas.

Na obra de Luís Baptista, *Cidade e Habitação Social* (1999), já referenciada, o autor analisa as diversas políticas públicas de habitação no regime do Estado Novo, contudo defende que este programa se baseava numa sociedade nova, sem distinções entre classes tradicionais, embora todos os beneficiários fossem definidos e hierarquizados. Baptista (1999) assinala o facto de que numa fase inicial do programa a classe média ter sido privilegiada, em detrimento das mais baixas, algo que só será tido em conta numa fase posterior.

De facto, o programa habitacional do regime, em especial nas décadas de 20 a 40, onde se inserem os bairros de casas económicas, centrou-se nas condições de habitação das classes sociais médias. Promovendo a construção destes bairros de forma sistemática e através de um controlo moral e de exaltação dos valores nacionalistas.

Segundo Virgílio Borges Pereira (2011), esta foi,

“Uma época de intensa actividade legislativa e de reorganização institucional que se materializa não só na produção de uma Constituição mas também no equacionar pelo Estado, e num registo que visava ser sistemático, de respostas relativamente aos grandes problemas económicos, urbanos e sociais que afectavam o País” (Patriarca, 1995 citado por Pereira, 2011: 550).

Contudo, o programa, pelas suas características e escolha dos destinatários, não conseguiu dar resposta às grandes carências habitacionais das principais cidades (Lisboa e Porto). Marcaram, porém, os bairros de casas económicas a política habitacional pelo modo como a arquitetura foi usada como meio de propaganda dos ideais do regime Salazarista e a forma como os espaços arquitetónicos e modelos urbanísticos influenciaram a vida privada e doméstica, componente que será abordada posteriormente. A vida privada estava orientada por três objetivos: A institucionalização da família e o seu recolhimento e isolamento face ao exterior, a hierarquização dos níveis sociais e de privacidade e, por último, a diferenciação funcional de poder entre os membros da família (Pereira, 2012: 57).

Desta forma, assistimos a uma formalização dos princípios políticos e ideológicos regentes, num programa habitacional sistemático e importante no quadro da habitação “social”.

6. A HABITAÇÃO COOPERATIVA NO FINAL DO SÉC. XX: ORIGEM DO MOVIMENTO COOPERATIVO

As cooperativas são definidas pelo artigo 2º do Código Cooperativo¹⁸ como “pessoas colectivas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que visam através da cooperação e entreatajuda dos seus membros e na observância dos princípios cooperativos, a satisfação, sem fins lucrativos, das necessidades económicas, sociais ou culturais destes, podendo ainda, a título complementar, realizar operações com terceiros”.

O conceito de cooperativismo nasce de um conjunto de princípios igualitários e de movimentos sindicais no início do século XIX, visando ideais utópicos e comunitários para a defesa das classes sociais e trabalhadores mais baixas, principalmente de pequenos produtores (INSCOOP,1980:89).

Embora as associações de população, em prol de um objetivo comum, remontem a épocas anteriores, as cooperativas modernas, em forma de instituição, apenas se desenvolveram na Europa no século XIX, principalmente no seio popular através de reivindicações sociais que reclamavam o direito a melhores condições de vida. Estas associações procuravam soluções para os problemas económicos fomentados pela industrialização, numa tentativa de construir uma nova forma de organização social (*idem*:15).

Este movimento torna-se proeminente no setor produtivo, inicialmente com grupos de tecelões que buscavam uma alternativa de atuação no mercado económico, de forma a enfrentar o sistema capitalista, e eliminar a exploração laboral proveniente da revolução industrial.

Assim foram criadas as primeiras cooperativas Europeias, sendo a primeira a de Fenwick na Escócia, que data de 1761, e a de maiores repercussões a nível europeu, a de Rochdale em Inglaterra, 1844. Estas associações pretendiam criar colónias autossuficientes, numa tentativa de economia fechada.

Como referido anteriormente, os princípios ideológicos de formação da cooperativa de Rochdale são muitas vezes considerados os pontos basilares e unificadores das cooperativas

¹⁸ Decreto-Lei n.º 454/80 de 9 de outubro.

modernas, tendo sido hierarquizados após o Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) de Londres em 1934 e mais tarde adotados no Congresso de Viena, em 1966.

Considerou-se necessário, para uma melhor percepção do movimento cooperativo, referir essas mesmas bases normativas.

I. Adesão livre : *“As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades de membro, sem discriminações de sexo, sociais, políticas, raciais ou religiosas”* (Art.º. 3º do Decreto-Lei Nº 51/96).

Assim torna-se inconstitucional que qualquer cooperativa crie impasses à entrada de novos cooperadores. Este facto, desde logo, revela uma completa alteração na conceção ideológica deste movimento face ao anterior (o programa de casas económicas), já que partindo de uma associação de indivíduos, as cooperativas não acarretam qualquer elemento de seleção dos interessados, quer a nível social, político ou religioso como sucedia no programa de casas económicas (INSCOOP,1980:27).

O primeiro ponto também determina que o vínculo estabelecido entre a cooperativa e os seus cooperadores depende do sócio, visto que, por ser um desejo voluntário, este não pode tornar-se obrigatório.

II. Gestão democrática pelos membros: *“As cooperativas são organizações democráticas geridas pelos seus membros, os quais participam activamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres que exerçam funções como representantes eleitos são responsáveis perante o conjunto dos membros que os elegeram. Nas cooperativas do primeiro grau¹⁹, os membros têm iguais direitos de voto (um*

¹⁹ Segundo o Artigo 5º do Decreto-Lei 51/96 de 7 de setembro as cooperativas do primeiro grau são as que os membros são pessoas singulares ou coletivas. Já as cooperativas de grau superior definem-se por uniões, federações e confederações de cooperativas.

membro, um voto), estando as cooperativas de outros graus organizadas também de uma forma democrática” (Art.º 3º do Decreto-Lei Nº 51/96).

O segundo princípio remete para vertente democrática do programa, onde se pretende promover uma participação por parte de todos os cooperadores nas decisões da cooperativa, de forma direta ou indireta, através de representantes eleitos.

A gestão democrática, sem qualquer influência externa, e a vertente participativa do movimento cooperativo vão contra a política exercida pelo Estado Novo, caracterizada por um regime político autoritário e corporativista.

III. Participação económica dos membros: *“Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os cooperadores, habitualmente, recebem, se for caso disso, uma remuneração limitada, pelo capital subscrito como condição para serem membros. Os cooperadores destinam os excedentes a um ou mais dos objectivos seguintes: desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; benefício dos membros na proporção das suas transacções com a cooperativa; apoio a outras actividades aprovadas pelos membros” (idem.) .*

Assim os sócios garantem a gestão da cooperativa e são eles que controlam o seu capital, resultando num processo “Bottom-up”. Em caso de excedentes, são distribuídos pelos cooperadores, visando a equidade. Os lucros frequentemente são utilizados para satisfazer as necessidades da cooperativa e dos seus sócios.

IV. Autonomia e independência: *“As cooperativas são organizações autónomas de entreatajuda, controladas pelos seus membros. No caso de entrarem em acordos com outras organizações, incluindo os governos, ou de recorrerem a capitais externos, devem fazê-lo de modo que fique assegurado o controlo democrático pelos seus membros e se mantenha a sua autonomia como cooperativas”(idem.).*

Poderá existir necessidade de apoios externos às cooperativas, especialmente numa fase inicial, quer da parte do Estado quer de entidades privadas. Contudo esta deve ser encarada como transitória, mantendo-se a cooperativa autónoma e sem influência externa.

V. **Educação, formação e informação:** *“As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores, de modo que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Elas devem informar o grande público particularmente, os jovens e os líderes de opinião sobre a natureza e as vantagens da cooperação” (idem.).*

O movimento cooperativo tem como base os interesses comuns dos seus sócios. Deste modo, as cooperativas contribuem também para a alfabetização e educação dos seus membros (INSCOOP,1980:38).

VI. **Intercooperação:** *“As cooperativas servem os seus membros mais eficazmente e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais” (Art.º 3º do Decreto-Lei Nº 51/96).*

Este ponto exalta a importância dos cooperadores, sendo incentivado um trabalho combinado das estruturas de apoio entre diversas cooperativas, embora nunca perdendo o seu carácter autónomo e de controlo por parte dos respetivos membros.

VII. **Interesse pela comunidade:** *“As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros” (idem.).*

Como referido previamente, as cooperativas definem-se como pessoas coletivas que, pela cooperação e entreajuda, respondem às aspirações dos seus membros. Assim, a sua estrutura parte de todos os membros não se restringindo, contudo, às necessidades dos sócios. Numa lógica de integração e apoio local, este movimento visa responder às necessidades da comunidade.

Embora as cooperativas originalmente se constituíssem como cooperativas de consumo, estas evoluíram e atualmente abrangem uma diversidade de atividades, existindo vários ramos cooperativos como o agrícola, de produção, de crédito e de habitação, sendo estes os de maior interesse para o caso de estudo.

7.MOVIMENTO COOPERATIVO EM PORTUGAL

O movimento cooperativo Português teve o seu desenvolvimento a partir do séc. XIX, sendo criada a primeira manifestação cooperativa em 1844, com a Caixa Económica de Lisboa. Embora o espírito cooperativista, influenciado por tradições populares, já estivesse divulgado em Portugal, foi apenas a 2 de julho de 1867 que foi elaborado um diploma legal, criado por Andrade Corvo (1824-1890), designado por “Lei Basilar”. Esta constitui uma das primeiras legislações, no campo cooperativo, a ser produzida mundialmente (Almeida, 2005: 56). Com evidentes afinidades aos modelos e ideais britânicos, pretendia a defesa da classe trabalhadora face ao sistema económico vigente.

A “lei basilar” definia o conceito de cooperativa como “ associações de número ilimitado de membros e de capital variável, instituídas para os sócios se auxiliarem no desenvolvimento da sua indústria, do seu crédito e da sua economia doméstica” (*idem*).

8. COOPERATIVISMO, HABITAÇÃO E O ESTADO: - O DESENVOLVIMENTO TÍMIDO NA PRIMEIRA RÉPUBLICA

Desde o seu aparecimento que o movimento cooperativo Português foi crescendo. No entanto, devido às mudanças políticas e ideológicas, estas alternaram tempos de maior expressividade com recessão.

Os primeiros apontamentos, na época da Monarquia Constitucional, tiveram pequena expressão e coincidiam com o movimento operário. Foi então em 1894, que ocorreu a fundação das primeiras cooperativas de habitação, como a Cooperativa Popular de Construção Predial, que através de reivindicações sociais, reclamava o direito a melhores condições de habitação.

Este movimento destinava-se a associações de trabalhadores, vizinhos ou populações com interesses comuns. Contudo, devido à falta de apoio, as classes mais desfavorecidas não tinham poder económico para usufruir das habitações. As cooperativas de habitação nesta fase operavam de forma semelhante às caixas de crédito imobiliário, visto que ainda não existia um sistema de apoio por parte do Estado.

Durante a Primeira República Portuguesa, deu-se um crescimento do movimento cooperativo, aumentando o número de associações de 62 para 336²⁰ (Almeira,2005:56). Estas foram valorizadas pelo Estado, já que ambos defendiam uma política descentralizada e democrática, pretendiam uma maior dinamização do poder local e, principalmente, ambicionavam uma sociedade igualitária com melhores condições de vida especialmente para a classe operária.

O ramo cooperativo mais desenvolvido foi o de consumo, mas também o agrícola recebeu diversos incentivos, uma vez que o Estado pretendia a modernização e industrialização do setor.

As cooperativas habitacionais, embora reconhecidas pelo Estado como socialmente relevantes, pouco se desenvolveram, concentrando a maior parte da sua atividade nas grandes cidades do País, onde as carências eram mais evidentes.

²⁰ Dados referentes ao período da Primeira República (1910-1926) Fonte: Almeida, Bruno Machado (2005) " O sector cooperativo em Portugal: aspetos económicos", *Revista REVI. & EMP. Nº.28 da Universidade Lusíada*, pg. 56

- A CENSURA DO SETOR NO ESTADO NOVO

O Regime ditatorial que prevaleceu em Portugal entre 1933 e 1974, desde cedo se opôs aos ideais cooperativistas. Estas associações foram sujeitas a um constante controlo e foram promulgadas leis que travavam qualquer tipo de desenvolvimento do setor, como a chamada “Lei Garrote”²¹, que sujeitava as cooperativas a concorrer no mercado regular, com o risco de perderem as isenções fiscais” (Leite, 2011: n.p.).

O Estado considerava a organização cooperativa um meio de “ resistência implícita, viveiros de democracia e componentes dos projetos das forças democráticas” (Almeida, 2005: 57), este é um fator chave para compreender a relutância do Regime face ao movimento cooperativo.

Ainda que discordante, o Estado fomentou um dos ramos cooperativos, o agrícola, como forma de apoio à sua política ruralista e de regularização económica. Porém, todos os seus estatutos tinham que ser aprovados pelo Regime, pondo de parte a premissa de autonomia e independência definida pela ACI.

Num período em que o Estado Novo se focalizava na problemática habitacional, com a definição de diversos programas como o de casas económicas, o setor cooperativo sem os apoios necessários, não teve grande expressão.

A partir da década de 50, o movimento cooperativo ganha um novo fôlego com a criação do “Boletim Cooperativo” editado por António Sérgio (1883-1969) em 1951 e pelo Congresso Geral de Cooperativas realizado cinco anos mais tarde, mas o Estado mantinha controle sobre a ação cooperativa em Portugal.

²¹ Decreto-Lei nº 22513, de 12 de maio de 1933

- A EXPRESSIVIDADE NO REGIME DEMOCRÁTICO

É com a Revolução de 25 de abril de 1974 que as cooperativas se tornam realmente expressivas no contexto nacional. O espírito revolucionário e a procura pela liberdade, que marcaram esta época, tiveram um papel decisivo para a expansão e adesão aos princípios cooperativos.

A nova política possibilitou um maior apoio ao regime cooperativo²², resultado da afinidade entre os ideais cooperativistas e o Estado. Estes relacionam-se com os movimentos reivindicativos e propagam o associativismo como meio de atingir objetivos comuns: aumento do bem-estar da população Portuguesa e resolução das carências no setor habitacional, que não foram respondidas no regime ditatorial (Serra, 1996 citado por Pereira,2010:19).

Trabalhavam para a criação de uma nova organização social onde seriam “banidos os antagonismos económicos, as divergências de interesses, as distinções de classe (...)” (INSCOOP,1980:174), tendo como base uma participação igualitária dos sócios.

As preocupações com o setor habitacional advêm do crescimento demográfico nas grandes cidades, causado pelo abandono das zonas rurais e pelo regresso da população das antigas colónias. Nesta época, duas grandes operações foram desenvolvidas através de movimentos populares e apoiados de forma indireta pelos fundos de fomento à habitação. O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) e as Cooperativas de Habitação Económica.

O SAAL, criado no ano do golpe militar, tinha como objetivo primário, a melhoria das condições dos bairros degradados que invadiam todo o território nacional. Criaram-se redes de infraestruturas, desde o saneamento básico ao abastecimento de água e eletricidade.

²² Na Constituição Portuguesa passaram a ser determinadas normas de apoio ao setor cooperativo. Como também em 1976 foi criado o Instituto António Sérgio do Setor Cooperativo com o Decreto-Lei 902/76, de 31 de dezembro.



Imagem 4 | Fotografias e cartazes das operações SAAL. Fonte:

1.< <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=24&album=FotosAAlvesCosta>>;

2.< <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&album=CartazesSAAL>>;

3.< <http://pt.indymedia.org/conteudo/agenda/24937>> acesidos em: 06.07.2013

O plano urbano caracterizava-se pela abertura de novos arruamentos. A nível arquitetónico foram criados novos bairros residenciais, como o bairro de São Vitor (1974-77) e da Bouça (1973-76) no Porto, e realizadas melhorias das habitações com o apoio de arquitetos, engenheiros e outros técnicos, ou com o fornecimento de materiais, nos casos de autoconstrução. Esta operação promovia a articulação de esforços coletivos, entre as associações de moradores de bairros carenciados, o grupo de técnicos e projetistas e o Estado.

Um dos pontos mais importantes deste programa foi o conceito de “ direito ao lugar” reclamado pelas populações. Visto que, até à data, no processo de realojamento, muitas famílias carenciadas eram obrigadas a deslocar-se do local onde antes residiam. Nas operações SAAL as associações e cooperativas de moradores exigiam o direito de permanecer no seu local residência.

As cooperativas de habitação económica também se destacaram no seio do movimento, já que era através destas estruturas que se realizava a intervenção popular no processo de construção dos bairros.

9. ABERTURA E IGUALDADE NO SISTEMA DE ACESSO À PROPRIEDADE

O crescimento do setor cooperativo deve-se em grande parte aos sistemas de apoio a estas iniciativas, como a FENACHE²³ e o Fundo de Fomento à Habitação (FFH)²⁴, que disponibilizavam empréstimos com uma taxa de juros reduzida, amortizada ao fim de 25 a 30 anos.

No sistema de cooperativas existem dois tipos de propriedade relativamente aos fogos: a propriedade individual e a propriedade coletiva. No primeiro caso o fogo pode ser adquirido como regime de propriedade, com um contrato de compra e venda. Por outro lado, a segunda opção prevê o direito de uso ou inquilinato, visto que os fogos poderiam continuar a pertencer à cooperativa²⁵. Todavia é perceptível a preferência dos sócios pelo regime de propriedade

²³ Federação Nacional das Cooperativas Económicas, criada em 1980 no seguimento do segundo Congresso do Movimento Cooperativo de Habitação.

²⁴ Fundo de Fomento à Habitação surge ainda nos anos 60 com o Decreto-Lei 490 33 de 28 de maio de 1969.

²⁵ O sistema cooperativo promove diversas modalidades financeiras desde a compra, aluguer, à renda resolúvel, aumentando o leque de escolha para cada família. Na lógica de acesso à propriedade, diferenciam-se três tipos de cooperativas de habitação: 1. Cooperativas de acesso à propriedade, onde o associado torna-se proprietário da casa após a amortização, mas fica condicionado a limitações quanto a alienação da casa. 2. Cooperativas de propriedade coletiva onde os diversos sócios de uma

individual. Este facto provém de um processo cultural e tradicional, relacionado com o sentido de posse de um bem imobiliário e a ascensão de classe social.

Em 1982 dá-se a extinção do FFH, sendo substituído, dois anos depois, pelo Instituto Nacional de Habitação (INH). Assim “se encerra aquilo que poderíamos chamar uma primeira fase do cooperativismo habitacional – a fase de arranque do movimento” (Matos,1994/5:21).

As cooperativas de habitação²⁶ tinham como primeiro objetivo providenciar habitações de baixo custo para famílias necessitadas, de forma a aumentar os níveis de salubridade e a qualidade de vida da população. Assim, é pelo esforço comum e participativo que se consegue responder às carências no setor, visando uma melhoria da qualidade construtiva e arquitetónica, por um preço reduzido.

Com o Decreto-Lei 500/97 de 21 de julho, desaparecem as restrições de acesso, já que o critério de atribuição passa a ser responsabilidade interna de cada cooperativa (INSCOOP, 1980:146).

Contudo continuam a ser estabelecidas condições de financiamento, adequadas aos rendimentos familiares dos moradores na tentativa de abertura do programa habitacional a qualquer indivíduo, independentemente do seu poder económico.

Este facto vem alterar a lógica de atribuição dos fogos que se tinha assumido desde o Estado Novo, visto que desta forma é garantida a viabilidade do programa para as diversas classes sociais, mesmo as mais baixas, numa clara quebra da anterior hierarquização social.

Os apoios do Estado permitem às cooperativas de habitação o seu estabelecimento e autonomia. Todavia, este apoio “encontra-se dotado de um carácter transitório, até ao movimento cooperativo se encontrar dotado de organizações e de meios próprios” (INSCOOP, 1980: 142).

Com a criação do INH, a designação do programa altera-se, passando a Cooperativas de Habitação e Construção²⁷, fazendo parte do regime de habitação de custos controlados²⁸.

habitação têm direito ao uso da casa mas esta permanece propriedade da cooperativa. 3. Nas Cooperativas de inquilinato cooperador as casas são propriedade da cooperativa que posteriormente as aluga. (INSCOOP,1980: 138/139)

²⁶ As cooperativas de habitação e construção regem-se pelo Código cooperativo, Lei 51/96. Este prevê que as associações possam também exercer atividades fora do setor imobiliário, como de consumo, produção operária, cultural e de solidariedade. Esta foi uma mais-valia, visto que a criação de atividades e postos de trabalho no bairro onde as cooperativas se inserem, fortalecem o sentido de pertença e de integração das populações no território, privilegiando a vida comunitária e associativa.

²⁷ Decreto-Lei 281/82, de 2 de junho.

10. HABITAÇÃO E O AGREGADO FAMILIAR: MOBILIDADE DOS COOPERANTES

No regime de Habitação de Custos Controlados são estabelecidas, pela Portaria 500/97, de 21 de julho, ainda em vigor, as áreas máximas e mínimas por tipologia habitacional, assim como os equipamentos mínimos e áreas de arrumo e sanitários para cada fogo, onde os valores máximos se definem pelo maior custo de construção autorizado.

Área Bruta (m ²)	T0	T1	T2	T3	T4	T5
Área Mínima	35	52	72	91	105	122
Área Máxima	50	65	85	105	114	130

Tabela.2 :Relação entre áreas mínimas/ máximas por tipologia. Fonte: Correia, 2007:137-146.

Estes valores advêm das necessidades de cada agregado familiar e a sua adequação a cada tipologia. Pretende-se estabelecer critérios que respondam às necessidades básicas de cada família. Para além das áreas são determinadas regras de atribuição²⁹ de cada tipologia, consoante a constituição do agregado familiar, relacionando o número de quartos com o número de indivíduos, o sexo e idades (INSCOOP,1890:145).

- I. Um quarto para o casal ou casais.
- II. Um quarto para cada dois filhos ou elementos da família do mesmo sexo.
- III. Um quarto para cada filho ou elemento do agregado de sexo diferente.

²⁸ São consideradas habitações de custos controlados, as promovidas através do apoio Estatal e que obedeçam aos parâmetros descritos na portaria 500/97, de 21 de julho. Estas devem promover habitações com preços acessíveis a agregados familiares desfavorecidos.

²⁹ Embora não seja obrigatório, este critério constitui uma constante na produção de cooperativas habitacionais.

As cooperativas de habitação económica apoiadas pelo Estado definem as regras de atribuição e alienação das habitações. Estas medidas previnem a existência de negócios de compra e venda de forma especulativa nas habitações de custos controlados. Assim, são fixadas as regras de cedência do uso da habitação e da sua sucessão, como também retratam as normas da alienação ou venda da casa pelo próprio sócio.

Nesta modalidade, é tida em atenção a mutação das necessidades familiares ao longo do tempo. Ou seja, uma tipologia atribuída a uma família, por exemplo com filhos, passado alguns anos poderá ser diferente, de menores dimensões, devido à independência e saída dos filhos de casa. Deste modo é implementada a hipótese de troca de fogo dentro da própria cooperativa, para que não sejam perdidos o investimento e o sentido de pertença das famílias à cooperativa.

Contrariamente ao que se verificava no programa de casas económicas do Estado Novo, onde se pretendia a hierarquização e controlo dos estatutos sociais e da família (quer a nível profissional quer social) marcada pela atribuição de um tipo e classe específica de moradia, aqui é permitida e desejável a mobilidade dos cooperantes. Seguindo o conceito de igualdade, a distinção do agregado por tipologias habitacionais, apenas corresponde a um fator prático, como medida de assegurar as condições habitacionais necessárias e mínimas.

Portanto, o preço de venda dos respetivos fogos baseia-se no custo da construção por metro quadrado de área bruta assim como na sua localização. No programa de Cooperativas de Habitação a implantação das construções depende de terrenos cedidos pelos municípios, muitas vezes periféricos nas áreas de expansão da cidade.

11. MUDANÇA DE PARADIGMA NO REGIME DEMOCRÁTICO

Nesta época o papel dos municípios é fundamental, para a produção de cooperativas registadas por todo o País, já que eram estes os responsáveis pelo apoio técnico e financeiro representando “um novo ponto de clivagem com as cooperativas, uma vez que aquelas conferem, aos municípios um maior protagonismo, um maior controlo na atribuição dos alojamentos e uma maior capacidade de resposta às carências habitacionais” (Guerra, Mateus, Portas, {et.al}, 2008:84).

Cabe, por sua vez, ao empreendimento cooperativo a gestão do parque habitacional, como a resolução de problemas urbanísticos dos espaços públicos e respetivos equipamentos coletivos associados.

O facto de o espaço comum e público ser garantido pela cooperativa, por um lado responde de forma eficaz às necessidades daquele local, por outro aumenta o sentimento de presença das populações naquele território, da mesma forma que há um maior cuidado por parte dos moradores na sua preservação.

Desta forma, as cooperativas conseguem através do conjunto urbano e princípios comunitários, uma melhor integração social e urbanística de diversas classes num novo território. Este aspeto é relevante quando falamos de populações que foram deslocadas no processo de reabilitação.

Os padrões urbanísticos apesar de responsabilidade da cooperativa obedecem a determinados limites de área, densidade de ocupação e frentes de lote, que variam consoante a localização (INSCOOP,1980:144).

Verificou-se que este é um trabalho conjunto de municípios e cooperativas, na tentativa de satisfazer as necessidades das populações: sociais, habitacionais e culturais.

Concluimos que, numa primeira fase, com o País assistindo a uma grande falta de habitação face ao crescimento demográfico nas principais capitais, a intervenção habitacional pública caracterizou-se pela construção de bairros de moradias unifamiliares, desde a Primeira República até ao Estado Novo. Como mencionado anteriormente, é sob este regime político que a dimensão da moradia e os pressupostos ideológicos a ela associados ganham maior relevância. O regime ditatorial propagandeava a “moradia tradicional” assente numa certa ruralidade e repudiava a habitação coletiva relacionada com os movimentos revolucionários.

A opção pela habitação plurifamiliar como resposta às carências habitacionais dos grupos sociais mais desfavorecidas, surge de forma mais evidente nos últimos anos Estado Novo³⁰ (com início na construção de Alvalade e posteriormente nas décadas de 50 e 60), mas principalmente após o 25 de abril de 1974. A habitação social nesta época implanta-se em

³⁰ Os paradigmas dos programas Habitacionais do Estado Novo a partir dos anos 50 e 60 começam a alterar-se e torna-se necessário construir em altura, como resposta a um maior número de população carenciada. Optou-se assim pela habitação coletiva. Embora os programas de moradias unifamiliares isoladas, tenham enfraquecido nesta época, os conceitos de propriedade, família e da “casa tradicional portuguesa”, em muitos casos ainda se tornava evidente.

zonas de limite da cidade, obrigando a população a deslocar-se do centro, como o caso das operações urbanísticas e habitacionais dos Olivais e Chelas.

Tabela 3- **Síntese das características principais das ideologias em estudo:**

Casas Económicas do Estado Novo	Cooperativa de Habitação
Estrutura “ <i>Top-down</i> ”	Estrutura “ <i>Bottom-up</i> ”
Hierarquia	Igualdade
Estanquidade social	Inexistência condicionalismos sociais
Programa promovido pelo Estado através do Ministério das Corporações	Programa promovido pela associação de moradores originalmente apoiado pelo FFH
Propriedade resolúvel	Habitação própria ou arrendamento
Família	Coletivo
Acesso à propriedade condicionado pelo agregado familiar, profissão e rendimento	Limitado a membros da cooperativa.

A mudança entre um regime autoritário e o estado democrático possibilitou a implementação de novos ideais e novas formas de pensar a habitação social. É neste contexto que se dá a o desenvolvimento das Cooperativas de Habitação, segundo certos ideais, como o voluntarismo dos sócios e a igualdade. O movimento cooperativo surge, assim, como uma organização para a mudança social, que reúne pessoas mobilizadas para interesses comuns, “assentes na democracia e na participação” (Almeida, 2005:55).

Este programa habitacional conseguiu ter um papel representativo no seio das classes economicamente mais baixas. As cooperativas habitacionais promovem o espírito comunitário dos associados e as relações de vizinhança, numa busca comum pela qualidade de vida e de equilíbrio social, onde são tidas em consideração as necessidades de cada morador e a sua evolução ao longo do tempo.

Contudo, com o decorrer dos anos, houve um afastamento relativamente aos pressupostos iniciais, no que respeita aos destinatários. Originalmente pretendia-se satisfazer as necessidades de populações com menores recursos, que encontravam nesta solução uma resposta para a aquisição de habitação. Nos finais dos anos 80, com o início do declínio do programa nacional, devido às limitações legislativas e alteração do sistema de financiamento, como pelo acesso ao crédito privado, as cooperativas centraram-se cada vez mais no mercado para as classes médias.

Segundo o Relatório de Contributos para o Plano Estratégico de Habitação – Documento de Políticas de Habitação (2008), os autores atribuem à inexistência de um diálogo eficiente entre as instituições governamentais e os representantes do setor construtivo, a principal razão pela falta de oferta residencial. Assinalam também que, devido às alterações do sistema de crédito e aumentos dos custos da habitação, as “cooperativas de habitação e construção se tornem menos competitivas” no mercado imobiliário (Guerra, Mateus, Portas, {et.al], 2008:26).

Capítulo II

IDEOLOGIAS DO ESPAÇO CONSTRUÍDO NO BAIRRO DE CASELAS

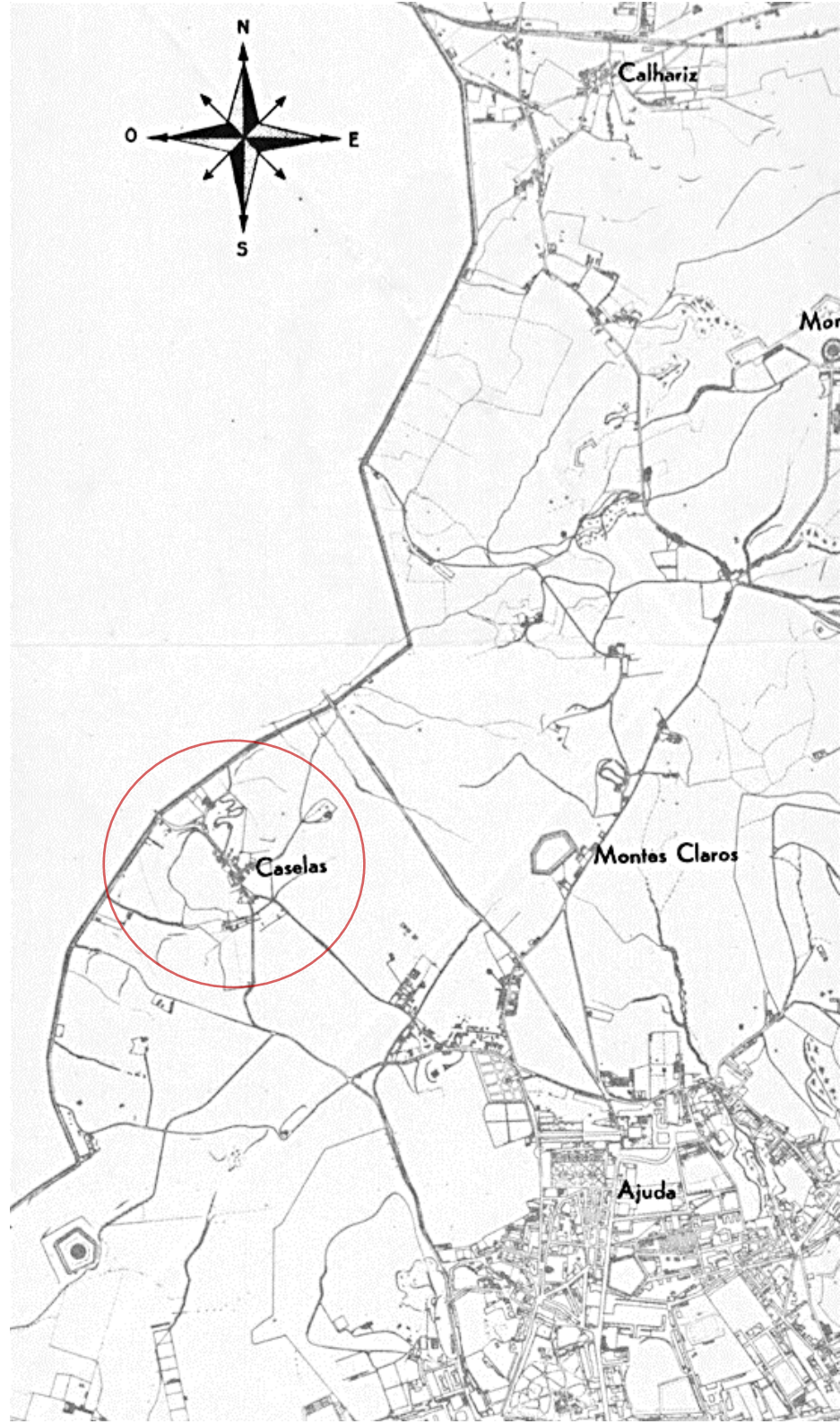


Imagem 5 Pormenor da Planta de urbanização da cidade de Lisboa 1935. Acedido a 26 de Abril de 2013. Disponível em: http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/Anuario/Plantas/1935_I/1935_I_item1/P2.html

1. RURALIDADE: GÉNESE DO BAIRRO

O núcleo de Caselas teve a sua origem num aglomerado habitacional fortemente marcado por características campestres. A primeira referência a esta localidade, proveniente de uma doação régia, data de 1373. Devido à sua localização, esta área era definida como rural, um arrabalde agrícola da zona ocidental de Lisboa, completamente segregado da vida urbana.

Os terrenos que faziam parte de Caselas pertenciam, no século XVI, às freiras Dominicanas do Convento do Bom Sucesso de Belém. A partir do século XVII neste território, para além dos campos agrícolas e dos moinhos que subsistem, surgem as primeiras quintas, de Caselas e de São José, os casais agrícolas e alguns palácios, dado ser uma das localidades de veraneio escolhida pelas famílias mais abastadas de Lisboa (Correia,2007: 138/139).

Este território, do Restelo e Belém, começou a ganhar protagonismo a partir do século XVI, quando se tornou um dos pontos de entrada e saída de Lisboa na época de expansão marítima. A partir de então, a parte Oeste da cidade começou a ter maior adesão por parte das classes mais altas da sociedade Lisboaeta, facto que posteriormente seria intensificado devido à procura após o terramoto que abalou a cidade de Lisboa em 1755.

A nível urbanístico e arquitetónico, o projeto definia um conjunto de moradias geminadas de dois pisos em regime de renda resolúvel. Na implantação das moradias e em toda a estrutura do bairro denota-se a influência do modelo inglês das cidades-jardim³¹, onde as propriedades destinadas a famílias eram construídas de forma independente, privilegiando as áreas ajardinadas, quer no espaço público do bairro, como na zona tardoz do lote, quer com a introdução de uma área exterior privada, o quintal.

³¹ As cidades-jardim baseiam-se no ideal de relação entre o espaço rural e urbano. Foi um modelo urbanístico Britânico, idealizado por Ebenezer Howard na tentativa de resolução da densidade urbana, sobrepopulação e problemas habitacionais da classe operária, do final do século XIX. Fonte: (Brazão, Dantas, Russo,2013)



Imagem 6 | **Localização e Fotografia Aérea do Bairro de Caselas.** Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Fotográfico de Lisboa

2.URBANIDADE - BAIRRO ECONÓMICO DE 1949

O PLANO

Na década de 40 do século XX, com a florestação da mata de Monsanto e com o plano do 29º Bairro de Casas Económicas em 1949, Caselas adquiriu características urbanas, porém não perdeu por completo a ruralidade que lhe precede.

Este bairro, promovido pelo Estado Novo em 1944, através do Ministério das Corporações, propunha a edificação de 159 habitações numa primeira fase e, posteriormente, a construção de mais 179 alojamentos (Barradas, Maria; Dulce,2001:65).

A sua localização partiu principalmente dos recursos económicos disponíveis. Contudo não seria apenas o baixo preço do terreno das áreas de expansão, que tornavam estes locais apelativos para a implantação dos bairros.³² Considerou-se pertinente este “isolamento” na sequência da ideologia regente, que pretendia “ estruturar aldeias na cidade e faziam da política das casas económicas um veículo institucional de fixação das populações (social e geograficamente) num certo destino urbano” (Baptista,1999:172).

A edificação em zonas periféricas como acontece em Caselas, devia-se também ao facto do Estado procurar locais saudáveis, higiénicos e de fácil acesso, através dos meios de transportes económicos. A preocupação com as ligações ao centro da cidade, embora uma constante no programa habitacional, no caso de Caselas foi muito pouco explorada, já que inicialmente o bairro não era servido de transportes, resultando num enorme afastamento da restante vida urbana. Através do Plano Diretor de Urbanização de Lisboa, de 1948, são perceptíveis algumas das ligações viárias que se criaram entre esta área e o centro da cidade³³ (Baptista, 1999:85,86).

³² Como o próprio chefe de Estado afirma “...Luta-se com uma dificuldade enorme, a dos terrenos. As vereações municipais não pensaram em conservar para si, ao abrirem-se os novos bairros citadinos, terrenos que mais tarde seriam utilizados conforme as necessidades sociais o exigissem. Daí encontramos-nos agora em dificuldades terríveis para localizar os bairros económicos (...). Nas proximidades das cidades, terrenos próprios para os referidos bairros só podem obter-se a peso de ouro. Fica o recurso de irmos edificar mais longe. (...)” – Entrevista de Salazar ao jornal O Século – Boletim do INTP, Ano II, nº7, 28/2/1935:172. Fonte: Baptista, Luís V. (1999), p. 87.

³³ Informação disponível em < http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html> acedido a 01.05.2013



Imagem 7|**Mapa da distribuição das moradias no território.** Fonte: Planta realizada no trabalho de grupo produzido pela a aluna no semestre anterior. ■ Moradias de Classe A ■ Moradias de Classe B

O plano, da autoria do arquiteto António Couto Martins, é constituído por duas áreas, uma Oriental, que se organiza ao longo da Rua da Igreja (conhecida pela população residente por “bairro de cima”) e por uma zona Ocidental, numa cota mais baixa, entre a Rua do Miradouro e a Rua José Malheiros “bairro de baixo”. O plano previa a construção de 159 alojamentos, rodeados por uma área florestal, Monsanto, e numa fase posterior edificaram-se mais 179 habitações. Este plano envolvia na sua malha algumas construções pré-existentes, que permanecem (Barradas, Maria; Dulce, 2001:64-65).

No plano inicial os lotes organizavam-se de forma ortogonal no terreno, criando quarteirões dispostos ao longo dos acessos principais. Posteriormente foram planeadas ruas secundárias que dividiam essa métrica, formando quarteirões de menores dimensões.

A lógica de organização territorial definia a implantação das duas tipologias habitacionais existentes. As habitações de maiores dimensões (classe B) surgem contíguas às ruas principais, enquanto que a tipologia com menor área (classe A) ocupa o interior dos quarteirões.

Para além das habitações, as ruas numeradas³⁴ consoante a lógica do crescimento do bairro enunciam distinções e estratificações, num bairro aparentemente homogéneo.

O desenvolvimento urbanístico partia, assim, da estrutura viária que, embora não houvesse um significativo número de automóveis (apenas duas famílias possuíam carro na altura da inauguração do bairro)³⁵, pretendia estabelecer uma ligação com os acessos principais ao centro da cidade, numa tentativa de relacionamento e continuidade com a envolvente próxima. Foi nos pontos de encontro de vias, ou no culminar das estradas, que se implantaram os equipamentos públicos do bairro de Caselas.

³⁴ É apenas na década de 80 que se procede à nomeação das ruas do bairro, tarefa que coube ao vereador da Cultura da Câmara de Lisboa, o comandante Pinto Machado.

³⁵ Informação recolhida ao longo de entrevistas realizadas aos moradores do bairro de casas económicas.



Imagem 8 | **Fotografias atuais dos equipamentos promovidos pelo Estado Novo em Caselas:** Igreja da Sagrada Família, Sede do Caselas Futebol Clube, jardins e mobiliário urbano. Fonte: Fotografias da autora.

A REPRESENTATIVIDADE DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Como visto previamente, o programa de casas económicas defendia um espírito de isolamento e de privatização da família. No entanto, foram projetados também espaços públicos e de recreio no bairro de Caselas.

Os equipamentos e estruturas verdes, implantados em praças ou largos, funcionam como espaços de descompressão da malha edificada e de remate das vias principais (vias horizontais que rompem de forma centralizada com a massa construída nos dois polos do bairro), limitando toda a estrutura de Caselas.

Num ideal rural e na tentativa de criar um ambiente segregado e isolado do contexto urbano, houve a preocupação de criar equipamentos necessários para a vida diária da população. Deste modo, associadas às moradias, foram construídas diversas infraestruturas como a escola primária, a consolidação do Caselas Futebol Clube, espaços de estar com áreas verdes e mobiliário urbano e, por fim, a Igreja da Sagrada Família, que deu nome ao Bairro de Casas Económicas da Sagrada Família.³⁶

Estes equipamentos formalizam as ideologias do Regime de “ Deus, Pátria, Família e Trabalho” e a mimetização rural.

Os espaços de lazer, com mobiliário urbano como bancos, mesas e fontes, associados a áreas arborizadas eram as únicas zonas de recreio da população, já que, devido ao isolamento do bairro, toda a vida quotidiana da população, especialmente das mulheres e crianças, se limitava ao bairro de Caselas.

Atualmente estes espaços são ainda intensamente utilizados, sendo a população idosa e crianças quem tira maior partido destes espaços exteriores, como zona de convívio. “(...) *Sim, todos os dias vamos até o jardim. Estamos reformados e juntamo-nos naquelas mesas para os torneios de damas ou cartas.*” (Refere um residente das moradias de Caselas).

No bairro de casas económicas é perceptível a importância da rua, na medida em que é esta que se assume como espaço público primordial. É neste espaço, que limita o interior e a privacidade da moradia com o espaço público e partilhado, que se estabelecem relações de vizinhança e de comunhão entre a população.

³⁶ Fonte: Trabalho de grupo, sobre o Bairro de Caselas, realizado pela aluna no semestre anterior.

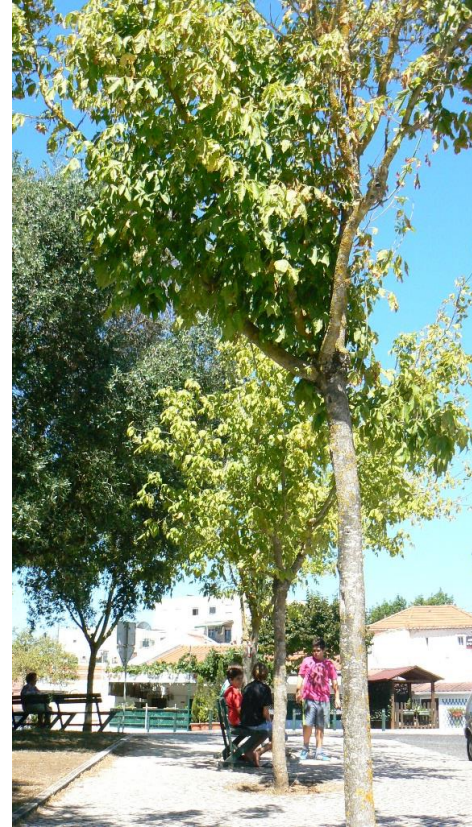


Imagem 9| **Fotografias atuais dos equipamentos promovidos pelo Estado Novo em Caselas.** Fonte: Fotografias da autora.

Como acontece noutros bairros económicos do Estado Novo, a escola primária e a Igreja adquirem um papel fundamental em toda a estrutura do bairro.

A escola primária, agora também jardim-de-infância, localiza-se no extremo Sul do bairro e segue uma arquitetura própria do regime, que se caracteriza por uma certa austeridade e pela presença de elementos tradicionais, como é o caso da cobertura inclinada de telha. O alçado principal é marcado pelo maior cuidado decorativo, nomeadamente no tratamento das molduras dos vãos de entrada (Pires, 2010:18). A ligação entre os dois volumes da escola é realizada através de uma pérgula, que faz a separação entre uma zona arborizada e o volume mais próximo das restantes edificações e servia também, ao tempo, para separar por sexos a população escolar.

Este equipamento ainda nos dias de hoje é um dos mais significantes do bairro, como relata uma moradora: *“ Eu mesma estudei nesta escola. Eu, os meus filhos e netos que estão agora na creche. (...) A escola está muito perto de casa, as crianças podem ir e vir a pé, não precisam de sair daqui do bairro”*.

A Igreja da Sagrada Família é o elemento que melhor caracteriza as ideologias do Regime, na medida em que esta assume uma localização privilegiada e isolada, encimando um dos eixos principais do bairro. Funciona assim como espaço central e elemento de charneira entre os dois polos. O edifício, de três naves, foi construído em 1947, contém uma torre sineira. São utilizados materiais tradicionais, a telha na cobertura e os azulejos nos vários painéis, quer do interior quer no exterior. A encimar o largo encontra-se uma pérgula e uma estrutura verde, realçando a dimensão monumental e simbólica do edifício no seu contexto, onde o adro da igreja torna-se um espaço de reunião da população.

Assim, a igreja e a escola primária adquirem a função de propaganda dos ideais rurais previstos para o bairro, servindo como meios de controlo e divulgação moral e civilizacional pretendidos pelo Regime.

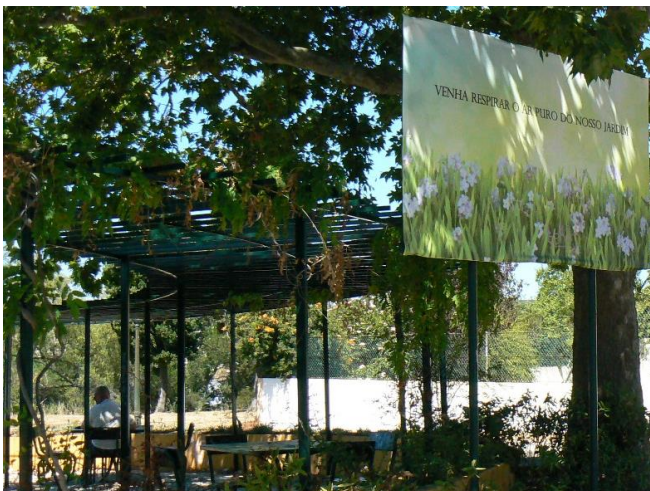


Imagem 10| Fotografias dos espaços públicos no Bairro de Caselas, projetados inicialmente pelo programa de casas económicas.
Fonte: Fotografias da autora.

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: DESTINATÁRIOS DO PROGRAMA HABITACIONAL

Este programa de habitação, patrocinado pelo Estado Novo, não visava as classes mais desfavorecidas. Era sobretudo destinado às classes médias e, como referenciado, existia uma clara seleção dos beneficiários deste programa, reservado a famílias que o Estado considerasse merecedoras, dando preferência a profissionais com filiação ao regime ou membros de sindicatos.³⁷

Segundo Gros (1994, citado por Baptista, 1999) “é tido como legítimo que necessidades e aspirações variem segundo as categorias sociais e todas elas merecem no contexto dos constrangimentos existentes, a intervenção do Estado. Este não tem que dar necessariamente prioridade aos mais desfavorecidos”.

O quadro expressa quais as tipologias habitacionais atribuídas a cada família consoante a profissão do “chefe-de-família” no bairro de Caselas.³⁸

Profissão Classe	Ativ. Marít.	Const. Civil	F. Arm Militar.	Oper. Emp. Indústria	Transp. Comunic.	Func. Minist. e Camar.	Com. e Serv.	Ativ. Escrit. Banca	Ofícios	Prof. Liberais	TOTAL
A	10	7	25	21	20	10	26	9	13	2	143
B	3	4	19	3	6	28	7	10	3	4	87

Tab.4 : Efetivos por profissão e por classe de moradia.

Fonte: Quadro disponível no trabalho de grupo realizado pela aluna no semestre anterior.

³⁷ Baptista (1999), pg. 127-134

³⁸ Idem, pg. 157



Fig. 11- Fotografia das moradias económicas do bairro de Caselas. Fonte: Fotografias da autora.

As moradias, como referido previamente, eram organizadas por classes e tipos, distribuídas à população consoante os rendimentos dos moradores e a constituição do agregado familiar. Em Caselas apenas foram construídas³⁹ moradias da classe A (de tipo 2 e 3) e B (do tipo 1, 2 e 3), onde a área média para os lotes da classe A rondava os 150 m² e para a classe B os 200 m².

Embora o bairro aparentemente se caracterize por uma grande homogeneidade e austeridade, a distinção entre as classes também se verifica, a partir do tratamento das fachadas. As moradias de classe B apresentavam fachadas de maiores dimensões, do que as da classe A. Uma vez mais se verifica a força ideológica por detrás deste programa habitacional, nomeadamente o desejo da criação de uma sociedade estabelecida e hierarquizada, que se depreende em todo o bairro.

Um outro elemento considerado importante é o tratamento dado às diversas fachadas, mais propriamente a distinção feita entre a fachada principal e a tardez. As diferenças entre uma e outra provêm primeiramente do resultado da organização do espaço interior. Mas, para além do aspeto funcional a que cada uma delas está associada, realça-se o aspeto simbólico, (Pereira, 2012: 41-43) já que a fachada principal se assume como um limite entre a vida privada interior e o espaço comum exterior, enquanto que a tardez, pela sua privacidade, se caracteriza pelo menor tratamento estético, apenas servindo a sua componente funcional⁴⁰.

O espaço exterior e individual da habitação, localizado nas traseiras, fortalece o carácter utilitário desta zona da casa. O jardim, com a criação de hortas, servia como meio de autossuficiência das populações, reforçando o enclausuramento familiar proposto pelo Regime, permitindo, através do incentivo às “práticas tipicamente rurais” (*idem.*: 53), a alusão à vida rural nas casas “singelas” das aldeias Portuguesas, que se pretendida.

³⁹ Embora no programa de casas económicas do Estado Novo fosse projetada a tipologia A1, através dos dados e informações recolhidas não foi possível apurar a existência desta tipologia no bairro de Caselas.

⁴⁰ A distinção entre fachadas remete para a influência da casa burguesa onde esta distinção é claramente evidente.

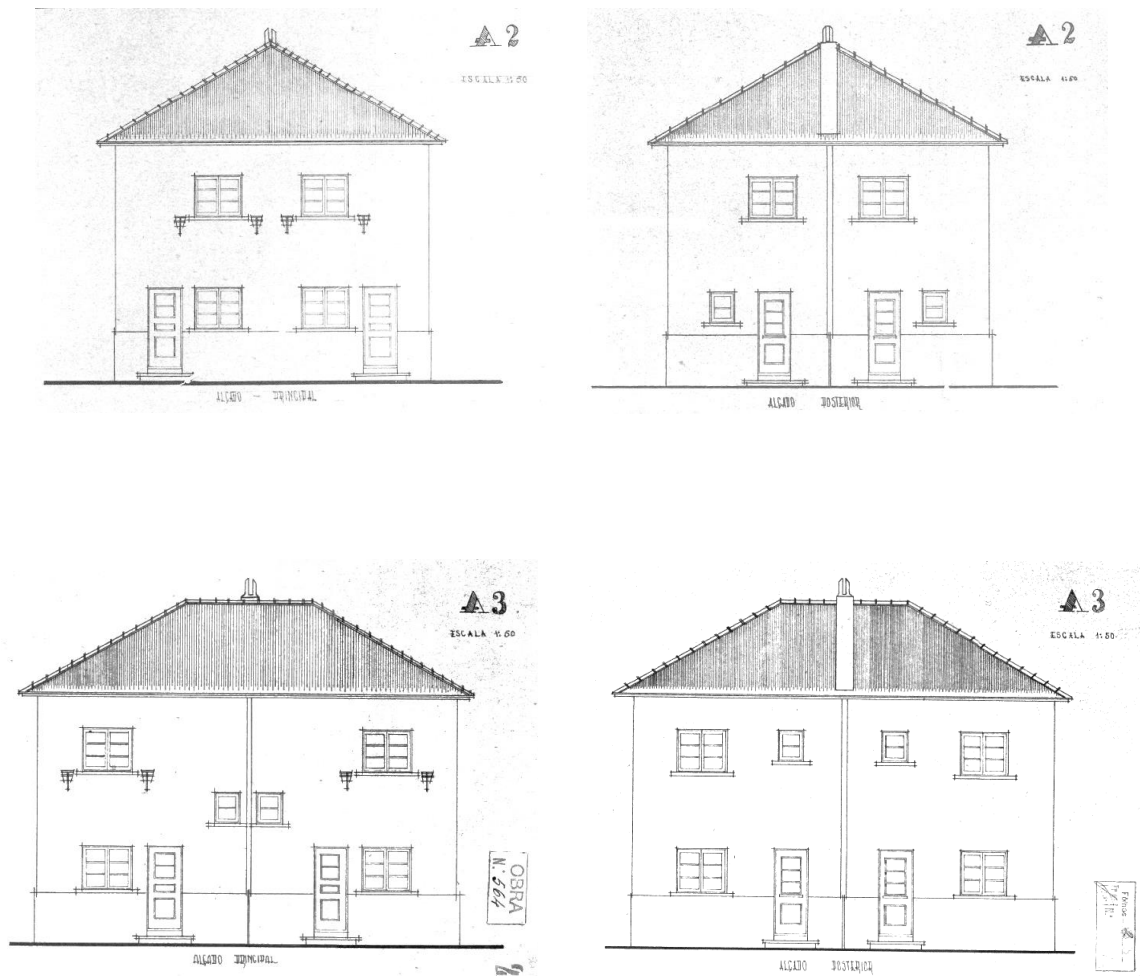


Imagem 12| Alçados das casas económicas do Bairro de Caselas. Fonte: Desenhos cedidos pelo Arquivo Intermédio de Lisboa.

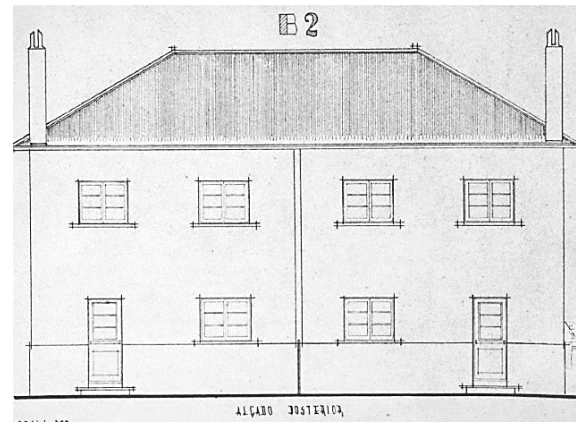
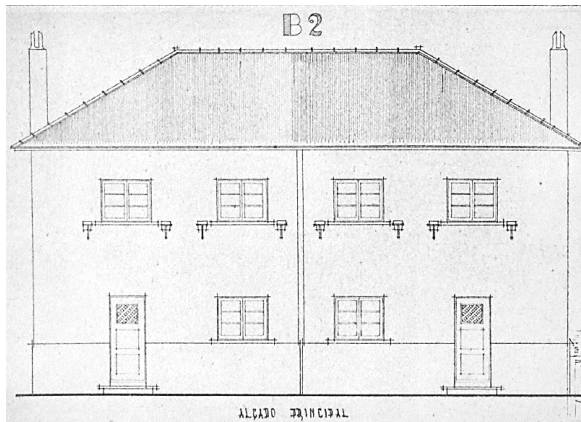
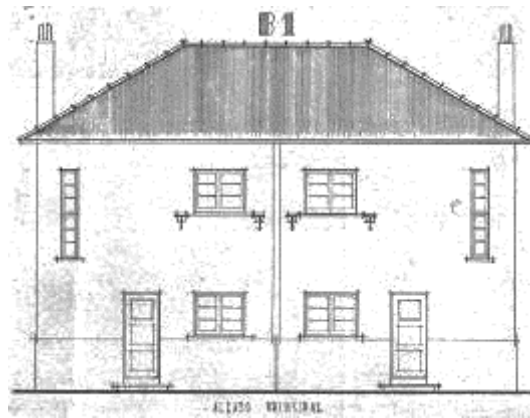


Imagem 13| Alçados das casas económicas do Bairro de Caselas. Fonte: Desenhos cedidos pelo Arquivo Intermédio de Lisboa

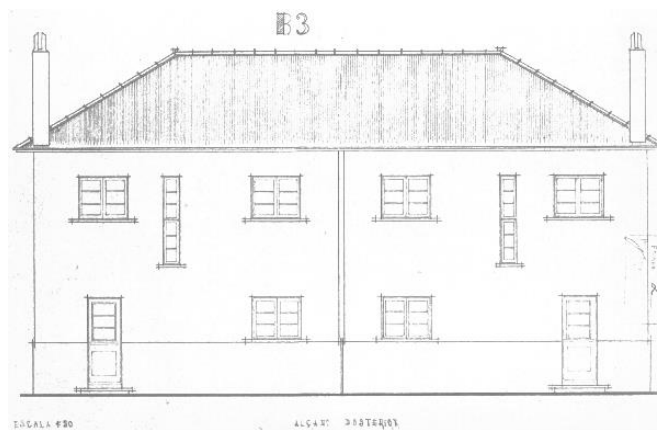
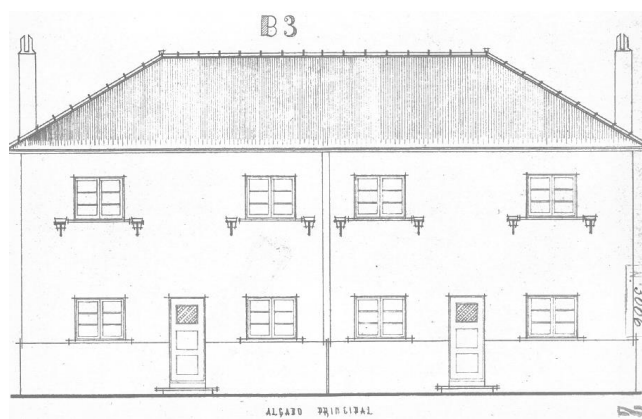


Imagem 14 | Alçados das casas económicas do Bairro de Caselas. Fonte: Desenhos cedidos pelo Arquivo Intermédio de Lisboa

As fachadas apresentam-se simétricas e sóbrias, havendo uma contenção na decoração, onde as janelas, por serem de pequenas dimensões, transmitem um carácter austero. Contudo, está presente uma grande preocupação higienista, na medida em que todas as divisões contêm vãos, permitindo a iluminação natural e a ventilação transversal. É por esta mesma razão que os vãos de ambas as fachadas (principal e posterior) se encontram alinhados.

Os vãos, de dimensões semelhantes, diferenciam-se apenas nas janelas contíguas às escadas, quando estas na organização interior se deslocam para uma das extremidades do fogo. Na classe A são reduzidas, já na classe B surgem de forma retangular e de maiores dimensões, assumindo-se como o elemento de exceção.

As portas são o que mais caracteriza a diferença entre as duas fachadas. No acesso ao logradouro das traseiras aparece com menores dimensões e mais próxima dos limites da habitação, relativamente à porta da entrada principal que, por sua vez, se caracteriza por uma maior formalidade e enaltecimento, na medida em que no espaço transitório entre o exterior da rua e o interior eram previstas zonas ajardinadas. Estas, para além de formalizarem o ideal de privacidade e de gradação entre público e íntimo (que será também formalizada na organização espacial interior), pretendiam o embelezamento do edifício.

ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO DA TIPOLOGIA A2

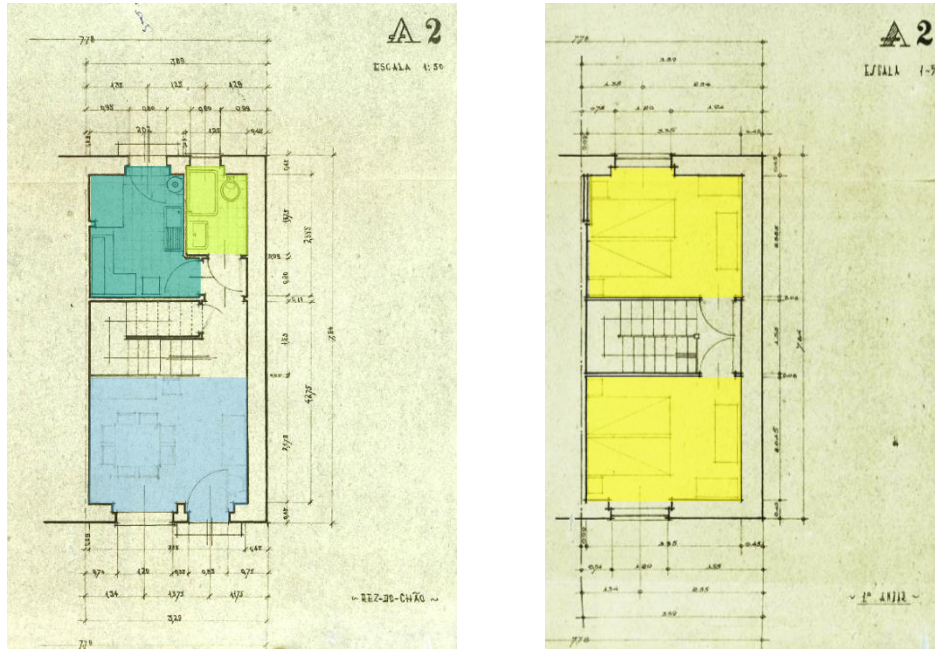


Imagem 15 | **Planta original da classe A2.** Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Intermédio de Lisboa

Cozinha
Sala

Quarto
Quarto de banho

A MORFOLOGIA DO ESPAÇO DOMÉSTICO: TIPOLOGIA A2

A moradia da classe A tipo 2, destinada a jovens casais, sem filhos/com um filho, caracteriza-se pela sua reduzida área⁴¹. O piso térreo dispõe de uma sala, contígua à entrada, cozinha e pequeno quarto de banho.

A divisão que dispõe de maior área neste piso é a sala que, juntamente com o espaço de entrada, criam a zona social e de receção. Este espaço adquire maior importância também por ser o único espaço comum da casa, dado que todos os outros são privados, quartos, e de serviços, cozinha, que era vista como um espaço “ técnico”, destinado à mulher.

No piso superior encontram-se dois quartos, separados pelo volume das escadas. Na sua representação, os quartos de idênticas dimensões, não apresentam uma clara distinção formal entre o quarto de casal e do filho, contudo verificou-se que o quarto dos cônjuges era principalmente o contíguo à fachada principal enquanto o do filho nas traseiras.

Nesta tipologia e, praticamente em todas as casas deste programa, é evidente a distinção entre as áreas sociais e áreas de serviços, evidenciada pela implantação das escadas, que se traduz, por sua vez, numa lógica de alçado frontal e traseiras. A localização das áreas sociais, junto ao alçado principal, e das zonas de serviço, próximas do tardo, representa um pensamento também ele hierárquico, uma “*lógica burguesa de tripartição do espaço doméstico*” (Pereira,2012:45), definida pela distinção das fachadas (Frente / Traseiras) e do uso do espaço doméstico (Público/Privado), onde são definidas diversas áreas, consoante o uso e vivências do espaço doméstico (Idem, 2012: 40-45).

O acesso ao exterior, o quintal, era realizado pela cozinha, numa intrínseca relação entre os dois espaços, já que ambos se assumem como de serviços e técnicos.

⁴¹ A classe mais reduzida do bairro, devido aos rendimentos do morador e custos de construção assim como pelas necessidades do agregado familiar

ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO DA TIPOLOGIA A3



Imagem 16 | Planta original da classe A3. Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Intermédio de Lisboa

Cozinha
Sala

Quarto
Quarto de banho

A moradia da mesma classe, mas do tipo 3, com maior área do que a anterior, possui no piso térreo uma sala, uma cozinha, com acesso ao quintal e um quarto.

A introdução de um novo quarto no piso térreo aparece como resposta às carências habitacionais dos destinatários, uma vez que esta tipologia albergava as famílias numerosas com filhos de um ou ambos os sexos. Assim, e numa lógica de privatização dos espaços, tendo em conta igualmente o género de cada indivíduo, torna-se necessária a distinção entre o quarto conjugal e os do filho / da filha.

Esta inovação vem, de algum modo, amenizar a tripartição do espaço. Contudo, como referido na tipologia anterior, os quartos das crianças localizavam-se nas traseiras na mesma lógica dos espaços de serviços (no piso térreo). Neste ponto torna-se evidente a escolha da localização do novo quarto junto à zona da cozinha.

O acesso vertical em vez de se situar no centro da habitação, desloca-se para a extremidade, resolvendo um dos cantos da habitação e libertando área que será aproveitada para espaço de estar. A entrada para a moradia é feita de forma central diretamente ligada à sala. Esta divisão, para além de servir como a zona comum de estar, serve os acessos para os outros espaços, já que as áreas da cozinha e o quarto apenas comunicam com a sala.

No segundo piso existem dois quartos de dormir e um quarto de banho. A deslocação do quarto de banho para o piso superior, advém da introdução do quarto de um dos filhos no primeiro piso, mantendo a localização face à fachada.

Os quartos já não são simétricos e diferem ligeiramente na sua dimensão, o maior implantado na fachada principal, para o casal, e o mais pequeno, junto à casa de banho, na zona de traseiras, para os filhos. O sistema de circulação neste andar é realizado através de uma área de distribuição, no culminar das escadas, à qual todos os quartos acedem.

ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO DA TIPOLOGIA B1

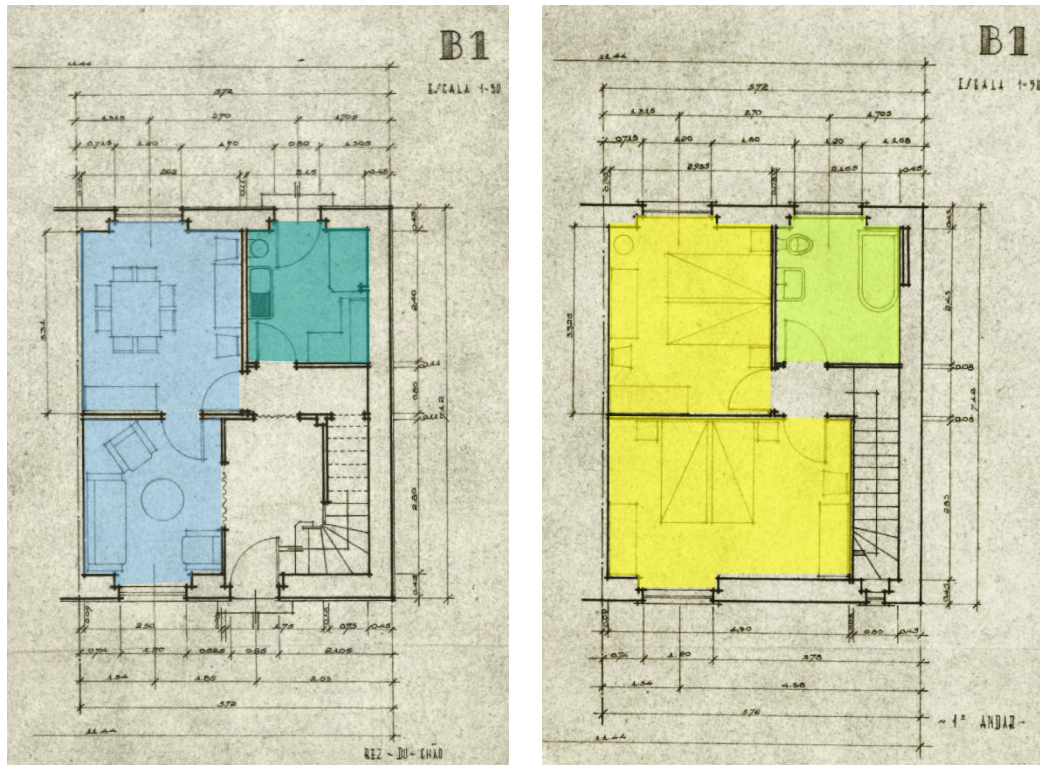


Imagem 17 | **Planta original da classe B1.** Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Intermédio de Lisboa

Cozinha
 Sala

Quarto
 Quarto de banho

As classes denominadas por B distinguem-se, no bairro de Caselas, pelas suas maiores dimensões e qualidade arquitetónica, devido principalmente à capacidade económica das famílias a que se destinam.

Na tipologia B1⁴² a principal inovação é a sua organização interior. Não só pelas dimensões, que permitem a introdução de novas divisões, mas pelas relações espaciais entre elas.

No rés-do-chão, localizam-se a cozinha, a sala de estar e sala de jantar. A separação funcional dos espaços comuns, que surge pela primeira vez nesta tipologia, deve-se à disponibilidade de área de construção mas também ao desejo de distinção dos espaços em relação à sua função.⁴³ Volta a ser evidente a tripartição espacial no espaço doméstico, uma vez que o acesso vertical, a sala de estar e o vestíbulo constituem a fachada principal. Enquanto as áreas privadas e de serviços encontram-se distantes, contíguas ao alçado tardoz.⁴⁴

A divisão e hierarquização dos espaços: comuns, serviços e privados, é por outro lado evidenciada pelo modo de circulação e de distribuição na casa.

No piso térreo das moradias B1, a zona de entrada, que anteriormente era feita diretamente para a sala, divide-se. É projetada uma área de receção e de delimitação entre o espaço público e o espaço privado interior- o vestíbulo. Esta área, com uma dimensão aproximada à de outras divisões da casa, e a sua relação com a sala de estar, possibilita uma distribuição circular e uma maior permeabilidade entre os vários espaços interiores. Facto que não torna impeditiva a separação das áreas de serviço que, através da introdução de um pequeno corredor, distancia e privatiza estes espaços “técnicos”, como a cozinha. Deste modo percebe-se a importância atribuída aos espaços sociais e de receção, juntos à fachada

⁴² Esta classe destinava-se a jovens casais sem filhos ou com um só filho, o que vai influenciar a organização interior do fogo.

⁴³ Algo que já existia nas tipologias de classe A, inspiradas no modelo burguês, mas que nesta tipologia é muito mais explorada.

⁴⁴ Privatização dos espaços, primeiro a zona de receção, depois o espaço familiar e posteriormente a zona de serviços.

ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO DA TIPOLOGIA B2

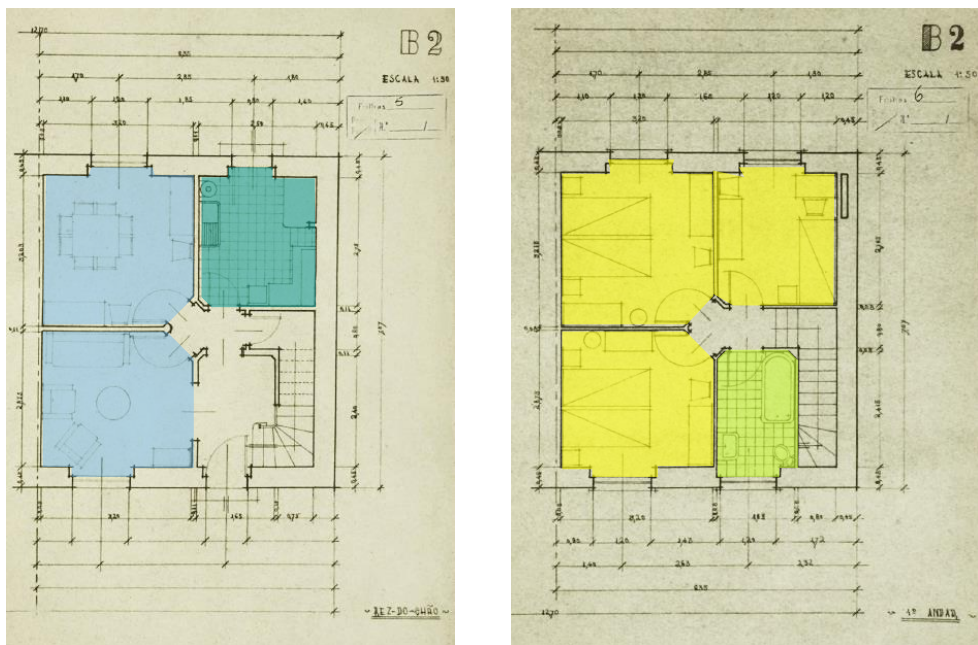




Imagem 18| Planta original da classe B2. Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Intermédio de Lisboa

 Cozinha
 Sala

 Quarto
 Quarto de banho

principal em detrimento dos espaços privados e de serviços (com acesso ao quintal), isolados nas traseiras.

O piso superior compõe-se por dois quartos de dormir e um quarto de banho. O quarto de banho adquire maiores dimensões, com maiores preocupações higienistas e funcionais, já que o vão, de maior largura, permite uma maior ventilação do espaço. Caracteriza-se também por uma melhoria dos equipamentos fixos e dos acabamentos.

O quarto conjugal é definido por uma maior área e pelo seu posicionamento, na fachada principal. O quarto do filho é evidentemente mais reduzido, sendo comprimido pelo quarto de banho e, no seguimento das tipologias anteriores, assume uma posição junto à fachada tardoz.

A circulação é feita a partir de uma área de distribuição, relativamente central, que se liga aos dois quartos.

TIPOLOGIA B2

No piso térreo apresentam-se a cozinha, com acesso ao quintal, a sala de jantar e a sala de estar.

Com a definição de um vestíbulo e de um espaço de circulação central, evidencia-se a lógica tripartida e de organização presente no caso anterior, na medida em que se denota uma gradação dos espaços resultante de diferentes escalas de intimidade. Esta forma de pensamento do espaço doméstico traduz-se simultaneamente na dicotomia entre o alçado frontal e tardoz. Desta forma as áreas representativas, de receção e de comunhão entre a família, localizam-se junto ao acesso principal, e num processo de privatização os espaços “sujos” e privados encontram-se na zona mais distante da rua. É neste contexto que a sala de estar ganha importância na organização funcional e simbólica da habitação, funcionando como um espaço mediador entre as duas áreas.

Nesta tipologia, a cozinha aparece não apenas como um “corredor” funcional e de acesso ao exterior, mas com um formato maior e aproximado das restantes divisões. Porém realça-se que, continuando a ser considerado um espaço reservado à mulher, seja, em todas as classes, dos que tem menores áreas. O acesso ao primeiro piso, uma vez mais encontra-se num dos limites do fogo, numa lógica de aproveitamento de área. Esta deslocação das escadas,

ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO DA TIPOLOGIA B3

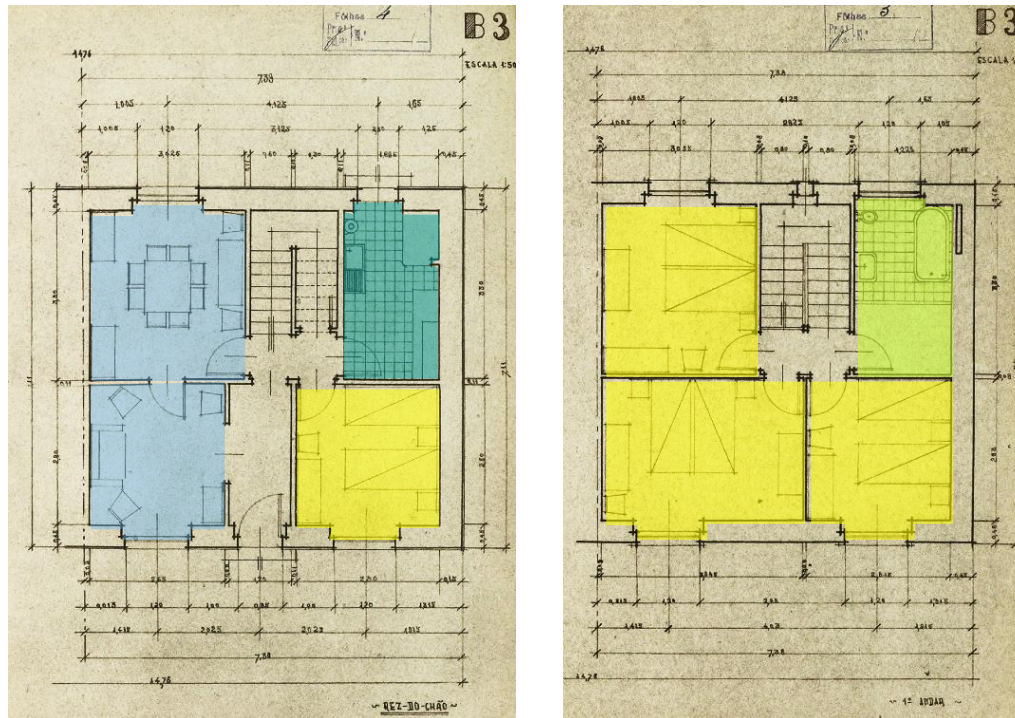


Imagem 19 | Planta original da classe B3. Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Intermédio de Lisboa

Cozinha
Sala

Quarto
Quarto de banho

possibilita uma distribuição circular no fogo, através do vestíbulo e da sua relação com as outras divisões. Como no caso anterior, o espaço social, devido ao vão, relaciona-se de forma mais direta com o espaço de entrada, dado ao seu carácter funcional. A zona da cozinha e do quarto relacionam-se numa primeira fase a um pequeno corredor e núcleo de distribuição central, e só depois com a zona do vestíbulo.

No primeiro andar, albergando os três quartos, aparece pela primeira vez o quarto individual para os filhos. A circulação permanece idêntica ao caso anterior, realizada através de um núcleo de distribuição central. A característica ímpar desta tipologia é a localização do quarto de banho que, fazendo parte das divisões “técnicas” e até agora se localizava na fachada posterior, nesta assume-se como espaço de exceção, contíguo ao alçado principal, rompendo com a lógica de privatização e tripartição do espaço doméstico.

TIPOLOGIA B3

As habitações da classe B3 destinavam-se às famílias numerosas com filhos do mesmo sexo e a famílias com filhos de ambos os sexos. A planta do piso térreo apresenta um quarto, sala de estar e sala de jantar. Estas salas apenas se relacionam por uma pequena porta, uma vez que têm utilizações diferenciadas. Isto é, a sala de estar associa-se à receção, funcionando como espaço de representação. Exemplo disso é a ampla ligação que estabelece com vestíbulo e a zona de entrada. Por sua vez o espaço de refeições é considerado como zona familiar, logo não se encontra tão exposto. Pelo mesmo princípio se rege a cozinha que, como área técnica, se situa mais distante da porta de entrada. Esta área volta a assumir um formato longitudinal de corredor “ técnico” de acesso ao exterior. A forma como são projetados os espaços de circulação nas habitações B3, diferem das restantes tipologias propostas para o bairro de Caselas, formando um eixo longitudinal central desde a porta principal até ao acesso vertical, nas traseiras da casa. O eixo, limitado pelo vestíbulo e pelas escadas, divide o fogo em dois, localizando-se de um lado os espaços de carácter mais social e do outro os espaços privados. O posicionamento do quarto no rés-do-chão também sofre uma inversão, passando a estar localizado na fachada principal.

No andar superior a circulação é também realizada de forma central através do núcleo de distribuição. O posicionamento diferenciado das escadas viabiliza que dois dos três quartos deste piso se localizem contíguos à fachada principal. O quarto de banho por sua vez apresenta a maior área de todas as tipologias.

A organização espacial da habitação B3 altera a lógica estrutural presente nas outras tipologias, conseguindo criar uma maior homogeneidade espacial nos diversos espaços, como resposta às necessidades habitacionais dos agregados familiares a que se destinava. Assim, verifica-se que em todas as habitações, de forma mais evidente, ou não, há uma distinção entre as zonas de serviços, familiar e privada. É principalmente esta organização, fruto de um pensamento ideológico burguês, que irá caracterizar os fogos.

Compreende-se a importância dada aos espaços de receção, salas e vestíbulos, pela sua dimensão e localização, resultado da forma de pensar e habitar tradicional.

O peso dado ao espaço exterior e às questões das condições de habitabilidade é demonstrado pela existência de aberturas em todos os compartimentos, permitindo a sua iluminação e ventilação natural pois, embora o programa de casas económicas esteja marcado pela componente rural, as questões higienistas também tiveram relevância na fase de projeto.

	Classe A	Classe B
DESTINATÁRIOS	75% - Membros de sindicatos nacionais; 25% -Empregados do Estado e câmaras municipais.	Distribuída de igual modo entre membros de sindicatos nacionais e empregados do Estado e Câmaras municipais.
LOCALIZAÇÃO	Implantam-se nos interiores dos quarteirões.	Implantam-se nas ruas principais.
VOLUMETRIA	Área média de 150 m ² ; Volumetria contida e vãos de reduzidas dimensões; Espaço exterior (traseiras) destinado a cultivo.	Área média de 200 m ² ; Volumetria mais expressiva mas com vãos de reduzidas dimensões; Espaço ajardinado exterior na entrada e de cultivo nas traseiras.
ORGANIZAÇÃO INTERIOR	Influência da arquitetura popular e da “ casa portuguesa”; sala é um espaço polivalente; Não existe gradação da vida privada.	Influência da habitação burguesa mais complexa a nível social; diferenciação entre zona de estar e de jantar; Separação entre a vida pública e privada.

Tabela.5 : Síntese das características presentes nas classes tipológicas do bairro de Caselas

3. RUTURA: O CONJUNTO COOPERATIVO DE CASELCOOP

Em consequência do aumento de carências habitacionais registadas após a democratização de Portugal, foi criada uma comissão de moradores da freguesia de S. Francisco Xavier que, posteriormente, veio a formalizar-se como CASELCOOP - Cooperativa de Habitação e Construção Económica de São Francisco Xavier.⁴⁵

Esta cooperativa que, “(...) emerge da vontade dos homens livres e dinâmicos a que se associa uma efectiva carência habitacional que o Portugal democrático herdou. (...)” (Caselcoop,2003:9), pretendia resolver os problemas habitacionais existentes na freguesia de São Francisco Xavier (Bairro de Caselas e Restelo) através de um levantamento das famílias com necessidade de habitação. Destina-se às populações alojadas em situação precárias e sem condições de habitabilidade, a residentes em habitações com mau estado de conservação e também proporcionar às famílias já residentes naquela localidade a aquisição de uma casa própria em melhores condições, que respondesse às necessidades do agregado familiar e a um preço acessível. Dá-se desta forma, uma nova alteração no bairro de Caselas, resultado do movimento associativo crescente na sociedade portuguesa.

Na proposta de reordenamento do Bairro de Caselas⁴⁶ eram previstas duas fases de construção. A primeira, A, que correspondia aos fogos para construção imediata, e a segunda, B, com fogos para construção prevista a médio prazo.

Este plano foi posteriormente alterado, devido às expropriações e cedências de terreno e também por questões económicas. Mas, desde a sua génese, os objetivos a nível urbano e arquitetónico são definidos.

É evidente a intenção de alterar o modelo urbanístico do bairro, indo ao encontro dos conceitos nacionais e internacionais. O plano, com referências modernistas muito próximas da Carta de Atenas, pretendia transformar a relação entre o edificado e o espaço urbano, com recurso à construção coletiva em altura e à implantação dos edifícios de forma mais independente e dispersa no território.

⁴⁵ Diário da República de 23 de março de 1979, III série número 69, pg. 3585



Imagem 20| **Planta da proposta de reordenamento do bairro de Caselas.** Fonte: Planta cedida pelo Arquivo Intermédio de Lisboa

— Fogos para construção imediata — Fogos para construção a médio prazo.

URBANISMO: DA CIDADE TRADICIONAL AO PLANEAMENTO MODERNO

Nos primeiros anos de construção e especialmente nas zonas mais periféricas de acesso ao bairro, são predominantes as habitações em banda, implantadas paralelamente à estrutura viária, conferindo maior continuidade com o modelo tradicional da rua-corredor presente inicialmente no bairro de casas económicas de Caselas. Numa fase posterior, os volumes surgem de forma mais dispersa e livre no território. Esta alteração na implantação, advém da diferença temporal entre os diversos projetos, em que numa primeira fase são projetados edifícios em banda (mais conservadores) e posteriormente os edifícios isolados. Processo que terá sido utilizado também na sua envolvente próxima, o Restelo.

Os edifícios isolados contribuem para a unidade urbana, mas de forma descontínua. Aparecem segregados da estrutura viária e acompanhados por uma estrutura arbórea e pedonal. A construção ocupa aqui o total do lote, ao contrário do que acontecia no plano inicial do bairro onde as moradias individuais ocupavam a frente do lote reservando área posterior para o quintal.

O plano final para a cooperativa, projetado pelo arquiteto Justino Morais, dividiu-se em três fases. A primeira fase de construção realizou-se em 1988/89, a segunda em 1992 e a última em 1996.

O projeto, localizado no Bairro de Caselas, desenvolve-se com apoio do FFH, posteriormente INH, no contexto do programa de habitação de custos controlados⁴⁷:

O primeiro programa habitacional da cooperativa abrange 66 fogos, localizados na Rua Sara Afonso. O projeto, pensado como habitação multifamiliar desenvolvida em banda, altera a lógica arquitetónica do bairro.

⁴⁷ Habitação de Custos Controlados prevê o apoio financeiro, por parte do estado, para mercados de arrendamento e venda com rendimentos compatíveis dos agregados familiares mais desfavorecidos.

PLANTAS DE LOCALIZAÇÃO DA PRIMEIRA E SEGUNDA FASE DE CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL CASELCOOP



— Edifícios construídos na primeira fase 1988/1989



— Edifícios construídos na segunda fase 1992

Imagem21| Plantas e fotografias dos edifícios, das duas primeiras fases de construção do conjunto habitacional Caselcoop. Fonte: Plantas e fotografias da autora.

A implantação do volume, em terreno cedido pela Câmara Municipal de Lisboa, surge no extremo Norte do bairro, formalizando desta forma o limite entre o espaço urbano e a área não construída do parque de Monsanto. Foi projetado em 1989 outro conjunto habitacional albergando 35 fogos na zona da escola primária, completamente isolado e disperso.

A segunda fase do programa habitacional da cooperativa, de 1992, abrange 6 fogos localizados em terrenos cedidos pelo IGAPHE- Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado⁴⁸, nas Ruas Carolina Ângelo e Sam Levy.

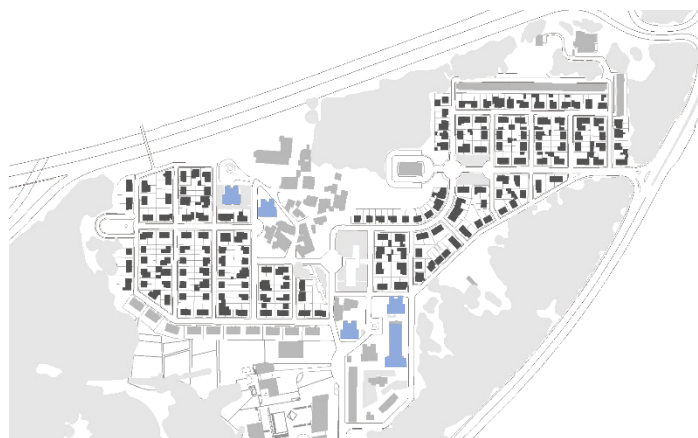
A estratégia de implantação dos edifícios surge da sequência da primeira fase de construção, onde os volumes são implantados nas principais entradas para o Bairro de Caselas. Contudo, o conjunto da Rua Carolina Ângelo difere de qualquer outro edifício da cooperativa, uma vez que são os que melhor se relacionam com a malha urbana pré-existente. Neste conjunto habitacional é perceptível a preocupação do arquiteto com a envolvente próxima, apropriando-se de princípios urbanísticos e arquitetónicos presentes. Desde as suas dimensões, atendendo à opção de construir volumes individuais, até à organização interior e de alçados, dá continuidade ao edificado do bairro económico.

A terceira etapa surge em 1996, com a construção de outros 5 blocos multifamiliares, resultando em 78 fogos. Os edifícios, de três pisos, surgem dispersos no território, ocupando o local de uma antiga quinta ou rematando a malha urbana na rua António Janeiro, um dos limites do bairro.

Os quatro volumes no extremo Sul do bairro, pela sua implantação, em vez de delimitar a rua formam uma praça definida pela Rua Padre Luís Fróis e pela Rua Sam Levy. São estes que, através da sua disposição isolada, conseguem reestruturar o espaço urbano existente, conferindo-lhe uma nova zona, uma praça, com espaços verdes e zonas de estar e de convívio.

⁴⁸ Programa criado pelo Decreto-Lei n.º 88/87, de 26 de fevereiro, na sequência da extinção do Fundo de Fomento da Habitação. A 28 de janeiro de 1997, este instituto transferiu para o INH as competências no domínio do financiamento a fundo perdido. Esta transferência de competências entre os dois institutos veio a proceder à transferência para o INH de uma significativa parte das atribuições e competências do IGAPHE, bem como do seu património não edificado,

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DA TERCEIRA FASE DE CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL CASELCOOP



— Edifícios construídos na terceira fase 1996

Imagem 22 | **Planta de localização e fotografia de um dos volumes da terceira fase de construção, do conjunto habitacional Caselcoop.** Fonte: Planta e desenho da autora.

Deste modo percebemos a evolução ideológica presente no urbanismo do bairro de Caselas, onde num primeiro momento é projetado um traçado tradicional de rua e quarteirão, no qual os espaços exteriores são maioritariamente privados. Neste modelo é privilegiado o traçado onde o espaço público, para além das praças que rematam as vias principais, se centra nas ruas e passeios, limitados pelas moradias individuais.

Com a construção da cooperativa Caselcoop dá-se uma transformação do modelo urbanístico do bairro, sendo o novo projeto influenciado pelo urbanismo moderno, através de construções coletivas em altura, implantadas de forma mais livre sobre o território.

Embora os edifícios transmitam uma nova visão arquitetónica, nesta primeira fase os volumes inserem-se ao longo das ruas, e não perpendicularmente à via como era defendido pelo movimento moderno.

Na última fase de construção, os edifícios surgem isolados, produzindo um novo plano urbano no território. O espaço público torna-se, de certa forma, independente das vias de circulação, na medida em que os edifícios, pela forma como se organizam, embora individuais, promovem uma maior concentração de pessoas e utilização do espaço exterior.

Assim, a implantação livre, presente no bairro de Caselas através dos projetos de habitação coletiva e as preocupações com o espaço urbano, levou a um novo aproveitamento e utilização do espaço exterior, em relação ao que se defendia no Estado Novo com a ideia de isolamento e de enclausuramento e privacidade familiar.



Imagem 23 | **Fotografias do conjunto habitacional Caselcoop.** Fonte: Fotografias da autora.

HABITAÇÃO COLETIVA: O CONTRASTE VOLUMÉTRICO

As edificações no bairro da cooperativa Caselcoop contrastam volumetricamente com o restante edificado de Caselas. Apresentam-se em banda, possuindo entre dois a quatro pisos, ou dispersas no território, com três e quatro pisos.

Os edifícios em banda caracterizam-se, ao nível da fachada, por uma evidente continuidade, apesar de ser perceptível a diferenciação entre o alçado principal e o tardo. Esta diferença, resultado da distinção entre as áreas sociais e privadas no interior dos fogos, assume-se principalmente como uma característica urbanística e temporal. Ou seja, as construções em banda da primeira fase do programa habitacional cooperativo são as únicas que apresentam esta diferenciação, sendo também aquelas que têm melhor integração com o restante bairro.

Assim, as fachadas principais apresentam-se de forma mais contida, visto que são as que se relacionam diretamente com a rua. Privilegiam apenas as áreas comuns como as zonas de acesso vertical através de grandes vãos e ligeiras saliências volumétricas. Os restantes vãos são retangulares e de pequenas dimensões, assemelhando-se às aberturas das habitações unifamiliares. As “traseiras” caracterizam-se por um maior dinamismo, gerado por volumes salientes (correspondentes às áreas sociais do fogo) e por um maior número de vãos, marcados por elementos metálicos. Assiste-se, então, a uma inversão do programa e de carácter conceptual, quando comparado com a configuração de alçados das moradias, visto que nestes edifícios não é o alçado principal que assume maior protagonismo, mas sim as traseiras.

Os volumes isolados são os que mais se destacam e diferenciam da morfologia original do bairro. Não só pela sua lógica de implantação, já referenciada, em altura, mas também pelo tratamento das fachadas.

ALÇADOS DAS HABITAÇÕES COLETIVAS DA CASELCOOP



Imagem 24 | Alçado Sul e Norte da primeira fase de construção. Fonte: Desenho cedido pelo Arquivo Intermédio de Lisboa

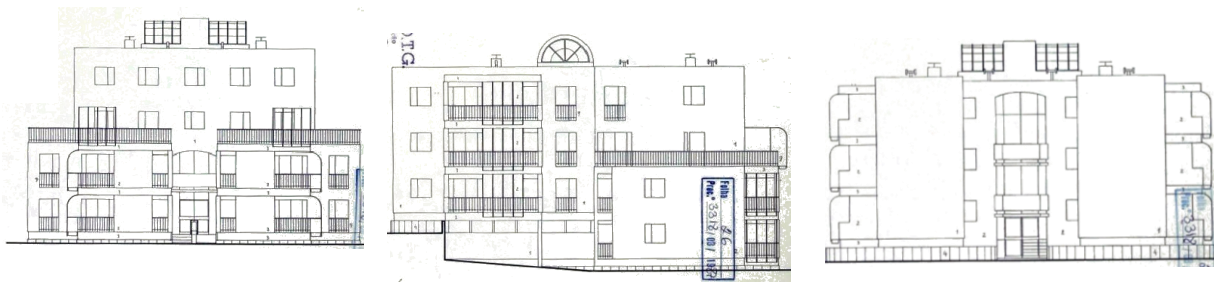


Imagem 25 | -Alçados da terceira fase de construção. Fonte: Desenhos cedidos pelo Arquivo Intermédio de Lisboa

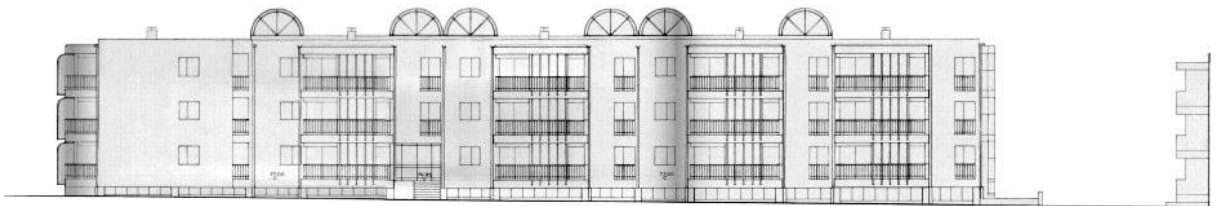


Imagem 26 | Alçado Este da terceira fase de construção. Fonte: Desenhos cedidos pelo Arquivo Intermédio de Lisboa



Imagem 27 | **Fotografia do conjunto habitacional Caselcoop.** Fonte: Fotografias da autora.

O facto de se implantarem de forma dispersa no território, possibilita a abertura de vãos em todas as fachadas⁴⁹, conferindo aos edifícios multifamiliares um carácter único no bairro. São os que assumem uma arquitetura mais expressiva, através de avanços e recuos de volumes que correspondem a diversas utilizações interiores.

É nesta morfologia que melhor se formalizam os princípios cooperativos, desde a sua implantação como na volumetria e relação com o exterior. Nos edifícios isolados não há qualquer diferenciação entre alçados, isto é, contrariamente ao que acontecia nas casas económicas, em que a fachada principal em oposição à fachada tardoz tinha um papel determinante em toda a organização espacial interior, nestas construções há uma maior homogeneidade entre todos os alçados. Deste modo, são abolidas quaisquer manifestações hierárquicas. Onde anteriormente a diferenciação de classes determinava o espaço interior mas também o exterior, correspondendo a cada classe um alçado diferenciado, nas habitações do Caselcoop não é perceptível a distinção tipológica ao nível das fachadas.

São exceção as três habitações da segunda fase de construção integradas no edifício em banda localizado na rua Carolina Ângelo. Devido às suas particulares características volumétricas e espaciais, estas habitações são as que melhor se relacionam com a morfologia das moradias vizinhas. É perceptível neste conjunto habitacional a preocupação do arquiteto com a envolvente próxima, atendendo à opção por volumes individuais, à organização interior e de alçados.

⁴⁹ Os volumes individuais permitem a utilização de todas as frentes dos blocos habitacionais, obtendo maior ganho de luz natural, melhores condições de ventilação, maior relação entre o interior e exterior.



Imagem 28 | **Espaços exteriores e diversas apropriações das áreas contíguas à habitação.** Fonte: Fotografias da autora.

Desta forma, é visível a transição entre uma lógica de edificado caracterizado pelo pensamento burguês de moradias individuais, presente no programa de casas económicas, e uma ideologia moderna, definida pela extinção da diferenciação funcional entre fachadas (principal e traseiras) na “tentativa de anulação da distinção burguesa entre o ser e o parecer” e “ (...) a simplicidade e a uniformidade/serialidade da linguagem arquitectónica como instrumento de dissolução das diferenças sociais” (Pereira, 2012: 72).

DO ENCLAUSURAMENTO À APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Outro ponto que se considerou essencial explorar foi a relação entre o edifício e a sua envolvente. Até à data de construção das habitações multifamiliares, o bairro de Caselas definia-se por uma separação entre os espaços exteriores, públicos, e os privados, a casa. Este facto advém dos ideais de família defendidos pelo regime do Estado Novo, caracterizados pelo enclausuramento, onde a vida privada familiar se pretendia resguardada.

No seguimento dos princípios cooperativos, pelo sentimento coletivo de entreajuda, a habitação coletiva do bairro promove a utilização dos espaços públicos de forma comunitária.

“ Muitas vezes encontramos-nos aqui. Temos espaços de estar à sombra e muito perto de casa. Podemos vir para estes bancos em vez de estarmos em casa, sozinhas.” (Relatos de moradoras da cooperativa de Caselcoop).

Desta forma, os espaços intersticiais entre edifícios, ou na fronteira entre o conjunto habitacional cooperativo e as moradias, aparecem como ruas pedonais paralelas ao edificado, acompanhadas de estrutura verde. Assim estas áreas são apropriadas pelos moradores, como zona de estar e convívio, mas também como extensão da habitação para o exterior, espaço de arrumos ou de recreio.



Imagem 29 | Equipamentos públicos e espaços comerciais pertencentes à cooperativa Caselcoop: Edifício Caselcol, mercearia e multibanco, mobiliário urbano e espaços comerciais. Fonte: Fotografias da autora.

“ Esta rua, aqui nas traseiras, funciona como quintal. Como vê, tenho aqui os meus vasos de flores e é onde os meus filhos brincam.” (Relato de uma moradora da cooperativa Caselcoop).

Pressupõe-se neste programa habitacional a valorização do coletivo. Este facto está presente nos modos de vida dos moradores, na medida em que há uma tendência de apropriação das áreas contíguas ao espaço residencial, como se se tratasse de extensão da habitação. A rua próxima da casa assume-se como ponto de encontro da população, uma área social exterior. A população apropria-se deste espaço, implantando canteiros, arrumando bicicletas e até colocando mobiliário próprio.

A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO COMUM

São criados meios que promovam as relações de vizinhança e que respondam às necessidades dos habitantes do Bairro de Caselas. Assim, foram cedidos espaços, nos pisos térreos dos blocos habitacionais, a organizações e à junta de freguesia de São Francisco Xavier, de forma a albergarem a sede social da cooperativa Caselcoop, a Cruz Vermelha Portuguesa, um centro de Atividades de Tempos Livres, parque infantil e creche para a Caselsol.⁵⁰ Estes últimos espaços ainda se encontram em funcionamento e, de facto, promovem uma interação entre a população mais envelhecida e as crianças.

A criação de tais organizações surge no seguimento do desejo de promover a educação e formação dos membros e trabalhadores.⁵¹

Em 1996, os blocos foram projetados para que o piso térreo se estenda e se relacione com a praça formada. Assim, os blocos compreendem uma área de escritórios, comércio local e as instalações da cooperativa, assim como a administração do condomínio e associação de moradores.

⁵⁰ Caselsol- Instituição Particular de Solidariedade Social

⁵¹ Caselcoop, ed. Lit.,(2003) pg. 11

TABELAS 6: SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS DOS EQUIPAMENTOS NOS DOIS PROGRAMAS HABITACIONAIS.

	B. CASAS ECONÓMICAS	B. CASELCOOP
LOCALIZAÇÃO	NÚCLEOS CENTRAIS E LIMÍTROFES ANEXOS À ESTRUTURA VIÁRIA: LARGOS	ASSOCIADOS /PARTE CONSTITUINTE DO EDIFICADO DISSEMINADO PELO BAIRRO:PISOS TÉRREOS
EQUIP. PREDOMINANTES	EQUIPAMENTOS REPRESENTATIVOS DO REGIME: ESCOLA PRIMÁRIA E IGREJA	ESPAÇOS COMERCIAIS
HORÁRIO DE MAIOR OCUPAÇÃO	DURANTE A SEMANA: MANHÃ E TARDE	DURANTE OS DIAS ÚTEIS:MANHÃ E TARDE
FAIXA ETÁRIA DOS USUFRUIDORES	CRIANÇAS E IDOSOS	ADULTOS E IDOSOS

TABELAS 7: TIPO DE EQUIPAMENTOS EM CADA PROGRAMA HABITACIONAL.

EQUIPAMENTOS	B. CASAS ECONÓMICAS	B. CASELCOOP
RELIGIOSOS	•	
DESPORTIVOS	•	
COMERCIAIS		•
MOBILIÁRIO URBANO	•	•
ESCOLARES	•	•
SERVIÇOS DE APOIO AOS RESIDENTES		•

Esta foi a área que mais beneficiou com a chegada da cooperativa. Isto é, devido à sua localização (próxima aos equipamentos já existentes no bairro, à época da criação da Caselcoop), pelo arranjo urbanístico e pela criação de novas áreas de comércio proporcionadas pelos volumes habitacionais, permitiu que houvesse uma apropriação desse espaço, tanto pelos recentes como pelos antigos moradores do bairro.

“ Antigamente não existia comércio no bairro, havia apenas a venda de produtos agrícolas ali junto à Quinta de Santo António. Não havia o hábito de vir para a rua tomar café por exemplo. Hoje o bairro já consegue dar resposta a algumas necessidades do dia à dia, mas a oferta continua a ser limitada.” (Relato de um residente das moradias económicas do bairro de Caselas).

Na perspetiva dos residentes, a cooperativa de habitação veio revitalizar o bairro visto que, para além de trazer uma nova população para Caselas, a associação de moradores tenta responder às necessidades básicas, quer pela introdução de novos espaços comerciais, contando com cafés, cabeleireiro, drogaria e mercearia, como por serviços de apoio à população, com um centro de investigação de ressonância magnética, centros de dia e paragens de autocarro.

A promoção de arranjos urbanísticos em todo o bairro, designadamente a recuperação de três espaços verdes e do parque infantil, também favorecem a utilização do espaço exterior público. As áreas de convívio fortalecem as relações entre os habitantes, *“ Aqui todos se conhecem, todos se dão bem, venho geralmente ao café e tenho sempre companhia.”* Mas também reforçam o espírito de comunidade, *“ todos os meses descontamos para o condomínio, participamos para que o nosso espaço seja agradável.”* (Relato de duas moradoras da cooperativa Caslcoop)⁵²

⁵² Informação recolhida através dos questionários realizados pela aluna.

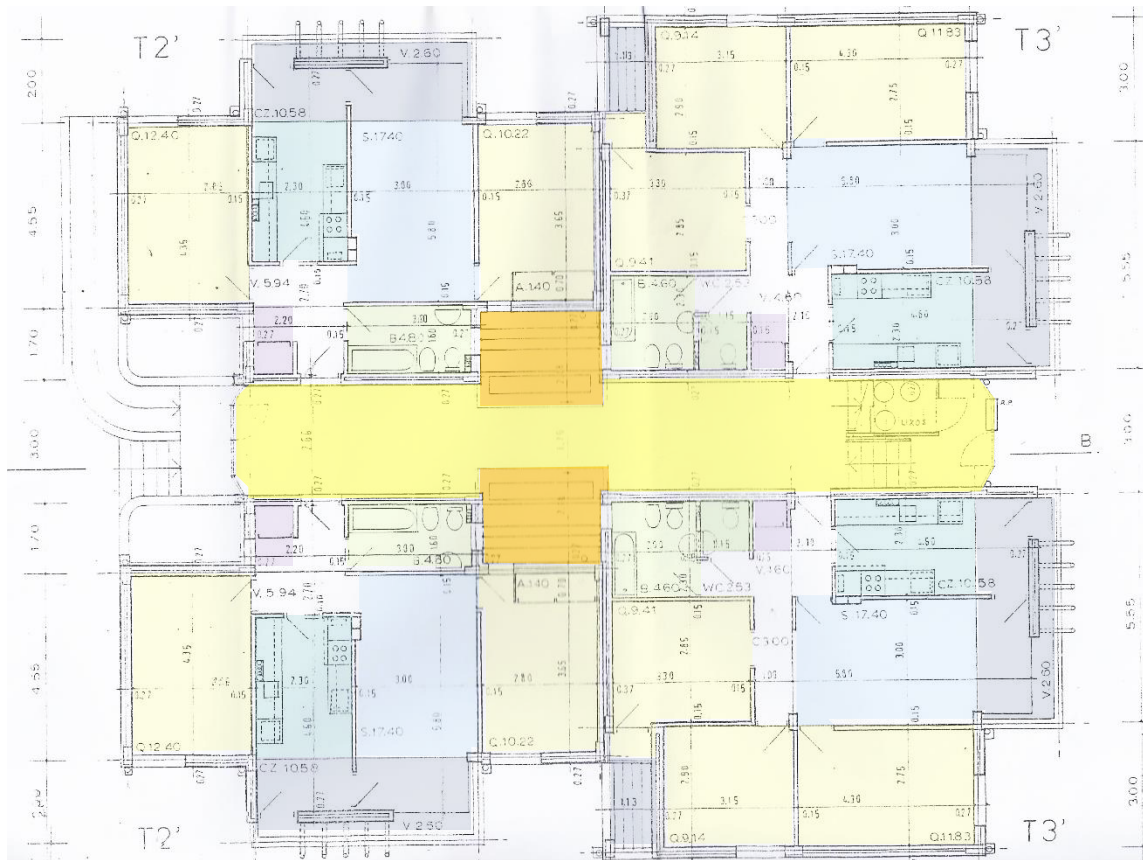


Imagem 30| Esquema de circulação dos espaços comuns, nos blocos habitacionais da terceira fase de construção de 1996. Fonte: Desenhos fornecidos pelo Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa.

— Galeria de distribuição — Saguão

Contudo não é apenas o tratamento urbanístico que promove a relação intrínseca entre o interior e o exterior, que surge evidenciada pela própria arquitetura, através do tratamento dos espaços comuns, que contribuem para uma maior relação de vizinhança.

As zonas de circulação, portas centrais de acesso aos prédios, localizadas em fachadas opostas e envidraçadas proporcionam permeabilidade visual, na tentativa de libertação do piso térreo e de continuidade urbana.

A RUA “INTERIOR”

Os edifícios desta fase destacam-se pelo cuidado no desenho dos espaços comuns. É nestas áreas que mais se denota a influência moderna na arquitetura de Justino Morais. Exemplo disso são as galerias de distribuição, que se encontram no centro de alguns edifícios em banda, funcionando como “coluna vertebral” dos blocos habitacionais. Para além da criação de espaços coletivos de qualidade, estes espaços surgem com a intenção de proporcionar uma nova forma de vida, cooperativa e comunitária.

As áreas de circulação, quer nos blocos habitacionais organizados por “esquerdo-direito”⁵³, quer nos edifícios servidos de galerias, pelas suas dimensões, pelo tratamento e cuidado da luz natural no interior e a relação com o exterior, permitem a criação de espaços propícios ao convívio, zonas de paragem e contacto entre os residentes no interior dos blocos habitacionais.

A galeria de distribuição, desenhada na última fase de construção, pretendia espelhar o comportamento coletivo que se pretendia na envolvente exterior da pequena praça. Deste modo, assume-se como rua interior e espaço de interação social.⁵⁴

⁵³ Este esquema organizacional de circulação, está presente nos edifícios implantados de forma dispersa no bairro, como nos volumes em banda das primeiras fases de construção.

⁵⁴ O conceito aplicado nos blocos da cooperativa Caselcoop, remete para a “rua-interior” da Unidade de Habitação de Marselha, 1947/53 do arquiteto Le Corbusier. Mas também invoca o conceito de “streets in the air” desenvolvido por exemplo no projeto Robin Hood Gardens em 1972 dos arquitetos Alison e Peter Smithson, na perspetiva em que é desejado que estas zonas de circulação sirvam mais do que a sua função de circulação, sejam apropriadas como espaço de convívio e lazer para os moradores.

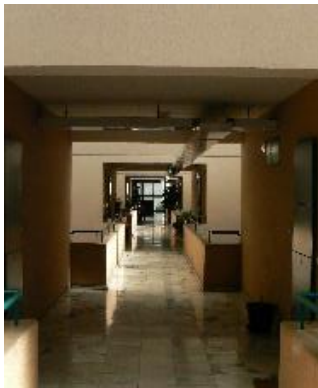
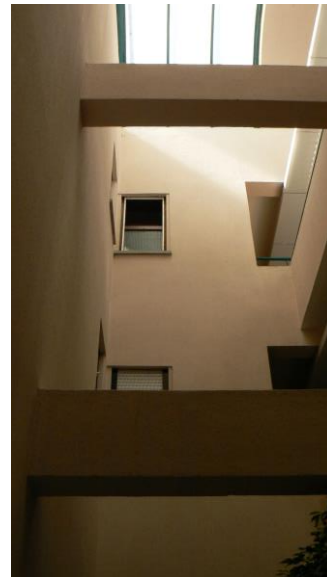


Imagem 31 | **Fotografias dos espaços de circulação comuns, nos edifícios da terceira fase de construção da Caselcoop.** Fonte: Fotografias da autora.

Este espaço, com 2.66 metros de largura, torna-se pontualmente mais estreito devido à introdução de saguões que iluminam e ventilam os compartimentos interiores. O percurso torna-se, assim, mais dinâmico, visto que entre cada fogo se presencia um afunilamento da galeria com o saguão e respetivo canteiro, alargando-se novamente na zona de acesso à habitação.

O vazio proporcionado pelo saguão, possibilita que os espaços comuns, desde galerias a entradas e espaços comuns dos primeiros pisos, consigam disfrutar de diversos pontos de luz natural (zenital) através das claraboias existentes na cobertura, assim como permite que as zonas de entrada tenham triplo pé-direito. Esta abertura com luz natural faz com que as zonas de acesso principais tenham uma escala maior, sejam mais livres e qualificadas. Por outro lado, este vazio torna-se um espaço aglutinador, visto que propicia que todos os pisos e, conseqüentemente, todos os habitantes se relacionem.

No topo das galerias organizam-se os acessos verticais. As escadas, assim como a zona de entrada, funcionam como elos de ligação entre o interior e exterior. Devido à dimensão dos vãos, estas áreas proporcionam boas condições de iluminação solar e ventilação mas, sobretudo, servem como remate às galerias de distribuição dos diversos pisos. É através dos vãos situados na caixa de escadas que o arquiteto consegue permeabilidade entre todo o edifício onde, em cada extremo do bloco habitacional, é possível observar o exterior.

A preocupação com o desenho arquitetónico e as dimensões destas áreas comuns, assim como a permeabilidade entre interior e exterior, fazem com que os residentes se apropriem dos espaços. É o caso das galerias que, efetivamente são pontos de encontro, de atividades e de convívio da população, e também da zona anexa à porta de entrada de cada fogo, que é apropriada como extensão da habitação.

ORGANIZAÇÃO INTERIOR DA TIPOLOGIA 1

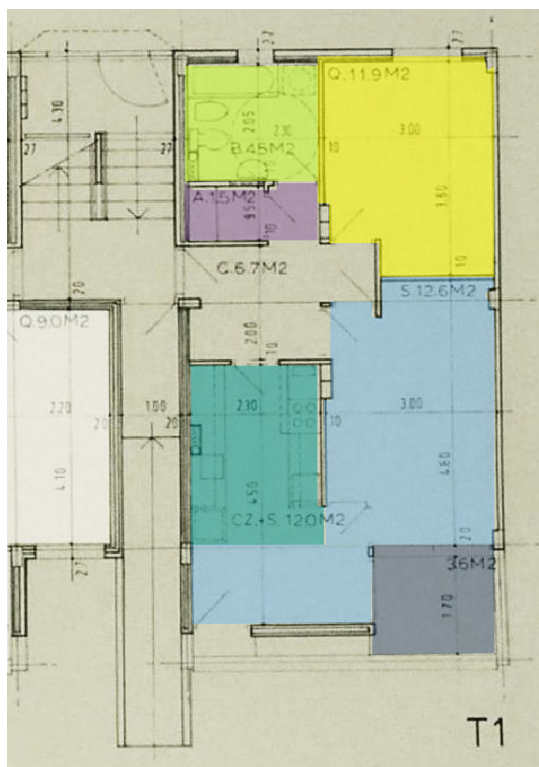








Imagem 32 | Planta-tipo da tipologia 1 dos blocos habitacionais Caselcoop.

Fonte: Desenhos fornecidos pelo Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa

	Cozinha		Quarto
	Sala		Arrumos
	Inst. Sanitária		Varanda

A MORFOLOGIA DO ESPAÇO DOMÉSTICO

TIPOLOGIA 1

No interior, as tipologias habitacionais variam de T1 a T4, havendo ainda T3 e T4 duplex. Os acessos aos fogos são realizados de modo central, de forma a serem criados vestíbulos que funcionam como centro de distribuição da casa, separando a área social da privada.

Para a análise do espaço doméstico, procedeu-se ao estudo de tipologias “tipo”, isto é, em cada fase de construção existem pequenas alterações dentro de cada tipologia. Assim sendo, é analisada apenas a planta de cada tipologia com maior representatividade no conjunto cooperativo de Caselas.

A Tipologia 1, organiza-se a partir desse mesmo espaço central de distribuição, havendo uma clara separação entre as zonas privada e social. A área central ocupa quase a dimensão de uma divisão proporcionando, nestas habitações com restrições a nível tipológico e orçamental, a possibilidade de responder a outras funções que não só de passagem.

Nesta tipologia, os espaços privados são definidos pelo quarto de dormir, a instalação sanitária e a zona de arrumos, e os espaços sociais albergam uma sala e o espaço da cozinha.

São privilegiadas as áreas sociais e de convívio, onde a sala adquire maiores dimensões e se relaciona com o espaço da cozinha através de diversos vãos, que permitem uma circulação mais flexível e livre, que interliga estas duas áreas. A cozinha passa, assim, a ter um carácter mais social no contexto da habitação.

As áreas consideradas normalmente como “técnicas”, como a I.S. e a cozinha “(...) dispõem-se em linha junto da caixa de escadas, para que seja possível o maior número de quartos numa circulação íntima, partindo do vestíbulo de entrada(...)”⁵⁵

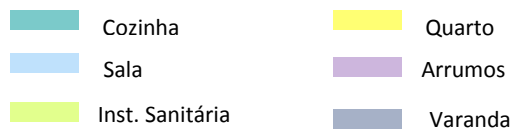
⁵⁵ Memória descritiva relativa ao projeto, fornecido pelo Arquivo Municipal de Lisboa.

ORGANIZAÇÃO INTERIOR DA TIPOLOGIA 2



Imagem 33| - Planta-tipo da tipologia T2 dos blocos habitacionais de Caselcoop.

Fonte: Desenhos fornecidos pelo Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa



Nesta tipologia, à exceção das zonas anteriormente referenciadas, onde o espaço é reduzido e equipado, não é definida uma organização específica das áreas, na medida em que permite diversos modos de apropriação de cada espaço, em particular nas zonas sociais. Isto é, devido à fluidez da circulação entre a sala, a cozinha e a varanda faz com que o espaço possa ser apropriado de forma a servir maior número de funções permitindo, através da disposição do mobiliário, a criação de zonas como a sala de estar/sala de jantar, de escritório e zona de tratamento de roupa.⁵⁶

A varanda adquire grande importância, visto que permite a extensão da pequena habitação para o exterior. Vista como mais um espaço social, ao contrário da família institucional que utilizava o espaço público como de serviços. O facto de o fogo poder relacionar-se com a rua e com o ambiente externo, permite uma maior salubridade, com ganhos de exposição solar, luz natural e ventilação na habitação. Nestes fogos, a varanda assume-se como local de relação com a vizinhança e com o espaço verde.

Conseguimos perceber que existe uma dicotomia a nível de organização e de permeabilidade espacial, entre a zona contígua à rua principal, com vãos de menores dimensões mas com uma vista liberta sobre Monsanto e com espaços muito mais definidos e segregados, enquanto que as áreas que definem a fachada próxima das ruas secundárias são mais abertas e estabelecem várias ligações entre elas e o exterior, através da varanda e de vãos de maiores dimensões.

TIPOLOGIA 2

Semelhante à anterior, contudo com algumas alterações: maior área, onde a divisão adicional se constitui como volume que quebra com a planta retangular e estrangula a área de acesso comum. O facto de as áreas designadas por quartos se encontrarem em locais opostos do fogo, dilui a separação existente entre zonas sociais e íntimas. Esta disposição confere grande flexibilidade aos espaços, uma vez que garante várias possibilidades de circulação e relação entre si, permitindo a apropriação e ocupação de forma diversa por parte

⁵⁶ Informação recolhida através de conversas e entrevistas exploratórias com os moradores de Caselas.

ORGANIZAÇÃO INTERIOR DA TIPOLOGIA 3

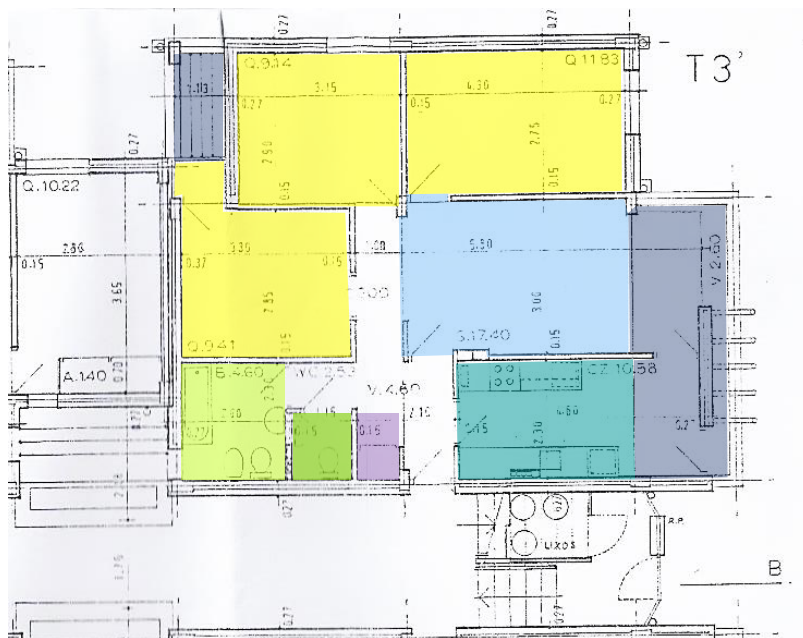








Imagem 34| Planta-tipo da tipologia T3 dos blocos habitacionais da Caselcoop.

Fonte: Desenhos fornecidos pelo Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa

	Cozinha		Quarto
	Sala		Arrumos
	Inst. Sanitária		Varanda

do habitante, ganhando uma grande flexibilidade, podendo adquirir um carácter mais privado (servindo de quarto) ou mais social (como sala de estar ou jantar).

As zonas que adquirem maior importância continuam a ser os espaços sociais que, fazendo agora parte integrante a cozinha, se tornam no ponto central da habitação, embora haja aqui um maior equilíbrio a nível de áreas. Como na tipologia anterior, a varanda também se assume como elemento forte no fogo, ligação mais próxima com o ambiente exterior.

Existe assim alguma liberdade de circulação, especialmente no núcleo central, onde se encontra a sala e a cozinha, visto que é possível circular por todas estas espaços.

Nos fogos com acesso por galeria, existe a particularidade de os quartos se abrirem para duas frentes, ou seja, para o exterior e para o saguão existente na zona comum.

A forma como cada espaço se liga com o exterior e como a luz entra na habitação também define o tipo de espaço. As áreas mais privadas adquirem janelas de menores dimensões, favorecendo essa mesma privacidade, sendo todos os acessos feitos a partir do núcleo de distribuição. Já os espaços reservados a práticas sociais estabelecem uma relação muito mais direta com o exterior.

Mais uma vez o espaço exterior da varanda assume protagonismo, permitindo um melhor aproveitamento de luz solar, e admitindo variados tipos de utilização. É o caso de uma área gradeada, mais protegida na fachada, que é frequentemente usada para secagem de roupa.

TIPOLOGIA 3

A tipologia 3 estrutura-se, de igual modo, a partir de um espaço central de distribuição, porém este adquire a forma de corredor. Por esse fator, a separação entre espaços privados e sociais é mais evidente. Esta área assume-se como o principal eixo de circulação da habitação que, por um lado, possibilita a delimitação das diversas divisões e, por outro, funciona como espaço de ligação, uma vez que os vãos permitem que os espaços se relacionem entre si. É também ao longo desta zona que se encontram as áreas de arrumos.

A zona de entrada, marcada pelo vestíbulo de distribuição, apresenta-se com um espaço anexo de arrumos e divide a zona íntima de uma zona de carácter social. Da mesma forma que

ORGANIZAÇÃO INTERIOR DA TIPOLOGIA 3 DUPLEX









Imagem 35| **Planta da tipologia T3 duplex dos blocos habitacionais da Caselcoop da segunda fase de construção.**

Fonte: Desenhos fornecidos pelo Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa.



Imagem 36| **Planta-tipo da tipologia T3 duplex dos blocos habitacionais da Caselcoop.** Fonte: Desenhos fornecidos pelo Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa.

	Cozinha		Quarto
	Sala		Arrumos
	Inst. Sanitária		Varanda

em todas as tipologias anteriores, há uma grande fluidez entre a área da cozinha e de sala, embora “(...) tendo acessos independentes pelo vestíbulo de entrada. A cozinha dispõe-se como espaço contíguo para várias utilizações e a sala prolonga-se para a varanda coberta”.⁵⁷

Nesta tipologia, os espaços privados são definidos por três quartos de dormir, duas instalações sanitárias e pelas zonas de arrumos. Nos espaços sociais encontram-se a sala e a cozinha.

Nos edifícios implantados de forma dispersa, a planta interior difere desta, não só pelo sistema de circulação e dimensão das divisões, mas também pela introdução de mais espaço para arrumação e de uma instalação sanitária social que advém das necessidades de agregados familiares de maiores dimensões e resulta do tipo de população ao qual se destina esta última fase de construção.

Nesta tipologia é introduzido um pequeno terraço, para além da varanda principal contígua à sala, que evidencia a relação entre o exterior e o interior e permite o acesso ao exterior por um dos quartos. Assim, garante maior aproveitamento de luz solar nas divisões recuadas e/ou interiores.

TIPOLOGIA 3 DUPLEX

Nesta tipologia, pelo facto de ser duplex, são introduzidas inovações a nível da organização da planta, onde existe uma clara divisão entre os espaços sociais e as áreas privadas. No primeiro piso do fogo, encontram-se os espaços comuns, surgindo pela primeira vez dois espaços de sala, uma de jantar e uma de estar, a cozinha com ligação direta à sala de jantar, uma instalação sanitária social e uma zona de arrumos, com menores dimensões do que nas duas tipologias anteriores.

A área de varanda é por sua vez bastante superior a qualquer uma das tipologias apresentadas anteriormente, permitindo uma grande fluidez entre o espaço interior e exterior.

⁵⁷ Memória descritiva relativa ao projeto, fornecido pelo Arquivo Municipal de Lisboa



Imagem 37 | Fotografia do conjunto habitacional Caselcoop da segunda fase de construção. Fonte: Fotografias da autora.

No piso superior os quartos desenvolvem-se em torno da zona de distribuição central, contendo ainda uma instalação sanitária.

É nesta tipologia que conseguimos perceber uma maior definição dos espaços, quer pela maior variação de áreas das divisões, quer pela maneira como se organizam. Percebeu-se que há uma relação a nível organizacional com as tipologias das casas económicas, não só pela tipologia duplex se assemelhar à estrutura de moradia, mas também pela organização funcional da casa. Particularmente no piso térreo, onde as áreas ditas de serviço, como a sala de jantar e a cozinha se localizam na fachada mais contida, enquanto as zonas de estar e convívio se abrem para o exterior com dimensão nitidamente superior às restantes.

Embora a organização interior tenha um carácter tradicional, a liberdade de circulação e a relação entre as várias divisões altera completamente o modo de apropriação do espaço, tornando-o mais flexível.

O arquiteto consegue nas tipologias, que se assumem excecionalmente como “unifamiliar”, com acessos individualizados na rua Carolina Ângelo, formalizar o equilíbrio entre a tipologia unifamiliar e multifamiliar, desejo perceptível desde a sua primeira intervenção no bairro. O acesso é realizado não através de um elemento vertical central, como nos restantes, mas por uma pequena escada, alinhada com o acesso à habitação, ladeada por canteiros, como acontece no bairro de casas económicas. Contudo, existe um acesso secundário no alçado tardoz que permite uma ligação direta entre o terraço e o verde exterior.

A relação entre o interior e o exterior é de igual modo importante nesta tipologia. O terraço de entrada e os canteiros remetem para a pequena zona ajardinada e telheiro que antecede a entrada das moradias. Por sua vez, o terraço de maiores dimensões nas traseiras, que promove o uso do espaço exterior, para além de se relacionar com a cozinha, dado o seu alinhamento e utilização, dá continuidade aos quintais das habitações vizinhas.

As tipologias T4 e T4 Duplex não apresentam alterações significativas relativamente à aqui descrita.

Tabela 8- **Mapa de acabamentos.** Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa

	Pavimentos	Rodapés	Paredes	Tetos
Tacos de pinho cerne e enceramento	●	●		
Mosaico cerâmico e enceramento	●	●		
Lajetas de betão moldado	●	●		
Lioz brunido	●			
Reboco e pintura a tinta de água	●	●		
Reboco e pintura a tinta de areia			●	●
Estuque branco liso			●	
Estuque e pintura a tinta de água			●	●
Azulejo branco ou cor 10x10			●	●
Betão descofrado e silicone			●	
Marmorite lavada			●	●
			●	

MATERIALIDADE

A estrutura do edificado da cooperativa de habitação caracteriza-se por ser porticada, em betão armado, através de um sistema de vigas e pilares, que resulta “ (...) numa malha tridimensional ortogonal com módulos que vão alternado a sua extensão de 5.50 metros e 3.00 metros.”⁵⁸ Este sistema permite com que se centre nos limites exteriores de cada fogo, possibilitando uma maior libertação da fachada, com a abertura de mais vãos, viabilizando também flexibilidade na apropriação de cada habitação. As paredes periféricas, por sua vez, constituem-se de tijolo simples.

A materialidade base para os pavimentos seriam o taco de pinho cerne com enceramento nas salas e nos quartos, o mosaico cerâmico na cozinha, vestíbulo, instalação sanitária e varanda, as lajetas de betão moldado nos socos, ombreiras e peitoris e, por fim, o lioz brunido também utilizado nas cozinhas e nas escadas comuns. Todo o equipamento fixo é reduzido ao mínimo, para que possa ser funcional e simultaneamente haver uma redução no custo dos acabamentos.

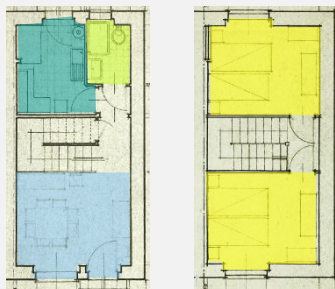
Da mesma forma que a volumetria se altera dependendo das fases de construção, numa primeira fase em banda e uma posterior de edifícios isolados, a materialidade também se veio a alterar. Nas primeiras edificações são previstos materiais em certa medida mais tradicionais, numa fase posterior, também marcada pela sua época de construção, a materialidade e equipamentos caracterizam-se por um melhoramento da qualidade, por exemplo, a caixilharia deixa de ser de madeira e passa a ser metálica, garantindo melhor isolamento.

Outro fator de mudança advém do tipo de população e classe social a que cada fase se destina, já que era possível aos moradores alterarem os acabamentos ainda na fase de projeto.

⁵⁸ Memória descritiva relativa ao projeto, fornecido pelo Arquivo Municipal de Lisboa

Tabela 9: ANÁLISE COMPARADA ENTRE AS DIFERENTES TIPOLOGIAS: CASAS ECONÓMICAS E CASELCOOP⁵⁹

MORADIA A2



- **Organização interior:** Tripartição espacial; Hierarquização do espaço doméstico; Distinção fachada principal/ traseiras
- **Área social:** Sala comum [fachada principal]
- **Área serviço:** Cozinha, quintal e quarto de banho [traseiras]
- **Área privada:** Quartos
- **Circulação:** Escadas centrais que divide o espaço em quatro zonas.

TIPOLOGIA 1



- **Organização interior:** Divisão do espaço social, de serviços e privado; valorização do exterior, varanda, e uniformização dos alçados.
- **Área social:** Sala comum e varanda [> permeabilidade]
- **Área serviço:** Cozinha, arrumos e I.S.[alinhados no limite do fogo, relação sala/cozinha]
- **Área privada:** Quarto
- **Circulação:** Núcleo distribuição central [grande dimensão].

MORADIA B1



- **Organização interior:** Tripartição burguesa; Hierarquização do espaço; Distinção fachada principal/ traseiras
- **Área social:** Separação das áreas sociais: distinção entre a sala de estar e a sala de jantar
- **Área serviço:** Cozinha, sala jantar, quarto de banho e quintal [traseiras]
- **Área privada:** 2 Quartos
- **Circulação:** Escadas na lateral do fogo e núcleo distribuição

TIPOLOGIA 2



- **Organização interior:** Alteração da tripartição espacial; valorização do exterior-varanda, e uniformização dos alçados.
- **Área social:** Sala comum e varanda [> permeabilidade]
- **Área serviço:** Cozinha, arrumos e I.S.[alinhados no limite do fogo] Relação da sala e cozinha.
- **Área privada:** 2 Quarto
- **Circulação:** Núcleo distribuição central [grande dimensão].

⁵⁹ O método escolhido para comparar as diferentes tipologias foi: A sua área interior: no primeiro quadro é efetuada a comparação entre as tipologias mais reduzidas de cada programa; e o número de quartos que apresentam.

MORADIA A2



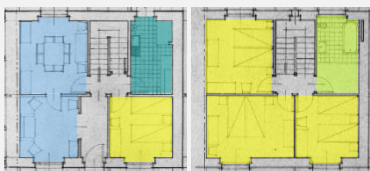
- **Organização interior:** Tripartição espacial; Hierarquização do espaço doméstico; Distinção fachada principal/ traseiras
- **Área social:** Sala comum [fachada principal]
- **Área serviço:** Cozinha, quarto de banho e quintal [traseiras]
- **Área privada:** 3 Quartos [1 R/C]
- **Circulação:** Escadas na lateral do fogo e núcleo distribuição

TIPOLOGIA 3



- **Organização interior:** Divisão em três áreas; valorização do exterior-varanda, e uniformização dos alçados.
- **Área social:** Sala comum, I.S. social e varanda [transformação de quarto em área social]
- **Área serviço:** Cozinha, arrumos e I.S. [alinhados no limite do fogo, relação sala/ cozinha]
- **Área privada:** 3 Quarto
- **Circulação:** Central [permeável]

MORADIA B3



- **Organização interior:** Tripartição espacial; Hierarquização do espaço doméstico; Distinção fachada principal/ traseiras
- **Área social:** Separação das áreas sociais: distinção entre a sala de estar e a sala de jantar
- **Área serviço:** Cozinha, sala jantar, quarto de banho e quintal [traseiras]
- **Área privada:** 4 Quartos
- **Circulação:** Escadas nas traseiras, ao centro e núcleo distribuição

TIPOLOGIA 3 DUPLEX



- **Organização interior:** Divisão em três áreas; valorização do exterior-varanda, e uniformização dos alçados.
- **Área social:** Sala estar e jantar, I.S. social e varanda
- **Área serviço:** Cozinha, arrumos e I.S. [relação sala jantar/ cozinha]
- **Área privada:** 3 Quarto
- **Circulação:** Escadas na lateral do fogo e núcleo distribuição

TABELA 10: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS DOIS MODELOS HABITACIONAIS DO BAIRRO DE CASELAS

B. CASAS ECONÓMICAS	CASELCOOP
MORADIA INDIVIDUAL.	HABITAÇÃO COLECTIVA.
DISTINÇÃO DE CLASSE E TIPO (A e B, 1, 2 e 3).	DISTINÇÃO TIPOLOGICA (T1-T4, T3 T4 DUPLEX).
INFLUÊNCIA DO MODELO DE CIDADE TRADICIONAL.	INFLUÊNCIA DO MODELO DE CIDADE MODERNA.
CONSTRUÇÃO OCUPA A FRENTE DO LOTE.	CONTRUÇÃO OCUPA A TOTALIDADE DO LOTE.
VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PRIVADOS / INDIVIDUAIS.	VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS COMUNS /COLECTIVOS.
SEPARAÇÃO ENTRE A VIDA PÚBLICA (RUA) E A VIDA PRIVADA (HABITAÇÃO). EX: MUROS E ÁREA AJARDINADA NA	PERMEABILIDADE ENTRE A VIDA PÚBLICA (RUA) E OS ESPAÇOS COLECTIVOS INTERIORES. EX: GALERIAS
VOLUMÉTRICAMENTE CONTIDAS E DE INSPIRAÇÃO TRADICIONAL “CASA PORTUGUESA”	VOLUMÉTRICAMENTE MAIS EXPRESSIVA, COM INFLUÊNCIA DA ARQ. MODERNA. VOLUMES EM BANDA E ISOLADOS.
DIFERENCIAÇÃO DAS DIVERSAS CLASSES E TIPOLOGIAS ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO, ALÇADOS E ORGANIZAÇÃO INTERIOR.	DIFERENCIAÇÃO DAS DIVERSAS TIPOLOGIAS ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO INTERIOR.
DISTINÇÃO ENTRE FACHADA PRINCIAL E POSTERIOR.	TENDÊNCIA PARA UMA MAIOR HOMOGENEIDADE ENTRE FACHADAS.
HIERARQUIA DE PRIVACIDADE: TRIPARTIÇÃO DO ESPAÇO (SOCIAL, SERVIÇOS E ÍNTIMO) BASTANTE VINCADA.	PROGRESSIVA SEGREGAÇÃO DA ZONA ÍNTIMA E APROXIMAÇÃO DAS ÁREAS SOCIAIS E DE SERVICOS.
UNIFORMIDADE ESPACIAL ENTRE DIVISÕES INTERIORES.	MAIOR PRIVILÉGIO DAS ZONAS SOCIAIS DA HABITAÇÃO
ESPAÇO PRIVADO EXTERIOR LOCALIZA-SE NAS TRASEIRAS, “ZONA DE SERVIÇOS”.	ESPAÇO PRIVADO EXTERIOR LOCALIZA-SE PRÓXIMO DAS ZONAS SOCIAIS.



Imagem 38 | **Vistas do bairro económico de Caselas.**
Fonte: Fotografias da autora.



Imagem 39| Vistas do conjunto habitacional Caselcoop em Caselas.

Fonte: Fotografias da autora.

Capítulo III

.....
CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO – ANÁLISE DOS DADOS DO INSTITUTO
NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE)⁶⁰

Neste capítulo considerou-se necessária a análise dos dados estatísticos de 2011 cedidos pelo INE referentes ao Bairro de Caselas. Pressupõe-se inicialmente, o estudo da população que atualmente reside no território em análise.

Partiu-se de uma pequena referência ao regime de ocupação preferencial da população e a relação entre o número de fogos desocupados e habitados, para posteriormente concretizar uma análise centrada nos moradores das habitações em estudo e seus agregados familiares.

O Regime ocupação predominante em Caselas é de propriedade com uma percentagem de 86,5%, enquanto o regime de arrendamento representa 7,6% do total de habitações do bairro.

Esta preferência pela propriedade privada, que se regista desde o programa inicial, de casas económicas, apresenta-se de forma contínua. Num segundo momento, pela aposta na habitação cooperativa, onde se ambicionava a aquisição de uma habitação a custos controlados, e atualmente evidente com a nova classe social que se instala no território, caracterizada por um maior poder económico, denota-se o desejo de aquisição da propriedade.

Embora sejam reconhecíveis as diversas intervenções e novas construções no bairro de Caselas, encontram-se vagas 11,1% das habitações, especialmente no contexto das moradias económicas com 8,6% de fogos desocupados.

Dos 1251 indivíduos abrangidos por este estudo, a maioria pertence ao sexo feminino, 53,9% e os restantes 46,1% ao masculino. Mais de metade da população residente em Caselas, (54,9%) encontra-se numa faixa etária entre os 25 aos 65 anos⁶¹, ou seja em idade ativa, sendo nesta faixa etária que se encontra o maior número de população masculina (51,1%).

⁶⁰ Devido à categorização pré-estabelecida pelo INE em subcategorias territoriais, alguns dados referenciados como áreas pertencentes à Cooperativa Caselcoop ou a Casas Económicas, poderão incluir uma pequena percentagem de população exterior a essa categoria, pertencente a outro tipo de habitação. É nessa perspetiva que consideramos que estes dados, sobre o bairro de Caselas, constituem uma aproximação aos dados reais.

⁶¹ A grande diferença de idade conferidas nesta categoria assume-se como uma fragilidade na análise e caracterização da faixa etária predominante no bairro, todavia esta representa a categoria pré-estabelecida pelo INE.

As idades compreendidas entre os 0-9 anos representam 11,1% dos indivíduos, sem que existam grandes discrepâncias entre o número de crianças das moradias e dos edifícios coletivos.

Os jovens, com idades entre os 10-13, com 4,2%, e entre 14-19, com 4,5% da população, encontram-se em pouco número e distribuídos pelo bairro. Percebeu-se a tendência para um aumento da população jovem na zona Oeste coincidindo, como iremos verificar, com a maior ocupação por parte de famílias constituídas por 3 e 4 elementos. Na cooperativa Caselcoop existe um número maior de jovens nos volumes da terceira fase de construção.

Verificou-se que 5,6% da população se encontra na faixa etária dos 20-24. Esta população está distribuída pelas diversas subsecções, contudo há uma ligeira preferência pelo edifício cooperativo da terceira fase entre a rua Sam Levy e a rua Pai Calvo, e pelas moradias da plataforma Este do bairro.

A população idosa, com idades superiores a 65 anos, representa 19,7% da população total do bairro em estudo. Esta encontra grande concentração nas habitações que limitam o bairro, a Norte nas moradias e nas habitações coletivas na rua Sara Afonso e Casal da Raposa, a Oeste e Sul nas casas económicas. Destaca-se o número concentrado de população idosa presente nos edifícios cooperativos quer da primeira quer da terceira fases de construção, que se encontram mais distanciados do centro do bairro de Caselas.

Ao analisar o agregado familiar concluiu-se que os núcleos familiares de uma ou duas pessoas correspondiam a 57,2%, ou seja, à maioria das famílias, com predomínio dos residentes das casas económicas, localizadas no limite sul e oeste do bairro e onde não se realizaram grandes alterações volumétricas nas moradias. Também se denotam agregados familiares de pequenas dimensões no limite Norte do bairro, na primeira fase de construção da Cooperativa e na rua Casal da Raposa.

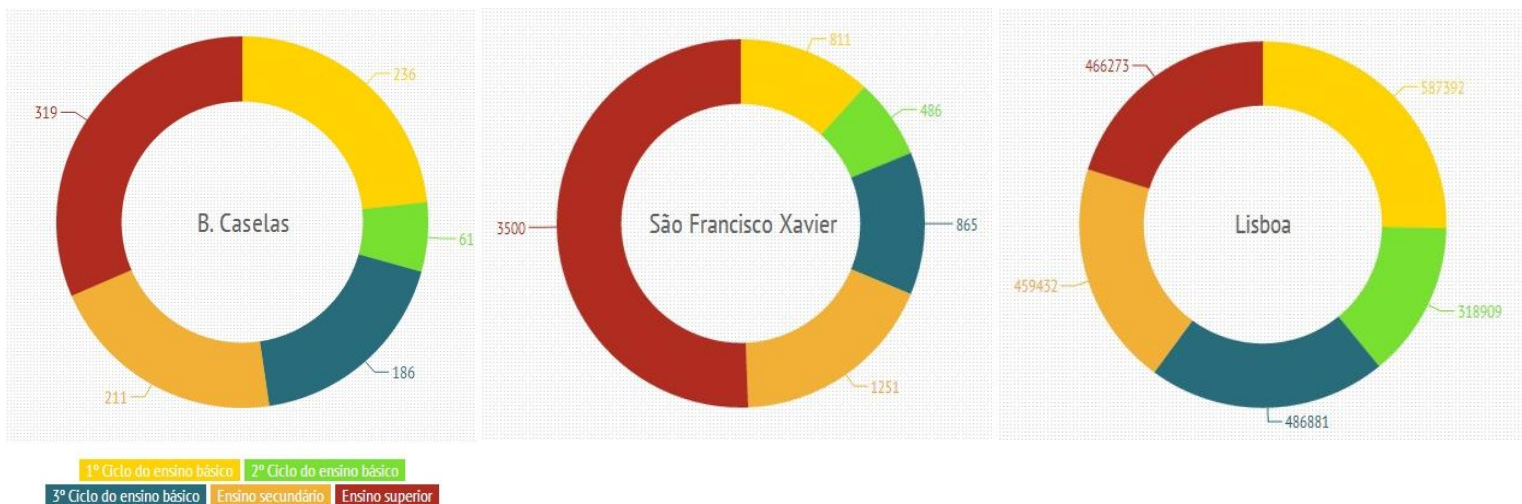
As famílias com três e quatro elementos correspondem a 36,1%. Residem principalmente nas moradias da zona oeste do bairro e em dois edifícios do conjunto Caselcoop, um implantado na rua dos Margiochis e outro entre a rua Sam Levy e a rua Pai Calvo.

A maioria das famílias de Caselas (91,5%) apresenta-se sem elementos desempregados. Registrando apenas um desempregado, 8,4% dos agregados, com maior

representatividade nos moradores da Caselcoop. No território em análise os agregados familiares com dois ou mais desempregados são extremamente reduzidos, 0,1% da totalidade das famílias.

Um dos pontos mais significativos desta análise foi a perceção do elevado nível de instrução dos moradores do bairro, onde a percentagem de residentes com o ensino superior

Tabela 11: Níveis de Ensino Completo de indivíduos residentes em Caselas, São Francisco Xavier e Lisboa. Fonte: Dados fornecidos pelo INE- Censos 2011



completo é de 25,5%. Os indivíduos com o primeiro ciclo do ensino básico correspondem a 18,9% do total de população. Por sua vez, 16,9% dos indivíduos completou o ensino secundário, seguidos pelo terceiro ciclo (14,9%) e segundo ciclo (7%) completos. A população analfabeta apresenta-se com uma percentagem extremamente reduzida de 2,3%.

Os moradores da cooperativa com o primeiro ciclo do ensino básico completo, apresentam-se também com percentagem mais alta em relação aos das moradias vizinhas. Porém, ao analisar os indivíduos que completaram o segundo ciclo básico verificou-se que neste campo há uma alteração, verificando-se uma maioria por parte dos residentes das moradias, 69,3%. Tendência que se confirma no que toca ao ensino superior. Os moradores da habitação coletiva representam 33,9%, enquanto que os habitantes das moradias ocupam os 66,1%.

A partir desta análise, concluiu-se que a percentagem de população com nível de instrução superior é mais baixa na população residente na cooperativa do que nas moradias. Assim, embora o bairro tenha sofrido alterações sociais e ganho um nível de instrução médio significativamente mais elevado, os habitantes da cooperativa apresentam-se atualmente com o nível escolar inferior. Este fator revela que de facto, apesar de se estar no Restelo e os destinatários originais destes dois programas terem pertencido a uma classe média baixa, no caso da população residente nas moradias, torna-se mais evidente a presença de um processo de reconfiguração social, onde a população predominante apresenta-se como média-alta.

Capítulo IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo analisou-se a forma como os dois programas habitacionais presentes no bairro de Caselas coabitam com facilidade, apesar de todas as suas diferenças.

Investigou-se como um bairro económico, promovido pelo Estado Novo, com pressupostos ideológicos e simbólicos extremamente vinculados, coexiste com um programa habitacional novo, percebendo quais as suas implicações nos dias de hoje.

O bairro, estabelecido num território então periférico de Lisboa destinava-se, originalmente, a uma classe social bem delimitada, hierarquizada e controlada, promovendo uma sociedade de proprietários, na solução de moradias individuais, e dos ideais rurais defendidos pelo Estado Novo. É com a construção dos edifícios coletivos, promovidos pela Cooperativa de Habitação e Construção Económica Caselcoop, que o território se transforma. Estes dois modelos habitacionais, analisadas ao longo do trabalho, apresentam-se como modelos conceptuais e arquitetónicos opostos que, no nosso entender, se conseguem articular naquele território específico.

Através deste estudo, conclui-se que diversos fatores contribuíram para essa mesma articulação, realçando as constantes transformações sociais e urbanas que ocorreram em Caselas.

Considerou-se que o contexto social do bairro, à época de construção da cooperativa, favorece a integração do novo conjunto arquitetónico, isto é, em 1988 o panorama social do bairro não é aquele para o qual foi inicialmente projetado. Quer seja pela mudança do paradigma político, quer pela população residente (maioritariamente descendentes dos moradores originais), o isolamento e estanquidade defendidos na sua génese, encontravam-se assim bastante diluídos.

Outro aspeto que se considerou extremamente importante foi o das relações familiares que existem entre os destinatários dos dois programas habitacionais. A cooperativa de habitação Caselcoop tinha como objetivo responder a carências do setor habitacional do Restelo e do próprio bairro de Caselas. Assim, muitos moradores e descendentes dos proprietários das moradias mudam-se para os prédios de habitação coletiva. Esta procura por um outro tipo de habitação advém das novas necessidades e aspirações dos agregados familiares, aos quais as tipologias e organização interior presentes nas moradias não

conseguiram responder. Constatou-se que, pelo facto de o bairro ser constituído, numa primeira fase, por agregados familiares que se distribuíam entre a cooperativa e as moradias económicas, não se verificavam descontinuidades nem diferenciações sociais evidentes entre os moradores de um e de outro programa, situação que permanece nos dias de hoje.

Contudo, atualmente verifica-se a procura das casas económicas por parte de uma população diferenciada, enquanto que a cooperativa é procurada por população mais jovem, na sua maioria já ali residente (descendentes) que vêm neste programa, e na mobilidade dentro deste, uma possibilidade de aquisição de casa própria, num contexto urbano familiar.

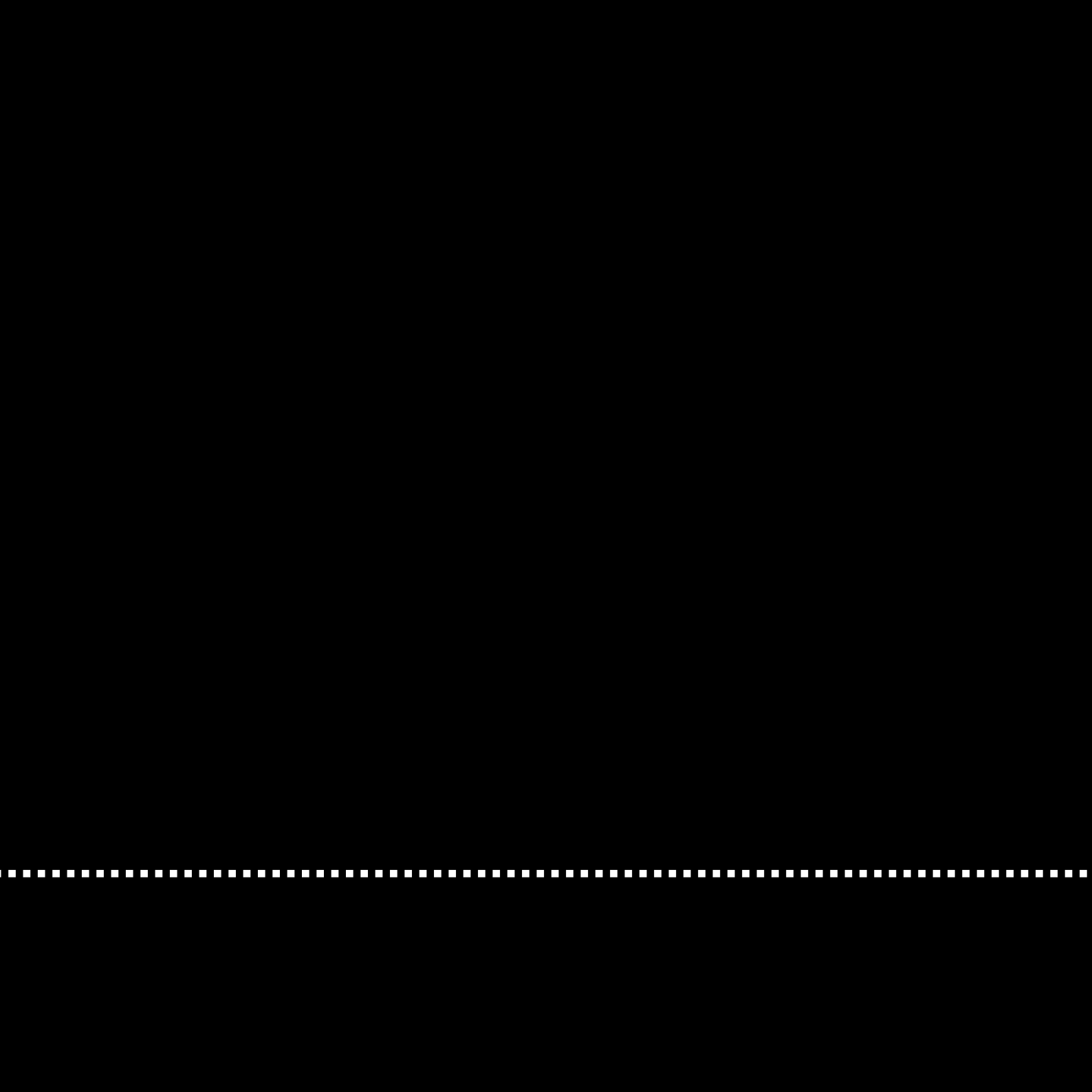
O desenho arquitetónico e urbano promove a articulação entre os diferentes modelos habitacionais, na medida em que a cooperativa, pela valorização dos espaços comuns e pela oferta de equipamentos de apoio a toda a população do bairro, em especial estruturas comerciais, proporciona um novo modo de vida e de relação com o espaço público o que, em última análise, se reflete nas relações entre as diversas classes sociais presentes em Caselas.

Outra questão que se considerou determinante para a convivência atual entre as duas expressões arquitetónicas, é o desenho urbanístico adotado pelos volumes de habitação coletiva. Desde os edifícios das primeiras fases de construção, com uma conceção moderna, porém mais conservadora, até nos volumes implantados de forma isolada e dispersa no território, é perceptível a preocupação e o cuidado, por parte do arquiteto, com a envolvente próxima, não numa lógica de continuidade urbanística mas sim de equilíbrio, sem pretensões de destaque.

Defende-se assim a ideia de que o bairro de Caselas representa uma estrutura “viva” e em constante transformação, onde se formalizam diferentes configurações espaciais, apresentando um registo das diferentes épocas e formas de pensar, o modo de habitar e de conceber a cidade, produto da sociedade e do contexto em que se inserem.

A procura do bairro por uma nova classe social advém das transformações urbanas e sociais da envolvente de Caselas, nomeadamente a valorização do bairro do Restelo. Contribuem também para esta procura, a proximidade atual ao centro da cidade, assim como a possibilidade de adquirir uma moradia, que ainda hoje se apresenta como modelo habitacional preferencial, e o desejo de habitar num local “sossegado” e de pouca densidade construtiva, dentro de Lisboa.

Desta forma, conclui-se que, apesar da sua origem económica, o bairro de Caselas, de génese corporativista, se apresenta atualmente como heterogéneo, continuando evidentes os seus traços originais e representativos das diversas transformações que testemunham as várias épocas. Este caso de estudo demonstra que é possível a implementação de um novo modelo arquitetónico num território consolidado, obtendo coesão e equilíbrio entre os diversos tecidos urbanos e sociais.



BIBLIOGRAFIA



VERTENTE PROJECTUAL

- Byrne, Gonçalo (2005) *Geografias Vivas, Lisboa*, Ordem dos arquitectos e Caleidoscópio.
- Garcia, José Manuel (coord.) (2009) *Histórias de Lisboa - Tempos Fortes*, Lisboa, Direcção Municipal de Lisboa, Cultura, Gabinete de Estudos Olissiponenses, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 2009.
- Matos, José Manuel, (dir) PAULO, Jorge Ferreira (1999), *Guia Histórico, Caminho do Oriente, vol I*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Lamas, José Manuel Ressano Garcia (2004) ,*Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia,
- Santana, Francisco (dir.), SUCENA, Eduardo (dir.) (1994), *Dicionário da História de Lisboa*, Sacavém : Carlos Quintas & Associados-Consultores.
- INE, **Atlas da Área Metropolitana de Lisboa - Enquadramento Geográfico** .
- INE, **Atlas da Área Metropolitana de Lisboa - Geografia Física e Ambiente**.
- INE, **Atlas da Área Metropolitana de Lisboa - Morfologia da Paisagem**.
- INE, **Atlas da Área Metropolitana de Lisboa - Infra-Estruturas, Transportes e Acessibilidades**.
- França, José Augusto (1980), *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa, Ministerio da Educação e Ciência.
- Lynch, Kevin (1999), *A Boa Forma da Cidade, Lisboa* ,Edições 70.

VERTENTE TEÓRICA

Almeida, Paulo (2010), *Bairros Económicos do Porto: a casa como arma política*, in Família, Espaço Doméstico e Espaço Social no Porto Contemporâneo, Porto.

Almeida, Bruno José Machado (2005) “O Sector Cooperativo em Portugal: aspectos económicos”, in *SECTOR COOPERATIVO, REVI. & EMP.* Nº.28, Universidade Lusíada, pp. 55-63.

Baptista, Luís V. (1999), *Cidade e Habitação Social*, Oeiras, Celta

Barradas, Maria; Dias Dulce (2001), *Freguesia de São Francisco Xavier: Entre o Monte e o Rio, Lisboa*, Edição da Junta de Freguesia de São Francisco Xavier

Brazão, Joana; Dantas, Sara; Russo, Tatiana et.al. (2013), *Os princípios ecológicos das cidades-jardim - O caso de Letchworth*, Artigo científico no âmbito de cadeira de Urbanismo Ecológico, Lisboa, Iscte

Caselcoop ed. Lit., (2003), *Caselcoop: Um projecto social*, Lisboa

Cardoso, Vasco (2009), *Bairros de Casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico*, Porto, cadernos: curso de doutoramento em geografia FLUP

Correia, Sérvulo (1965), *Cooperação, cooperativismo e doutrina cooperativa*, Lisboa, [s.n.]

Correia, Sofia (2007), *Capital Social e Comunidade Cívica: o Círculo Virtuoso da Cidadania*, Tese de Mestrado em sociologia, Lisboa, ISCSP, 1ª edição

Diário da República de 23 de Março de 1979, III série número 69, pg. 3585

Grafmeyer, Yves (1995), *Sociologia Urbana*, Lisboa, Europa-América

Gros, Marielle. (1994). *Pequena História do realojamento social em Portugal. Sociedade e Território*, Porto. Edições Afrontamento nº20.

Guerra, Isabel, Mateus Augusto, Portas, Nuno etc. al (2008). *Contributos para o plano estratégico de Habitação 2008/2013 – Relatório 2 Políticas de Habitação, Lisboa, [s.n.]*

Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo [INSCOOP], (1980?) *Introdução ao cooperativismo*, Lisboa, INSCOOP.

Leal, João (2000), *Etnografias portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional*, Lisboa, Dom Quixote.

Marques, Sérgio (2011), *Os Bairros Económicos do Estado Novo*, Associação Nacional de Proprietários, Propriedade e Liberdade

Matos, Fátima Loureiro (1994/5), *Habitação Cooperativa no Grande Porto (1974/94)*, Revista Faculdade de Letras-Geografia vol. XXI

Mattoso, José; Almeida, Ana Nunes; Vaquinhas, Irene, (2010), *História da vida privada em Portugal*, Lisboa: Temas e Debates | Círculo de Leitores vol.IV

Pereira, Márcia Andreia Guedes; (2010) *Habitação Social no concelho de Coimbra*, Tese de obtenção grau de mestrado, Coimbra, FLUC.

Pereira, Nuno Teotónio, (1994), *Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: A promoção privada do alojamento operário*, in *Análise Social*, vol. XXIX (127), (3.º), pp. 509-524

Pereira, Sandra Marques (2004), *Pressupostos Ideológicos da Casa Actual, O Espaço como Veículo do ideário Moderno, Lisboa Cidades- Comunidades e Territórios*, n.º 8, pp. 77-93.

Pereira, Sandra Marques (2012), *Casa e mudança social: uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa*, Lisboa caleidoscópio.

Pereira, Virgílio Borges (2011), “A política de habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto contemporâneo: uma perspectiva sintética e panorâmica”, in *Família, Espaço e património*, Porto, pp. 547-557.

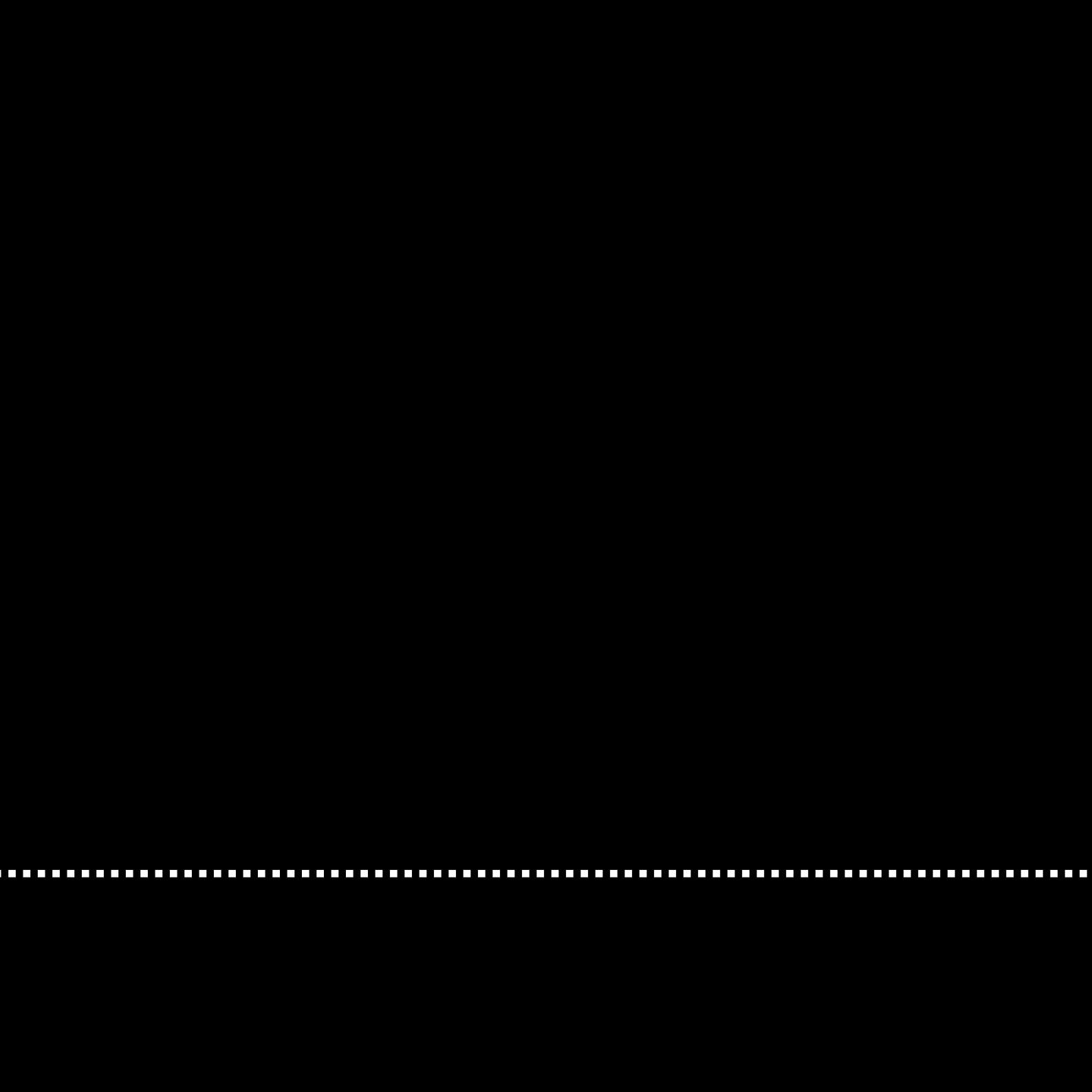
Pires, Daniel Henrique Sobreira (2010), *A Escola do Século XXI: uma escola entre dois tempos*, Tese de Mestrado integrado em Arquitetura, Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade de Coimbra

Serra, Nuno; (1997) n.º101, *Território e Habitação em Portugal*, Coimbra, oficina do CES

Foram também consultadas informações em:

-Gabinete de Estudos Olisiponenses (2011), Nova proposta administrativa para Lisboa, Lisboa, pg.19 Disponível em:<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Anuario/Plantas/1935_/1935_/_item1/P2.html> acedido a 26.04.2013

- Leite, João Salazar (2011), *ENSAIO SOBRE A PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA NAS COOPERATIVAS* disponível em: <<http://www.cases.pt/atividades/estudos-e-publicacoes>> acedido em 24. 05.2013



ANEXOS



VERTENTE PROJECTUAL

ISCTE - IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura

Projecto Final 2012-13

Exercício de Arranque e Aquecimento

Título: marca, texto e espaço:

O exercício de arranque tem como objectivo enquadrar os estudantes nos pressupostos gerais da Unidade Curricular, funcionando como revisão sumária da formação adquirida nos 4 anos anteriores, para tal será desenvolvido um projecto de carácter abstracto.

Materiais necessários

- Objecto de uso comum;
- Papel cavalinho A2;
- Tinta da China;
- Materiais para maquete a definir em cada caso específico;

Metodologia e tarefas a desenvolver:

Os alunos constituem-se em grupos de 5 elementos, no seio de cada grupo deverão ser seleccionados objecto(s) de uso comum - algo tão inesperado e acessível que possa ser adquirido na numa grande superfície, achado na rua ou comprado na loja do chinês....

O objecto seleccionado deverá ser embebido (total ou parcialmente) em tinta da china, funcionando como carimbo que irá produzir marca(s) no papel cavalinho.

O processo deverá ser repetido por diversas vezes, procurando seleccionar-se uma marca gráfica que possa ser considerada mais estimulante para o desenvolvimento do exercício.

Seguidamente, no contexto do grupo, deverá realizar-se a apropriação de um excerto literário que possa ser ilustrado com a marca anteriormente seleccionada (o excerto literário não deverá ser maior que uma folha A4). A preocupação fundamental desta selecção deverá residir numa tentativa de conversão da mancha representada no papel cavalinho, em unidade espacial.

Posteriormente, considerando-se um volume de 30 cm³ como limite, será realizada 1 maquete que fixe a espacialidade, previamente invocada pela marca gráfica e ilustrada pelo texto. Para a elaboração da maquete deverá definir-se a escala esta irá ser representada.

A materialização da maquete deverá contemplar um dos seguintes sistemas compositivos baseados em:

- planos;
- Subtracções;
- Adições

A entregar:

Marca gráfica em A2, que deverá ser afixada na parede da sala de aula;

Caderno com formato 21x21 em onde se inclui:

- impressão digitalizada da marca seleccionada
- O texto ilustrativo;
- Imagens fotográficas da maquete;
- Plantas, cortes e alçados, a escala conveniente da maquete;
- Digitalização de uma sequência de pelo menos 5 esboços relativos às espacialidades representadas pela maquete. Estes esboços deverão ser elaborados por cada elemento do grupo (devidamente identificado);
- Deverá ainda ser reservada uma área do caderno para a demonstração do processo de realização de todo o processo em forma de *story board*, para tal deverá utilizar-se o recurso fotográfico;

Apresentação:

Digital tipo Power-point, com exibição da maquete e marca na sala de aula.

Calendário do Exercício

Início – dia 18 de Setembro

Entrega e apresentação – dia 4 de Outubro

Lisboa, 18 de Setembro 2012

Anexo 1 | Enunciado do exercício de arranque

ISCTE - IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura

Projecto Final 2012-13

TEMA I - Trabalho Individual, 1º Semestre.

Tendo por base a área de intervenção estipulada na ficha de unidade curricular, localizada em Lisboa, no eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras, propõe-se a elaboração de um exercício que permita o estabelecimento da relação entre a macro escala (análise estratégica do território) e a micro escala (intervenção arquitectónica detalhada).

Preende-se que este exercício possa desencadear um debate centrado em leituras prospectivas em relação à sociedade. Como tal, em paralelo com a elaboração dos projecto de arquitectura deverá realizar-se, no contexto de cada grupo de trabalho, a definição de um perfil social que se preveja possível num futuro a médio prazo (2 décadas). Para tal algumas perguntas poderão colocadas, como por exemplo:

- como a organização económica e política poderá influenciar os modos de vida e a relação do indivíduo com a sua comunidade;
- em que medida a tecnologia poderá influenciar a organização social;
- de que modo os recursos naturais poderão influenciar as acções sobre o território e localização e organização do espaço doméstico;

O objectivo final do exercício consiste na elaboração de projectos para quatro habitações. Estas habitações serão encaradas como tipologia associadas ao universo social definido pelo debate atrás mencionado.

Caberá a cada estudante a decisão de onde implantar as habitações e de que modo estas se organizam, não só em função do espaço doméstico, mas também na sua relação como a envolvente urbana que suporta o exercício. Neste sentido, deverá o estudante ser capaz de estabelecer um discurso que lhe permita relacionar a proposta tipológica e habitacional com o trecho urbano que caracteriza a sua envolvente próxima.

Área de Intervenção:

Percurso urbano entre o Largo do Rato e a Colina das Amoreiras

Metodologia:

1. Num primeiro momento, serão constituídos grupos de aproximadamente 5 estudantes;
2. A área de intervenção será parcelada, pela docência da Unidade Curricular, de acordo com planta anexa, tendo como critério os diversos extractos temporais referidos na FUC;
3. Cada um dos elementos, de cada grupo, ficará individualmente afecto a uma das parcelas, anteriormente designadas.

4. Os projectos das habitações serão desenvolvidos individualmente dando seguimento ao âmbito do exercício;
5. Ao mesmo tempo que são desenvolvidas as propostas individuais, deverá ser mantido um debate, no seio de cada um dos grupos, que permita desenvolver uma estratégia de harmonização das várias intervenções.

Entregas e Avaliação:

1ª Entrega intermédia: 25 de Outubro 2012 (caderno em formato A3) + maquete esc. 1:5000/1:2000 da área de intervenção e sua relação com as habitações;

2ª Entrega intermédia: 13 de Dezembro 2012 (caderno em formato A3)

Entrega Final: 28 de Janeiro de 2013 (desenhos e maquetas de escala a determinar pelo aluno, sugerindo-se a 1/1000 e 1/200 ou 1/50; simulações gráficas da proposta; e caderno síntese em formato 21 x 21 cm)

Apresentação e Avaliação: de 29 Janeiro a 1 de Fevereiro de 2013

Modelo de Apresentação

As apresentações finais das propostas individuais de cada um dos alunos serão realizadas por Grupo, sendo que, deverá apresentar-se a definição do perfil social pedido, associando-se a este a estratégia geral para a área de intervenção.

Lisboa, 18 de Setembro 2012

Anexo 2 | Enunciado do Tema I

ISCTE-IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura
Projecto Final 2012-2013

Tema II - Trabalho de Grupo, 1º Semestre.

Numa das extremidades da área de intervenção, a Colina das Amoreiras, assumiu, maioritariamente a partir da década de 1980, um protagonismo urbano muito assinalável perspectivando-se para aquele local a implementação de um centro de negócios, à semelhança de outros modelos internacionais que potenciavam, na época, novas centralidades urbanas a partir do conceito de CBD (Central Business Centre). Esta convicção urbanística permitiu desenvolver, naquele local um conjunto de novas inserções rodoviárias na cidade de Lisboa, atraindo para outros investimentos que ampliaram aos programas comércio e serviços, à habitação e hotelaria. Com o final do milénio os investimentos na área oriental da cidade, após a Expo 98, vieram retirar protagonismo urbano a este tecido urbano, sobretudo no que se refere à especialização com que se pretendia afirmar.

Passadas cerca de 3 décadas desde a construção do complexo das Amoreiras, é possível lançar sobre aquela envolvente local um olhar mais distanciado, dada a estabilização urbanística que actualmente se verifica, associada a uma perda de expectativa económica daquele tecido.

O objectivo do Tema II, passa pela definição de um conceito síntese caracterizador de leitura e interpretação da área de estudo, neste caso, a colina das Amoreiras na sua relação com a inserção urbana ao centro de Lisboa a partir Largo do Rato.

Este estudo permitirá também um reconhecimento da área de estudo e de suas potencialidades, pretendendo-se com isto criar bases para a elaboração de um projecto a desenvolver no 2º semestre ao abrigo do Tema III

1ª Fase - Reconhecimento do Território

Numa etapa preliminar de aprofundamento da estratégia de intervenção de um determinado território toma-se imprescindível o seu conhecimento.

Para esse efeito dever-se-á possuir a informação necessária para avaliar a potencialidade dos sítios e os conflitos existentes de modo a formular propostas.

O trabalho de grupo deverá proceder à recolha de informação, nomeadamente em áreas como:

- Caracterização biofísica da área de intervenção:- topografia, estrutura de espaços verdes, orografia e sistemas de drenagem natural; geologia - hidrologia; orientação e exposição solar.
- Evolução histórica da área de estudo:- caracterização do processo de formação do tecido edificado; recolha de plantas de várias épocas; monografias e descrições.
- Caracterização da mobilidade, potencialidades e estrangulamentos: caracterização de acessos, da rede viária; Percursos pedonais, etc.
- Caracterização da estrutura edificada, da distribuição de funções e dos espaços públicos: - Tipologias de espaços públicos; Estruturas urbanas existentes; Edificado com valor histórico e arquitectónico; Edificado recente consolidado; Estado de conservação; Espaços vazios; Espaços públicos; Equipamentos públicos e privado, etc.
- Planos Urbanísticos condicionantes, projectos mais relevantes para a área de intervenção:- P.D.M.; P.P.; Condicionantes Urbanísticas; Loteamentos; projectos mais relevantes para a área de intervenção.

2 Fase - Programa/Conceito/Proposta

Na posse dos dados anteriormente recolhidos proceder-se-á à designação de um conceito síntese caracterizador de leitura e interpretação da área de estudo.

Elementos a entregarem:

- Explicitação de um argumento de transformação. Memorando, máximo 6 páginas A4.
- Planta de enquadramento à escala 1/5000 e ou 1/2000
- Planta da estrutura urbana à escala 1/1000
- Cortes significativos à escala 1/1000
- Esquemas gráficos e ou esboços que explicitem a proposta e a sua integração na área envolvente.
- Simulações gráficas da proposta (esquissos, 3ds, fotomontagens)

Entrega intermédia: 25 de Outubro de 2012 (1ª fase)

Formato: caderno A3 e CD com o mesmo conteúdo.

Entrega Final: 28 de Janeiro de 2012

Formato: Caderno A3 (incluindo o memorando) e CD com Power Point.

Discussão e Apresentação do Trabalho: Semana de 29 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 2011, em Power Point.

18 de Setembro 2012

Anexo 3 | Enunciado do Tema II

ISCTE - IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura

Projecto Final 2012-13

TEMA III– Trabalho de Grupo, 2º Semestre.

Tendo como base os resultados dos exercícios dos Tema I e II, é lançado um novo exercício que tem como objectivo reforçar a estratégia urbana na área de intervenção em estudo, definida pelo eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras.

O exercício do Tema III incide na vertente do espaço público, ou seja o espaço de mediação entre as diversas propostas individuais realizadas no 1º semestre. Neste exercício pressupõe-se uma acção concertada, ao nível dos grupos de trabalhos, no sentido da clarificação das intenções de transformação preconizadas para o local. Através deste exercício deverão também intensificar-se os desejos (narrativos), definidos pelos grupos de trabalho, relativos ao perfil social dominante que habitará a colina das Amoreiras num futuro a médio prazo, de duas décadas.

Durante o espaço temporal em que decorrerá o Tema III deverão ser realizadas revisões de projecto, tendo em vista a melhoria das propostas individuais realizadas ao abrigo do Tema I, procurando-se o melhor ajustamento dos projectos às estratégias deste novo exercício.

Os objectivos do Tema III passam pelos seguintes pontos:

1. Definição de um plano de estrutura da área de intervenção.

Neste ponto deverão ser repensados, num primeiro momento, os argumentos que estão na base das escolhas dos locais de intervenção individuais, reflectindo sobre os pontos em comum que podem caracterizar as várias propostas. Num segundo momento deverá ponderar-se sobre uma possível centralidade [ou possíveis centralidades] que possam emergir no tecido urbano. Num terceiro momento deve ser definida uma estratégia de mobilidade e de utilização do espaço público;

2. Definição de um projecto detalhado de caracterização do espaço público.

Neste ponto serão realizadas propostas concretas de projecto, com detalhes, definindo materiais, mobiliário urbano, espécies vegetais e todos os parâmetros julgados convenientes para o projecto de espaço público.

3. Enquadramento dos projectos individuais, realizados no Tema I, na estratégia projectual para o espaço público.

Prevê-se que a estratégia de projecto, concertada em grupo, seja validada em projectos de pormenor na envolvente dos projectos individuais.

Área de Intervenção:

Percurso urbano entre o Largo do Rato e a Colina das Amoreiras

Metodologia:

1. Serão mantidos os grupos de trabalhos definidos no 1º semestre com aproximadamente 5 estudantes;
2. O exercício abrange toda a área de intervenção, devendo o grupo definir os momentos mais particulares onde as ações de projecto sobre o espaço público possam ser mais relevantes, agindo nesses locais com maior detalhe.
3. Individualmente, deverá ser detalhada a envolvente dos projectos realizados no Tema I

Entregas e Avaliação:

1ª Entrega intermédia: 21 de Março, (power-point e maquetas esc. 1:1000/1:200 da área de intervenção e sua relação com as habitações);

Entrega Final: 23 de Abril de 2013 (desenhos e maquetas de escala a determinar pelo grupo, sugerindo-se a 1/1000 e 1/200 ou 1/50; caracterizações dos ambientes propostos; e caderno síntese em formato 21 x 21 cm)

Apresentação e Avaliação: 23 de Abril 2013

Modelo de Apresentação

As apresentações finais das propostas serão realizadas em Grupo, sendo montado um júri para comentar os projectos.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2013

Anexo 4 | Enunciado do Tema III

ISCTE - IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura

Projecto Final 2012-13

TEMA IV– Trabalho Individual, 2º Semestre.

Como conclusão do ano lectivo será realizado um trabalho individual que visa o estabelecimento de uma síntese em relação ao percurso de cada um dos estudantes. Este trabalho, pensado para ser desenvolvido no espaço do último mês de aulas, pressupõe a realização de um tema livre a enquadrar pelo próprio estudante. Condiciona-se apenas o desenvolvimento deste último Tema ao estabelecimento de uma relação em torno dos exercícios elaborados no curso do ano lectivo.

Como linhas orientadoras são lançadas algumas pistas:

1. Aplicação directa de um ensaio extraído a partir do trabalho desenvolvido nos laboratórios;
2. Elaboração de projectos de extensão em relação ao programa lançados ao longo escolar;
3. Exercício específico de representação ou performativo em torno do projecto das habitações.

Os objectivos do Tema IV passam pelos seguintes pontos:

1. Desenvolvimento de competências ao nível da problematização em torno da arquitectura produzida por cada estudante. Este exercício será uma oportunidade para construir um enredo discursivo em torno do trabalho de projecto, enriquecendo os pressupostos de base com que cada proposta foi realizada
2. Consolidação da autonomia dos estudantes em relação aos temas desenvolvidos durante o ano lectivo. Ao solicitar-se que cada estudante construa o seu próprio enunciado, procura estimular-se a autonomia em relação ao acompanhamento e orientação dos docentes da UC de PFA.
3. Melhoria e credibilização das propostas individuais iniciadas no 1º semestre. Este exercício deve ser visto como oportunidade para retomar e solidificar as decisões de projecto inicialmente lançadas no âmbito dos exercícios anteriores, nomeadamente do exercício do Tema I.

Área de Intervenção:

Área de intervenção atribuída em contexto de grupo a cada um dos estudantes;

Metodologia:

1. O trabalho deverá ser realizado individualmente;
2. Cada estudante deverá socorrer-se dos meios que julgar conveniente para o desenvolvimento deste exercício;
3. O trabalho deverá evidenciar quer a autonomia, quer a capacidade de problematização de cada estudante.

Entregas e Avaliação:

O resultado deste exercício deverá ser integrado no contexto da entrega final de PFA

Modelo de Apresentação

A decisão do suporte em que o exercício é desenvolvido fica a cargo de cada estudante, devendo contudo ser realizado relatório a integrar o caderno de formato 21x21 cm

Lisboa, 2 de Maio de 2013

Anexo 5 | Enunciado do Tema IV

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

Unidade curricular: Projecto Final de Arquitectura

Código:

Tipo: lectivo; Trabalho de Projecto

Nível: 2ºciclo

Ano curricular: 2012/2013

Semestre: Anual

N.º de créditos: 45 ECTS

Horas de trabalho total:

Horas de contacto:

Língua (s) de ensino: Português

Pré-requisitos: precedências requeridas: Projecto de Arquitectura II

Área científica: Arquitectura

Departamento: Departamento de Arquitectura e Urbanismo

Docentes: Paulo Tormenta Pinto (coordenador), José Luis Saldanha, Ana Vaz Milheiro (Lab. Teoria e História da Arquitectura e do Urb.), Sandra Marques Pereira (Lab. Sociologia), Sara Eloy (Lab. Tecnologias da Arquitectura), Pedro Costa (Lab. Economia);

Objectivos (conhecimentos a adquirir e competências a desenvolver):

Projecto Final de Arquitectura é a Unidade Curricular que encerra a formação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitectura, adquirindo, por isso, um papel de síntese na consolidação e aprofundamento das competências alcançadas pelos estudantes ao longo dos 4 anos anteriores.

Preconiza-se, nesta UC, o incentivo a cada vez maior autonomia, por parte dos estudantes, na resolução dos exercícios propostos e nas decisões de ordem conceptual que venham a adoptar.

Outro objectivo é a clarificação de um entendimento crítico da expressão da arquitectura definida e enquadrada na transversalidade dos vários saberes.

Programa:

Como base programática utilizaremos uma temática de fundo, que suportará a orientação dos diversos trabalhos a desenvolver ao longo do ano lectivo. Será o “Mundo Novo” (Titulo inspirado em Admirável Mundo Novo de Aldous Huxley, 1932) o tema central que desenvolveremos em 2012/2013.

O programa da UC de Projecto Final em Arquitectura consiste na elaboração de um Trabalho de Projecto, requisito obrigatório para a obtenção do grau de mestre. O Trabalho de Projecto é composto por duas vertentes: uma de âmbito projectual e outra de âmbito teórico.

A intenção genérica que será trabalhada junto dos alunos finalista do Mestrado Integrado sustenta-se sobre o paradoxo da impossibilidade de construir um optimismo panfletário no momento contemporâneo, considerando-se que ao inverso de Aldous Huxley. Este tema procura enquadrar o conflito entre os herdeiros da cultura moderna e industrial que confiam no modelo da inovação e da tecnologia, por oposição a outros que crêem numa organização “neo-ruralista” ambicionando uma maior ligação a um romantismo ligado à ideia da “mãe natureza”.

Uma outra vertente que surge agregada a este tema, consiste numa possível revisão da ideia de manifesto. Através dos manifestos ligados às artes e à arquitectura, é possível entender um pressuposto idealista de futuro, associado a uma visão de organização social sempre assente numa ideia de ruptura e de edificação de um novo paradigma. Desde Ornamento e Delito (1908) ao Manifesto de De Stijl (1918), da carta de Atenas (1933), ao manifesto de Doorn (1958), do manifesto Situacionista (1960), a Delirious New York (1978). Será a partir da compilação *Programs and Manifestos on 20th-century architecture* de Ulrich Conrads que se irão estruturar os debates relacionados com esta Unidade Curricular.

Vertente Projectual

Serão desenvolvidos como arranque desta UC um conjunto de trabalhos de carácter abstracto, procurando-se fixar ferramentas compositivas úteis aos exercícios de fundo que serão desenvolvidos. Posteriormente serão delineados os objectivos concretos da vertente projectual que passam por uma intervenção abrangente que terá como área de estudo o eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras (através da Rua das Amoreiras). Este eixo permite reconhecer diversos momentos urbanos e arquitectónicos que, ao longo do tempo ali se implantaram. Estes extractos temporais serão analisados, não só do ponto de vista morfológico, mas também a partir do pressuposto ético que enquadrou a sua implementação.

A marcar um dos extremos deste percurso pode reconhecer-se a cidade do século XVIII, com uma forte referencia no Largo do Rato, quer seja através do seu carácter prévio de terreiro periférico de acesso ao centro da cidade, quer seja como lugar referenciado nas grandes construções infra-estruturais, como a mãe de água do aqueduto da águas livres que pontua o ingresso no festo da sétima colina – manifestação fundamental da cidade iluminista.

Na outra extremidade desta área de estudo pode observar-se a centralidade contemporânea promovida no entorno do complexo das Amoreiras, de Tomás Taveira, que a partir do final dos anos 80 se somou a intervenções de grande escala já existentes naquele local, tais como os imóveis habitacionais e de escritórios promovidos por arquitectos como Fernando Silva ou Conceição Silva.

O eixo urbano em estudo permitirá ainda estabelecer relações com a uma parte da cidade dos anos 30 e 40 na encosta voltada para o Parque Eduardo VII, possibilitando também compreender o início da expansão da periferia urbana e do impacto das vias rodoviárias urbanas. Todas estas *layers* temporais serão debatidas em função do idealismo lhes está associado. Deste modo pretende estabelecer-se linhas interpretativas que permitam relacionar estes pensamento prospectivo, com os modelos urbanos associados.

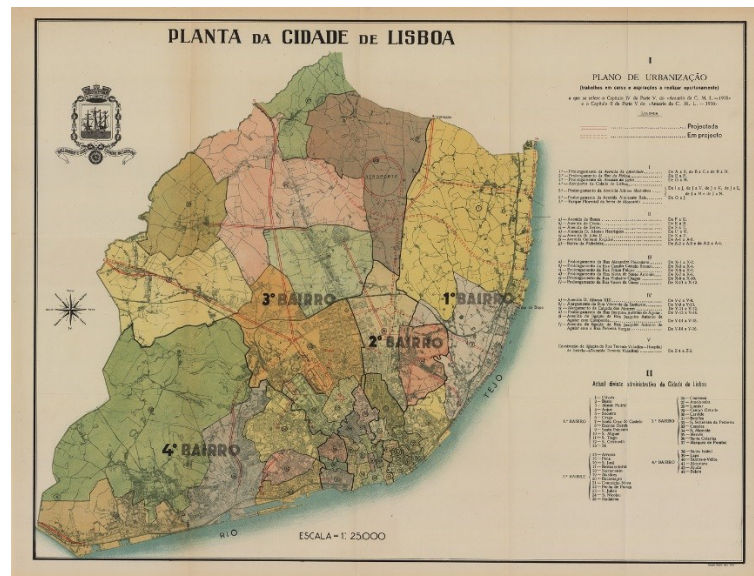
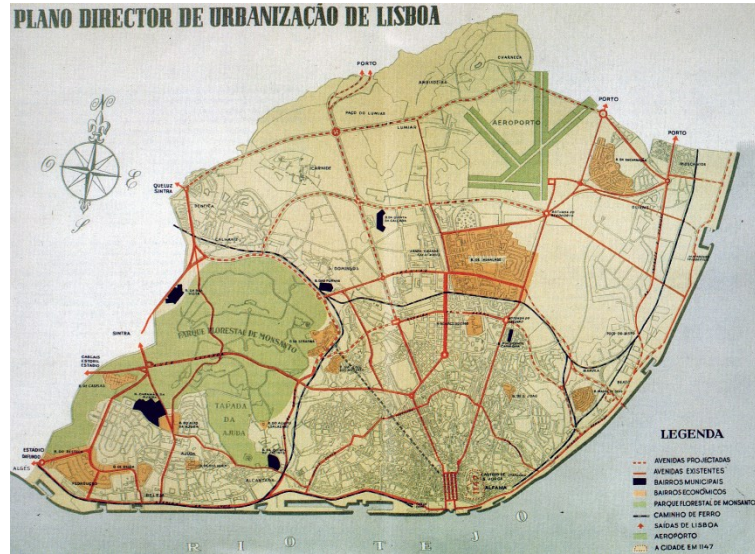
A meio do primeiro semestre será também realizado, em período de tempo limitado de 2 a 3 semanas, um workshop na cidade guineense de Bafatá, tendo como base a elaboração de um memorial/centro de estudos, em torno da figura de Amílcar Cabral.

Os respectivos enunciados de cada um dos exercícios serão fornecidos aos alunos em formulários distribuídos na sala de aula.

Vertente Teórica

A vertente teórica da UC de Projecto Final de Arquitectura será desenvolvida, de acordo com a regulamentação expressa no REACC do DAU. Ao início do ano lectivo serão propostos 4 laboratórios de investigação, que colocarão linhas de pesquisa autónomas nas áreas científicas de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo, da Economia, da Sociologia e das Tecnologias de Arquitectura, cada uma destas áreas terá um docente responsável. Os diversos programas de investigação serão lançados na primeira semana lectiva, cabendo aos estudantes a escolha de uma das linhas de investigação.

VERTENTE TEÓRICA



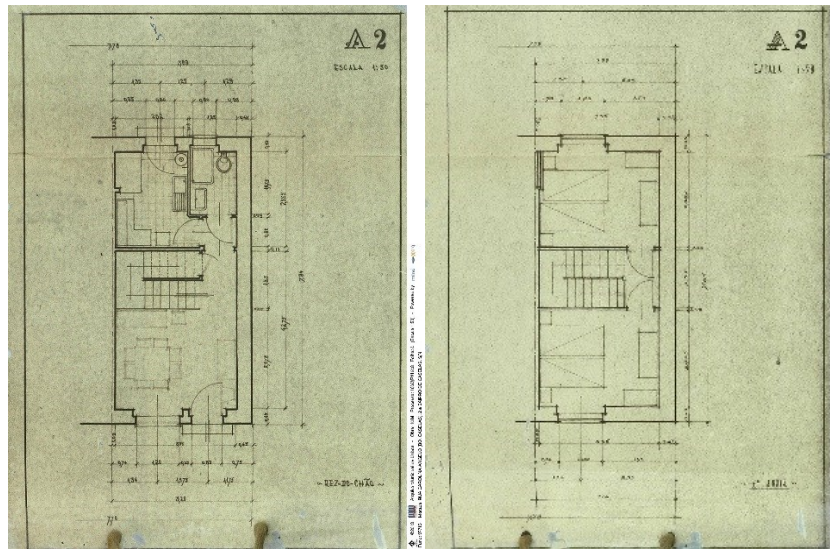
Anexo 6| Plano Diretor da Urbanização de Lisboa (1948) e Plano de Urbanização (1936). Fonte: Desenhos fornecidos pela Câmara Municipal de Lisboa



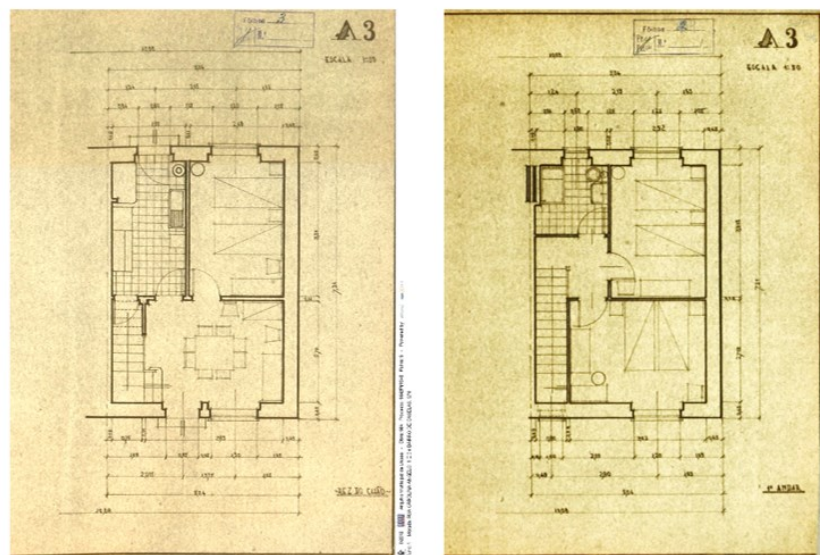
Anexo 7| Planta com toponímia do Bairro de Caselas. Fonte: Planta da autora.



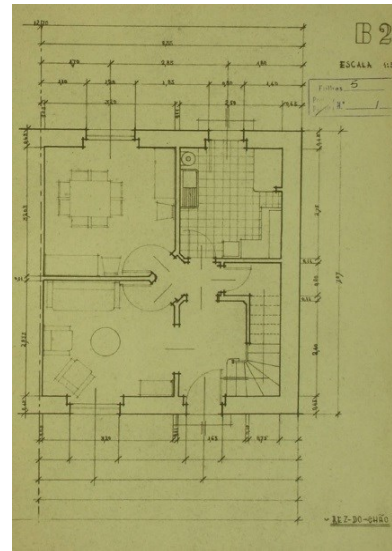
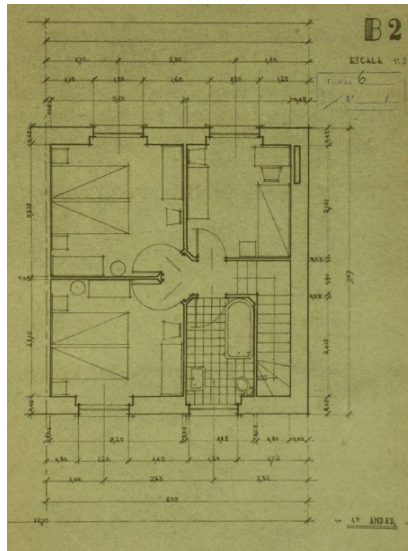
Anexo8| Fotografias do Bairro Económico de Caselas e vista interior de uma Casa económica.
Fonte: Fotografias cedidas pelo Arquivo fotográfico de Lisboa.



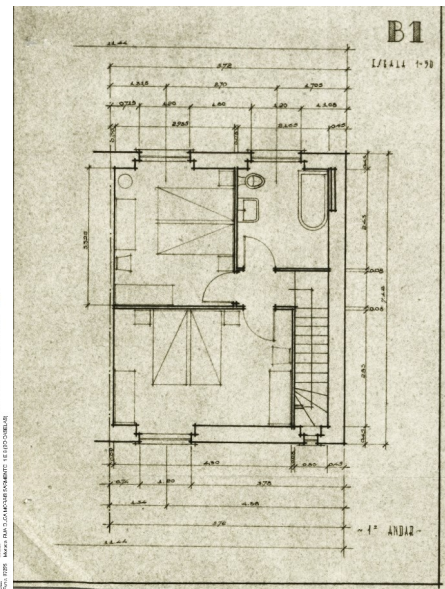
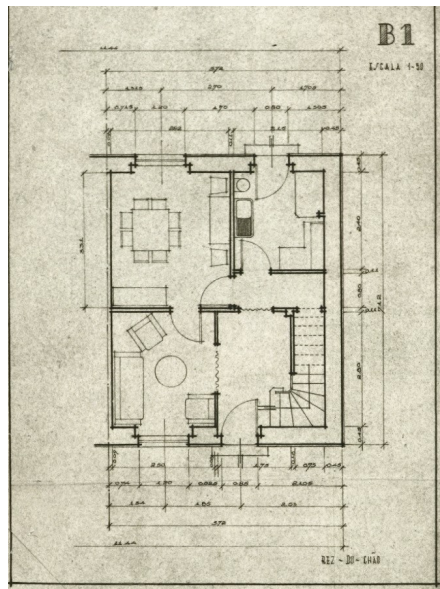
Anexo 9]- Planta tipo da habitação da Classe A tipo 2 do bairro económico de Caselas. Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Intermédio de Lisboa



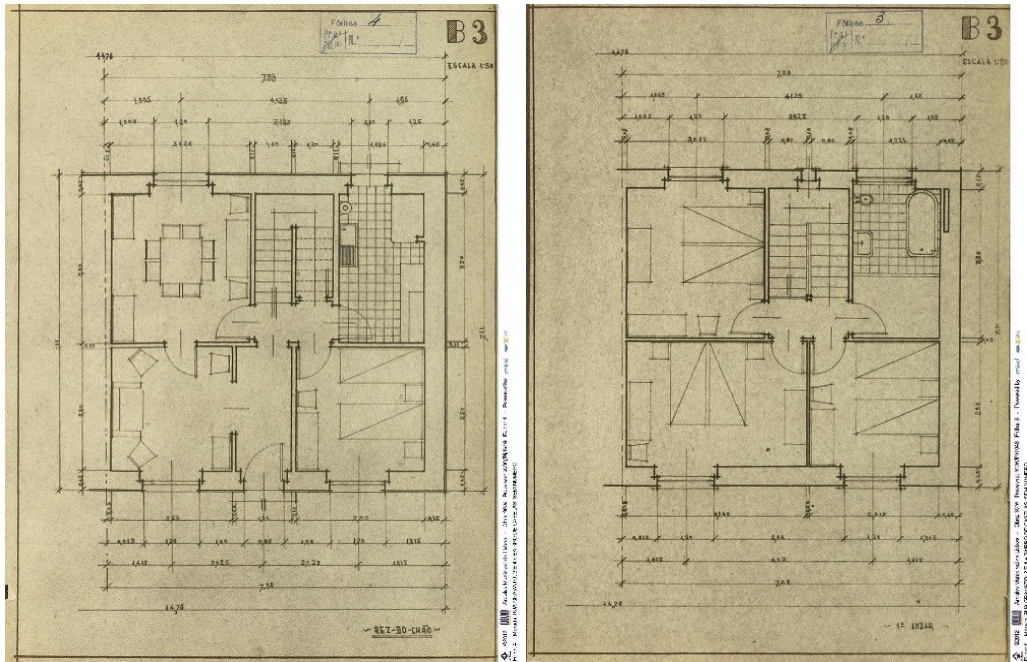
Anexo 10]- Planta tipo da habitação da Classe A tipo 3 do bairro económico de Caselas. Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Intermédio de Lisboa



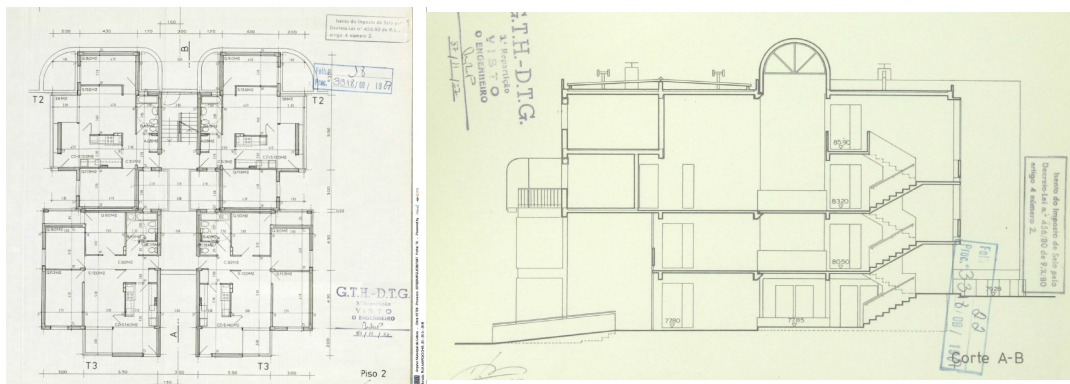
Anexo 11|Planta tipo da habitação da Classe B tipo 1 do bairro económico de Caselas. Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Intermédio de Lisboa



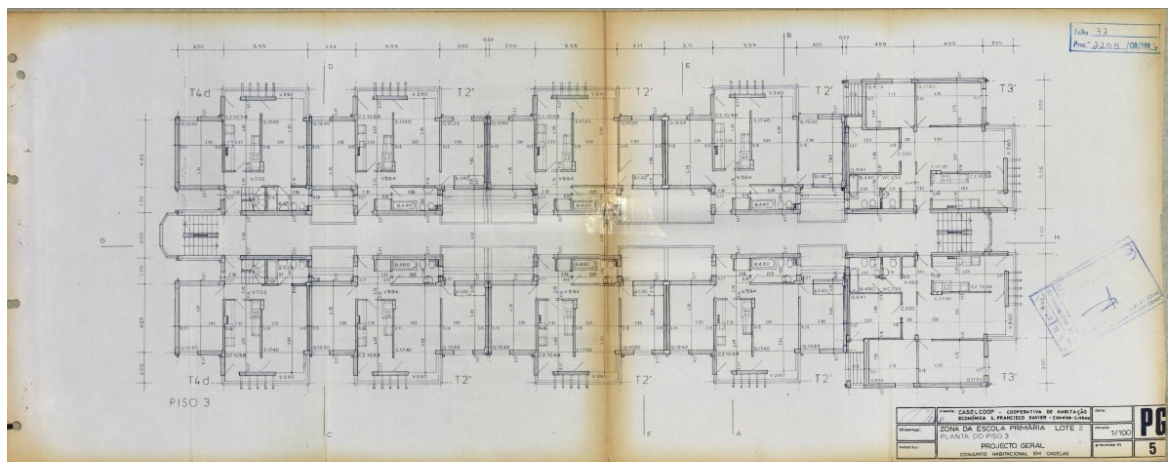
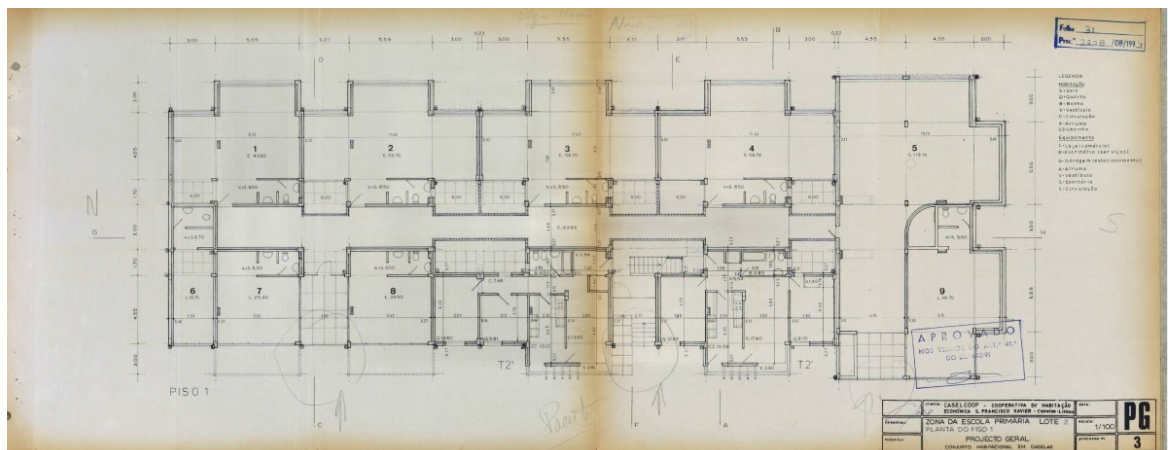
Anexo 12|Planta tipo da habitação da Classe B tipo 1 do bairro económico de Caselas. Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Intermédio de Lisboa



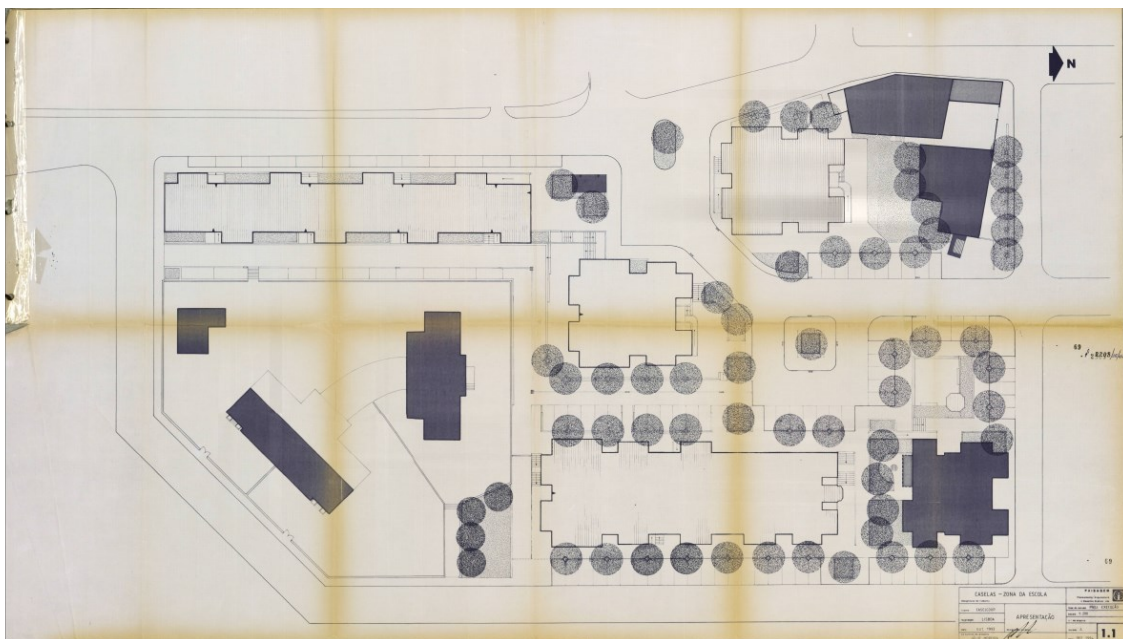
Anexo 13| Planta tipo da habitação da Classe B tipo 3 do bairro económico de Caselas. Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Intermédio de Lisboa



Anexo 14 e 15| Planta tipo T2 e T3 do conjunto habitacional Caselcoop no bairro de Caselas, e corte do edifício do conjunto habitacional Caselcoop. Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Intermédio de Lisboa



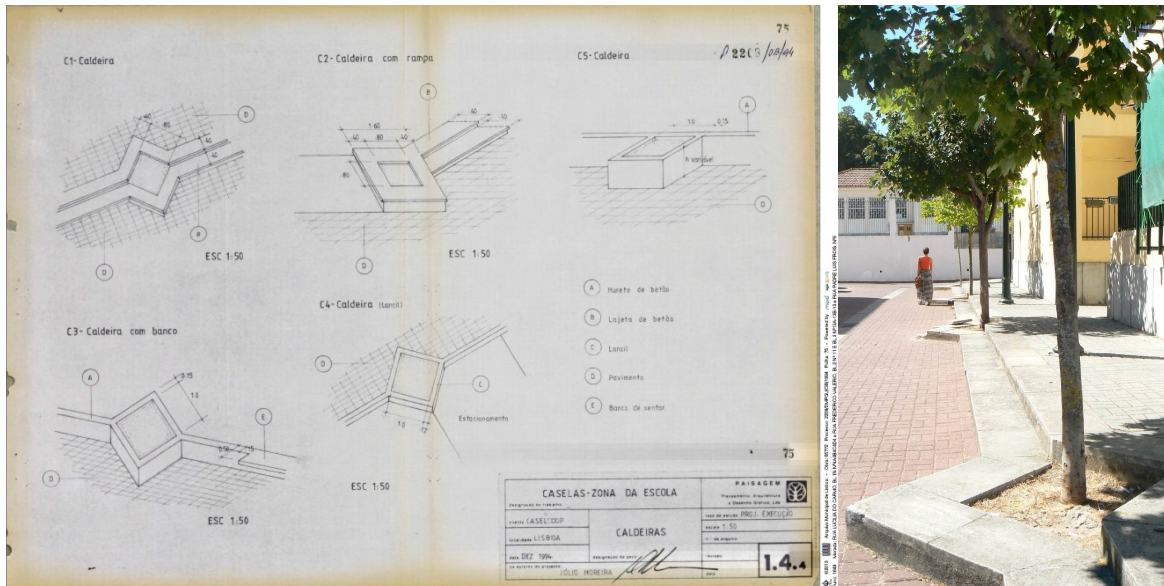
Anexo 16| Plantas do piso térreo com espaço comercial e d 1º piso, com as tipologias T2, T3 e T4duplex de um dos edifícios da terceira fase do conjunto habitacional Caselcoop no bairro de Caselas. Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Intermédio de Lisboa



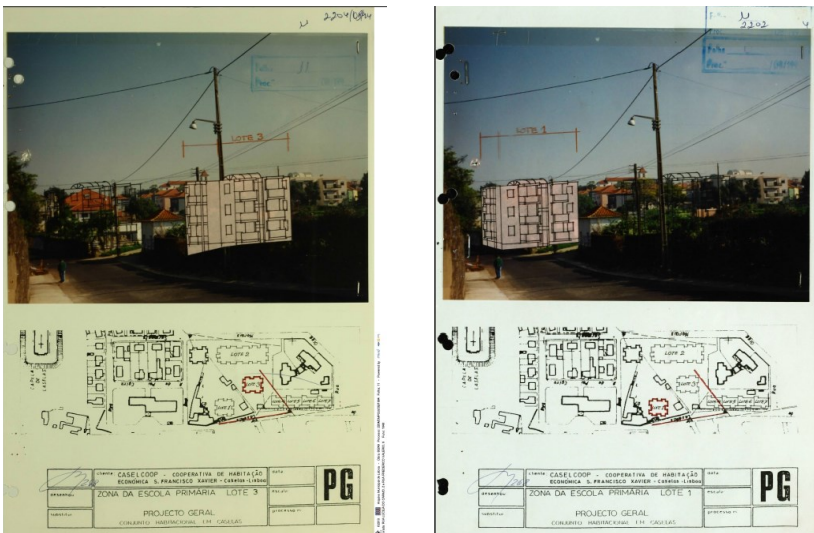
Anexo 17| Plano da terceira fase de construção Caselcoop. Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Intermédio de Lisboa



Anexo 18| Fotografia do conjunto habitacional Caselcoop construído na terceira fase em Caselas. Fonte: Fotografia da autora.



Anexo 19| Pormenor construtivo e fotografia dos canteiros na terceira fase de construção Caselcoop. Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Intermédio de Lisboa e fotografia da autora.



Anexo 20| Estudo da envolvente - Caselcoop. Fonte: Documento cedido pelo Arquivo Intermédio de Lisboa



Anexo 21 | Vistas do conjunto habitacional Caselcoop no bairro de Caselas. Fonte: Fotografias da autora.



Anexo 22 | Vistas das moradias económicas do bairro de Caselas. Fonte: Fotografias da autora.



Anexo 23 | Vistas de equipamentos do bairro de Caselas.
Fonte: Fotografias da autora.

a) Caracterização do inquirido.

1-Nome: _____

2-Sexo: Feminino Masculino

3-Idade: 15-20 21-30 31-40 41-50 51-60 >60

4-Grau de escolaridade: _____

5-Estado Civil: _____

6-Profissão: _____

6.1- O seu local de trabalho insere-se no Bairro de Caselas?
Se não, onde (proximidade e acessibilidade)? _____

7-Qual a constituição do seu agregado familiar? _____

b) Caracterização da residência.

1- Qual o regime de ocupação? Propriedade Arrendamento

2- Quais os compartimentos da habitação? (denominação dos espaços) _____

3- Já realizou alguma alteração na sua habitação? Se sim, quais e que tipo? (requalificação, recuperação, compartimentação, eliminação de compartimentos) _____

4- Quais os motivos que o levaram a (manter/alterar) o espaço interior da moradia? _____

5- Considera que essas mesmas transformações são o resultado de uma mudança no seu modo de viver e de utilizar o espaço doméstico? _____

6- De forma a perceber qual o seu tipo de vivência e uso do espaço doméstico, descreva quais os compartimentos de maior permanência na sua habitação? Quais os mais utilizados e porquê? _____

7- Qual o tipo de habitação e o regime de ocupação que tinha anteriormente? (moradia ou apartamento) _____

c) Caracterização do bairro de Caselas.

- 1- Há quanto tempo reside no bairro de Caselas? _____
- 2- Indique quais as principais razões pelo qual se interessou e procurou habitação neste bairro? _____
- 2.1 O tipo de habitação influenciou a sua decisão de morar para neste Bairro? _____
- 2.2 A possibilidade de aquisição de uma habitação teve influência na escolha deste Bairro? _____
- 2.3 Está satisfeito com a sua escolha? Sim Não. Porquê? _____
- 3- Utiliza os espaços públicos do bairro? Sim Não. Porquê? _____
- 4- Onde efectua as suas compras? No bairro ou fora? _____
- 5- Quais as actividades que exerce no bairro de Caselas, e quais as que não consegue responder aqui e tem que se deslocar para outro local? _____
- 6- Onde passa os seus tempos livres: Durante a semana? _____
E durante o fim-de-semana? _____
- 7- Qual a sua relação com os vizinhos? _____
- 8- Que tipo de relação tem com os habitantes da cooperativa de habitação e construção c
9- Caselcoop? _____
- 10- Na sua opinião quais são as principais potencialidades e problemas do bairro de Caselas? _____
- 11- Quais foram as maiores transformações, que no seu entender, aconteceram no bairro de Caselas? _____
- 12- Sentiu alterações da vivência no bairro com a construção da cooperativa? _____
- 13- Como considera que o bairro evoluiu a nível populacional e social? _____
- 14- Qual o seu ideal de casa? Habitação unifamiliar (moradia)
 Habitação plurifamiliar (apartamento)
- 15- Pretende continuar a morar no bairro de Caselas?
Se não, porquê e onde se vê a morar? _____

a) Caracterização do inquirido.

1- Nome: _____

2- Sexo: Feminino Masculino

3- Idade: 15-20 21-30 31-40 41-50 51-60 >60

4- Grau de escolaridade: _____

5- Estado Civil: _____

6- Profissão: _____

6.1- O seu local de trabalho insere-se no Bairro de Caselas? _____

Se não, onde (proximidade e acessibilidade)? _____

7- Qual a constituição do seu agregado familiar? _____

b) Caracterização da residência.

1- Qual o regime de ocupação? Propriedade Arrendamento

2- Quais os compartimentos da habitação? (denominação dos espaços) _____

3- Já realizou alguma alteração na sua habitação? Se sim, quais e que tipo? (requalificação, recuperação, compartimentação, eliminação de compartimentos) _____

4- Quais os motivos que o levaram a (manter/alterar) o espaço interior da moradia? _____

5- Considera que essas mesmas transformações são o resultado de uma mudança no seu modo de viver e de utilizar o espaço doméstico? _____

6- De forma a perceber qual o seu tipo de vivência e uso do espaço doméstico, descreva quais os compartimentos de maior permanência na sua habitação? Quais os mais utilizados e porquê? _____

7- Qual o tipo de habitação e o regime de ocupação que tinha anteriormente? (moradia ou apartamento) _____

8- Porque razão escolheu a cooperativa de habitação e construção caselcoop, como meio de aquisição da casa? _____

9- Participou/ interveio no processo de projecto da sua habitação? _____

c) Caracterização do bairro de Caselas.

- 1- Há quanto tempo reside no bairro de Caselas? _____
- 2- Indique quais as principais razões pelo qual se interessou e procurou habitação neste bairro? _____
- 2.1 O tipo de habitação influenciou a sua decisão de morar para neste Bairro? _____
- 2.2 A possibilidade de aquisição de uma habitação teve influência na escolha deste Bairro? _____
- 2.2 Está satisfeito com a sua escolha? Sim Não. Porquê? _____
- 3- Utiliza os espaços públicos do bairro? Sim Não. Porquê? _____
- 4- Onde efectua as suas compras? No bairro ou fora? _____
- 5- Quais as actividades que exerce no bairro de Caselas, e quais as que não consegue responder aqui e tem que se deslocar para outro local? _____
- 6- Onde passa os seus tempos livres: Durante a semana? _____
E durante o fim-de-semana? _____
- 7- Qual a sua relação com os vizinhos? _____

- 8- Que tipo de relação tem com os habitantes das moradias de casas económicas? _____

- 9- Na sua opinião quais são as principais potencialidades e problemas do bairro de Caselas? _____

- 10- Quais foram as maiores transformações, que no seu entender, aconteceram no bairro de Caselas? _____

- 11- Na sua opinião qual foi o papel da cooperativa na resolução dos problemas da população e do bairro? _____

- 12- Como considera que o bairro evoluiu a nível populacional e social? _____

- 13- Qual o seu ideal de casa? Habitação unifamiliar (moradia)
 Habitação plurifamiliar (apartamento)
- 14- Pretende continuar a morar no bairro de Caselas?
Se não, porquê e onde se vê a morar? _____

No primeiro semestre será realizado um trabalho de investigação de grupo centrado no tema - Tradição e Modernidade: (co)habitações em territórios metropolitanos - a desenvolver num dos territórios seguintes: Mouraria, Carnide Velho ou Bairro de Caselas. Este trabalho segue o formato já experimentado noutros anos e tem como objetivo o ensaio partilhado de diversas competências de investigação: definição da pergunta de partida, enquadramento, metodologias de recolha e análise de informação, entre outras. Trata-se de um momento de experimentação e preparação dos alunos para o trabalho individual a realizar no segundo semestre.

Anexo 26 | Enunciado do trabalho teórico elaborado no Laboratório de Sociologia

